

**6ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**  
**12 e 13 de dezembro de 2007**

Às 9h do dia 12 de dezembro de 2007, no Belmar Hotel – Salvador – Bahia, iniciou-se a 6ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Encontravam-se presentes à abertura: **Pedro Ramos de Souza** (titular) e **Célia Regina das Neves Favacho** (suplente) representantes do Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS; **Maria Adelina de Sousa Chagas** (titular) representante do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB e **Maria de Jesus Bringelo** (suplente) representante do Movimento Interestadual das Quebradeira de Coco Babaçu; **Márcia Guelpa** (titular) representante da Associação de Preservação da Cultura Cigana – APRECI e **José Carlos da Silva** (suplente) representante do Centro de Estudos e Discussão Romani – CEDRO; **Patrícia Stur** (titular) representante da Associação dos Moradores, Amigos e Proprietários dos Pontões de Pancas e Águas Brancas – AMAPPAB e **Jorge Küster Jacob** (suplente) representante da Associação Cultural Alemã do Espírito Santo; **Acir Túlio** (titular) representante da Rede Faxinal e **Hamilton José da Silva** (suplente) representante da Rede Faxinal; **Renato Alves Rios** (titular) representante da Associação de Mulheres Agricultoras Sindicalizadas – AMAS e **Moises Pereira da Silva** (ouvinte) representante da Associação de Mulheres Agricultoras Sindicalizadas - AMAS; **Josilene Brandão da Costa** (titular) representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidade Negras Rurais Quilombolas – CONAQ e **Jhonny Martins de Jesus** (suplente) representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidade Negras Rurais Quilombolas - CONAQ; **Raimundo Konmannanjy** (titular) representante da Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu – ACBANTU e **Raquel Maria Oliveira dos Santos** (suplente) representante da Comunidades Organizadas da Diáspora Africana pelo Direito à Alimentação – Rede Kodya; **Ernando Ferreira Pinto** (titular) e **Benedito Pereira** (suplente) representantes do Movimento Nacional de Pescadores – MONAPE; **Valmir Parintintin** (titular) representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB; **Valdivino Rodrigues de Souza** (titular) e **Carlos Eduardo Cardoso Lima** (suplente) representantes da Coordenação Estadual de Fundo de Pasto da Bahia; **Cláudia Regina Sala de Pinho** (titular) representante do Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável -FORMAD e **Manoel Pedro de Araújo** (suplente) representante da Colônia de Pescadores Z-5; **Braulino Caetano dos Santos** (Titular) representante da Rede Cerrado e **Lucely Morais Pio** (suplente) representante da Articulação Pacari; **Dauro Marcos do Prado** (titular) representante da Rede Caiçara de Cultura e **Arnaldo das Neves** (suplente) representante da União dos Moradores da Juréia; **Luciana Valéria Gonçalves** (suplente) representante da Fundação Cultural Palmares; **Cinair Correia da Silva** (titular) representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; **Luciene Ourique Ferreira** (suplente) representante da Fundação Nacional de Saúde -FUNASA; **Elisa Furtado Madi** (titular) representante da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca – SEAP; **Jorge Luiz Carneiro de Macedo** (suplente) representante da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; **Aderval Costa Filho** (suplente) representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; **Muriel Saragoussi** (titular) representante do Ministério do Meio Ambiente. Também estiveram presentes: **Elisa Camarote** – MDS; **Júlia Otero** – INCRA; **Edna Marajoara** – SEMA-PA; **Célia da Silva Pereira** – ICMBio; **Maria Domingas de Assunção** – Catadora de Mangaba; **Alícia Santana Salvador Morais** – Catadora de Mangaba; **Josué Francisco Silva Júnior** – EMBRAPA; **Edilma Alves Moura** – Catadora de Mangaba; **Rodrigo Stolzi Pacheco** – SEMARH-BA;

Diosmar Marcelino de Santana Filho – SRH/SEMARH-BA; Dalva Mota – EMBRAPA; Célio Costa Pinto – IBAMA-BA; Teresa Cristina Moreira – DEX/SEDR/MMA; Kátia Cristina Favilla – DEX/SEDR/MMA. A pauta da reunião compreendeu os seguintes itens: **I. ABERTURA; II. INSTALAÇÃO DOS TRABALHOS; II.1 – Leitura e aprovação da Pauta da 7ª Reunião Ordinária; III – Ordem do Dia; III.1 – Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais: estratégias de construção e implementação; III.2 – Pesquisa Nacional sobre Povos e Comunidades Tradicionais: III.2.1 – Mapeamento das Comunidades Ribeirinhas da Ilha de Marajó; III.2.2 – I Oficina da Pesquisa Nacional; III.3 – Agenda Social – Eixo de Povos e Comunidades Tradicionais; III.4 – Informes sobre agenda conjunta de trabalho junto aos governos estaduais para a implementação da Política e do Plano Nacional; III.5 – Termo de Referência da Organização Internacional do Trabalho sobre Quebradeira de Coco Babaçu – Trabalho infantil.**

Essa edição em especial aqui no Estado da Bahia muito bem acolhidos pelo Governo do Estado, particularmente pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, mas eu gostaria de antes de darmos início à reunião compor a nossa mesa chamando o secretário de promoção de igualdade senhor Luiz Alberto Silva do Santos (Palmas!), nesse ato representando o Excelentíssimo senhor Jaques Wagner, governador do Estado da Bahia, gostaríamos de chamar a senhora Ana Antorquato (Palmas!), nesse ato representando o secretário Valmir Carlos de Assunção, secretário de desenvolvimento social e combate à pobreza e o senhor Paulo César Basto (Palmas!), superintendente do desenvolvimento científico e tecnológico, nesse ato representando o senhor Ildes Ferreira de Oliveira, secretário de ciência, tecnologia e inovação do Estado da Bahia, gostaríamos de chamar representando a Sociedade Civil o senhor Valdivino, representante de Fundos de Passos da Bahia (Palmas!) e o nosso *Tata Comonangi* representando ACBANTU e os povos de Terreiro para compor a mesa por favor. (Palmas!) Bom, então sem mais delongas, eu passo a palavra ao Valdivino para dar as boas vindas em nome do Estado e da Sociedade Civil.

**O SR. VALDIVINO (Fundo de Pasto) –** Bom dia a todos e a todas. Eu acho que para dar as boas vindas em nome do Estado nada melhor do que os representantes do Governo do Estado que estão aqui na mesa, mas em nome da Sociedade Civil, dos representantes das comunidades tradicionais nessa Comissão nós, desde anteontem já demos as boas vindas às pessoas que chegaram dos outros estados. Eu quero dizer que nós aqui da Bahia nos sentimos muito honrados pela presença dos companheiros na Comissão, pessoas de outros estados, de outros movimentos que fazem com que essa política de desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais ganhe conhecimento por parte de toda a sociedade, eu acho que o Brasil e o presidente de república através do Ministério, principalmente do Ministério do Desenvolvimento Social e do Ministério do Meio Ambiente tem-me mostrado esse compromisso em dar visibilidade a esses movimentos, a esses povos e comunidades tradicionais que fazem muito por esse País. E nós aqui na Bahia, a partir do momento que nós começamos a divulgar a política aqui no Estado, que passamos nos gabinetes dos deputados, passamos nas Secretarias do Governo do Estado dizendo assim: olha, agora no Brasil existe uma política que precisa ser tocada pelo Estado, precisa também o Estado se comprometer por essa política, quando encontramos o secretário Luiz Alberto lá em Brasília, sabe, precisamos dar um, fazer com que essa política também no Estado seja trabalhada, seja abraçada, assumida pelo Estado, eu acho que aí nós começamos a dar passos importantes aqui no Estado e culminou com a realização daquela audiência pública que foi puxada inclusive pelo

gabinete do deputado Zilton Rocha, o deputado estadual que está deixando a Assembléia para assumir o Tribunal de Contas do Estado amanhã, amanhã ele toma posse segundo a informação. Então a partir daquela audiência, mas muito antes a partir do momento em que o Estado começa a reestruturar as Secretarias, a reestruturar a Secretaria de Meio Ambiente, a reestruturar a Secretaria de Recursos Hídricos, a superintendência de Recursos Hídricos assumiu o compromisso quando chamou as populações tradicionais para fazer parte do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, para fazer parte, para se integrar nessa discussão da política aqui no Estado, nós começamos a dar visibilidade a essa política e às populações tradicionais no Estado. Então eu acho que nós estamos dando, nós aqui na Bahia, eu acho o que Governo do Estado aqui na Bahia, está dando o exemplo para que outros estados sigam afim de que essa política seja de fato efetivada em benefício dos povos e populações tradicionais nesse País. Então nós estamos muito honrados, muito satisfeitos e precisamos mais ainda darmos as mãos, a Sociedade Civil e o Governo do Estado, Sociedade Civil e o Governo Federal para que essa política de fato seja implementada em benefício daqueles que foram sempre excluídos nesse Estado e nesse País. São essas as minhas palavras e eu agradeço a presença de todos vocês. (Palmas!)

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) –** Passamos a palavra para o *Tata Comonangi*.

**O SR. TATA COMONANGI (ACBANTU e os Povos de Terreiro) –** Em primeiro lugar eu quero agradecer ao Governo do Estado por transferir essa Comissão que aqui se faz presente para o nosso Estado da Bahia e eu acho que é a primeira vez que fazemos uma reunião fora do Estado, fora de Brasília é a primeira vez, não é? Então nós somos um dos pioneiros a tirar essa Comissão de Brasília. Agradecer à Sede que praticamente financiou, ajudou muito em nome do secretário Valmir Assunção por nós estarmos aqui e agradeço ao Governo Federal por nos dar essa confiança que no qual nós solicitamos para vir aqui à Bahia e ele, e confiaram palavra. E para mim é muito emocionante trazer os nossos irmãos aqui. Eu fico muito (...) eu gosto de reclamar de tudo, gosto de brigar por tudo, mas tem hora que nós ficamos sensível por ver essas diferenças de etnias, diferenças de raças reunidas em um só espaço, é uma prova que o Brasil está sendo para todos. A Bahia também está seguindo o mesmo ritmo, também é para todos, um povo que estava na invisibilidade há pouco tempo e agora está se mostrando um conversando com o outro, um sabendo o que está faltando no outro, conhecendo os costumes, conhecendo os hábitos, o jeito, a cara, para dizer melhor poucos deles conheciam que era um Terreiro de candomblé. Eu também não sabia o que era *vasantê*, o cigano, não tínhamos conhecimento dos ciganos como ainda não tenho, palmeriano que eu não sabia nem, eu nunca tinha ouvido essa palavra palmeriano e através dessa Comissão nós estamos conseguindo conhecer um ao outro. Também eu agradeço à Prefeitura Municipal de Salvador em nome do nosso irmão Cosme que é subsecretário da SEMU por também ajudar o nosso Terreiro a mostrar a cara, apesar de que nós estamos na Bahia e só perdemos para a Nigéria em população negra, temos 86 a 87% de população negra e o negro aqui também não é visível ou não era visível, só perdemos para Lagos na Nigéria e aí é que está também o agradecimento ao Governo do Estado porque é pouco, mas tem dois negros na Secretaria, é muito pouco, mas já é um grande início, são dois secretários que não é só secretário e também não é só negro, ele veste uma camisa, ele faz por merecer. Não vou me delongar muito, eu estou aqui tão emocionado que eu não tenho nem mais o que falar. Eu agradeço a todos vocês por estarem aqui e também só informe

que hoje, às 7 horas, nós vamos estar na Câmara de Vereadores na sessão especial pelo aniversário do ACBANTU, 7 horas da noite deve, iniciar eu espero que vocês estejam lá também para unir mais força e mostrar quem somos. Obrigado. (Palmas!)

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)** – Passamos a palavra a Paulo César Basto, Superintendente do Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado.

**O SR. PAULO CÉSAR BASTO (Superintendente do Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado da Bahia)** – Bom dia a todos e a todas. Eu gostaria de saudar a mesa em nome do secretário Luiz Alberto que representa o nosso governador Jaques Wagner. É interessante notar que há poucos anos atrás quando se falava em preservação de recursos naturais, aquecimento solar, cuidado com a natureza, parecia que era coisa específica de ambientalista, de especialista no assunto. Com a incorporação da responsabilidade social a esses conceitos surge ciência e tecnologia, surge com a responsabilidade social e a necessidade do desenvolvimento econômico preocupação com o meio ambiente, surge o conceito de desenvolvimento sustentável. Quando se fala muito hoje em BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China como País emergente, me vem a lembrança um, quase um parágrafo do Mahatma Ghandi, quando da independência da Índia E fizeram uma pergunta se ele iria usar na Índia o mesmo método do britânico, ele respondeu: se a Grã-Bretanha precisou de metade do planeta para fazer seu desenvolvimento econômico, quantos planetas precisaria a Índia para se desenvolver? Quer dizer, desde essa época já se pensa no desenvolvimento sustentável, mas na verdade só há pouco tempo que as pessoas começaram a sentir a resposta da natureza e essa preocupação passou a ser mais constante. A Secretaria de Ciência e Tecnologia dentro da orientação do governador Jaques Wagner e levada a efeito pelo secretário Luiz Ferreira procura sempre colocar o desenvolvimento científico e tecnológico em benefício da sociedade. A nossa superintendência em particular, nós temos a diretoria de tecnologia sócio-ambientais que através da moderna concepção das tecnologias sociais procura levar o desenvolvimento científico e tecnológico às comunidades tradicionais, através de projetos de empreendedorismo social, de economia solidária e outros projetos sobre o assunto. Além disso, nós encontramos o programa de *enfocete* na Bahia, nós transformamos num outro programa mais amplo que chamamos de “cidadania digital” e a partir daí implantamos os centros digitais de cidadania. Esses centros digitais de cidadania são implantados em escolas, em organizações sociais e também em comunidades tradicionais, aqui em Salvador existem exemplos disso e também ao longo do interior do Estado. Eu gostaria então dessa maneira de saudar a todos vocês e dizer que o bom é prevenir do que remediar, a natureza vai agradecer. Muito obrigado. (Palmas!)

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)** – Passamos a palavra à nossa querida Ana Antorquato, representando aqui a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza do Estado.

**A SR<sup>a</sup>. ANA ANTORQUATO (Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza do Estado da Bahia)** – Muito bom dia a todos e todas. Eu gostaria de

cumprimentar a mesa através do nosso Tata Comonangi, cumprimento a todos cumprimentando a ele porque está vivendo um momento especial agora, está em festa, a entidade deles está fazendo sete anos de luta pela preservação da ancestralidade do nosso povo negro, do nosso povo santo, então está em festa, então cumprimentando o Comonangi eu cumprimento a todos e a todas. Dizer que para nós é um prazer muito grande recebê-los aqui, que nós estamos à disposição durante todo o período do evento e depois, porque depois é que é o gargalo, porque depois que vocês se reunirem e que vocês tiram as devidas conclusões dessa reunião aí é que vem mesmo o pegar, a mão na massa e nós estamos aqui dispostos a isso. Na nossa Secretaria nós temos a proposta no nosso PPA, da criação do Programa de Desenvolvimento Sustentável para povos e comunidades tradicionais, nós estamos iniciando uma parceria com a PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento agora para fazer a primeira etapa desse programa que é, na verdade, fazer um reconhecimento, um mapeamento das nações, dos povos e comunidades tradicionais aqui na Bahia, que a nível de política pública não existe nada e nós não conhecemos a realidade e não adianta nós produzirmos nos nossos gabinetes uma proposta dizendo que é uma proposta que vai melhorar a vida de vocês, mas sim esses povos precisam estar junto conosco construindo essa política. Então essa Comissão é muito importante para essa política no Brasil e eu acho que nós precisamos fazer a nossa Comissão Estadual, porque aí nós fazendo a nossa Comissão Estadual aí a discussão fica mais forte ainda, o comprometimento mais ainda e evidente que nós já temos um, não vamos partir do zero, porque nós temos dois representantes nossos daqui da Bahia, da Sociedade Civil que compõem essa Comissão e que com certeza ajudará a nós fazermos isso. Então a fala da Sede, a fala com certeza do nosso secretário deve reforçar isso, até porque como secretário da promoção de igualdade ele tem essa missão mais com afinco ainda, mas o nosso secretário Valmir Assunção é também um militante forte dos movimentos sociais, hoje está secretário, mas foi liderança nacional do movimento sem terra, foi liderança estadual, é assentado e é um militante também com os povos e comunidades tradicionais, daí nós termos desenvolvido esse programa que nós queremos dar início agora em 2008. E esse programa, nós estamos fazendo, discutindo também com pessoas que fazem parte dessa Comissão, nós já tivemos reuniões com Fundo de Pasta para discutir as necessidades do Fundo de Pasta, já tivemos reunião com o povo de Terreiro, com os quilombolas e aí nós estamos construindo devagar a nossa ação, é muito descaso, foi muita ausência de política pública nessa área, então há muito o que fazer. E dentro dessa proposta nós nos colocamos mesmo assim inteiramente à disposição para fortalecer cada vez mais essa ação, que vocês no final dessa reunião saiam com uma boa produção para subsidiar as nossas ações no Governo Federal e nós aqui no Estado, no alinhamento perfeito com o Governo Federal para colocarmos em prática essas ações. Então esse é o nosso desejo, é o desejo do nosso secretário, independente disso das questões mais operacionais só para tranquilizá-los, Ana Maria está chegando daqui a pouco aí, porque alguns estavam me perguntando sobre a questão da parte financeira de vocês, mas está tudo certo, entre hoje e amanhã no máximo estará resolvida a questão das diárias para vocês pagarem as despesas aqui, está tudo certo e as dúvida e Ana Maria vai estar aqui fazendo a ponte direta com a diretoria geral para dar tudo certo. Então tudo resolvido e nós nos encontramos por aí, ela vai estar acompanhando a atividade, mas nós nos colocamos à disposição para o que for necessário com vocês. Bom trabalho para todos. (Palmas!)

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) –** Bom eu gostaria de registrar a presença do senhor Antonio Cosme Lima de Silva, da Secretaria Municipal de Reparação da Prefeitura de Salvador, muito obrigado pela presença prestigiando nossa

reunião ordinária, também Diosmar Filho, assessor de assuntos para povos e comunidades tradicionais da Superintendência de Recursos Hídricos do Estado da Bahia, Diosmar, ele nos secundou inclusive na audiência pública junto com o deputado chamando um pouco atenção para os segmentos sociais tradicionais no Estado da Bahia para além da sensibilidade dos secretários e do próprio Governo do Estado e a senhora Edna Costa e Silva, assessora especial de povos e comunidades tradicionais da Secretaria do Meio Ambiente do Pára, representando aqui o nosso Estado lá do Pára que veio para poder aferir o quanto tem sido feito e dos comprometimentos estaduais aqui bem representados pelo Estado da Bahia no sentido de dar consecução não só à política, quanto também aos planos que decorrem dela, quer dizer, de tirá-la do papel, esse é o grande desafio que nós temos. Bom, passamos então a palavra ao secretário Luiz Alberto representando aqui o governador do Estado da Bahia Excelentíssimo Senhor Jaques Wagner.

**O SR. LUIZ ALBERTO SILVA DOS SANTOS (Governo do Estado da Bahia)** – Bom dia companheiros e companheiras. Eu quero saudar a mesa aqui na figura, não vou falar em Comonangi não, porque já saudou mais homens do que as mulheres, estamos aqui na presença da nossa companheira do MMA, Comonangi está sendo homenageado a semana toda, sete anos do ACBANTU, nós estaremos lá na sessão solene, sessão que vai homenagear ACBANTU, fez uma festa bonita no final de semana passado aí e o governador Jaques Wagner manda uma saudação, um abraço a todos vocês, eu acho que é um fato histórico esta reunião aqui na Bahia, a mídia sempre fica dando alfinetada no presidente Lula quando ele fala que pela primeira vez aconteceu não sei o que, mas muitas vezes nós falar isso também aqui na Bahia, porque esse novo Governo surge do compromisso da luta do povo baiano que por muito tempo, principalmente esse povo que está aqui, quer dizer, aqui é a cara do Brasil real, não é o Brasil que a grande mídia quer insistentemente produzir e construir, fazer com que nós acreditemos nisso. Aqui é o povo real. Muitas vezes nós vamos dizer na Bahia: pela primeira vez, como esta agora, nós estamos sediando esta sexta reunião da Comissão Nacional e que quer se comprometer aliás surge se comprometendo com esta política. A mídia nacional sempre vai atacar o nosso Governo, tanto no plano Federal, quanto agora no plano local, porque toda vez que a política, o compromisso e a prioridade se estabelecem para os mais pobres, o que não é comum no Brasil, na história do Brasil, isso dá a impressão e a mídia reforça isso de que a máquina pública está paralisada, porque ela não está construindo as grandes obras que a elite sempre conduziu e comandou. Então isso nós vamos ter que ter tranqüilidade para tratar. O nosso compromisso é exatamente construir um País que reflita a real necessidade do seu povo. Então o povo de santo de todas as nações que nós conhecemos no Brasil, em particular aqui na Bahia, aquilo que o Comonangi falou: os povos indígenas, povo cigano, as populações ribeirinhas, as comunidades quilombolas, tudo isso não fazia parte das preocupações e das discussões da política pública no nosso País, isso passou a virar um grande, uma grande ação que resgata o Brasil para o seu povo e é evidente que nesse cenário a elite brasileira não está quieta, ela está inquieta, quem está acompanhando aí esse debate, em particular das questões da comunidade quilombo, sabe do que está sendo tramado contra esse povo e por extensão os outros povos tradicionais, os outros povos tradicionais. Porque se nós formos observar, essas populações muitas vezes se confundem em determinados territórios: quilombo, povos indígenas, ribeirinhos, pescadores, marisqueiras, extrativistas, tudo isso você vai encontrar em determinado território a mesma conformação social ali presente e todos esses aspectos. Então o ataque à população quilombola é um elemento que vai atingir todos nós. Em Brasília eu fiquei muito inquieto essa semana, porque está na Comissão de agricultura da Câmara dos Deputados, o PDL de um deputado do sul do País que quer

anular o decreto 4887, nós derrotamos a pretensão da Comissão de Direitos Humanos, mas o relator da Comissão de Agricultura já colheu, fez o seu relatório, coordenando com ele, que se o Congresso Nacional aprová-lo nós vamos não só interromper a política de, sobre quilombo no Brasil, como atingir todas as ações decorrentes do decreto, ao mesmo tempo existe um debate posto pela AGU que está discutindo a mudança da Instituição Normativa nº 20 do INCRA que também cria inquietação nas comunidades e suas lideranças, tudo isso sobre pressão dos grandes proprietários de terra do Brasil. Está previsto para o dia 14 ainda desse mês ao plenário do Supremo Tribunal Federal julgar a ADIN que foi apresentada pelo antigo PFL, o DEMO, que quer também atingir o decreto 4887. Então há uma articulação que é preciso e é em torno disso uma grande mídia através da rede globo de televisão que constrói, que manipula as informações como já temos informações nas mãos que aquela matéria que a rede globo editou e divulgou pelo Brasil afora, a primeira matéria foi totalmente manipulada, e pasmem, vejam só o que acontece, aqui na Bahia, na comunidade quilombola de São Francisco do Paraguaçu, a juíza da 14ª vara federal emitiu uma ação, uma liminar de reintegração de posse aos fazendeiros e ela, na conversa que nós tivemos, ela deixou passar uma informação que aquilo me preocupou bastante, ela disse: eu fiquei muito impactada com a matéria da rede globo, ou seja, é possível, é provável que quando ela decidiu emitir a liminar a matéria da rede globo tenha influenciado bastante a sua decisão e quando nós colocamos para ela as informações, o que, porque o judiciário é um dos poderes mais distantes da realidade da população, da sociedade brasileira, porque é um poder hermético, ele tem poderes quase que ilimitados, o povo não tem controle, diferente do legislativo que de 4 em 4 anos nós podemos tirar, votar, mudar, assim como o executivo também, mas o judiciário não, o judiciário está lá imune, praticamente fechado a tudo, então o povo não tem acesso e os juízes muitas vezes, quando ele vai julgar uma ação com conceitos novos como esse “populações tradicionais” “quilombo” ele não tem a informação do marco legal disso, então ele dá uma decisão sem considerar os aspectos que ele não tem domínio e isso é um perigo para nós. Então a ADIN vai ser julgada no dia 14 agora e a informações que nós temos é que o relator acolheu as argumentações do DEMO em relação às comunidades de quilombo. Então nós estamos em um ambiente que precisa de muita unidade do nosso povo, de muita mobilização, nós temos um ambiente político relativamente favorável, pelo menos em alguns aspectos, a nível Federal o Governo que tem esse compromisso, a nível dos Estados no caso de Bahia particularmente foi um evento histórico a vitória nossa aqui no Estado da Bahia que ninguém acreditava que pudéssemos, num curto prazo, derrotar uma oligarquia tão perversa, ainda contaminada pelo escravismo que ainda não terminou. Então nós fizemos, construímos essa vitória e nós precisamos ter a compreensão que muitas vezes nós que somos militantes, ficamos com o pé atrás quando nós ganhamos o Governo, nós lutamos para ganhar o Governo e depois nós ficamos assim: e aí? Olha, aqui eu sou, e aí nós, ele fala que, não ele fala pelo Estado, mas é isso mesmo, nós ficamos nessa parente contradição ante ser Governo e ser movimento e são coisas distintas e com papéis distintos. Agora é importante que nós tenhamos a compreensão de que a máquina pública que nós estamos herdando é uma *maca* que não foi preparada para essas políticas. Então toda dificuldade nós vamos encontrar nas nossas Secretarias, no Governo para dialogar com essa realidade. E aí vem uma Secretaria e diz assim: nós vamos pagar a diária lá. Eu imagino as dificuldades na diretoria geral que manda uma consulta para o PGE e o PGE, isso não pode. Não pode. Ou nós mudamos a PGE, mudamos a legislação para nos adaptarmos a isso ou acaba a PGE. Ou nós mudamos a legislação do ponto de vista de outros processos ou nós não vamos conseguir dar conta do nosso compromisso, porque muitas vezes os nossos companheiros militantes, como nós, que construíram esse processo, acham que há uma má vontade de alguma forma, até por falta de informação do que é essa loucura de uma máquina de Estado feita pela elite e para a elite, nós temos que mudar isso.

Então o diálogo, é fundamental que o nosso povo dialogue e pressione o Legislativo para mudar a legislação. É fundamental que o nosso povo pressione o Judiciário. Eu acho que em umas reuniões dessa assim devia a Comissão provocar o Judiciário, vem pra cá, chama o Tribunal de Justiça para fazer uma palestra e ouvir o que o povo fala, lá em Brasília chama o Supremo Tribunal Federal, o STJ, vamos conversar, vocês têm que cair na real aí também. Então estas são as nossas preocupações e eu acho que nós temos que vencer essas batalhas, nós estamos construindo um País totalmente diverso do que existia, estes novos conceitos: desenvolvimento sustentável que dialoga com as comunidades tradicionais representa o reconhecimento da diversidade cultural, étnico-racial do Brasil, como diz Comonangi: é absolutamente visível, aliás eu sou daqueles que na década de 70 estava na rua lutando contra o racismo para reconhecer a diversidade cultural, o jornal nos chamava de “os pretos comunistas”, “os pretos comunistas”, está tudo dirigido por Moscou, ainda existia Moscou comandando as coisas, não existe mais, e tal. Então estamos aqui. Tudo que está acontecendo é resultado dessa luta nossa, as nossas conquistas têm que se traduzir no marco legal como política de Estado, não podemos achar que as conquistas nesse Governo que poderá, se vier um outro Governo, com perfil conservador, eles numa canetada só desmontar tudo que nós construímos, precisamos construir um arcabouço que se inscreva nas políticas de Estado, para que independente de Governo, evidentemente cada Governo vai fazer corpo mole, um mais, outro menos, mas estará como política de Estado e o povo vai ter esse instrumental para pressionar e garantir as suas conquistas e as conquistas não podem se reduzir só às políticas públicas, precisamos avançar na perspectiva de ter o controle da máquina do Estado brasileiro, na mão da maioria do povo. Esse é o nosso grande objetivo, tanto o Governo do Estado da Bahia, eu quero dar as boas vindas a todos vocês sediando aqui este encontro, dizer Comonangi que como é a primeira vez nós estamos aqui nos propondo a transferir Brasília para cá pelo menos no aspecto dessa Comissão e fazer as reuniões sempre aqui e algumas com seções em outros estados, quando for para lá pedir a nós aqui a autorização para fazer em outros Estados. Bom dia para vocês, bom trabalho e sejam bem vindos e bem vindas. (Palmas!)

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)** – Bom, bastante estimulante as palavras do Luiz Alberto. Só gostaria de registrar que, eu sei que tem o momento específico de informes, mas já que ele mencionou, nós tivemos um encontro da Sexta Câmara de Revisão do Ministério Público Federal em São Luiz do Maranhão mês passado, quando estiveram lá vários representantes aqui dos segmentos sociais tradicionais discutindo com os procuradores da república nos estados, dos estados, então todos os procuradores da Sexta Câmara estavam presentes exatamente para poder se matricular com relação à política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos de comunidades tradicionais, porque há muitas demandas da ordem do Judiciário que vão bater exatamente na Sexta Câmara e nessas instâncias, são instâncias muito importantes, nós já começamos então o movimento no sentido de sensibilização do Judiciário, mas é uma ação, nós precisamos recrudescê-la para poder opor resistência a todos os embates, seja da mídia, seja dos inimigos tradicionais dos povos e comunidades tradicionais. Bom, também há iniciativas como a do Governo do Estado da Bahia de criação de instâncias que tratem na parte do executivo de povos e comunidades tradicionais e há iniciativas também de criação de Comissões Estaduais. Então um dos pontos de pauta é exatamente a consolidação dessa agenda com todos os Estados da Federação exatamente para poder, estrategicamente, fortalecer a Comissão e dar concepção à política e ao plano que nós estamos construindo para operacionalizá-la. Bom, eu passo a palavra à Muriel para fazer algumas considerações iniciais e depois



então nós fazemos o encerramento dessa sessão de abertura.

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL SARAGOUSSI (Ministério do Meio Ambiente da Diretoria de Extrativismo)** – Obrigada Aderval. Bom dia a todos e a todas. Eu queria saudar a todas as mulheres presentes aqui em nome da Ana e todos os homens em nome do nosso amigo Comonangi de novo, que ele é grande, ele pode ser bastante homenageado. Os dias especiais têm que ser comemorados. Eu não vou me alongar muito, mas eu queria agradecer muito ao Estado da Bahia por nos acolher, eu acho que esse movimento de levar a Comissão para os diferentes Estados do País é um movimento importante, nós sabemos que não adianta ganhar o coração do Governo Federal se nós não conseguimos ganhar o coração dos estados e dos municípios, isso é um movimento forte que nós precisamos empreender como Comissão, todos os membros da Comissão ajudando nessa transformação de estados em municípios de apoiadores daqueles que entram em nossos territórios para, convertidos à causa de povos e comunidades tradicionais. Eu acho que é um dos grandes desafios que essa Comissão tem, porque não adianta nós resolvermos as coisas em Brasília se no território o Sistema Único de Saúde não chega porque o município que está, que tem a missão de fazer isso não transfere para os territórios, a mesma coisa com educação, a mesma coisa com muitas das políticas públicas que são feitas através do nosso sistema federativo com estados e municípios. Então obrigada ao Estado da Bahia, acho que nós vamos aceitar o desafio do Luiz, mas nós só vamos voltar daqui há 27 reuniões, porque nós pretendemos passar por todos os estados. Eu acho que nós temos que ter essa visão de longo prazo e efetivamente conseguir ir a todos os estados da Federação para fazer essa sensibilização. Eu queria agradecer em particular também ao Valdivino e ao Comonangi que fizeram das tripas coração para trazer essa reunião para cá, é sempre muito mais simples ir para Brasília, quase todo mundo tem vô mais direto, mas eu acho que vale a pena o sacrifício, não é Seu Pedro? De passar as noites no avião para nós podermos estar aqui, estar nos Estados divulgando essa política que é uma política nossa e que nós queremos mudar. Obrigada. (Palmas!)

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)** – Bom, eu faço minhas as palavras da Muriel agradecendo muito ao Governo do Estado da Bahia, particularmente à Ana Antorquato que se empenhou muito para que nós, por parte do Governo, para que nós estivéssemos aqui assegurando as condições para a realização desta reunião, é a primeira vez que a reunião ocorre dentro desse formato de dia prévio, de discussão em separado Sociedade Civil e Estado, Governo e no segundo dia a reunião das Câmaras Técnicas discutindo os eixos específicos que são: primeiro, acesso aos territórios tradicionais, aos recursos naturais, infra-estrutura, inclusão social e por fim fomento e produção sustentável. Os dias de ontem e anteontem portanto foram extremamente profícuos, bastante produtivos nós vamos ter a demonstração dessa produtividade no curso dessa reunião ordinária, porque nós vamos fazer o relato das atividades e agora então a reunião ordinária dos dias de hoje e amanhã. Esse formato é a primeira vez que nós estamos de fato implementando, que tem sido implementado em outras Comissões em outras instâncias governamentais de âmbito Federal, tem sido muito produtivo em termos da condução dos trabalhos. Bom, não tenho como não deixar de agradecer também o empenho do Valdivino e do Comonangi, que desde a audiência pública e desde antes disso estiveram empenhados em trazer a reunião ordinária para Salvador, para o Estado da Bahia e dizer que eu vou fazer um lobby como presidente, representando a presidência da Comissão de que nós não demorem tanto a voltar

porque a Bahia é a Bahia e estar aqui é, o secretário Luiz Alberto me falou aqui um segredo assim: isso aqui é uma visão idílica, quando você vê o folder é como se fosse a visão do paraíso, aí eu falei assim: é a sócio diversidade é a visão do paraíso, é a personificação do paraíso e o Estado da Bahia tem tudo a ver com isso, está afinado política e administrativamente com os interesses maiores que nos movem e que nos congregam aqui nessa reunião ordinária, como nos demais. Então eu vou fazer um lobby aqui Comonangi para que não demore tanto porque não vou agüentar ficar 27 (risos) reuniões, são 4 por ano. Não, sim, o reveillon e o carnaval eu já venho regularmente, mas é porque na ordem do trabalho, na ordem da diversão Salvador e Bahia já fazem parte, já são constitutivas do meu ritmo. Mas, enfim, agradecer muito a todos vocês que estiveram aqui, é importante lembrar que a Edna, embora esteja aqui representando o Governo do Estado do Pará ela é andirobeira, então ela representa também, subliminarmente, o segmento social tradicional extrativista e isso é digno de nota, de registro e estão também aqui as, eu presumo que são vocês, não fui apresentado ainda, as catadoras de Mangaba, que vão apresentar uma carta e a situação que vivem, que parece que há similaridades com a situação das quebradeiras de coco Babaçu de acesso aos recursos naturais, ou seja, de impedimento de acesso e conflitos decorrentes deste impedimento. Nós tivemos uma palestra brilhante do Ministro do Supremo Tribunal Federal em São Luiz do Maranhão que ele abordou exatamente a função social da propriedade em estando naquele encontro da Sexta Câmara e o que ele disse para as quebradeiras de coco, porque ele fez uma palestra sobre as quebradeiras de coco Babaçu, o Ministro do Supremo e o que ele disse foi exatamente e pode ser aplicado igualmente aos outros segmentos que são impossibilitados do acesso e precisam ter acesso para poder se reproduzir socialmente, poder reproduzir a diferença e fazer diferença nesse Brasil tão diverso e tão plural. Muito obrigado então. Assim eu desfaço, agradeço a presença de todos e desfaço a mesa de abertura para darmos seqüência aos trabalhos da nossa reunião ordinária. (Palmas!)  
...(Corte na Gravação) ... Então eu gostaria que daqui, da direita para a esquerda nós fizéssemos as apresentações, Elisa.

**A SRª. ELISA CAMAROTE (Ministério de Desenvolvimento Social)** – Bom dia a todos. Eu sou Elisa Camarote, trabalho no Ministério do Desenvolvimento Social junto com o Aderval e dou apoio ao trabalho da Comissão.

**O SR. PEDRO RAMOS DE SOUZA (Conselho Nacional dos Seringueiros)** – Bom dia a todos e a todas. Meu nome é Pedro Ramos de Souza, estou, sou extrativista vegetal e estou aqui representando o Conselho Nacional dos Seringueiros, que apesar da palavra seringueiros, mas ele trava as políticas públicas para todos os extrativistas vegetais e marisqueiros da Amazônia.

**A SRª. JÚLIA OTERO (INCRA)** – Bom dia. Sou Júlia Otero, estou acompanhando a reunião, quem é o suplente pelo INCRA é o Rui da coordenação de quilombos e eu vim acompanhar aqui.

**A SRª. MARIA DE JESUS (Comunidade Monte Alegre)** – Bom dia a todos e todas. Eu sou Maria de Jesus, sou conhecida por Digé e moro em uma comunidade muito distante de São Luiz do Maranhão chamada Monte Alegre, é uma comunidade negra e na verdade eu costumo dizer que eu tenho o tríplica identidade porque além de ser negra eu sou quebradeira, eu faço tudo o que é de trabalho, eu sou mãe e avó e estou aí na luta, nos movimentos aí há mais de 20 anos.

**A SR<sup>a</sup>. LUCELI (Articulação Pacari de Plantas Medicinais)** – Sou Luceli, sou da Articulação Pacari de Plantas Medicinais do cerrado e extrativista também.

**A SR<sup>a</sup>. SENAIR (INCRA)** – Senair, do INCRA, da Coordenação Geral de Implantação de Projetos e Assentamentos.

**A SR<sup>a</sup>. LUCIANA (Fundação Cultural Palmares)** – Bom dia, meu nome é Luciana, sou da Fundação Cultural Palmares.

**O SR. HAMILTON (Faxinense)** –Hamilton, do Faxinense do Paraná.

**O SR. JEAN MARTINS (CONAC)** – Bom dia. Jean Martins do Estado do Mato Grosso do Sul, do quilombo de Fornos Dionízio. Estou coordenando a Coordenação Estadual de Comunidades Quilombolas Rurais de Mato Grosso do Sul e também coordenador executivo da CONAC, na qual represento nessa Comissão.

**O SR. MANUEL (Colônia de Pescadores)** – Bom dia a todos e a todas. Sou do Mato Grosso, represento a Colônia de Pescadores, representando também os pantaneiros. Meu nome é Manuel.

**O SR. ACERTÚLIO (Faxinense)** – Meu nome é Acertúlio e eu sou representante do Faxinense do sul do Paraná.

**O SR. JORGE CARNEIRO (SEPIR)** – Bom dia. Jorge Carneiro da SEPIR.

**A SR<sup>a</sup>. ELISA MADE (SEAP)** – Meu nome é Elisa Made eu sou da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, SEAP de Brasília.

**A SR<sup>a</sup>. TEREZA MOREIRA (Ministério do Meio Ambiente)** – Bom dia. Meu nome é Tereza Moreira, sou do Ministério do Meio Ambiente da Secretaria Executiva.

**A SR<sup>a</sup>. CÉLIA PEREIRA (Centro Nacional de Populações Tradicionais)** – Meu nome é Célia Pereira, eu sou do Centro Nacional de Populações Tradicionais, antes IBAMA agora ICNPIO. Trabalho com reservas extrativista e com populações tradicionais de um modo geral.

**O SR. ERNANDO PÊRA PINTO (MONAPE)** – Bom dia a todos. Sou Ernando Pêra Pinto do Movimento Nacional dos Pescadores, MONAPE e membro titular da Comissão relacionada a povos e comunidades tradicionais.

**O SR. EDUARDO (Fundo de Pasto)** – Bom dia. Eduardo do Fundo de Pasto e da Articulação.

**A SR<sup>a</sup>. EDNA MARAJOARA (Cooperativa Ecológica das Mulheres Extrativistas do Marajó)** – Bom dia, eu sou Edna Marajoara, da Cooperativa Ecológica das Mulheres Extrativistas do Marajó e agora estou assessora de povos tradicionais do Governo do Estado do Pará.

**A SR<sup>a</sup>. LUCIANE FERREIRA (FUNASA)** – Bom dia. Meu nome é Luciane Ferreira e estou representando a Fundação Nacional de Saúde e na FUNASA eu desenvolvo um trabalho com medicinas tradicionais indígenas.

**O SR. DIOSMAR FILHO (Diretoria Geral da Superintendência de Recursos Hídricos)** – Bom dia a todos e a todas. Sou Diosmar Filho, eu sou ativista sócio-ambiental negro e estou na assessoria da Diretoria Geral da Superintendência de Recursos Hídricos que é uma autarquia da Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia.

**O SR. RODRIGO (Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos)** – Bom dia a todos e a todas. Meu nome é Rodrigo, estou representando aqui a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos aqui da Bahia.

**O SR. VALDIVINO (Fundo de Pasto)** – Bom dia a todos novamente, o meu nome é Valdivino, eu sou aqui do Estado da Bahia, lá do município de Uauá, das comunidades de Fundo de Pasto e faço parte da Coordenação Estadual das comunidades de Fundo de Pasto do Estado da Bahia.

**A SR<sup>a</sup>. DILMA (Barra de Mangaba)** – Bom dia a todos. Meu nome é Dilma, sou catadora representante da Barra de Coqueiros, de Mangaba, desculpe.

**O SR. JOSUÉ (EMBRAPA)** – Meu nome é Josué, sou pesquisador da EMBRAPA da área de recursos genéticos de fruteiras tropicais e trabalho com as catadoras de Mangaba do litoral do nordeste.

**A SR<sup>a</sup>. DALVA MOTA (EMBRAPA)** – Meu nome é Dalva Mota, Sou pesquisadora da EMBRAPA, trabalho com agricultura familiar, populações tradicionais e conservação da biodiversidade e estamos juntos nesse trabalho com as catadoras de Mangaba há seis anos.

**O SR. TATA COMONANGI (ACBANTU e os Povos de Terreiro)** – Bom dia mais uma vez. Comonangi, na verdade é Tata Comonangi, sou de povo de Terreiro.

**A SR<sup>a</sup>. ALICIA (Povoado Pontual)** – Bom dia. Meu nome é Alicia, sou catadora de Mangaba e represento o povoado Pontual.

**A SR<sup>a</sup>. MARIA DOMINGAS (Catadora de Mangaba)** – Bom dia a todos e a todas. Meu nome é Maria Domingas, popular Ninha, sou catadora de Mangaba do município Alangama Pirambu, Sergipe.

**O SR. CARLOS (CEDRO)** – Bom dia a todos. Eu estou aqui representando a CEDRO – Centro de Estudos e Discussões Ramani, etnia cigana, Calon, cigano. Meu nome é Carlos.

**A SR<sup>a</sup>. RAQUEL (Rede Kodya e Povo de Santo)** – Bom dia a todos e a todas. Meu nome é Raquel, estou representando a rede Gold e o povo de Santo.

**A SR<sup>a</sup>. CÉLIA (Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande)** – Bom dia a todos companheiros e companheiras. Eu sou a Célia, eu sou da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande lá no município de Curuçá no Estado do Pará no litoral paraense e estou membro da Comissão, estou suplente do Pedro Ramos no assento do Conselho Nacional de Seringueiros.

**O SR. ARNALDO DAS NEVES (Caiçara de Juréia)** – Arnaldo das Neves, Caiçara da Juréia, suplente.

**A SR<sup>a</sup>. CLÁUDIA (Pantaneira)** – Cláudia, pantaneira.

**O SR. DAURO (Comunidade Caiçara)** – Meu nome é Dauro, eu sou da comunidade Caiçara, litoral sul de São Paulo.

**A SR<sup>a</sup>. IÁSCARA (APRECI)** – Bom dia. Eu sou Iáscara da APRECI – Associação de Preservação da Cultura Cigana.

**A SR<sup>a</sup>. CÁTIA (Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais)** – Eu sou Cátia e estou entrando na Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais.

**A SR<sup>a</sup>. ANA MARIA (Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza)** – Ana Maria, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza.

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL SARAGOSSI (Ministério do Meio Ambiente da Diretoria de Extrativismo)** – Eu sou Muriel Saragoas, eu sou do Ministério do Meio Ambiente da Diretoria de Extrativismo e estou aqui representando o Ministério, como Secretaria

Executiva também.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)** – Eu sou Aderval Costa Filho, sou da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, representando aqui a presidência da Comissão, MDS. Bom, a Muriel foi checando aqui, na medida em que vocês foram apresentando, nós temos que ver a questão de quorum, então nós vamos ter que fazer meio que uma chamada, não obstante a apresentação. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, presente, titular. Ministério do Meio Ambiente, presente titular. Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Paula esteve aqui ontem, eu só estou dizendo porque, como tem algumas pessoas que só estão vindo hoje a Paula esteve aqui nos trabalhos da Câmara Técnica, mas o MDA não pôde estar presente na reunião ordinária. Ministério da Cultura, faltou. Ministério da Educação, faltou. Ministério do Trabalho e Emprego, faltou. Ministério de Ciência e Tecnologia, faltou. Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial da Presidência da República, presente. Secretaria Especial de Agricultura e Pesca da Presidência da República, presente titular. Fundação Cultural Palmares, presente suplente. Fundação Nacional do Índio, faltou. É preciso registrar o que está acontecendo nesse mesmo período, a reunião da Comissão Nacional de Política Indigenista, então a FUNAI está muito envolvida e nós não estamos lá para estarmos aqui, enfim. Mas fazemos parte das duas instâncias, não é Muriel? Tanto eu, quanto a Muriel. Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, faltou. Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, suplente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, ainda não conta para quorum. Tem algum Fernando aqui, gente? Não tem nenhum Fernando aqui. Sem dispersão gente, vamos lá. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, titular presente. Associação de Mulheres Agricultoras Sindicalizadas – AMAS. Cadê o Renato? Olha, o negócio de ir para o Pelourinho à noite, é esse o problema. Onde está o Renato? Conselho Nacional de Seringueiros, presente titular e suplente. Coordenação Estadual de Fundo de Pasto da Bahia, presente titular e suplente. Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ, presente suplente. Grupo de Trabalho Amazônico – GTA, faltou. Rede Faxinais, presente titular e suplente. Movimento Nacional de Pescadores, presente titular. Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu – ACBANTU e Rede Kodya, titular e suplente presente. Povo de Terreiro. Associação de Preservação da Cultura Cigana, APRECI e Centro de Estudos e Discussão Romani – CEDRO, presente titular e suplente. Associação dos Moradores e Amigos Proprietários dos Pontões de Pancas de Águas Brancas e Associação Cultural Alemã representando os pomeranos não vieram. Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB e Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME, ausente. É provável que tanto a COIAB quanto a APOINME estejam na reunião ordinária da CNPI. Fórum Matogrossense de Desenvolvimento Sustentável – FORMAD, presente e Colônia de Pescadores CZ-5, suplente, representando os pantaneiros, titular e suplentes presentes. Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu e Associação de Assentamentos do Estado do Maranhão – ASSEMA, suplente presente. Rede Caiçara de Cultura e União de Moradores de Juréia, titular e suplente presentes. Rede Cerrado e Articulação Pacari, titular e suplentes presentes. 18, deu quorum. Então nós temos quorum suficiente para poder dar seqüência aos trabalhos. Partindo para o outro ponto de pauta, aliás, para o primeiro ponto que é a leitura e aprovação da pauta da Sexta Reunião Ordinária, então vamos lá. Nós temos a leitura e aprovação da pauta, a aprovação das atas da 4ª e 5ª Reuniões Ordinárias, a leitura e votação ... (Corte na Gravação) ...

**A SR<sup>a</sup>. TEREZA MOREIRA (Ministério do Meio Ambiente)** – Todas as anotações foram feitas à mão, certamente essa anotação da sua pergunta para o Paulo passou, aí eu só queria ver direitinho como é que vai ficar o texto ali, porque você está dizendo que fez uma pergunta e o Paulo te respondeu? Você lembra o que ele respondeu? Então é essencial, Nando a pergunta que eu gostaria de fazer a você é que tem várias coisas que muitas pessoas da Comissão perguntaram que não entraram na ata porque nós não, a ata não é uma transcrição integral dos diálogos que aconteceram na reunião, a minha pergunta para você é se para você é essencial esse acréscimo na ata. Então...

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)** – Bom a minha sugestão Tereza é de que o Ernando, com mais alguém faça uma redação desse parágrafo específico e nós voltemos depois para poder aprovar a inclusão, está OK? Vamos partir para a segunda, essa é a quarta? Com relação à 4<sup>a</sup> Reunião Ordinária não tem nenhum acréscimo, a ata está aprovada? Nomes e forma não entra em discussão. Ficam aprovadas as mudanças, então de nome, forma, artigo, concordância enfim, questões gramaticais e outras coisas.

**O SR. PEDRO RAMOS DE SOUZA (Conselho Nacional dos Seringueiros)** – Do Conselho Nacional de Seringueiros. Eu tenho uma sugestão a fazer em relação à ata anterior, que não é a 5<sup>a</sup>, é a outra. É que nós aprovemos a ata e depois, se acrescenta, porque eu acho que ninguém se lembra aqui, teria que recuperar isso de alguma forma com o Paulo. Recuperaria isso com Paulo e depois se acrescentaria para nós não discutirmos toda a pauta na próxima reunião, discutia só essa parte aí.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)** – Bom, a minha sugestão é que faça uma redação, se recupere um pouco de qual foi a resposta, o encaminhamento, se for o caso liga para o Paulo para poder já fechar a aprovação dessa ata nessa reunião, porque nós não podemos ficar com pendências não, temos muita coisa a fazer e acúmulo e pendência não são muito convenientes para nós, tudo bem? O restante, salvo o acréscimo apresentado pela MONAPE está aprovado? Da ata da 5<sup>a</sup> reunião. O restante, salvo, está aprovado? Aprovado então. (Palmas!) Só não houve palmas, vamos dar uma salva de palmas para a 4<sup>a</sup>. (Palmas!) Gente, alguém esqueceu de assinar a lista de presença? Ela é muito importante para que nós façamos, mais uma vez, para que nós façamos a ata da reunião e para que os registros fiquem devidamente feitos. O Renato não está muito bem disposto, está com problema de saúde e é por isso que ele não veio logo cedo, mas tão logo ele melhore ele vai descer para participar conosco. É o problema do dendê, quem não está acostumado, essa Bahia e seus mistérios. Partimos então para a leitura e aprovação das deliberações que criam as Câmaras Técnicas.

**A SR<sup>a</sup>. TEREZA MOREIRA (Ministério do Meio Ambiente)** – Tereza Moreira do Ministério do Meio Ambiente, eu só gostaria de pedir aos coordenadores das Câmaras que me passem o documento digital alterado das deliberações, ou quem tiver alterações e se lembrar de memória que faça em tempo real, mas que vocês me passem os

documentos para nós podermos projetar a versão alterada pelas Câmaras.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) –** Esse aí já está alterado?

**A SR<sup>a</sup>. TEREZA MOREIRA (Ministério do Meio Ambiente) –** Não.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) –** A de Inclusão Social está aí.

**A SR<sup>a</sup>. TEREZA MOREIRA (Ministério do Meio Ambiente) –** A da Câmara 1 está onde? Nesse computador?

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) –** Para não perdermos tempo refazendo o trabalho feitas nas deliberações, nós poderíamos tomar uma água, cinco minutos OK? Sem dispersão. Deliberação sobre os acessos aos territórios tradicionais e recursos naturais. Câmara Técnica. (Corte na Gravação) ... Deliberação, ela pode ser depois mudada porque nós ainda vamos submeter à apreciação do Jurídico, o que importa na verdade é aquilo que nós identificamos, como membros efetivos da Câmara, convidados excepcionais ou convidados permanentes, é isso que importa, porque no geral, depois quando nós passarmos a fazer a revisão técnica e jurídica da deliberação naturalmente nós podemos mudar a forma, mas o conteúdo vai se manter essencialmente. Então o que nós vamos estar votando aqui é o conteúdo das alterações que nós propusemos. É, porque se é um parágrafo, se são dois, se é para cá, se tem recuo, se não tem recuo isso é uma questão de forma, não é uma questão de essência. Então a deliberação que institui a Câmara Técnica Permanente de Acesso Aos Territórios E Aos Recursos Naturais No Âmbito da Comissão Nacional. Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável, eu vou ler integralmente a primeira e daí da segunda em diante não vou ler as partes que se repetem, que é esse parágrafo introdutório. Já as diretrizes específicas, os objetivos específicos, daí eles mudam de acordo com cada Câmara, é necessário ler. E a competência também. Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais no uso de suas atribuições legais conferidas pelo decreto de 13 de julho de 2006 e tendo em vista o disposto no capítulo 4º, artigos 14 a 16 do Regimento Interno e a proposta aprovada em sua 4ª Reunião Ordinária e considerando os princípios, os objetivos e diretrizes para implementação da política nacional, conforme dispõe o decreto 6040 de 7 de fevereiro de 2007 e Resolução 001 de 2007 resolve: designar para compor a Câmara Técnica Permanente de Acesso aos Territórios e aos Recursos Naturais um representante titular ou suplente de cada um dos seguintes órgãos e organizações da Sociedade Civil: Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Fundação Cultural Palmares, Fundação Nacional do Índio, Secretaria Especial de Políticas para Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Secretaria Especial de Agricultura e Pesca da Presidência da República, Associação de



Mulheres Agricultoras Sindicalizadas, Coordenação de Fundos de Pasto da Bahia, Rede Faxinais, Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu, isso não saiu daqui? Centro de Estudos e Discussão Romani, A Associação dos Moradores e Amigos Proprietários dos Pontões e Pancas de Águas Brancas, Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME, Rede de Cultura Caiçara, Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ. Descendo um pouco mais. Parágrafo único: constituem convidados permanentes e contribuir com os trabalhos dessa Câmara Técnica, a que se refere o capto desse artigo, os seguintes órgãos públicos e organizações da Sociedade Civil: Ministério Público Federal, Núcleo Estratégico de Gestão Sócio-Ambiental do Ministério de Minas de Energia, Ministério das Cidades, Instituto Sócio-Ambiental, a Câmara Técnica de Acesso aos Territórios e Recursos Naturais compete, além do disposto nos incisos I e III, do artigo 14 do Regimento Interno da Comissão Nacional, propor e monitorar ações voltadas para o alcance dos seguintes objetivos específicos da política nacional: garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica, minimizar os conflitos gerados pela implantação de unidades de conservação de proteção integral em territórios tradicionais e estimular a criação de unidades de conservação de uso sustentável. Artigo 3º, a Câmara Técnica Permanente de Acesso aos Territórios Tradicionais e Aos Recursos Naturais será coordenada conjuntamente pelos representantes da coordenação de Fundos de Pastos da Bahia e pelo INCRA e nos seus impedimentos e afastamentos legais ou regulares pelos representantes da Rede Caiçara de Cultura e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Essa deliberação entra em vigor na data de sua publicação e aí, aqui tem uma, depois a forma vai ser dada posterior, mas aqui se define os convidados eventuais: Coordenação de Desenvolvimento Agrário do Estado da Bahia, Secretaria do Meio Ambiente e Recurso Hídricos do Estado da Bahia, Terra de Direitos do Paraná, Secretaria de Justiça e Cidadania e Direitos Humanos da Bahia.

**A SRª. TEREZA MOREIRA (Ministério do Meio Ambiente)** – A integração dos convidados permanentes ao texto já foi feita aqui em cima, nós fizemos uma proposta de texto que é esse parágrafo que você já leu, que é o parágrafo único do Artigo 1º. Com relação aos convidados eventuais, se são eventuais eles não devem entrar no texto da deliberação, então eu acho que a Câmara deixou aqui a título de informação, dos nomes que foram sugeridos como instituições que devem estar acompanhando isso, mas esporadicamente e daí no texto da deliberação em si não vai entrar. Não vai ser incorporado ao texto.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)** – Fica esclarecido que as Câmaras Técnicas são espaços relativamente abertos, na verdade cada uma vai convidar órgãos locais para poder discutir e sugerir e instruir questões de interesse da Comissão e da Câmara Técnica Específica, portanto se nós formos enumerar a cada reunião quais serão os convidados eventuais, nós teríamos uma lista infundável, porque a julgar do Estado em que vamos realizar a reunião ou da circunstância ou do tema a ser tratado, nós vamos convidar órgãos, os mais de várias instâncias do Governo e os mais diferentes possíveis, relacionados ao eixo específico e à Câmara Técnica Específica. OK? Então vamos lá. Isso está sendo apresentado para nós votarmos e aprovarmos. Alguma objeção ou alguma observação com relação a essa deliberação de acesso aos territórios e aos recursos naturais apresentado, já discutido e apresentado pela Câmara Técnica

Específica? Em regime de votação. Tudo bem, vamos partir para a próxima.

**O SR. PEDRO RAMOS DE SOUZA (Conselho Nacional dos Seringueiros)** – Na questão dos convidados permanentes eu só queria um esclarecimento a respeito de porque nós não mencionamos como convidado permanente alguém do Poder Legislativo? Porque muitas vezes tem alguma lá que está coerente, quer ouvir da pessoa, do parlamentar, mas aí ele não está como nosso convidado. Relacionado às questões de meio ambiente essas coisas assim, as Câmaras sempre têm.

**A SR<sup>a</sup>. TEREZA MOREIRA (Ministério do Meio Ambiente)** – Seu Pedro, eu não sei, eu entendo o seguinte: não é toda reunião que vai se discutir questões legislativas e o parlamentar nem sempre é o melhor para estar vindo para uma Câmara esclarecer o funcionamento e aplicação da lei, porque o papel dele é fazer leis, quem aplica é o Poder Executivo, então os órgãos do Poder Executivo podem ser convidados a esclarecer as questões relacionadas à implementação da legislação em vigor, no caso o Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Chico Mendes e o IBAMA têm acompanhado de perto a reunião das Câmaras, eu acho que eventualmente se numa Câmara surgir um questionamento sobre uma legislação em vigor em que está na mão de um órgão que faz parte da Comissão, mas que ele não participa daquela Câmara Específica, eu acho que é a questão de convidar um técnico da área específica da implementação daquilo para estar apresentando, mas eu não vejo porque ele ser convidado permanente da Câmara, porque uma coisa que eu acho importante de se observar é o seguinte: que os órgãos que são convidados permanentes dessas Câmaras, mas que não têm demandas frequentes para sua participação eles terminam desestimulando e não participando mais das reuniões. Então eu acho importante que os órgãos que não são membros, quando forem convidados, sejam convidados em razão de uma demanda específica que tem para ele naquela reunião, então eu aconselharia evitar inchar demais as Câmaras.

**O SR. PEDRO RAMOS DE SOUZA (Conselho Nacional dos Seringueiros)** – Quando me refiro a parlamentar, tenho para mim que você ajudou a esclarecer a questão de ser permanente ou não, pode ser eventual, mas numa questão como essa que está acontecendo que vai acontecer no Congresso, e vão modificar um decreto e tem as Comissões que tratam disso e para nós recebermos a informação tem que ser o parlamentar que está lá dentro mesmo, não é outro técnico.

**A SR<sup>a</sup>. TEREZA MOREIRA (Ministério do Meio Ambiente)** – Nesse caso específico sim, mas o que, inclusive com relação a esse assunto, eu acho que era de se verificar se não seria o caso de pedir uma reunião com as Câmaras que, do Congresso que estão discutindo o assunto ou então uma reunião com parlamentares que participam dessas Câmaras, eu acho que é uma estratégia política. Talvez não seja uma questão de se discutir dentro da Câmara por conta da lentidão com que a agenda das Câmaras se executa e essa demanda com relação aos territórios quilombolas é uma coisa bem pontual, eu acho que talvez, enfim. É só uma opinião, não sei se seria o caso de convidar permanentemente um parlamentar. De qualquer maneira está encaminhado, que é na deliberação só vão constar os permanentes.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias)**

**do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) –** É convidado eventual, Seu Pedro. É que quando for pautar aí chama relatores, enfim. Vamos à segunda deliberação Tereza. Essa deliberação ... (Corte na Gravação) ... A Câmara Técnica Permanente de infra-estrutura no âmbito da Comissão Nacional. Então, Artigo 1º: criar a Câmara Técnica Permanente de infra-estrutura a qual será composta por um representante titular ou suplente de cada um dos seguintes órgãos e organizações da Sociedade Civil: Fundação Nacional de Saúde, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Fundação Nacional do Índio, Conselho Nacional dos Seringueiros, Rede Kodya, Movimento Nacional dos Pescadores, União dos Moradores da Juréia. Parágrafo único: Constituem convidados permanentes a contribuir com os trabalhos dessa Câmara Técnica, a que se refere o capto desse artigo os seguintes órgãos públicos e organizações da Sociedade Civil: Ministério da Saúde, Ministério de Minas e Energia, Ministério dos Transportes, Ministério das Cidades, Ministério das Comunicações, Ministério da Integração, Ministério da Justiça, institutos Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Brasileiro de Apoio aos Municípios, Instituto de Permacultura da Amazônia e Instituto de Permacultura do Cerrado. A Câmara Técnica Permanente de Infra-Estrutura compete, além do disposto nos incisos I e II do artigo 14 do Regimento Interno propor e monitorar as ações voltadas para o alcance dos seguintes objetivos específicos da política nacional: implementar infra-estrutura adequada às realidades sócio-culturais e demandas dos povos e comunidades tradicionais, garantir os direitos dos povos e comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras ou empreendimentos. Artigo 3º: a Câmara Técnica de Infra-Estrutura será coordenada conjuntamente pelos representantes da União dos Moradores da Juréia e da Fundação Nacional de Saúde e nos seus impedimentos e afastamentos legais ou regulamentares, pelos representantes do Conselho Nacional de Seringueiros e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Essa deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

**A SRª. EDNA MARAJOARA (Cooperativa Ecológica das Mulheres Extrativistas do Marajó) –** Essa Comissão tem assim, uma, ela pode chegar junto das Comissões, por exemplo, da Barragem e aí diz que essa política nacional de povos e comunidades tradicionais defende e protege esses povos que vão ser atingidos por Barragem. Lá no Pará nós temos várias situações, inclusive agora o Madeira já está sendo leiloada, as hidroelétricas, essa já foi uma parte, outra não, Essa Comissão tem condições de chegar junto lá dessa estrutura de Barragens e proteger realmente as comunidades tradicionais atingidas, porque aí diz isso. Como? Me diz como que é para nós tentarmos fazer uma ação em nível estadual, como nós podemos proteger essas comunidades tradicionais através dessa Comissão que diz aqui que protege? Outra coisa, é só por Barragens, pelos impactos ambientais, por exemplo, o Marajó vai 30% do seu território inundado. As mulheres sentilobeiras vão perder quase que Várzea toda. Como essa Comissão pode ajudar as mulheres sentilobeiras na garantia de que o Governo tenha um olhar para elas para levar para outro ambiente que tenha de preferência a mesma biologia, como que nós vamos, como que essa Comissão, a ação dessa Comissão queria entender a ação da Comissão nisso, se nós vamos ter os mesmos recursos naturais, se o Governo vai se importar, como que vai ser, porque lá nós temos...

**A SRª. MURIEL SARAGOUSSI (Ministério do Meio Ambiente da Diretoria de Extrativismo) –** Edna, só tentando responder um pouco essa sua angustia. O papel da Comissão não é ir lá e fazer as coisas, não é o papel da Comissão. Aí o que está aqui é

que a Comissão vai propor e monitorar ações voltadas para, então a Comissão propõe, ela não executa, isso está nas diretrizes que são sendo colocadas lá, eu acho que não é ... Isso. Isso. Mas isso é a política. Isso está na política. A política vai se implementar através dos planos de ação, eu acho que essa é uma discussão que podemos estar levando daqui a pouco, mas aqui o que nós estamos fazendo? Nós estamos trabalhando e tentando votar a missão das Câmaras Técnicas. Então o assunto está colocado fora do, o que você está propondo para nós discutirmos aqui é fora dessa deliberação. Só para entender, porque senão nós não conseguimos avançar em nossa pauta. Você está propondo é uma discussão sobre a política em geral. Então a minha sugestão é que essa sua pergunta seja respondida depois que nós terminarmos o ponto de votação que estamos fazendo.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) –** É, porque, eu só queria dar um esclarecimento Edna, que é o seguinte: as Câmaras Técnicas, só explicando, as Câmaras Técnicas Edna? As Câmaras Técnicas na verdade são as instâncias de trabalho técnico, as instâncias de trabalho executivo da Comissão, elas vão instruir tecnicamente às deliberações da Comissão das reuniões ordinárias, por isso que elas acontecessem em dia prévio, nós sentamos, todas as demandas que nos chegam à Comissão é encaminhado para a Câmara Técnica Específica, se for direcionada à questão de empreendimentos, obras e empreendimentos, nós mandamos para a Comissão de Infra-Estrutura, para a Câmara Técnica de Infra-Estrutura. Se for direcionada a acesso ao território nós mandamos para a Câmara Técnica de acesso ao território, lá se discute e se delibera sobre o que vai fazer e apresenta aqui para ser aprovado, entendeu? Então na verdade é uma instância técnica executiva e aqui é uma instância deliberativa. O problema é: elas não foram ainda formalizadas, nós estamos aqui no momento de formalização das Câmaras Técnicas. Aprovado e publicado elas passam a vigorar porque elas, já é a segunda reunião e nós estávamos precisando de aprovar sua estrutura, sua composição, os órgãos permanentes, os convidados, entendeu? Então aí depois nós podemos discutir um pouco sobre: como eu apresento uma demanda para a Comissão e para a Câmara Técnica Específica, isso pode entrar depois como ponto. Vamos lá então. Alguma objeção ou alguma colocação ou alteração com relação à infra-estrutura? Com relação à deliberação ao texto.

**A SR<sup>a</sup>. LUCIANE FERREIRA (FUNASA) –** Bom, eu vejo que ali a Fundação Nacional de Saúde, meu nome é Luciane Ferreira da FUNASA, está colocada como coordenação dessa Câmara e eu gostaria de rever isso, eu não sei, eu estou chegando, é a primeira reunião, nós somos indicados como titular e suplente agora, recentemente nessa revisão e eu gostaria de rever essa coordenação porque acredito que o perfil dos titulares dos Conselheiros ou dos membros da Comissão que aqui estão podem contribuir muito mais na Câmara Técnica de Inclusão Social onde saúde está colocada como uma das questões eixo. Eu acho que FUNASA, eu não gostaria de assumir essa responsabilidade de coordenar essa Câmara Técnica como FUNASA, não sei. Sugiro que o INCRA e como tem essa questão dos impactos de projeto e infra-estrutura eu acho o que MMA seria importante também estar colocando, porque é isso. Tudo bem que é o texto da política, mas realmente é uma questão pertinente que Edna levanta: como nós vamos atuar ou como as Câmaras Técnicas terão mesmo a FUNASA integrando o corpo da Câmara Técnica digamos assim, e não na coordenação. Como nós poderemos nos responsabilizar por garantir esses direitos? Questões a amadurecer futuramente, mas o meu ponto é esse. Tem como rever essa indicação da coordenação para essa Câmara

Técnica, nós temos como ver outros órgãos para isso?

**A SRª. TEREZA MOREIRA (Ministério do Meio Ambiente)** – Eu queria fazer um esclarecimento Luciane que é o seguinte: a Fundação Nacional, todos os membros, todos os órgãos que compõem a Comissão têm um titular e um suplente e um titular e suplente em cada, um titular está numa Câmara e o suplente está em outra Câmara. Então na FUNASA, ela está inscrita na Câmara de Infra-Estrutura e na Câmara de Inclusão Social justamente nas duas únicas Câmaras que surgiram o tema saúde. Na Câmara de Inclusão Social, a respeito do sistema em si de saúde e na Câmara de Infra-Estrutura por conta da implementação de infra-estrutura básica em saúde e saneamento básico e implementação dessa infra-estrutura nas comunidades. Então nós poderíamos sugerir, eu particularmente acho, eu discordo de você, eu acho que a FUNASA tem experiência de implementação de infra-estrutura na ponta e de todas as dificuldades que existem hoje para a implementação dessa infra-estrutura lá na ponta por conta das competências da Fundação que os outros órgãos não têm. Com relação aos temas é o que nós temos discutido, os temas específicos que estão nas Câmaras, nós temos discutido que as responsabilidades, a responsabilidade do coordenador é coordenar, não é necessariamente implementar, é trazer o subsídio e coordenar o grupo para que esse grupo de membros traga maior número, o melhor e a melhor qualidade de aporte possível para se pensar dentro da Câmara no desenvolvimento de soluções para os problemas que estão colocados para implementação dessas políticas públicas e infra-estrutura básica e na outra. E aí eu acho no caso, quando se tratar da questão de obras de grande infra-estrutura essas responsabilidades têm que ser compartilhadas com os órgãos que têm maior competência na área. Eu concordo com você. Então eu não sei se diante dessas considerações você realmente acha ainda que a Fundação Nacional de Saúde deveria sair da coordenação. Uma coisa que eu observei olhando rapidamente nas 4 deliberações enquanto a Luciane falava e que eu me lembrei é que o Ministério da Educação não está como membro permanente dessa Câmara e até onde eu olhei o Ministério da Educação que compõe a Comissão não está em nenhuma Câmara. Eu não sei se alguém se lembra de ter colocado como membro permanente o Ministério da Educação. Mas eu sugeri... Está na Inclusão Social? Então eu gostaria de incluir o segundo membro do Ministério da Educação na Câmara de Infra-Estrutura por conta da infra-estrutura básica em educação.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)** – É pertinente. Olha, antes de passar a palavra para a Muriel e para o Diosmar e também o Rodrigo eu só gostaria de dizer que temos um problema sério com relação à infra-estrutura, o Ministério do Meio Ambiente não cuida de infra-estrutura a princípio, o Ministério do Desenvolvimento Agrário também não, o Ministério da Cultura também não, salvo alguns pontos de cultura, mas não é exatamente infra-estrutura, o Ministério da Educação, as questões das escolas, Ministério do Trabalho e Emprego também não cuida de infra-estrutura, Ciência e Tecnologia também não cuida, SEPIR não cuida de infra-estrutura, embora articule ações para, SEAP não cuida de infra-estrutura a princípio, FUNAI um pouco mais, mas especificamente para um segmento, não para os quinze, ou mais segmentos que possam vir a integrar como beneficiários da política, FUNASA é o único que tem uma vocação um pouco mais clara com relação à saneamento e estrutura em termos de equipamentos público de saúde. CONAB no local, no território não tem infra-estrutura, IBAMA também não e INCRA também não. Então nós temos um problema sério o Ministério das Cidades, o Ministério da integração não integram a Comissão, eles não

são titulares nem suplentes da Comissão e nós temos muita dificuldade para identificar um órgão que possa estar efetivamente respondendo, mas olha só, é se articulando com os demais, propondo encaminhamentos que serão deliberados no âmbito da Comissão e assumidos pela Comissão, é um Câmara estritamente Técnica, ela não é política no sentido de decidir, de dar conta, de ter que dar conta disso ou daquilo. É de discutir e instruir os trabalhos da Comissão.

**A SR<sup>a</sup>. LUCIANE FERREIRA (FUNASA)** – Bom, tudo bem. A questão que eu coloco é não, realmente a FUNASA faz parte da Comissão, eu ainda coloco em questão se nós precisamos coordenar considerando que o papel da coordenação é esse, que a Tereza colocou que é o de articular, se for decisão da Comissão eu acato e a FUNASA então coordena a Câmara Técnica, mas eu coloco de qualquer forma esse questionamento para que nós vejamos se existe uma outra possibilidade, senão nós assumimos a coordenação, não tem problema.

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL SARAGOUSSI (Ministério do Meio Ambiente da Diretoria de Extrativismo)** – Eu queria também acrescentar dois pontos ao que você colocou e isso vale, o primeiro ponto vale para todas as deliberações, nós precisamos ver certinho onde é IBAMA e onde é Instituto Chico Mendes que são convidados permanentes, sendo que o Instituto Chico Mendes é quem é o membro da Comissão, não mais o IBAMA, nós vimos isso no próprio decreto que cria o Instituto Chico Mendes porque as atribuições referentes a povos e comunidades tradicionais são do Instituto Chico Mendes e não do IBAMA. Então no formato que está o próprio decreto nós já precisamos fazer essa correção separando bem qual dos dois. O segundo ponto que é relativo a este aqui especificamente, nós, você fez a sugestão de que o Ministério do Meio Ambiente fizesse parte da Câmara de Infra-Estrutura, inclusive coordenasse. O Ministério do Meio Ambiente não faz infra-estrutura em nada, no máximo o IBAMA, não autoriza, o IBAMA analisa os estudos e os relatórios de impacto ambiental e dá ou não as licenças e a Agência Nacional de Água idem. Essas Câmaras foram criadas para trabalhar em cima da política e de todas as diretrizes e ações propostas e do plano que foi colocado. Na questão da infra-estrutura a demanda é muito mais da implantação do que do licenciamento. Então as questões de licenciamento são tratadas no momento das audiências públicas e eventualmente a Comissão vai se fazer representar nas audiência e etc., mas não é uma função do Ministério do Meio Ambiente fazer infra-estrutura. Então essa Câmara precisa ter esse olhar sobre o fazer e precisa estar chamando os Ministérios de Infra-Estrutura para participar da Câmara como convidados permanentes, no caso que eles não são membros da Comissão, mas também coordenados através das instâncias na Comissão que são aquelas que fazem efetivamente infra-estrutura em algum momento: FUNASA, INCRA, eu concordo que o INCRA como ele tem a responsabilidade nos assentamentos é importante que também esteja presente para isso.

**O SR. DIOSMAR FILHO (Diretoria Geral da Superintendência de Recursos Hídricos)** – Nós estamos convidados aqui para a reunião e esse item quando falou da coordenação da FUNASA me deixou alegre, porque nós temos uma questão na FUNASA que é o PAC, o PAC dos quilombolas, o PAC para programas em juntas populações indígenas, aqui na Bahia há uma semana eu estava em Malhadas, lá na divisa entre Bahia e Minas Gerais e nós estávamos discutindo justamente o PAC dos quilombolas que era o sistema, o programa para abastecimento e saneamento em dois quilombos, dentro da bacia do São Francisco. Então nós estamos acompanhando aqui na Bahia, a FUNASA está

responsável por todo o programa de abastecimento e saneamento em comunidades quilombolas e indígenas dentro da bacia de São Francisco. Então isso é muito importante que tenha essa comunicação com a política e aí assim, aqui nós estamos trabalhando aqui nesse acompanhamento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, a FUNASA junto com a SRH que entrou agora, a SEMA e com a Secretaria de Promoção de Igualdade que é a SEPROMI que estava aqui na reunião, junto com INCRA que está vendo a questão da regulação. Eu achei pertinente reforçar junto à Luciene que a FUNASA esteja lá coordenando essa Câmara Técnica, inclusive para trazer essas informações do que está se construindo do programa. Eu achei muito importante.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) –** Luciane, você está sendo promovida. Não tem jeito.

**O SR. RODRIGO (Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos) –** Só em caráter de sugestão em relação principalmente ao que a Edna falou da questão das barragens, é uma sugestão de incluir movimentos atingidos por barragens como convidado permanente para discutir essa questão que é pertinente. Também, eu acho que eles podem, assim como a articulação semi-árida também, que eu acho que algumas instituições que estão aqui compõem a articulação, mas a ASA também como convidado permanente nessa discussão.

**A SR<sup>a</sup>. SENAIR (INCRA) –** Só para esclarecer a participação do INCRA e inclusive nós defendemos, nós temos na diretoria de desenvolvimento uma coordenação geral de infraestrutura no qual nós fazemos a coordenação de infra-estrutura básica, mas de forma indireta, o INCRA não é responsável diretamente, mas através de um crédito específico e lógico, à medida que nós criamos e reconhecemos projetos, não só de assentamento, como outras modalidades, tem acesso a esse crédito.

**A SR<sup>a</sup>. TEREZA MOREIRA (Ministério do Meio Ambiente) –** Com relação à necessidade ou não da alteração do decreto que instituiu a Comissão, Muriel e Aderval, só um instante, com relação à necessidade de alteração do decreto que criou a Comissão por conta da mudança da estrutura do Instituto do IBAMA e da subdivisão do Instituto Chico Mendes nós fizemos uma pré consulta com a CONJUR do Ministério e é praticamente impossível não ter que alterar, porque o que acontece? O decreto quando ele instituiu o IBAMA como membro, ele não estabelece em função de que o IBAMA está participando da Comissão e mesmo a política nacional pode inferir que o IBAMA participaria num primeiro momento, pelas competências relacionadas ao sistema nacional de unidades de conservação e pelas competências relacionadas ao sistema de licenciamento de obras. Como nós temos a criação do Instituto Chico Mendes, mas não tem a extinção do IBAMA para o decreto realmente não tem como nós inferirmos que o IBAMA está substituído, que o Instituto Chico Mendes está substituindo o IBAMA em função de suas competências. Então realmente é quando, eu estou fazendo esse esclarecimento porque especialmente na Câmara de Infra-Estrutura o IBAMA aparece como membro da Câmara e o Instituto Chico Mendes aparece como convidado permanente, porque não é membro. Até que nós solucionemos essa questão da composição da Comissão, da revisão ou não, eu acho que nos casos em que se deseja que o Instituto Chico Mendes seja membro, acompanhe as discussões das Câmaras

deveria aparecer como convidado permanente então. O Instituto Chico Mendes na Câmara de Acesso, então tem que ficar o IBAMA e talvez acrescentar o Instituto Chico Mendes como convidado permanente.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) –** Nós temos um. Sobre a questão do movimento dos atingidos por barragens, eu tem uma ponderação a fazer que é o seguinte: nem todos os Atingidos por Barragens são comunidades tradicionais. Então assim, trazer para o âmbito da Câmara Técnica o MAB, eu não sei o quanto não vamos complicar um pouco os trabalhos com relação a esses segmentos específicos porque aí podem advir interesses e orientações que não são exatamente afinadas com a política, porque são segmentos também excluídos, também merecem uma atenção especial, mas não nessa instância, porque essa instância cuida de povos e comunidades tradicionais. Eles têm uma identidade própria ou eles são extrativistas, ou eles são indígenas, ou eles são quilombolas, ou são ribeirinhos, ou seja, mas então, eu fico receoso de nós trazermos, é a mesma coisa de trazer a via Campesina para alguma Câmara Técnica, é complicado porque nem todos os assentados são comunidades tradicionais, nem todos os agricultores familiarizados são comunidades tradicionais. Eventualmente e aí para falar dos segmentos específicos nominados ou aqueles que venham a se visibilizar e faz todo sentido. É só uma ponderação de que ele seja eventualmente convidado, mas não membro permanente por conta dessas nuances. Também. Alguma colocação?

**NÃO IDENTIFICADO –** Eu posso fazer uma realmente. Só para definir aquele ponto. Não, sobre a deliberação de baixo. O artigo abaixo. Quando fala sobre garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados diretamente ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos. Eu acho que ficou muito amarrado isso, eu acho que deveria ser: diretamente ou indiretamente por projetos, obras ou empreendimentos, porque dá aquela idéia de que podem estar numa situação afetadas por apenas essas três situações, colocando “ou”, você pode estar colocando, ou por projetos, ou por obras, ou empreendimentos.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) –** Gente, nós não temos autonomia para mudar a política nacional que já foi decretada. Nós não podemos mudar esses objetivos, porque eles estão no escopo da política decretada.

**NÃO IDENTIFICADO –** Foi o que ela falou comigo inclusive. Eu só estou comentando porque tem essa interpretação que pode dar algum problema, alguma coisa assim.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) –** Eu acho considerável, mas nós não podemos mudar o texto para guardar coerência com o texto do Decreto 6040 publicado ao sete de fevereiro de 2007. OK? Podemos partir para a próxima deliberação? Olha, nosso intuito é matar as deliberações agora de manhã, porque daí nós ficamos com a pauta livre para poder ver as questões de ordem do dia que são mais importantes. Próximo, Tereza. Câmara Técnica Permanente de Inclusão Social a qual



está composta por um representante titular e suplente de cada um dos seguintes órgãos e organização da Sociedade Civil: Ministério da Cultura, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego, Fundação Nacional de Saúde, Fundação Cultural Palmares, Fundação Nacional do Índio, Associação das Mulheres Agricultoras Sindicalizadas, Coordenação de Fundo de Pastos da Bahia, Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Associação dos Moradores e Amigos Proprietários dos Pontões de Pancas de Águas Brancas, Fórum Matogrossense de Desenvolvimento Sustentável, Associação de Preservação da Cultura Cigana, Articulação Pacari... Só um minuto.

**O SR. TATA COMONANGI (ACBANTU e os Povos de Terreiro) – Associação Cultural de Conservação do Patrimônio Bantu. Obrigado.**

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) – ACBANTU OK.** Constituem convidados permanentes a contribuir com os trabalhos dessa Câmara ao que se refere os caput desse artigo os seguintes órgãos públicos e organizações da Sociedade Civil: Ministério da Saúde, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Secretaria Especial de Agricultura e Pesca. Essa versão está, não é a última Tereza, estava alterada, estava escrito alterada.

**A SR<sup>a</sup>. TEREZA MOREIRA (Ministério do Meio Ambiente) –** Então, eu peço, por favor Aderval para você ver, assim, eu copiei o documento que me foi indicado aqui. Você poderia verificar aqui qual que é o seu documento Aderval, porque como não participei dessa Câmara eu salvei o documento que tinha aparecido.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) –** Em áreas de assentamentos do Estado do Maranhão – ASSEMA, Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu – ACBANTU. Bom, e aí nós tivemos uma dificuldade de entendimento, depois a Tereza vai ter que fazer a decantação entre o que é eventual e o que é permanente. Ministério da Saúde, permanente; Secretaria Especial de Direitos Humanos, permanente; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, permanente; Ministério das Cidades, permanente; Secretaria Especial da Juventude, permanente e nós queríamos também a participação de dois Conselhos, o CONSEA e o Conselho Nacional de Assistência Social. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Conselho Nacional de Assistência Social, porque as questões de inclusão social dizem respeito em grande medida a esses dois Conselhos também, que cuida da segurança alimentar e nutricional e das ações sócio-assistenciais. A Câmara Técnica Permanente, além do disposto, nos incisos do Regimento Interno se propõe a monitorar as ações voltadas para o alcance dos seguintes objetivos: reconhecer a auto-identificação dos povos e comunidades tradicionais de modo que possam ter pleno acesso aos seus direitos civis individuais e coletivos, garantir acesso aos serviços de saúde de qualidade e adequados às suas características sócio-culturais, necessidades e demandas com ênfase em concepções e práticas da medicina tradicional, garantir o sistema público previdenciário à adequação às especificidades dos povos e comunidades tradicionais no

que diz respeito às suas atividades ocupacionais e religiosas e as doenças recorrentes, criar e implementar uma política de saúde voltada aos povos e comunidades tradicionais, garantir o acesso às políticas sociais e participação de representantes de povos e comunidades tradicionais nas instâncias de controle social, garantir nos programas de ações de inclusão social recortes diferenciados voltados especificamente para povos e comunidades tradicionais, implementar e fortalecer programas voltados às relações de gênero entre povos e comunidades tradicionais, assegurando visão e participação feminina em ações governamentais, valorizando a importância histórica das mulheres, liderança ética e social, garantir aos povos e comunidades o acesso e a gestão facilitada aos recursos financeiros provenientes dos diferentes órgãos de governo, assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos concernentes aos povos e comunidades tradicionais, sobretudo em situações de conflito e ameaça à sua integridade. A Câmara Técnica de Inclusão Social, aqui também deve ter uma confusão Tereza, nós temos que dirimir agora. Será coordenada conjuntamente pelos representantes titulares e suplentes respectivamente: do Ministério do Desenvolvimento Social e da Fundação Cultural Palmares, nós usamos as vacâncias para poder preencher os espaços, como a Palmares só tinha um representante aqui e ela não estava lá, nós colocamos ela como suplente do MDS e aí, e da Sociedade Civil: Fórum Matogrossense de Desenvolvimento Sustentável e a Associação de Preservação do Patrimônio Bantu.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) –** Ele pode ser convidado eventual. Permanente? Olha, essa é de Inclusão Social.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL SARAGOUSSI (Ministério do Meio Ambiente da Diretoria de Extrativismo) –** Deixa eu só fazer uma ponderação, Tereza você poderia colocar ali nos convidados, quem representa o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, é a sua presidência? É a sua Secretaria Executiva? E a minha pergunta, é a pergunta que nós sempre temos quando chega um convite para a Comissão. A Comissão participar de não sei o que. Quem pode falar em nome dela? É só o seu presidente, é só sobre os assuntos que já foram deliberados pela Comissão, como é que eu isso funciona? Trazer uma Comissão ou um Conselho para participar de outra Comissão ou Conselho é sempre dizer que um membro vai falar em nome de todos e aí quem é que tem essa delegação? Como é que isso funciona? Então a minha sugestão é que nós não convidemos Conselho, não convidemos Comissões, porque é sempre o olhar do representante que vem e não o olhar da Comissão, ninguém pode falar em nome dela excluindo o presidente. Que é sempre muito delicado, porque se você convida o presidente virá o representante do Ministro ou virá o secretário executivo, eles têm delegação para falar? Não tem. A não ser que já tenha tido uma deliberação expressa sobre esse assunto.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) –** Eu gostaria de fazer uma outra ponderação, também concordo com o que a Muriel está colocando, mas são

duas instâncias muito importantes, tanto o CONSEA quanto o Conselho Nacional de Assistência Social e quando nós pedimos, indicamos que uma representação dessas duas instâncias como convidados permanentes significa que numa reunião ordinária do CONSEA vão apresentar a demanda da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, vamos dizer assim, a Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais estão pedindo para nós mandarmos alguém, indicarmos alguém para poder ter assento permanente como convidado nessa Câmara Técnica, porque as questões discutidas lá são praticamente as mesmas que nós discutimos aqui. Então na verdade, a questão da representação sempre vai ser, salvo melhor juízo, ela é para dizer da instância e aí cada um membro daquele Conselho ou daquela instância vai ter o papel mesmo de dizer por ela. E se for uma questão a ser discutida e deliberada, ela vai levar para a sua base, para a sua instância para poder deliberar, mas nós só queríamos comprometer essas outras instâncias com relação à política, porque a orientação tanto do CONSEA quanto do Conselho Nacional de Assistência Social de que a política saís do papel chegou aos ministros. Eles estão muito envolvidos e com expectativa muito grande em torno de que a política saís do papel, então talvez se acompanhassem as discussões, mesmo nas Câmaras Técnicas, o empenho e a efetividade nas suas instâncias, que também são governamentais, fosse maior. É mais por essa razão que nós sugerimos.

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL SARAGOUSSI (Ministério do Meio Ambiente da Diretoria de Extrativismo)** – Só fica a pergunta: se quando vem, se vier um membro de governo que não tenha depois o questionamento, mas é mais um membro de governo para participar ou se vier um membro da Sociedade Civil dizer: não, mas aí o Conselho dos Seringueiros está representando no CONSEA e também aqui, nós precisamos ter clareza disso e ter clareza que não vai haver questionamento depois em cima de se a pessoa que está representando lá está representando duas vezes uma mesma coisa. Porque aí se tiram que é o MDS que vai representar o Conselho de Segurança Alimentar, que não digam que o MDS está com vários representantes na Câmara Técnica, ter essa coisa bem definida para nós, a hora que a coisa for feita na prática não haver questionamento.

**O SR. PEDRO RAMOS DE SOUZA (Conselho Nacional dos Seringueiros)** – Eu não sei como é que os Conselhos, esses Conselhos funcionam, se tem o coordenador, se tem uma presidência que fala estatutariamente, e que representa estatutariamente tanto administrativa como judicialmente, porque quase todo estatuto delega ao seu presidente falar em nome da organização, se isso está posto nesses Conselhos, o seu presidente pode falar tranquilamente por ele.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)** – Nem o presidente do CONSEA nem do Conselho Nacional de Assistência teria disponibilidade para participar das Câmaras Técnicas. Não, sim.

**O SR. PEDRO RAMOS DE SOUZA (Conselho Nacional dos Seringueiros)** – No mesmo estatuto sempre fala o seguinte: que ele pode falar pessoalmente ou pode delegar a uma outra pessoas que responda por ele, que fale por ele.

**A SR<sup>a</sup>. LUCIANE FERREIRA (FUNASA)** – Eu sugiro que entre na Câmara uma das

organizações indígenas, como a COIAB já está na Câmara de fomento talvez a APOINME que não tem o segmento que está representado dentro da Câmara e que tenho a experiência de saúde de um direito de atenção à saúde diferenciado como comunidade tradicional, talvez fosse de grande contribuição tê-los como membros dessa Câmara.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) –** Entendeu Tereza a sugestão?

**A SR<sup>a</sup>. TEREZA MOREIRA (Ministério do Meio Ambiente) –** A questão é que os membros se inscreveram e nós teríamos que verificar de qual Câmara a APOINME vai ter que sair, porque eles se inscreveram em uma outra Câmara.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) –** E eles são só dois.

**A SR<sup>a</sup>. TEREZA MOREIRA (Ministério do Meio Ambiente) –** A APOINME é suplente da COIAB, então a COIAB está numa Câmara e a APOINME está em outra Câmara já. Eu posso abrir as deliberações e ver a menos que tenha passado e a APOINME não tenha sido inscrita. Mas eu acredito que está na Câmara de Fomenta.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) –** A não ser que nós coloquemos como convidado permanente e aí uma terceira pessoa que não é titular nem suplente da Comissão venha participar das deliberações, das discussões. No caso aí de um convidado excepcional da Sociedade Civil, sobretudo, porque quando é de governo o seu órgão vai pagar as suas diárias e suas passagem, mas quando é da Sociedade Civil ela vai ter que se bancar, porque nós não temos condições de bancar para além dos membros titulares e suplentes da Sociedade Civil.

**O SR. PEDRO RAMOS DE SOUZA (Conselho Nacional dos Seringueiros) –** Eu acho que uma outra questão que vale a pena ser considerada é que todos os membros da Câmara Técnica se auto-indicaram.

**A SR<sup>a</sup>. TEREZA MOREIRA (Ministério do Meio Ambiente) –** Encaminhar a discussão com relação a essa questão, qual o encaminhamento que foi dado, para a questão que a Luciane colocou e eu não ouvi o que o Seu Pedro colocou.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) –** O Seu Pedro ponderou que os membros titulares e suplentes se identificaram e escolheram as Câmaras que querem atuar. E que nós não podemos, nós não temos autonomia para tirar daqui e botar ali, a não ser que seja um convidado especial e nesse caso ele teria que se bancar. Ou como você sugeriu, algum órgão cuide ou se incumba ou se responsabilize

por trazê-lo sempre às reuniões das Câmaras Técnicas. Então eu acho que por essas ponderações talvez fosse conveniente colocar como convidado permanente, lembrando que nós temos que ou dizer para a APOINME que precisa se bancar ou articular junto aos parceiros governamentais quem vai se incumbir com as despesas de deslocamento, de permanência durante os trabalhos deste membro. Vou consultá-los. Eu acho que na categoria de convidado Tereza, não é problemático.

**O SR. TATA COMONANGI (ACBANTU e os Povos de Terreiro)** – Eu acho que antes de tomar essa sugestão de acatar, acho que nós temos um princípio, nós não podemos falar pelo outro. Nós não podemos falar por outro, então temos que consultá-los. Eu não quero que ninguém fale pelo negro eu estando junto, o índio também é a mesma coisa, cada qual fala por si. Então eu acho que é melhor nós chamarmos ele e ver se ele aceita ou não.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)** – Se formos acatar essa sugestão então nós não colocamos nem como convidado permanente, porque nós não podemos comprometer a instituição em ela não estando presente. E aí ela pode eventualmente ser chamada, tudo bem? Pode ser assim? Ainda sobre isso?

**A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** – É rápido, os convidados permanentes vão ser só convidados, não é uma obrigação. No nosso, por exemplo, vocês vão ver, vai ter EMBRAPA, a EMBRAPA não está aqui, nós podemos não falar por eles, agora está, mas agora assim dando um exemplo que ontem não estava quando nós colocamos, então assim, é um convite, não é uma obrigação, então não sei, pode ser até, se nós escolhermos isso talvez tenha, os outros aí, nós temos que ver, um monte de instituição que nós colocamos não estão aqui.

**O SR. PEDRO RAMOS DE SOUZA (Conselho Nacional dos Seringueiros)** – Eu acho que na questão da APOINME é um pouco diferente, ela é membro dessa Comissão, ela é membro, ela se auto-indicou para a Câmara Técnica, então é diferente, não dá para mexer.

**A SR<sup>a</sup>. TEREZA MOREIRA (Ministério do Meio Ambiente)** – Só queria esclarecer um coisa com o senhor, Seu Pedro, antes do senhor sair, a sua sugestão que surgiu de encaminhamento não é tirar a APOINME da Câmara que ela se escreveu, é manter a APOINME na Câmara na qual ela se inscreveu como membro e incluir a APOINME como convidada permanente de outra Câmara.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)** – Não coloca como convidado. Vamos passar para a última? É para ajudar...

**A SR<sup>a</sup>. EDNA MARAJOARA (Cooperativa Ecológica das Mulheres Extrativistas do Marajó)** – Como os estados que estão implantando essa política participam dessas

Câmaras Temáticas em qualquer reunião, como convidados?

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL SARAGOUSSI (Ministério do Meio Ambiente da Diretoria de Extrativismo)** – Olha, a questão dos estados é que vai ser complicado nós termos 27 representantes de estados numa Comissão de 30 membros. Calma, tem vários que estão implantando. Mas a questão de como é que os estados entram dentro da, gente está muito difícil, está todo mundo cansado e aí nós chegamos nessa hora vai ficando todo mundo inquieto, com fome e nós não terminamos nenhum assunto. A questão de como é que os estados vão entrar não só nas Câmaras Técnicas, mas na própria Comissão Nacional ainda está em discussão, então por enquanto o que nós precisamos deixar como regra é que todas as nossas reuniões são públicas, os estados que vieram, os municípios que vieram são bem vindos, eles não votam por enquanto nem na plenária nem nas Câmaras Técnicas e que essa ainda é uma discussão por fazer.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)** – Tereza eu gostaria de sugerir um acréscimo aqui, porque faltando um Conselho que é o de Promoção de Igualdade Racial, que tem a ver com a questão da Inclusão Social. Nacional. Próxima deliberação, pode ser? Só falta uma deliberação, nós queríamos matar essas deliberações no período da manhã. Criar a Câmara Técnica Permanente de Fomento e Produção Sustentável a qual será composta de um representante titular ou suplente de cada um dos seguintes órgãos e organizações da Sociedade Civil: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial da Presidência da República, Secretaria Especial de Agricultura e Pesca da Presidência da República, Fundação Nacional de Saúde, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Fundação Cultural Palmares, Fundação Nacional do Índio, Companhia Nacional de Abastecimento, Conselho Nacional dos Seringueiros, Rede Faxinais, Movimento Nacional de Pescadores, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, Colônia de Pescadores CZ-5, Rede Cerrado. Ficam então como convidados permanentes: a EMBRAPA, extremamente, também olha só o tanto de gente que está aqui em cima, a única ponderação que eu teria a fazer, já me inscrevendo é com relação ao IBAMA, aquele problema que Tereza colocou. Então aqui o Chico Mendes fica como convidado permanente e o IBAMA tem que ser membro da Câmara Técnica, seguindo a mesma lógica. Júlia, a não, Elisa já tinha...

**A SR<sup>a</sup>. ELISA CAMAROTE (Ministério de Desenvolvimento Social)** – Nós lemos FUNASA ali mesmo, então não dá para a FUNASA se dividir em três. Eu acho que foi, nós não vimos isso ontem porque não ficou entrando no mérito das outras Comissões, mas então só para lembrar que nós precisamos, como tem dois representantes aqui e pode tirar dali, pode? Tranquilo? Então, Elisa que falou.

**A SR<sup>a</sup>. JÚLIA OTERO (INCRA)** – O INCRA está de coordenador de acesso de suplente de Infra-Estrutura e está nessa aí também, ele teria que sair.

**A SR<sup>a</sup>. SENAIR (INCRA)** – Defender a participação do INCRA nas três ou nas quatro,

mas é porque tem assunto bem relacionado e acho, eu estava até conversando com a Júlia de nós, voltando, montarmos um grupo de trabalho lá no instituto para participar dessas Câmaras, aí eu não sei como é que vai ser essa questão de titular, suplente, mas eu acho que vale a pena nós participarmos de todas as etapas, já que nós temos três diretorias fins, cada um das diretorias específicas.

**A SR<sup>a</sup>. ELISA CAMAROTE (Ministério de Desenvolvimento Social)** – Nós vimos mais uma aqui. A FUNAI também está em três, meu Deus, eu acho que essa aí acabou pegando um monte de gente, aquele tanto de gente que nós achamos que tinha, não tem? Mas então nós vamos ter que ver como resolver isso. A FUNAI não está aqui, mas está em três, não sei. A palmares pode se falar agora se quer sair, está em três também?

**A SR<sup>a</sup>. LUCIANA (Fundação Cultural Palmares)** – Nós estamos em todas as Câmaras Técnicas.

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL SARAGOUSSI (Ministério do Meio Ambiente da Diretoria de Extrativismo)** – Eu tenho uma sugestão de encaminhamento que nós podemos tirar como decisão da plenária, é que os órgãos públicos que estão em mais de uma Câmara, geralmente estão porque têm assuntos relacionados, então que eles nos informem até, sei lá o final do ano, quais são as Câmaras em que eles ficam como titulares, membros e quais eles ficarão como convidados permanentes. E isso vale para todos os órgãos públicos que têm assuntos a tratar nessa questão e aí fica estabelecido o prazo até o final de dezembro fazer essa informação. Então as pessoas que estão aqui presentes têm que se responsabilizar por isso, porque os órgãos públicos têm demorado muito a se inscrever. A outra coisa é que o MCT não está aqui, como eu achava que o MCT estava e a minha impressão é que o MCT não se inscreveu em Câmara nenhuma, então nós precisamos, é que eles não estão em Câmara nenhuma, mas eles são membros da Comissão. Então fica registrado fazer uma cobrança e aí nós como Secretaria Executiva faremos para verificar em que Comissão eles estão, em que Câmara Técnica eles estão.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)** – OK, pois não.

**O SR NÃO IDENTIFICADO** – É uma sugestão de convidar o Conselho Nacional de Economia Solidária.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)** – É importante. Tem uma sugestão aí de convidado permanente o Conselho Nacional de Economia Solidária. OK. Seu Pedro. Já está aprovando? Gente, vamos então votar com essas sabendas de que o órgão público, o órgão federal que tenha mais de uma Câmara em que esteja como membro da Câmara vai ter que decidir efetivamente em quais ficam como membros efetivos e em quais como convidados permanentes, OK? E naturalmente vai ter que articular, se ficar em mais de três, mais pessoas para poder estar participando das Câmaras Técnicas.

**A SR<sup>a</sup>. ELISA CAMAROTE (Ministério de Desenvolvimento Social)** – Nós colocamos

ali Ministério da Ciência e Tecnologia como convidado. Cobrar deles. Eles, o CNPq e o MEC, não o MEC nós colocamos, vamos tentar fazer, ficou? Eles três que não estão, que nós achamos. Eu só fiquei preocupada porque agora nós só tínhamos um convidado permanente, nós tínhamos muito membro, agora que nós já eliminamos um monte de membro eu já fiquei vendo se estão nos convidados permanentes aqueles que nós achamos importantes. Então está bom.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) – Podemos votar? Aprovado? Os 4 regimentos.**

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL SARAGOUSSI (Ministério do Meio Ambiente da Diretoria de Extrativismo) –** Pessoal, só para lembrar que aqui nós vamos estar voltando, agora são 1 hora, às 2h30min nós começamos os nossos trabalhos e às 2h00min estão convidados para o lançamento de um livro aqui, vai ser aqui mesmo o lançamento do livro do qual a Tereza e eu somos autoras.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) –** Obrigado por esta manhã, vamos lá.

*(Intervalo para Almoço)*

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) –** Retomando então os nossos trabalhos, agora nós temos como ponto de pauta o plano nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, sendo que estamos entendendo que esse ponto de pauta vai ser trabalhado na perspectiva dos relatos dos trabalhos nas Câmaras Técnicas, a construção do calendário para as reuniões de 2008 e o plano de trabalho para conclusão do texto base do plano nacional. Então a idéia é de que nós, definindo a agenda das reuniões do ano que vem, estabeleçamos um dia limite, um prazo limite para construir a versão preliminar do plano nacional. E nós não podemos construí-lo já porque há muitas ações governamentais e inclusive orçamentos que estão sendo definidos, estão sendo negociados e aí nós não podemos nos antecipar a isso e nem deixarmos de considerar aquilo que o Governo vai aportar, mas ainda não foi aportado. Tem, tem um tempo. Não, é bem antes. É por isso que nós precisamos definir a versão preliminar do plano com base na aprovação desses recursos que estão sendo negociados junto à Casa Civil, junto ao presidente da República. Também. Nós vamos ter que obedecer esses limites para poder estabelecer o nosso cronograma para a construção do plano. Porque numerar as ações nós já fizemos duas vezes, numerar, checar as ações de cada governo, de cada órgão que vão poder ser consideradas no plano, mas mais do que isso, que ações complementares, que ações estratégicas e o que o Governo nessa gestão está apostando ou aportando no que diz respeito a povos e comunidades tradicionais e se está em negociação. Nós temos algumas notícias, mas nós não temos ainda conclusões e questões mais definidas ainda. Estão em negociação.



**A SR<sup>a</sup>. MURIEL SARAGOUSSI (Ministério do Meio Ambiente da Diretoria de Extrativismo)** – Bom, um pouco das notícias, como vocês sabem, nós já estamos discutindo aquele eixo de povos e comunidades tradicionais da agenda social que foi apresentado para vocês pela Raquel na última reunião que nós tivemos e a partir disso está evoluindo no sentido de colocar recursos dos diferentes Ministérios e puxar agendas com os diferentes Ministérios e Secretarias para que eles consigam colocar ações, mais ações específicas para povos e comunidades tradicionais ou dar visibilidade às ações que já fazem, mas não contabilizam para que nós possamos ter essa visão mais clara. E nós vamos ter uma reunião na sexta-feira de manhã, já passamos, já fizemos uma primeira apresentação para a Câmara, para o grupo de trabalho que está lidando com isso e na sexta-feira de manhã, agora nós estamos apresentando para a Câmara Social. Então o que nós estamos utilizando como base para tudo que nós estamos discutindo, propondo é o que está sendo discutido aqui, são as diretrizes, são as ações que vocês mesmos identificaram como importantes e nós esperamos realmente, assim, se possível no início do ano que vem, já que o presidente esteja fazendo o anúncio do recurso específico que é um recurso adicional no orçamento. Por enquanto nós temos os recursos que já estão nos orçamentos, aqueles 35 milhões que o presidente prometeu no encontro dos povos da Floresta, isso já foi reafirmado, o dinheiro vem em formato de crédito especial, eu esperava que tivesse sido mandado para o Congresso hoje, mas até hoje de manhã ainda não tinha saído da presidência, mas com certeza o próprio Ministério do Planejamento já nos confirmou que não só o orçamento, mas o dinheiro, o financeiro do orçamento estava reservado em 35 milhões, dentro do programa do PPA para povos e comunidades tradicionais para capacitação, formação e fomento à produção sustentável. Uma parte desse recurso vai para as REZEX, outra parte para as áreas fora das REZEX. Mas o que nós estamos negociando é muito mais do que isso, assim, esse já está carimbado, esse já está em casa, os outros ainda estão em negociações, vários Ministérios aqui estão contribuindo com alguma coisa, mas nós estamos brigando para recursos adicionais àqueles que já existem no orçamento e têm encontrado um apoio bastante grande do próprio presidente para que isso aconteça. Então nós esperamos muito em breve poder trazer em números o que vem para essa agenda.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)** – Eu não sei se vocês entenderam bem o que a Muriel acabou de dizer, quando da abertura do Encontro dos povos das Florestas o presidente Lula assinou a possibilidade de 35 milhões de reais para povos e comunidades tradicionais. Significa que o dinheiro já está em caixa e nós vamos gastá-lo e a Comissão, como nós já reafirmamos é a instância de monitoramento, de avaliação das ações e tanto as ações foram propostas a partir das demandas aqui apresentadas quanto também nós vamos ter uma certa governabilidade sobre o uso desses recursos. E isso é recurso adicional. Nesse sentido, depois eu abro, nesse sentido, nessa agenda, nesse eixo de povos e comunidades tradicionais da agenda social alguns Ministérios já aportaram recursos e assim, a agenda, o eixo ainda vai ser lançado pelo presidente, mas como nós já pactuamos com recursos orçamentários algumas coisas, pelo MDS eu posso dizer que nós asseguramos cem milhões de reais por ano no programa de aquisição de alimentos, no PAA, o PAA que movimenta, de certa forma, a economia, a agricultura familiar norte e mineira e outras regiões do Brasil, nós carimbamos cem milhões do PAA que é de 400 milhões ao todo por ano, cem milhões vai ser para povos e comunidades tradicionais. E além disso, esse é de alimentos, os outros produtos nós ainda estamos negociando no âmbito da agenda social como um todo, esse é específico como estratégia de segurança alimentar do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Já vem acontecendo e agora vai se intensificar com essa

carimbada que nós conseguimos de uma parte do orçamento do PAA ser para povos e comunidades tradicionais. O outro dinheiro que nós asseguramos, são três editais no valor de cinco milhões e oitocentos mil por ano nos próximos 4 anos, também já está certo para fortalecimento institucional e fomento à produção, isso por parte do MDS. Eu só posso dizer do MDS, porque aí nós temos uma certa governabilidade. Mas assim como o MDS, vários outros Ministérios estão corroborando a iniciativa do Ministério do Meio Ambiente na criação de um eixo específico de povos e comunidades tradicionais na agenda social. Então o montante de recurso vai ser considerável, podem crer, e alguns já estão negociados como esses que eu me referi. OK? Antes de dar seqüência, porque nós teríamos que entrar agora na apresentação do trabalho das Câmaras, como estratégia de construção do plano, mas antes de entrar eu acho que tem algumas considerações para fazer.

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL SARAGOUSSI (Ministério do Meio Ambiente da Diretoria de Extrativismo)** – Eu só queria anunciar a presença do Célio, que é o Superintendente do IBAMA aqui do Estado, está acompanhando nosso trabalho, aqui você tem, Célio, vários membros da Comissão tanto governamentais quanto não governamentais. Eu sou o Muriel do Ministério.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)** – Seja bem vindo Célio. Eu sou Aderval do MDS. Da audiência pública. A EMBRAPA queria fazer uma colocação antes de nós darmos seqüência e nós ponderamos e achamos que seria pertinente e aí vai fazer uma proposta para ser apreciada pela Comissão.

**A SR<sup>a</sup>. DALVA MOTA (EMBRAPA)** – Gente boa tarde, é o seguinte: diferentemente dos colegas da FUNASA, eu me lembro bem, que está em várias comissões, depois que terminou a apresentação, em várias Câmaras, desculpe, nós vimos que a EMBRAPA está na Câmara de Fomento Produção Sustentável e nós estamos aqui na reunião hoje, na carona das catadoras, nós não viemos, estamos autorizados institucionalmente das catadoras de Mangaba, nós estamos autorizadas institucionalmente, mas nós preferimos pecar por excesso do que por falta. E o que nós gostaríamos que o grupo apreciasse é a possibilidade da EMBRAPA também entrar na Câmara que trata da questão do acesso aos recursos naturais, porque nós estamos fazendo essa demanda? Porque se na época da criação da EMBRAPA, quer dizer, há 30 anos atrás, a tônica daquele momento era realmente destruir os recursos e implantar e fazer agricultura isso era tônica do País como um todo. Hoje essa realidade no novo Governo muda completamente e nós da EMBRAPA estamos sendo reivindicados diariamente a ter uma nova postura, que é uma postura inclusive de apoio aos povos e comunidades tradicionais, como nós já estamos trabalhando. Nós temos acompanhado no Brasil todo, todos os projetos de agricultura familiar da EMBRAPA e nós temos hoje experiências com indígenas, com índios craôs, nós temos experiências com quilombolas, nós temos experiências com muitos dos povos que estão aqui representados. Isso na EMBRAPA hoje tem uma efervescência e tem um grupo trabalhando com e gerapeiros e tudo e esse grupo está articulado, está discutindo e nós temos que investir em que a EMBRAPA tenha muito mais proximidade de vocês. Tá certo? Porque ela é nossa e nós vamos defender que ela trabalhe para esses grupos na mesma força que tem trabalhado para grupos, vamos dizer, empresariais e tal. Então mesmo que nós saibamos que a questão já foi votada, nós estamos demandando uma apreciação do grupo para que nós tenhamos um pouco mais de realidade e trabalhe

numa demanda que venha de baixo para cima. Então é isso muito, obrigada pela atenção. (Palmas!)

**O SR. JOSUÉ (EMBRAPA)** – Eu só queria complementar a fala da colega Dalva e dizer que a EMBRAPA ela tem assento no CGEN, se isso serve de algum passaporte para poder nós submetermos novamente àquela Câmara. Muito obrigado.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)** – vamos terminar essa história e depois nós retomamos. Em apreciação ou em votação alguma objeção a que a EMBRAPA figure como convidada permanente, objeção? É sobre isso?

**O SR. VALDIVINO (Fundo de Pasto)** – A EMBRAPA já tem desenvolvido um trabalho junto às comunidades de Fundo de Pasto no Estado da Bahia, não só a EMBRAPA Semi-Árido que fica em Petrolina, mas também a Sobral no Ceará. Então esse pessoal já vem fazendo um trabalho junto a essas comunidades aqui na nossa região, aí o que eu me pergunto e pergunto ao pessoal da EMBRAPA é o seguinte: a EMBRAPA tem característica diferente de ação, cada região tem uma EMBRAPA, a EMBRAPA é uma só, mas me parece que em cada região tem uma EMBRAPA pela sua atuação diferenciada, uma região trabalha com uma coisa, outra unidade da EMBRAPA trabalha com outra coisa. Então qual é a unidade da EMBRAPA que vai fazer esse trabalho junto à Comissão Nacional? Essa é o minha pergunta.

**A SR<sup>a</sup>. DALVA MOTA (EMBRAPA)** – Essa demanda tem que ser EMBRAPA Nacional. Agora veja bem, na própria EMBRAPA Nacional hoje nós temos um, a figura da gente de projeto chama-se “macro-programa” e depois de uma discussão interna grande nós temos um macro-programa de agricultura familiar, então este componente programático é que está dando guarida a todos os projetos de pesquisa e desenvolvimento que estão chegando aí. Então a EMBRAPA hoje tem pessoas que estão trabalhando, bastante especializadas com muita experiência e a demanda teria que ser para a EMBRAPA Nacional. Agora lógico que nós faremos um trabalho para que essa demanda repercuta nas pessoas que estão trabalhando com esses povos. Então seria isso.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)** – Bom, tudo bem, vamos voltar então. Pode ser, nós acrescentamos a EMBRAPA como convidada permanente do grupo da Câmara Técnica Acesso aos Territórios Tradicionais e aos Recursos Naturais, aprovado? (Palmas!) OK. Retomando então o nosso ponto de pauta, o Arnaldo tem uma colocação. Retomando? Ainda da EMBRAPA?

**O SR. PEDRO RAMOS DE SOUZA (Conselho Nacional dos Seringueiros)** – Boa tarde a todos. Se nós abrirmos um precedente agora para a EMBRAPA como permanente, nós temos a demanda de outras companheiras que trabalham com a Mangaba. É melhor

avaliar isso também. Em relação à Câmara Técnica eu acho que vai existir a demanda de reparo no próprio decreto, tá entendendo? A questão do Chico Mendes, essas coisas, não, espera aí. Além de tudo já está aprovado, não é?

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) –** É Seu Pedro, a demanda na Câmara Técnica, os convidados permanentes não são membros da Comissão. A única instância no âmbito da Comissão em que é permitido os convidados permanentes é na Câmara Técnica, nesse dia prévio para poder subsidiar com informações, enfim, construir conjuntamente as proposta que serão aprovadas no âmbito da reunião ordinária. Então, é nessa instância que a EMBRAPA está querendo participar também além de fomento e produção sustentável ela está querendo participar do acesso aos recursos naturais, porque ela trabalha com banco de sementes crioulas, sementes de vários biomas enfim e outras ações correlatas. Retomando então o nosso ponto de pauta relacionado à construção do plano nacional. Então a Muriel anunciou: todo o movimento que tem acontecido no âmbito do Governo Federal para poder se assegurar recursos para implementação da política, eu corroborei com algumas informações específicas do MDS, ainda não foi anunciada ainda o eixo específico, mas vai ser, nós temos a expectativa de que ele seja anunciado em janeiro, no máximo no início de fevereiro, início de fevereiro mais provavelmente, mas aí nós vamos ter condições na seqüência de, com esses recursos assegurados, montar a estrutura base do plano de implementação da política. A idéia é essa e aí nós vamos corroborar essa estrutura básica com as ações dos diversos Ministérios. Isso está em negociação, mas até agora nós temos quantos Ministérios envolvidos Muriel?

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL SARAGOUSSI (Ministério do Meio Ambiente da Diretoria de Extrativismo) –** MDS, MDA, INCRA, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Saúde, da Educação, da Cultura, a EMBRAPA, a CONAB, a Casa Civil, a Secretaria Especial de Direitos Humanos, a SEPIR e estou esquecendo alguém? É a SEAP, a SEAP com certeza, a SEAP está nisso também, o MAPA está através da CONAB e o Ministério do Planejamento que é para garantir que o dinheiro efetivamente chegue.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) –** Então, MDA também, foi o primeiro que ela falou. Não entrou. Justamente está entrando com o recurso nessa agenda específica para povos e comunidades tradicionais. Bom então, isso é notável de registrar porque está tendo toda uma mobilização coordenada pela Casa Civil para poder arregimentar recursos e ações estratégicas para implementação da política, implementação da política ou ação social do programa de aceleração não faz muita diferença nesse momento. E então, essa é que é a lógica. Você tinha feito um questionamento.

**O SR. ARNALDO DAS NEVES (Caiçara de Juréia) –** Tem uma questão sobre esse orçamento para a Comissão, mas a nossa colega aqui, a nossa coordenadora de Infra-Estrutura levantou uma questão importante: a inclusão, como convidado permanente, da ANVISA, porque quando os agricultores forem fazer suas produções com geléia ou qualquer coisa assim, você tem que passar necessariamente pelo regramento da ANVISA, porque sem isso nem a CONAB pode comprar, sem estar formalizado toda a

parte sanitária, nem a CONAB adquirir produtos dos assentados ou dos seringueiros, seja de quem for e no nosso caso, com certeza, vamos ter que ter adaptações da legislação e a ANVISA é muito reticente, muito resistente a essas mudanças. Então esta é a sugestão que eu estou fazendo em colaboração com a minha coordenadora aqui, na área de fomento, eu acho, a ANVISA, fomento e produção.

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL SARAGOUSSI (Ministério do Meio Ambiente da Diretoria de Extrativismo)** – A ANVISA não faz a regulamentação para alimentos e produtos do extrativismo, ela só faz para produtos relacionados à saúde, para plantas medicinais, os outros, quem faz o regramento é o Ministério da Agricultura, que é aqueles CIF, é o selo de...

**O SR. ARNALDO DAS NEVES (Caiçara de Juréia)** – Seja na questão das plantas medicinais, mas nós temos lá no Vale da Ribeira esse problema, por exemplo, farinha de mandioca não dá para vender, sem estar, farinha de mandioca, não, o Estado, a CONAB não pode comprar se não tiver com o selo aí seguindo as regras da ANVISA. Só para você imaginar a que nível chegou a coisa.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)** – OK, eu pensei que era sobre recursos e sobre...

**O SR. ARNALDO DAS NEVES (Caiçara de Juréia)** – Sobre recursos estamos voltando atrás, sobre recursos temos uma sugestão, mas acho que faz parte dessa questão das Câmaras que estávamos recentemente discutindo. Sobre recurso é o seguinte: nós estamos cansados de ver orçamentos bons, médios ou grandes colocados no Estado e a Comissão, a Sociedade Civil tem se colocado o tempo todo: qual a estratégia que vamos bolar, que nós vamos criar para que esses recursos cheguem de fato à base? Então assim, como agora a Comissão ou a política nacional vai ter recursos específicos para isso nós poderíamos estar nos antecipando em bolar estratégias para que esse recurso chegue de forma mais facilitada e ágil à base, é o chamamento que eu estou fazendo à Comissão, mas especialmente à Sociedade Civil.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)** – É, a tarefa primordial das Câmaras Técnicas é essa, é exatamente apontar quais são as estratégias e quais as ações que vão ser tomadas para conferir efetividade às ações governamentais e fazer com que o dinheiro chegue na ponta, inclusive quando não chegar é responsabilidade da Câmara Técnica Específica, quer seja de acesso aos territórios, quer seja de infraestrutura, de inclusão social ou fomento fazer a gestão junto aos órgão relacionados para que isso ocorra.

**O SR. ARNALDO DAS NEVES (Caiçara de Juréia)** – Só continuando, então assim, é importante que nós tenhamos essa visão porque provavelmente isso vai chegar logo e a nossa próxima reunião está marcada para março, quer dizer, podemos estar com o recurso parado sem poder estar acessando por conta da Câmara Técnica não se reunir e

discutir essas estratégias, que eu acredito que essas estratégias têm que passar pelo Ministério do Planejamento, alguma coisa assim, porque não é fácil.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) – Não.**

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL SARAGOUSSI (Ministério do Meio Ambiente da Diretoria de Extrativismo) –** Deixa eu fazer uma sugestão Arnaldo, eu acho que a questão que você está colocando é uma questão que nós temos que discutir dentro do ponto. Minha sugestão seria que primeiro nós tenhamos o relato do que as Câmaras discutiram, como elas fizeram, para depois nós entrarmos na questão de estratégias, porque isso faz parte do plano, mas eu acho que isso faz parte do nosso ponto, se nós pegarmos o ponto inteiro, Tereza você pode subir aqui um pouquinho? Para o companheiro que está ali atrás. Nós temos um ponto específico que é a discussão do plano e da estratégia de implementação, eu acho que isso faz parte da estratégia, só que nós nem sabemos o que cada Câmara discutiu ainda.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) –** É muito importante considerar que as Câmaras Técnicas foram criadas com essa finalidade, exatamente monitorar, avaliar toda ação governamental e se nós não apresentávamos estratégias antes, sem recursos para poder, o que nós estamos assinando agora é a possibilidade desses recursos existem, finalmente cheguem e que agora nós vamos ter o que monitorar e o que fazer efetivamente.

**A SR<sup>a</sup>. TEREZA MOREIRA (Ministério do Meio Ambiente) –** Só um instantinho, antes de passar a palavra para o Acertúlio, eu vou pedir novamente que todo mundo, eu sei que o debate vai ficando empolgante e todo mundo se esquece de se identificar, mas depois é humanamente impossível nós nos lembrarmos de quem foi cada fala, por melhor que seja a nossa memória, de quem está acompanhando, depois vai ser muito difícil a Secretaria Executiva preparar a ata. Então eu peço, por favor, assim, antes de começar o debate e no momento em que passar a palavra de um para o outro, todas as vezes se identificar. Obrigada.

**O SR. ACERTÚLIO (Faxinense) –** Nós tínhamos uma grande dificuldade lá até porque se os produtos não fossem certificados com selo nós não estamos podemos vender para a CONAB. Essa é uma dificuldade para nós no Paraná sobre isso e é uma burocracia muito grande em cima disso aí para certificar a propriedade. Obrigado.

**A SR<sup>a</sup>. EDNA MARAJOARA (Cooperativa Ecológica das Mulheres Extrativistas do Marajó) –** Como se vai dar essa transferência do Ministério para o Estado sobre os recursos para a implantação da política?

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL SARAGOUSSI (Ministério do Meio Ambiente da Diretoria de Extrativismo) –** Edna, a Edna que acabou de falar e aqui é a Muriel. Edna, de novo nós

não vamos entrar nisso antes de discutir a questão das Câmaras e o nosso esforço como o próprio Arnaldo colocou ali é que chegue para os povos e comunidades tradicionais. Nem sempre vai ser através da intermediação de estados e municípios, está bem? Mas isso é uma outra discussão. Eu gostaria de fazer um apelo de nós tentarmos fazer uma discussão um pouco mais objetivada e que os coordenadores das Câmaras Técnicas possam apresentar aqui o trabalho das Câmaras Técnicas.

**O SR. PEDRO RAMOS DE SOUZA (Conselho Nacional dos Seringueiros)** – A preocupação do Arnaldo e a do companheiro lá com a questão da certificação eu proponho que nós, na apresentação da Câmara do fomento, nós discutamos isso aqui que eu também tenho preocupação em relação a isso. Está bom? Meu nome é Pedro Ramos eu sou do Conselho Nacional dos Seringueiros.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)** – OK, primeira Câmara, por favor, acesso aos territórios tradicionais e aos recursos naturais. Relator. É coordenador, relator. Pode vir aqui Valdivino.

**O SR. VALDIVINO (Fundo de Pasto)** – A Câmara Técnica de Acesso aos Territórios e Recursos Naturais reuniu ontem durante todo o dia, nós pegamos sobre o que já vinha sido discutido, inclusive na primeira reunião das Câmaras Técnicas, em setembro, setembro? Isso. Então o que nós conseguimos produzir, inclusive trabalhamos também no primeiro dia na reunião dos representantes da Sociedade Civil e muita coisa Arnaldo, do que nós produzimos no primeiro dia, a Câmara Técnica decidiu dar uma enxugada e muita coisa não passou do que nós produzimos durante o primeiro dia, mas vamos lá.

**A SR<sup>a</sup>. TEREZA MOREIRA (Ministério do Meio Ambiente)** – Coordenadores e coordenadoras das Câmaras Técnicas que vão apresentar os resultados que não entrem no detalhe da apresentação do seu grupo, o que nós precisamos saber é qual o estágio de andamento do trabalho, em que estágio na discussão do tema da Câmara, porque se nós formos entrar na leitura dos detalhes dos trabalhos que os grupos fizeram, nós não vamos sair daqui antes de carnaval, mas aí nós podemos aproveitar o carnaval da Bahia.

**A SR<sup>a</sup>. ELISA CAMAROTE (Ministério de Desenvolvimento Social)** – Tereza, minha pergunta é se, eu sou desse grupo, não é? Ajudei na relatoria. A pergunta é se são apenas os dois objetivos específicos? Só isso. Então nós achamos que acabou.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)** – Pronto. Na prioridade 1 do objetivo específico: garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios e acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para a sua reprodução física, cultural e econômica, nós como ação aprovamos a seguinte ação: realizar capacitações com gestores públicos e Sociedade Civil envolvidos no processo de regularização fundiária dos territórios tradicionais. Como a agenda, ação, está como ação, isso aqui não é, bom, nós terminamos, todos, nós terminamos. Isso. Agora nós fizemos esses quadradinhos aí: quem, quando, onde? Já fizemos tudo. Então vai passando, por favor, só para o povo ver, só para o povo ver se nós fizemos a lição. Então nós fizemos assim: colocamos agenda, ações, não modificamos o que estava do item, da diretriz então, o que

nós fizemos foi isso, estabelecemos a agenda e colocamos alguns responsáveis para o cumprimento, para fazer cumprir a agenda. Foi isso.

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL SARAGOUSSI (Ministério do Meio Ambiente da Diretoria de Extrativismo)** – Só uma questão de encaminhamento, o que nós precisamos é estar passando, o que nós precisamos estar fazendo é dar uma passada de em que pé da construção da versão preliminar do plano nós estamos aqui e eventualmente se o grupo definiu que alguma coisa precisa ser votada na plenária, por exemplo, nosso grupo fez algumas sugestões e tem que ser apresentadas na plenária, então apresentar isso para a plenária, mas senão só dar um relato breve, olha, já passamos os nossos objetivos, já definimos quem vai fazer, o que vai fazer, quando vai fazer e nós teremos o nosso texto pronto, tal data. É isso.

**O SR. VALDIVINO (Fundo de Pasto)** – Mas é isso mesmo. Mas é isso mesmo Muriel, o que nós fizemos foi isto: estabelecemos a agenda, o que fazer, quando e onde, só isso. Mas eu acho que nós trabalhamos o dia todo, foi muito assim, agora assim, a agenda é essa, quem, quando e onde de cada ação ou de cada coisa que nós colocamos como plano, então estabelecemos o plano o seguinte: identificamos a ação e a responsabilidade, quem, o tempo e o onde vai ser trabalhado.

**A SR<sup>a</sup>. ELISA CAMAROTE (Ministério de Desenvolvimento Social)** – Eu fico com uma dúvida, se no final do trabalho de todas as Câmaras, eu acho que vai ter que ter um trabalho da Secretaria Executiva de homogeneizar os textos num padrão comum, então assim, o plano no nosso entendimento sai dessa maneira, mas eu não sei se todas as 4 Câmaras fizeram assim. Então vai ter que estabelecer uma forma única. Agora eu acho que o trabalho que a Câmara tinha que cumprir está feito. Tinham diretrizes que não correspondiam a ela ações e elas só tinham a agenda, então a agenda está posta e outras que são ações e aí. Como nós vimos que para várias diretrizes existia uma mesma ação ou uma mesma agenda, nós unimos isso, então lendo o texto você não vai encontrar uma ação para cada diretriz ou uma agenda para cada diretriz, isso até segundo orientação da Tereza.

**A SR<sup>a</sup>. JÚLIA OTERO (INCRA)** – Eu não sei se cabe discutir aqui, mas teve uma das ações que nós ficamos na dúvida, não sei se vocês se lembram, que era a questão da fiscalização dos arrendamentos de terra pública. Que se, essa nós deixamos em branco porque uma parte do grupo achava que isso deveria estar conectado a uma ação de criação de um GT para discutir as modalidades de regularização fundiária e outras achavam que era uma coisa separada, eu não sei se isso vai a plenário ou se trabalhamos em outro momento, não sei como funcionaria. Ficou em branco.

**O SR. PEDRO RAMOS DE SOUZA (Conselho Nacional dos Seringueiros)** – Eu só quero colocar aqui uma, vamos dizer, um problema que eu estou sentindo, nós, Sociedade Civil, estamos aqui representando as nossas entidades. Com essas ações vão estar conectadas com as ações das nossas entidades em termos de demandas, sobreposição de área e essas coisas. Isso aí que eu gostaria de saber, se a estratégia foi montada nessa direção ou se não, porque aí nós vamos ficar fazendo algo, não sei se vai ter resposta, vai ter consonância na co-implementação da base.



**A SR<sup>a</sup>. ELISA CAMAROTE (Ministério de Desenvolvimento Social)** – Na hora que nós fomos definir as pessoas responsáveis, nós buscamos pessoas no grupo que tinham maior ligação com o tema, então no tema de sobreposição de áreas o Dauro ficou responsável, porque no grupo é uma pessoa que sempre está trazendo essa questão.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)** – Tereza, Aderval, u estou um pouco assim, imagina, se os relatos forem simplesmente chegar e falar assim: nós fizemos e está pronto, sabe, ah, nós ficamos em dúvida em uma outra coisa, mas não dizer efetivamente o que foi feito fica ruim para nós aprovarmos o trabalho da Câmara. Não gente, a plenária é para se apresentar os resultados e para a plenária aprovar, ela não vai rediscutir, redefinir absolutamente nada, mas ela precisa de tomar conhecimento das coisas, senão nós teríamos que fazer um recesso, ler os resultados para poder voltar sabendo o que foi feito. Olha para você ver, disse que não ia apresentar, mas já está na página três, quer dizer, com mais duas páginas e em questão de dois minutos terminaríamos de apresentar, nós pelo menos saberíamos quais as ações consideradas estratégicas por Câmara Técnica.

**A SR<sup>a</sup>. TEREZA MOREIRA (Ministério do Meio Ambiente)** – Eu acho o seguinte. Se nós tivermos optando por fazer um relato mais detalhado dos trabalhos das Câmaras e abrir o debate para a Comissão é importante que isso fique claro. Então não é votação também, não é aprovação.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)** – Porque na verdade é assim, as Câmaras são autônomas para deliberar as coisas.

**A SR<sup>a</sup>. TEREZA MOREIRA (Ministério do Meio Ambiente)** – Então eu solicitaria ao Valdivino que apresentasse integralmente o resultado da Câmara de Acesso aos Territórios.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)** – É, das partes em vermelho, das ações, só das ações.

**O SR. VALDIVINO (Fundo de Pasto)** – Realizar capacitações com gestores públicos e Sociedade Civil envolvidos no processo de regulação fundiária dos territórios tradicionais, quem se comprometeu: Jorge de SEPIR e me responsabilizaram também. Até abril de 2008, nós vamos buscar fazer essa discussão lá em Brasília junto aos outros envolvidos. Seguindo. Agenda, fazer reuniões para definir ações de regularização fundiária com o Ministério da Justiça, INCRA, SPU, FUNAI, Fundação Palmares, SEPIR, Ministério Público e Instituto Chico Mendes. Quem, INCRA, Senair, Júlia, Johny, Dauro. Fundação Cultural Palmares, Luciana. Quando? Segunda quinzena de fevereiro, até a segunda quinzena de fevereiro também em Brasília. Criar um grupo de trabalho com o INCRA, Ministério da Justiça, Ministério do Meio Ambiente, FAN, Instituto Chico Mendes e Sociedade Civil para adequar às modalidades existentes e ou definir novas modalidades e

ações de regularização fundiária. Quem? INCRA, na pessoa de Senair, Júlia, Johny, Dauro. Fundação Cultural Palmares, Luciana. Quando? Até segunda quinzena de fevereiro, também, a partir da segunda quinzena de fevereiro. Brasília. Agenda: fazer uma gestão, encontros ou seminários com governos estaduais e municipais para divulgar o que vem sendo discutido no âmbito federal sobre os ciganos e outros povos nômades e a política nacional de desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais a partir disso sugerir que se gere mecanismos de reconhecimento desses povos pelas prefeituras, acionar o Ministério das Cidades para ser o agente incentivador e gerador de normas para criar esses espaços nos municípios. Quem vai fazer isso? Jorge da SEPIR e Carlos Calão. Até a partir da segunda quinzena de maio quando vai ter o encontro nacional dos povos ciganos, também em Brasília. Definir uma estratégia de ação conjunta de acompanhamento e fiscalização entre SPU, polícia federal, Ministério Público, órgãos de fiscalização estaduais e municipais numa força tarefa de fiscalização, essa que nós não tivemos condições de definir quem, quando e onde. Desenvolver mecanismo de controle social nos processos de licenciamentos, essa é uma ação. IBAMA, Carlos Calão, até fevereiro, Brasília. Instituir um grupo de trabalho para incorporar às diretrizes da política nacional na lei do SNUC fazendo uma revisão das categorias de unidade de conservação, ou reforma da lei do SNUC, principalmente no que concerne a sobreposição de unidades de conservação de proteção integral e territórios tradicionais. Quem? Vamos chamar o Instituto Chico Mendes, através da pessoa do Alexandre Cordeiro, mas pela Sociedade Civil quem vai fazer isso é Dauro da Juréia. A partir de janeiro de 2008. Brasília. Incluir essa diretriz na pesquisa nacional, a diretriz é essa aí, agilizar o levantamento e tal, incluir na pesquisa nacional de povos e comunidades tradicionais. Quem vai fazer isso? MDS, a partir do início dos trabalhos da pesquisa nacional. 2008, deve ser lá por Brasília também. Revisão do artigo 57 da lei do SNUC. Alexandre Cordeiro, Chico Mendes, Dauro. A partir de janeiro de 2008, também em Brasília. Propor revisão do *PENAB* sobre esse aspecto, a diretriz, aquela lá, e também Alexandre Cordeiro, Instituto Chico Mendes, Dauro. A partir de janeiro de 2008. Só lembrando que essa diretriz que está em negrito, preto, já foi aquela que nós definimos na primeira reunião. Essa aí, incluindo a pesquisa nacional de povos e comunidades tradicionais, o levantamento dos povos e comunidades tradicionais que precisam ser indenizados por danos materiais e imateriais decorrente da implantação irregular do SNUC. Quem vai fazer isso? MDS, a partir do início dos trabalhos da pesquisa, 2008. Brasília. Acabou. (Palmas!)

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)** – Assim deu uma idéia mais clara de quais são as medidas que vão ser tomadas. Vamos a segunda Câmara Temática e Infra-Estrutura, Técnica, desculpa.

**A SR<sup>a</sup>. TEREZA MOREIRA (Ministério do Meio Ambiente)** – A Câmara de Infra-Estrutura não fez alterações no documento diretamente, eu vou relatar o que nós debatemos ontem. A Câmara Técnica de Infra-Estrutura está formada atualmente pela FUNAI, FUNASA e outros órgãos de governo e eu não vou lembrar agora direitinho a composição que ficou na deliberação, mas uma grande dificuldade que nós tivemos nas duas primeiras reuniões da Câmara de Infra-Estrutura é que os representantes governamentais que compõem a Câmara não puderam participar, então a grande dificuldade de avançar os trabalhos nessa Câmara tem sido justamente a falta de interlocução com os membros governamentais que lidam, ou que têm competência para complementação de obras de infra-estrutura na ponta. Então por isso nós não temos

conseguido avançar tanto nos trabalhos no que diz respeito à proposição de ações efetivas e por isso nós resolvemos estabelecer uma agenda que viesse a superar essa dificuldade que nós estamos encontrando. Como todos sabem um dos trabalhos da Secretaria Executiva foi solicitar aos membros governamentais da Comissão que informassem programas e ações que tivessem relação com os eixos estratégicos da política, então com base nisso nós fizemos uma revisão das diretrizes e das ações informadas e percebemos que tem a necessidade de solicitar aos órgãos que informaram ações no eixo de infra-estrutura de como esses programas e ações vêm sendo desenvolvidos, qual é a disponibilidade de recursos orçamentários que existe, mais detalhes de como esses programas são desenvolvidos e de que maneira de fato eles dialogam com essas ações, porque simplesmente a informação de que o programa e aquela ação existem não deixa claro exatamente como é que nós podemos estar trabalhando a partir desses programas para o alcance dos objetivos da política. Então nós estabelecemos uma agenda para esclarecer as ações informadas junto aos órgãos, então nós vamos precisar sentar com o INCRA, FUNASA e alguns programas do Ministério do Meio Ambiente, SEAP, depois para ver como que cada órgão está entendendo que aquela ação, aquele programa pode contribuir para o eixo de infra-estrutura. Além disso nós mapeamos diversos órgãos que são essenciais para discussão, para o debate da questão da infra-estrutura e que não são membros da Comissão, tanto que eles estão elencados como convidados permanentes e verificamos a necessidade também de fazer um pré levantamento, ainda que superficial, de ações que esses órgãos executam na área de infra-estrutura para nós podermos partir para uma conversa inicial com esses órgãos tendo a mínima informação da forma de atuação deles. O Ministério da Saúde foi convidado para participar dessa reunião, mas não pode vir e mandou uma série de recomendações, uma das recomendações fosse que a Câmara Técnica fizesse um cruzamento entre os projetos aprovados pelo Ministério da Saúde para a implementação de estrutura de saúde nos municípios dos territórios da cidadania e os municípios que nós temos informação que tem comunidades tradicionais, para saber em que medida os 60 projetos aprovados atualmente pelo Ministério da Saúde já estão sendo realizados em municípios que têm comunidades tradicionais e para nós termos uma conversa mais aproximada de como que essas estruturas e saúde pública vão ou não estar atendendo as necessidades dessas comunidades nesses municípios. Fora isso, nós pretendemos aprofundar o diálogo com o Ministério da Saúde a respeito dessa questão, então as duas primeiras tarefas a esclarecer informações junto aos órgãos da Comissão e o levantamento de ações dos convidados foram tarefas que ficaram para a Secretaria Executiva, o cruzamento dos municípios com projetos aprovados pelo Ministério da Saúde versos territórios da cidadania e municípios que têm, com comunidades tradicionais nós vamos dividir com o Instituto Chico Mendes de conservação da biodiversidade, porque isso já é um trabalho que de alguma maneira já está em andamento entre nós da Secretaria Executiva e o Instituto Chico Mendes. Nós pretendemos concluir essa tarefa até o final de janeiro. Terminada essa etapa nós concluímos que existe necessidade de fazer reuniões bilaterais no mínimo com os órgãos que estão sendo convidados para participar como convidados permanentes das Câmaras com o objetivo de identificar ações e recursos disponíveis e a possibilidade de criação de ações diferenciadas dentro desses projetos que são executados por esses órgãos. E uma questão que se colocou, foi colocada inclusive pelo Arnaldo, é que, o Arnaldo estava colocando uma preocupação muito grande de nós podermos ter casos concretos, de execução mais imediata sobre os quais nós pudéssemos debruçar. Por outro lado eu estava argumentando que quando, se nós vamos falar de estrutura sanitária, água e saneamento básico domiciliar para comunidades tradicionais que é uma ação que já está prevista no ... (Corte na Gravação)... na agenda social quilombola, se nós formos tratar de água e saneamento domiciliar para as demais comunidades tradicionais, nós não vamos tratar com a

FUNASA de um, dois, três casos na comunidade isso e aquilo. Nós vamos negociar, como foi negociado na agenda social, o atendimento, sei lá, de 540 comunidades para dar um exemplo. Dentro dessas 540 comunidades aí sim, eu acho que vale a pena ver com os órgãos, com os quais nós vamos estar negociando essas ações a possibilidade de desenvolver projetos pilotos para a questão da adequação, projetos que possibilitem o aperfeiçoamento desses sistemas que são padrão para os casos que nós sabemos que não são exceções para povos e comunidades tradicionais, mas para os quais os sistemas não têm muita resposta. Então no que diz respeito à infra-estrutura básica nós tentamos, nosso plano é de fechar essa agenda e chegar até a última semana de fevereiro com ações concretas proposta e negociadas com esses órgãos convidados. No que diz respeito, porque o eixo de infra-estrutura tem a abordagem da infra-estrutura básica, mas ele também tem a abordagem o que diz respeito aos impactos das obras de infra-estrutura sobre comunidades tradicionais. Muitos objetivos do eixo de infra-estrutura no que diz respeito a impacto sobre comunidades tradicionais estão relacionadas ao processo de licenciamento dessas obras. Então o que nós pensamos e a necessidade de modificação legislativa, só que nós não temos um pré levantamento de quais são, em que medida existem impedimentos ou não para uma maior participação da Sociedade Civil nos processos de licenciamento das grandes obras de infra-estrutura. Então nós, a Secretaria Executiva está se comprometendo a solicitar uma nota técnica para averiguação das possibilidades jurídicas para o atendimento das diretrizes que estão colocadas no eixo para o Departamento de Licenciamento Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e para o Departamento de Licenciamento Ambiental do IBAMA e nós vamos pedir essa nota técnica o quanto antes, assim que nós voltarmos para Brasília, com um data proposta para esses órgãos responderem para nós, até a primeira quinzena de fevereiro. A partir disso, não, paralelamente, nós achamos que seria importante porque não é só uma questão de lidar com as obrigações legais da participação da Sociedade Civil no processo de licenciamento, mas também a questão da sensibilização dos outros órgãos que são grandes contratadores e responsáveis pela execução de obras de infra-estrutura no País. Para a questão da importância dos territórios das comunidades tradicionais e para que os processos de contratação com as empreiteiras que vão estar executando essas obras incluam questões específicas sobre a presença ou não de comunidades tradicionais nessas áreas. Então isso já tinha sido proposto na reunião passada, mas não foi levada à frente, eu acho que era uma questão para deliberar e tentar estabelecer um prazo, a Câmara está propondo uma agenda conjunta entre o Comitê Gestor do PAC, a Câmara Social e representantes da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais para colocar essa questão na mesa. Essa é uma questão e a outra questão seria também fazer uma discussão, não só tratando dos aspectos negativos da agenda social como nós já tínhamos tratado do PAC, que a grande preocupação era o impacto dessas obras sobre as comunidades, o impacto negativo, mas também para estar gerando oportunidade de discutir com o Comitê Gestor do PAC a necessidade de se preocupar com os aspectos das possíveis vantagens que essas obras, em que medida que essas obras vão estar levando benefício para as comunidades tradicionais nas regiões em que elas vão estar acontecendo. Nós entendemos que seria necessário, como seria muito difícil fazer uma reunião com todos os membros da Comissão e mais todos os membros do Comitê Gestor do PAC, mais toda a agenda social, se não seria possível tirar um grupo e aí nós podemos ver, eu acho que especialmente o grupo da Sociedade Civil, porque os órgãos de governo também já, muitos participam de todas essas esferas para participação dessa reunião e aí nós tentaríamos uma agenda o quanto antes, especialmente até fevereiro para estar tratando desse assunto. Então eu vou propor que nós tiremos até o final da reunião, não precisa ser agora, mas pelo menos até amanhã, até a conclusão da reunião, um grupo para participar dessa reunião com o Comitê Gestor do PAC. E por fim, para que nós tenhamos

mais argumentos e subsídios para essa reunião nós propusemos tentar fazer um esforço mais rigoroso junto ao Instituto Chico Mendes que tem ajudado a gente muito na tentativa de elaborar um mapa com as informações existentes atualmente sobre comunidades tradicionais, nós temos sido muito cobrados de apresentar o mapa de comunidades tradicionais do Brasil e nós temos tentado fazer esse mapa e o Instituto Chico Mendes é quem está produzindo o mapa a partir das informações que nós temos conseguido agregar, e aí o nosso desafio é até essa reunião conseguir concluir o mapa de povos e comunidades tradicionais com as informações que nós temos e o cruzamento desse mapa com as obras do PAC para nós levarmos uma coisa mais visual, mais objetiva para o Comitê Gestor do PAC, para eles terem uma dimensão real do que nós estamos falando. Nós pretendemos terminar esse trabalho até o início de fevereiro. Eu acho que é isso, com base na conclusão, nós esperamos chegar ao final do mês de fevereiro com essas tarefas mais ou menos encaminhadas e já para a próxima reunião da Câmara ter uma proposta de ações concretas negociadas dentro dessas esferas. (Palmas!)

**A SR<sup>a</sup>. EDNA MARAJOARA (Cooperativa Ecológica das Mulheres Extrativistas do Marajó)** – (...) Estado, do Estado do Pará, Conferência Estadual do Meio Ambiente, além de mudanças climáticas nós estamos também com o enfoque no desenvolvimento sustentável e nós temos algumas coisas de infra-estrutura já focadas e assim, tipo o projeto piloto, gasificação como energia alternativa e nós queríamos saber como essa assessoria da Secretaria de Meio Ambiente pode direcionar essas diretrizes ou esses pontos que nós temos lá no Pará, de povos e comunidades tradicionais. Essas demandas mesmo já bem claras.

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL SARAGOUSSI (Ministério do Meio Ambiente da Diretoria de Extrativismo)** – Edna, é um pouco difícil responder isso e principalmente esse não é o espaço para essa discussão que é a apresentação de projetos do Estado para o Governo Federal, não é? Foi isso que eu entendi da sua pergunta.

**A SR<sup>a</sup>. EDNA MARAJOARA (Cooperativa Ecológica das Mulheres Extrativistas do Marajó)** – É só um exemplo, eu queria saber como na assessoria nós poderíamos estar direcionando essas demandas dos povos e comunidades tradicionais do Estado do Pará para a Comissão?

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL SARAGOUSSI (Ministério do Meio Ambiente da Diretoria de Extrativismo)** – Justamente eu acho que isso não é o lugar para fazer essa discussão. Nós estamos discutindo o que a Câmara Técnica está propondo para o plano de ação. A Comissão não tem dinheiro para aprovar. São sugestão que não estão dentro do plano da política, elas vão ser discutidas no plano, nós vamos ter reuniões regionais para discutir o plano.

**A SR<sup>a</sup>. EDNA MARAJOARA (Cooperativa Ecológica das Mulheres Extrativistas do Marajó)** – Mas elas já fazem parte do PAC.

**A SR<sup>a</sup>. TEREZA MOREIRA (Ministério do Meio Ambiente)** – Edna, eu acho o seguinte com relação às demandas dos movimentos sociais para a Comissão Nacionais de Povos

e Comunidades Tradicionais eu acho que essas demandas devem surgir no âmbito da Comissão via movimentos sociais. Nós temos o CNS, o GTA, a COIAB, a CONAC, o Movimento Nacional de Pescadores que representam esses segmentos de povos e comunidades tradicionais e têm muitos representantes de segmentos de povos e comunidades tradicionais da Amazônia. O que eu acho que o papel importante que a assessoria de povos e comunidades do Pará pode fazer é divulgar o máximo para as comunidades locais de lá, quais são os seus interlocutores diretos, quais são os seus representantes. Como o segmento, movimento social dentro da Comissão, porque esses representantes são a voz dos movimentos sociais e não são dos movimentos sociais nos seus estados especificamente só, eles são representantes desses movimentos sociais no Brasil. Então eu acho que na medida em que, eu me disponho a passar os contatos de todos os membros da Sociedade Civil e dos membros governamentais para todas as assessorias, tanto para a assessoria da Bahia, como para a assessoria do Pará e para as demais assessorias estaduais que tiverem interesse e eu acho que um papel importante mesmo das assessorias é estar colocando essas pessoas em diálogo para que os movimentos sociais possam cobrar de seus representantes e para que esses representantes possam levar informações para os movimentos sociais. Eu acho que numa resposta mais imediata, o que para mim, eu acho que a questão para mim é essa. Eu só não gostaria realmente de abrir esse debate, como disse a Muriel porque nós estamos no momento de discussão das Câmaras, mas eu acho que quando nós formos falar de articulação, tem um item na pauta que é a articulação da política nacional ou implementação dessa política, a questão de levar a política nacional para os estados e para os municípios, eu acho que nós temos esse item na pauta e nesse momento seria o momento mais apropriado para nós estar discutindo. Eu entendo a sua preocupação, mas eu acho que, talvez realmente nós precisássemos deixar esse assunto mais para frente, porque tem muita gente com a mesma ansiedade de ver como é que a política vai chegar na sua região. Está bom?

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) –** Gente, a próxima Câmara Técnica é de Inclusão Social e quem coordena a Câmara Técnica é o Aderval e ele está aqui e junto com ele coordena a Cláudia Regina, que não esteve conosco por questões alheias à vontade dela, mas enfim agora está. Cláudia poderia se levantar, vamos dar uma salva de palmas para ela. (Palmas!) Brincadeira Cláudia, vamos lá então. Qual foi a lógica dos trabalhos da nossa Câmara de Inclusão Social? Primeiro, não sei se vocês já tinham tido a oportunidade de ver, de observar, de analisar é a Câmara Técnica e é o eixo com a maior número de diretrizes, são mais de 60 diretrizes e aí nós fizemos uma priorização daquelas já priorizadas, como prioridade um, nós tivemos que pinçar algumas que estariam dentro da nossa capacidade de articulação e de ação. Então, por isso que tem alguns itens, nós fizemos a questão de ser fiel à orientação que foi dada à Câmara Técnica de identificarmos se a nossa atuação seria mais no sentido de articularmos, reunirmos, discutirmos possibilidades ou se de ação concreta. Já efetiva, imediata. Então nós colocamos, quando demandava muitas reuniões para definir o que fazer, nós colocamos articulação. Quando já tinha apontado, a diretriz já apontava uma ação concreta nós colocamos “ação”. Então nesse item específico relacionado à educação formal ou informal nós temos essas diretrizes aqui que nós classificamos como de articulação de ação. Garantir a formação e inclusão de educadores oriundos de povos e comunidades no sistema formal de ensino. Nós achamos que isso não é algo imediato, vai demandar muitas reuniões, quer com educação no campo, quer com o próprio Ministério da Educação, porque formação de quebradeira de coco para dar aula para quebradeira de coco, quilombola para dar aula para quilombola, de seringueiro para dar

aula para seringueiro e inclusão no sistema formal de ensino é um processo que vai demandar muito, mas nós já estamos pensando em iniciar. A questão da produção e disseminação do material didático pedagógico, nós sabemos que tem recursos no Ministério da Educação específicos para isso, então dá para poder, em fazendo uma reunião com o MEC, tentar de certa forma definir uma ação mais imediata e concreta de fomento, produção, desculpa, de produção de material didático-pedagógico voltado para cada um dos segmentos. Se a educação ainda não é diferenciada pelo menos o material didático pode ser e aí nós vamos ganhando espaço na questão do espaço formal, na questão da educação formal. A outra coisa é a questão da alfabetização. Nós identificamos tanto no Governo Federal quanto em entidades estatais e entidades não governamentais algumas iniciativas de alfabetização diferenciadas, que considera recortes étnicos, então dá para fazer uma negociação com a fundação Banco do Brasil, com o programa Brasil Alfabetizado para tentar ver se dá e tonificada e forma não só alfabetizadores, mas também mobilizadores sociais, educadores sociais. Quer dizer, então isso tudo aqui nós achamos que é possível fazer imediatamente. Só que o MDA tem esse programa, eu conheço o programa “Arca das Letras”, mas a literatura que se veicula, dentro da arca que abre, pega os livros e lê, não é uma literatura específica da comunidade. Então o que nós estávamos dizendo é de produção de material didático relacionado à realidade específica, não da literatura universal ou da literatura brasileira em geral, mas seria um livro sobre as andirobeiras, para veicular nas escolas onde lá estão inseridas naquele contexto regional. A outra coisa que nós colocamos é a inclusão digital, também tem uma ação do MDS com o MDIC que disponibiliza computadores e tudo mais, então nós achamos que dá para negociar e começar uma ação efetiva já com relação à inclusão digital. Também tem. A outra coisa seria a questão da revisão dos livros didáticos. Nós achamos que nós já podemos começar isso, então a contratação de consultorias para poder rever os livros didáticos para identificar expressões depreciativas, ou então omissões, ou seja, para tentar inserir ou dar visibilidade, ou mentiras enfim, uma série de falsidades penetradas nos livros didáticos, então nós pensamos de fazer isso de duas formas: contratando uma consultoria para poder fazer uma leitura fina dos livros que estão veiculados hoje na escola pública e passar para cada um dos segmentos para eles fazerem uma leitura crítica do ponto de vista dos ciganos, do povo do Terreiro, de cada um dos segmentos sociais tradicionais representados na Comissão. Então, por isso nós identificamos como ação, e a questão do respeito às formas de religiosidade, aí nós achamos que é mais complicado atuar com relação a se assegurar no ensino formal o respeito às formas de religiosidade. E aí nós teríamos um tempo maior de articulação. De qualquer forma, então os responsáveis são a Cláudia Regina que não estava aí, e aí nós tivemos essa estratégia, não está aqui então vamos dar atribuição. Então a Cláudia Regina, elas ficaram responsáveis pela educação, pelo componente de educação do eixo inclusão social. E aí nós vamos fazer uma reunião junto ao MEC, Fundação Banco do Brasil, MDIC, MDS, Ministério da Cultura, Secretaria Especial de Diretor Humanos e outros que nós identificarmos programas correlatos poder ver cada uma dessas ações que nós estamos propondo...

**A SRª. LUCIANE FERREIRA (FUNASA)** – Sugiro incluir a FUNASA em função da formação dos agentes indígenas de saúde e dos agentes indígenas de saneamento.

**O SR. ADERVAL COSTA FILHO (Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)** – Ok.

**A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** – ...Eu sugiro incluir a FUNASA em função da formação os agentes indígenas de saúde e dos agentes indígenas de saneamento.

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Aqui na região semi-árido tem uma rede de educação do semi-árido, a RESAB, que tem muito material e muita experiência nessa questão da educação contextualizada. Então, eu sugiro incluir a RESAB também.

**A SR<sup>a</sup>. ELIZA (SEAP)** – Eu não sei se é uma questão de inclusão, mas SEAP já tem feito um trabalho com material específico para pesca artesanal e estamos trabalhando o MEC no Pescando Letras, que é alfabetização e educação de jovens e adultos. Se quiser participar do processo...

**O SR. ADERVAL** – Inclusão do SEAP. Inclusões?

**A SR<sup>a</sup>. EDNA** – Os CEFETs – Centros Técnicos.

**O SR. PEDRO RAMOS (Conselho Nacional dos Seringueiros )** – Eu gostei também que incluísse a pedagogia da alternância, que para nós é que está funcionando na Amazônia quase toda. Eu só não vou dizer que a Escola Família seja a pedagogia porque tem Escola Rural, tem Escola Família, tem Escola Agroestrativista que se utilizam da pedagogia da alternância.

**O SR. ADERVAL** – Bom, a gente achou que a construção da escola diferenciada é um processo que é pano para manga, que nós temos muito que caminhar para construir a escola diferenciada, e aí na escola diferenciada naturalmente nós iríamos contar com recursos pedagógicos como a pedagogia da alternância, mas nós tivemos que pinçar, seu Pedro, o que nós vamos fazer até janeiro e fevereiro, e não dá para construir escola diferenciada até fevereiro. Então, nós tivemos que... Não pode abrir discussão, gente. É o seguinte: qual foi a lógica? E a Câmara Técnica é soberana com relação ao que resolve fazer e aquilo que elege como prioridade das prioridades. O que aconteceu conosco? Nós identificamos entre 160 diretrizes quais são as que nós podemos atuar até fevereiro. Então, nós pinçamos algumas, que nós somos sete. Então, nós vamos atuar nessas. Não quer dizer que nós não vamos fazer as outras coisas não, nós vamos fazer, mas não até fevereiro. Isso tudo aqui está marcado para até fevereiro. Por isso que aqui salta de 5.1 passa para 5.6, depois 5.8 e 5.21, quer dizer, entre 8 e 21 tem monte de diretrizes que nós não vamos dar conta de fazer ou mexer agora. Então, nós elegemos o que era imediato na questão da educação. Vamos passar para frente. Auto-identificação e direitos civis. O responsável mesmo foi o Jorge Pomerano, mesmo por que ele não estava aí. E aí a questão da pesquisa entra como ação que já tem de certa forma recurso assegurado para a pesquisa nacional. E aí seria o aprimoramento da pesquisa. A questão da retificação do sub-registro, nós estamos pensando em reunir com a Secretaria Especial de Direitos Humanos e também o MDA, o IFEN, que tem programas específicos de documentação civil para poder ver como nós podemos estender esses benefícios ou esses programas para os segmentos que têm assento e aos demais segmentos sociais tradicionais da Comissão. Nós temos um problema com relação aos povos seminômades, que é falta de um endereçamento único, uma gestão junto aos correios para poder se



criar um CEP e um endereçamento único para povos nômades seminômades e a questão do respeito aos nomes próprios de origem étnica, que normalmente quando você vai registrar a criança, o escrivão escreve o que quer ou raras vezes aceita uma grafia diferenciada daquela convencionada no português. Então, nós achamos que esse já é um nível de articulação maior, que nós não temos como dar resposta imediata, mas nós já vamos conversar com a Associação dos Magistrados, com os donos de cartórios, porque tem uma associação específica de donos de cartórios para cuidar disso especificamente. Isso envolve a Secretaria de Direitos Humanos. Bom, há uma sugestão, aliás, há uma deliberação no sentido de pedir um assento no Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, um assento da Comissão naturalmente. E tem também a necessidade de reconhecer o domicílio dos ciganos como domicílio templos, religiosos e terreiros como domicílio, assegurando o direito de inviolabilidade domiciliar, porque imagina chegando à tua casa: “Você tem mandato?” Só pode entrar para fazer uma revista se tiver mandato. No caso de acampamentos, eles não consideram domicílio e aí invadem sem mandato. Então, isso aqui envolve a criação de um Projeto de Lei e articulação com os órgãos competentes, por isso que nós colocamos como articulação e não como ação imediata, mas nós já vamos começar a lidar com isso. Nós estimamos na terceira semana de fevereiro. O objetivo saúde, concepções e práticas da medicina tradicional ficou sob a responsabilidade da Luceli. Eu a estou ajudando nesse processo. Uma das coisas é o diálogo com o Ministério da Saúde para criar uma política voltada para povos e comunidades tradicionais, uma política de saúde. Isso, portanto, é articulação. Nós achamos que vai ser preciso muito reuniões e muito convencimento para nós criamos uma política que não seja tão universal que não garanta o acesso, que o problema do caráter universal da política não é o caráter universal da política é a dificuldade de acessar. Ela é universal, mas não chega. Então, é esse o problema que as comunidades vivem. A valorização das práticas tradicionais na implementação das ações de saúde, nós achamos também que é uma questão de articulação, mas está na pauta das preocupações. Então, chamar os Ministério de Saúde e Meio Ambiente para apresentar para a Câmara específica as questões que têm sido feitas neste sentido da questão da medicina tradicional e das ações implementadas no sistema tradicional. Elaborar e implementar programas contra a desnutrição materno-infantil. Então, nós achamos que tem envolver Ministério da Saúde, FUNASA e os órgãos que aportam recursos para segurança alimentar e nutricional, mas isso envolve várias reuniões. Então, não é uma ação concreta. E se tivesse dinheiro hoje, nós já faríamos. 7.7: garantir políticas de segurança hídrica e acesso e disponibilização de água potável de boa qualidade. Nós achamos também que tanto a FUNASA, Ministério da Saúde, MDS, o Ministério da Integração, todos os órgãos que trabalham com recursos hídricos precisam ser acionados, mas isso nós precisamos articular no sentido de que os segmentos sejam atendidos, porque isso é algo para ser construído. Implementar ações emergenciais voltadas à segurança alimentar e nutricional de famílias, priorizando crianças e idosos, isso nós consideramos como ação e como articulação porque tem na Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS possibilidades de negociar recursos e ações específicas. E, além disso, nós podemos aumentar esse potencial de estar suprindo emergencialmente aquelas comunidades e aqueles povos que não têm condições de produzir o alimento, mas tem fome, comem todos os dias ou deveriam comer. Bom, objetivo 8: políticas públicas sociais e participação nas instâncias de controle social ficaram Comanangi e a Digé. Tem uma articulação que tem que ser feita com o Ministério da Previdência relacionada à aposentaria, preferencialmente não contributiva. Isso vai ser uma briga grande dos segmentos sociais tradicionais com o Ministério da Previdência. Então, nós temos que identificar, a Assessoria Jurídica e encontrar uma forma de comunidade e povos tradicionais possam acessar o sistema público previdenciário de forma não contributiva nos mesmos moldes que o indígena acessa. O

indígena não contribui com a Previdência e aposenta. Se há uma brecha na lei que contempla um segmento, por que os outros não podem contemplados? Segurado especial... E aí nós temos hoje tentado fazer uma curva, nós acionamos BPC – Benefício de Prestação Continuada, que é o direito que idoso tem, que o deficiente físico tem para receber um salário mínimo por mês. E é uma forma de assistência não contributiva, mas isso é um subterfúgiu, isso não é uma forma de aposentaria, e recebe só por dois anos e é condicionado à renda familiar per capita. Se for mais de um quarto salário mínimo, aí a pessoa não faz jus, seja deficiente ou idoso. Garantia à participação de representantes de povos e comunidades tradicionais em fóruns coletivos, nós achamos que tanto é ação quanto é articulação. Então, nós estamos pensando em solicitar formalmente ao CONSEA a inclusão... Porque ele tem câmeras específicas, tem grupos de trabalho para negros, para indígenas, e nos negros incluem terreiros e incluem quilombolas, mas não têm Grupo de Trabalho para os demais segmentos no âmbito do CONSEA. Nós estávamos pensando em solicitar ao CONSEA um espaço para os demais segmentos sociais tradicionais. Garantir programas e ações de inclusão social diferenciados voltados especificamente para povos e comunidades tradicionais. Então, nós precisamos trabalhar no MDS a possibilidade de atendimento sócio-assistencial diferenciado porque também a maioria dos serviços sócio-assistenciais do MDS são estruturados no meio urbano hoje. E para nós esperarmos que ele se estruture no meio rural vai demorar dez anos, vinte, eu não sei. Então, nós temos que fazer uma articulação no sentido que haja equipamentos públicos rurais para além daqueles urbanos já estabelecidos e implantados. Criar e implementar programas e ações emergenciais e estruturantes de geração de trabalho, nós colocamos na pauta de ação porque, primeiro, se houver, Muriel, nós queremos que ele seja aportado em fomento de ações estruturantes e ação estruturantes de geração de trabalho e renda, de estímulo à produção de desenvolvimento local e daí, nessa perspectiva, tudo que está como ação significa: se tiver dinheiro, nós queremos. E nós queremos nesse ponto aqui. E também o MDS, dentre outros órgãos, está criando uma Secretaria de Geração de Oportunidades exatamente para poder tratar daquele eixo. Você vê que esse aqui bate com o fomento e produção sustentável, tem uma relação. É verdade, o Ministério do Trabalho e Emprego. Essas sugestões de inclusão são muito bem-vindas. É porque nós, nas discussões... Essas ações aqui, nós não discutimos ontem não, nós já tínhamos feito isso há muito tempo. Nós só retomamos para poder priorizar e identificar quem ficaria responsável e quando. A questão das relações, a gente acha que tanto é ação, quando nós estabelecemos a equidade nos programas de capacitação, nos programas de inclusão produtiva, se nós estabelecemos, por exemplo, que nós vamos capacitar e fortalecer institucionalmente, e que metade dos capacitandos tem que ser mulheres ou metade mais dois, o que seja, nós podemos garantir de imediato a equidade de gênero, mas também é uma questão de articulação porque isso é processual. Nós não vamos de uma hora para outra fazer as coisas todas que precisam ser feitas. Garantir aos povos e comunidades tradicionais o acesso e gestão facilitada aos recursos governamentais. E aí nós temos uma articulação já em andamento dentro do Ministério do Meio Ambiente que nós queremos ver o resultado com relação – eu não sei se Projeto de Lei, eu não sei se era um diálogo com a Controlaria Geral da União, o que era – no sentido de facilitar acesso e gestão, por encomenda da Ministra Marina Silva. Então, nós queremos sentar com o Ministério do Meio Ambiente para ver qual é o estado da arte, em que pé que está para ver como é que fazemos e como é que nós vamos de fato conseguir flexibilizar a IN e a lei de licitação com relação ao acesso e gestão. Então, nós estimamos que até a terceira semana de fevereiro, nós vamos fazer algumas reuniões. Vimos a disponibilidade das pessoas mais diretamente envolvidas. Nós vamos agendar essas reuniões e elas vão a Brasília para cumprir essa agenda. No fortalecimento institucional ficou a Raquel, o Eduardo – e eu fiquei no (...) para não dar problema para o Renato. Apoio e garantia do processo continuado de mobilização: encontros, seminários,

visitas e reuniões, material de comunicação, capacitação e organização comunitária. Nós achamos que isso é uma ação, além de promover encontros de fortalecimento institucional, e com isso nós queremos dizer que se chegar dinheiro, nós queremos que aporte aqui também em processo de capacitação. Além disso, a elaboração de cartilhas, material de orientação de como criar associações, entidades civis, enfim, nas comunidades e povos tradicionais. Disponibilizar informação e assessoria técnica e jurídica e formalizar o acompanhamento de organizações de povos e comunidades tradicionais. Então, nós estamos buscando a assessoria jurídica. Nós sabemos que tem os balcões de cidadania na Secretaria Especial de Direitos Humanos, mas que outros programas de Governo no âmbito federal nós poderíamos dispor e lançar mão para poder assessorar os movimentos sociais a se formalizarem. Tem muitos movimentos que não podem acessar recursos porque não têm CNPJ, têm que criar CNPJ, quer dizer, criar uma associação, tudo isso nós estamos pensando em fazer. Bom, seguindo, promover a formação em conjunto com entidades representativas e parcerias dos povos e comunidades tradicionais. Nós precisamos dar cursos. Isso aqui é ação e articulação, que nós nunca vamos esgotar. Nós precisamos dar cursos de elaboração de projetos, de gestão de recursos públicos, ou não, de prestação de contas, de processos licitatórios, pregão eletrônico, quer dizer, tudo isso é muito imediato, por que como é que as comunidades vão acessar recursos ou concorrer a editais se elas não têm, às vezes, não têm, uma outra não tem, algumas já têm, mas muitas não têm capacidade de gerir os recursos de acordo com as instruções. Na primeira semana de janeiro nós vamos fazer uma reunião sobre isso. E esse aqui, por fim, direitos individuais e coletivos em situação de conflito e ameaça à integridade, eu coloquei aqui a Cláudia Regina de Pinho, o Aderbal – tem duas setas que não fui eu que coloquei – e a Iáskara. A Iáskara vai mediar a relação, que é uma relação conflituosa, mas, enfim. Uma coisa é a criação e implementação do estatuto dos povos e comunidades tradicionais. Hoje o Luiz Alberto falou um pouco de que como é que nós fazemos com que uma política de governo se transforme em uma política de Estado. Se tornando lei. Então, nós precisamos fazer com que a Comissão e a Política de Povos e Comunidades Tradicionais se transformem em lei. E uma forma é estatutando a questão, a temática. Então, nós temos que elaborar o estatuto – eu e Cláudia vamos trabalhar arduamente nisso, o Johnne não vai estar presente. Ele é suplente. Olha, a qualificação continuada de agentes governamentais e não governamentais ligados à segurança pública. Isso aqui vai causar muito ciúmes porque nós vamos capacitar agentes locais de segurança pública, mas só eu e a Cláudia que vamos estar de fato ministrando a capacitação. A garantia do exercício das formas de mediação e resolução de conflitos tradicionais. Essa está no âmbito da articulação porque nós queríamos ver como é que nós institucionalizamos isso, quer no Ministério da Justiça, quer na Secretaria Especial de Direitos Humanos, como nós institucionalizamos, que são os guardiões da memória, que são os idosos, que mediam conflitos em nível local, que resolvem conflitos em nível local e que não é um agente policial, que autoridade pode ser conferida a essas pessoas para resolver e dirimir esses conflitos sob o ponto de vista do reconhecimento formal, que nem o agente ambiental voluntário. Nós seríamos um agente de segurança pública, mas da comunidade, seu Pedro, e utilizar, mas utilizar referendando, de tal forma que o Ministério da Justiça reconheça as lideranças tradicionais como guardiões da ordem.

**O SR. PEDRO RAMOS (Conselho Nacional dos Seringueiros )** – Isso, em comunidades mais afastadas, até vinte anos atrás isso era muito utilizado quando havia conflitos: conflitos de terra ou conflitos entre famílias sempre o ancião chamava e dirimia, junto com as duas partes, o problema. Isso já foi utilizado. Nós não estamos inventando. Falta só retomar.

**O SR. ADERVAL** – Mais do que retomar e estimular, nós queremos que seja reconhecido pela justiça oficial, pelo Ministério da Justiça e pelos órgãos responsáveis pela segurança pública. Realizar campanha de combate e prevenção do racismo e preconceito étnico. Então, nós estamos pensando em filmes de curta-metragem, cartazes, uma série de ações específicas de combate ao preconceito. Nós temos várias idéias, e os companheiros. Nós vamos ampliar isso acolhendo outras sugestões. Combater sistematicamente a intolerância religiosa, nós pensamos em encaminhar carta às igrejas e instituições porque isso já é assegurado por lei, mas é pouco respeitado. Então, nós precisamos fazer uma gestão e uma articulação. Garantir a capacitação continuada no que se refere ao entendimento legal dos direitos. Isso aqui é fortalecimento institucional. Então, nós precisamos aportar recursos nessa ação de capacitação com relação a direitos. Garantir um sistema de segurança que opere em ambientes aquáticos visando a integridade física de pescadores. Isso, nós não nós tiramos daquilo que era mais emergente senão o MONAPE ia brigar a gente e a Celinha também. E daí nós estamos pensando em discutir com a Secretária Especial de Aquicultura e Pesca e com os órgãos de segurança pública para ver o que pode ser feito no sentido da integridade física das comunidades. Bom, garantir agilidade na apuração, julgamento e punição dos crimes contra as comunidades. Nós estamos pensando em sentar com a Sexta Câmara para poder discutir também que recursos nós teríamos ou que possibilidades nós teríamos de garantir essa agilidade e efetividade do sistema de proteção legal. Ok? Então, foi isso que nós discutimos. É amplo, é extenso porque realmente é o eixo maior. *(Palmas)*. O Célio precisa dar uma palavrinha. Deixe-o falar primeiro.

**O SR. CÉLIO** – Boa-tarde. É bem rápido. Eu só quero cumprimentar a todos. É um prazer grande estar com Muriel, com Aderval, com todos vocês que vieram de muito longe. Eu queria ter vindo na abertura, no início dos trabalhos, mas esta semana é de muitas atividades aqui na Bahia, de muitas coincidências de eventos. Na semana passada veio até a Ministra Marina. E foi acumulando a pauta, mas a Célia insistiu tanto. Eu disse: “Não, eu não posso deixar de dar um pulo lá”. E olhem como as coisas são boas, eu consegui conversar um pouco aqui o pessoal do INCRA e conversando ali com o Sinaí, ela me deu uma grande dica. Nós, segunda-feira, vamos ter uma audiência com o superintendente do INCRA aqui da Bahia, o Gujé, e já tem um ofício lá, há um mês e pouco, nós pedindo para iniciar o processo de reconhecimento do cadastramento das famílias das reservas extrativistas aqui da Bahia. Tivemos o primeiro encontro das RESEX, no final do mês passado, foi muito exitoso, apesar de ter sido em Canavieiras, mas foi até proposital que ocorresse lá. Conseguimos realizar, deixando até a Polícia alerta, mas não houve nenhum problema e foi feito o encontro. Então, agora precisamos estreitar com o INCRA os benefícios às comunidades. Por outro lado, processos de licenciamento ambiental para levar "Luz para Todos" com a COELBA, aqui na Bahia, nós precisávamos fechar as anuências. E conseguimos também esta semana concluir essas anuências lá para Canavieiras. Estavam já mais antigas, inclusive. E agora vamos cobrar da COELBA agilidade na implementação da rede de energia elétrica lá para as comunidades. Então, é um trabalho que nós do IBAMA, mesmo com a separação do Instituto Chico Mendes, que ó co-irmão, e temos que caminhar juntos, irmão gêmeo, então, nós estamos nesse processo de estruturação do Chico Mendes aqui no Estado, na região. E o IBAMA e o Instituto firmaram um termo de cooperação técnica, que já está em vigor, para que viabilize, a partir de 2008, a implementação dos recursos orçamentários para as unidades de conservação ainda pelo IBAMA, as licitações de todas as compras, da manutenção das unidades ainda pelo IBAMA. Então, o instrumento legal já existe. E

nós já estamos trabalhando nisso. Mas para não me alongar, eu queria dizer que eu acho muito importante a parceria do MMA com o MDS, que nós consigamos realmente os recursos chegarem aos programas, às concepções muito bem discutidas com participação social ampla, e nós conseguirmos como gestores públicos nos realizarmos por termos conseguidos implementar. É muito importante no final da linha nós realizarmos mesmo essas ações. E a fiscalização que agora é o carro-chefe do IBAMA e as comunidades nos pedem muito, fazem muitas denúncias, nós estamos também num processo de reestruturação para trabalhar de forma integrada com a Marinha, com a Polícia Federal, com todos os órgãos de segurança pública. Não dá mais para trabalhar isolados. Aqui nós já conseguimos a Marinha tantos trabalhos que eu acabei recebendo o título de Amigo da Marinha, o que nós estamos usando para cada vez se aproximar mais ainda deles e ter a parceria completa com a Marinha aqui no Estado da Bahia. Por outro lado a Polícia Federal tem total boa-vontade, vão as todas a reuniões, mas ainda carece de efetivo, de pessoal. As Delegacias de Meio Ambiente foram criadas nas 27 superintendências, mas eles precisam de melhor estrutura. Então, todo esforço nosso, do IBAMA, do Chico Mendes e do Ministério do Meio Ambiente juntos ao Ministério da Justiça é importante porque as RESEX, a maioria delas, são federais e precisam então da ajuda da Polícia Federal. Mas, para não me alongar e dar continuidade, eu quero agradecer muito a oportunidade de ter vindo aqui cumprimentá-los e me desculpar por não ter vindo no início, mas que nós aqui do IBAMA estamos à disposição para o que precisarem. E podem nos procurar. Obrigada (*Palmas*).

**A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Obrigada, Célio. O Aderval pediu para eu continuar um pouquinho aqui.

**A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – A Fundação Nacional de Saúde está nesta Câmara Técnica. Eu não pude estar participando. Eu peço desculpas, mas também eu peço para ser um pouco imprópria porque o que eu vou colocar não estaria no âmbito da discussão aqui, mas é uma preocupação que eu tenho e eu também gostaria de deixar registrado e em torno e em direção ao que seu Pedro, hoje pela manhã, colocou do grande desafio que nós temos de construir uma política pública nacional que dê conta das especificidades realmente das comunidades e dos povos tradicionais. Então, uma coisa que me preocupa, por exemplo, é quando nós afirmamos pensar uma articulação com Secretarias na questão da equidade de gênero quando nós não temos um mapeamento do que é o gênero em cada uma das comunidades. Então, só entre povos indígenas, nós temos duzentas e tantas etnias; em cada etnia, a questão da mulher é uma. E precisa ser sim, isso é consenso de todos nós aqui, tratada de forma específica dentro dessa comunidade. A mesma coisa, o que é educação diferenciada? É simplesmente colocarmos os velhos e os conhecedores dentro da escola ou trazer a escola para as práticas do cotidiano, ou seja, se aprende ser pescador pescando, se aprende a ser curador curando, se aprende a ser parteira partejando. Então, discutir como que nós podemos trazer para dentro da câmara técnica talvez espaços de discussões onde nós possamos chegar e em primeiro lugar conhecer o que há. Por exemplo, política pública para saúde, para povos e comunidades tradicionais. Ora, no Ministério da Saúde hoje existem as políticas de práticas integrativas e complementares? É adequada? Não é? Nós temos que olhar para elas, fazer uma análise e discutir e propor sobre essas políticas. A mesma forma, dentro do SUS nós temos o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. É uma primeira experiência. Nós podemos olhar para isso e vê isso se adequa para seringueiro, se adequa para pescador. Não. Em que nós podemos melhorar, em que nós podemos avançar, em que nós podemos propor para as próprias populações indígenas.

Então, eu acho que a articulação e ação da cana, mas talvez nós também pudéssemos ter uma coisa, não sei se articulação engloba isso, e aí eu sugiro que englobasse esse mapeamento do que há para a partir daí sim ir num consenso de cada um entendendo o que está sendo falado, já que nós estamos falando diferentes línguas aqui, porque viemos de tradições diferentes. Ter uma ação realmente consensuada entre todos. Então, é só para pontuar essa minha preocupação.

**O SR. ADERVAL** – Articulação engloba sentar com os órgãos competentes e ver o que existe e em que precisa ser adequado e fazer gestões no sentido de uma melhor adequação. Enfim, engloba tudo. Na verdade, o que nós vamos articular é aquilo que não está pronto, não está dado e precisa ser construído. E aí é lógico que nós vamos nos valer de experiências pré-existentes, seja em qualquer área que você abordou, qualquer área de atuação ou da administração pública federal. Vamos à Quarta Câmara. É você?

**O SR. ERNANDO (MONAPE )** – Boa-tarde a todos. Eu sou da Câmara Técnica de Fomento e Produção Sustentável. Qual é a estratégia que... Nós seguimos os critérios das primeiras reuniões, que nós trabalhamos pelas prioridades. Nós fizemos anteriormente as prioridades 1, 2, 3 e 4. Então, nós trabalhamos prioritariamente agora a número 1. Todas as número 1. Então, nós temos aqui os presentes o MONAPE, o Pedro Ramos pelo CNS, Eliza pela SEAP, Muriel pelo MMA; Braulino que participou pelos Gerazero; os Pantaneiros, o Manoel; Alir, Faxinais; Célia, CNBio; Élcio também e Paula do MDA. Paula não está presente, que é a coordenadora dessa Câmara Técnica. Como eu sou coordenador adjunto, eu vou fazer aqui a apresentação. Então, a nossa estratégia... Ontem nós tentamos esgotar principalmente o ponto um da pauta, que é era o tópico... O 11.1 do objetivo específico: reconhecer proteger, promover os direitos dos povos e comunidades tradicionais, pelos seus conhecimentos, práticas e usos tradicionais. Aí o 11.1. Nós debatemos bastante, mas nós não finalizamos como era determinado como e quem, como ia ser feito o trabalho anteriormente. Porém, nós fizemos a seguinte estratégia: fizemos sugestões para cada item. E aí a estratégia que fizemos foi o seguinte: cada um da Câmara Técnica vai ser responsável de elaborar uma proposta para cada item desses. E aí nesse item 11.1 ficou o companheiro Pedro, do CNS, para elaborar essa proposta e nós debatermos na Câmara Técnica via *e-mail* e outras coisas. Têm as sugestões dos problemas informados que está ali, sugestão 1, representando o CGEN, e tal. E a sugestões estão embaixo. São... O que nós trabalhamos, conseguimos fazer na primeira fase na Câmara Técnica, que está um pouco... Que está na parte mais aqui embaixo. Sugestões 2, que é negociar, e tal. Tudo isso conseguimos trabalhar. O próximo tópico da... 11.2, por favor. Não está em sequência não... Ah, estou entendendo. Foi tirado do, aí ficou 11.8. Está legal. 11.8: “Apoiar ou valorizar as formas tradicionais de sociedade... Sociabilidade. Festas, folias, fogueto, reuniões, encontros em mutirões e demais práticas solidárias de saberes tradicionais e ancestrais”. Aí ficou o Ministério do Trabalho, a Milena. Nós delegamos para quem não estava presente também na Câmara Técnica. Aí tem todas as sugestões de baixo. O 11.11: “Promover mecanismos de e transmissão de saberes tradicionais às crianças e aos jovens dos povos e comunidades tradicionais para a manutenção e revitalização de práticas éticas, culturais, tradicionais, políticas e ancestrais. Com vistas à formação de novas referência”. Aí ficou o companheiro Manoel, que é pantaneiro, que está na Câmara. E as sugestões estão embaixo. 11.4: “Capacitar os agentes públicos e membros das comunidades e povos tradicionais sobre legislações e políticas públicas referentes à proteção e à valorização dos conhecimentos tradicionais”. Aí ficou a companheira Eliza da SEAP. Embaixo as sugestões. 12 é o objetivo específico: “Apoiar e

garantir a inclusão produtiva com a promoção e tecnologias sustentáveis respeitando o sistema de organização social dos povos e comunidades tradicionais, valorizando os recursos naturais locais e prática, saberes e tecnologias tradicionais a elaborar a prática...”. Levante, por favor. 12.2: “Garantir a organização, o armazenamento, beneficiamento, escoamento e comercialização da produção dos povos e comunidades tradicionais, destacando os valores sociais, culturais, ambientais agregados ao produto. Ficou a companheira Célia. 12.4: “Garantir a capacitação, assistência técnica, assessoria técnica e sócio-ambiental e acompanhamento permanente adequados e a realidade dos sistemas produtivos culturais dos povos e comunidades tradicionais, bem como a incorporação, tecnologias apropriadas a realidades locais de uso sustentável”. Paula do MDA. Embaixo as sugestões. 12.6: “Garantir mecanismos e procedimento de acesso a crédito subsidiado e coerente com a realidade ambiental, sócio-econômica e cultural dos povos e comunidades tradicionais, mediante acompanhamento da execução, técnica e financeira por estes”. Eu que fiquei responsável, o Ernando, MONAPE. 12.10: “Implementar mecanismos de sustentação de preços e garantia de renda para produtos *in natura* ou processados oriundos dos povos e das comunidades tradicionais”. Ficou a companheira Muriel, do MMA. 12.11: “Ampliar e fortalecer os programas de aquisição, subvenção e financiamento da produção diretamente aos produtores e suas organizações integrantes dos povos e comunidades tradicionais. Companheira Muriel. 12.12: “Implementar incentivos fiscais e financeiros aos povos de comunidades serviços ambientais por eles prestados nos seus territórios tradicionais e por sua gestão sustentável”. Aí colocamos a COIAB, que não estava presente, mas delegamos poderes para fazer. 12.18: “Garantir o armazenamento e escoamento da produção dos povos e comunidades tradicionais viabilizando vias de acesso, rodoviário, ferroviário, e aéreo. Transporte, armazéns entrepostos aos mesmos. Braulino, do geraizeiro. 12.19. Realização de estudo e implementação de política par a geração de energia não convencionais para povos e comunidades tradicionais. Aqui não teve ninguém...Ah, sim, nós ficamos... Que a coordenação da Câmara Técnica vai pedir para o MCT e MME para poder fazer uma exposição para a Câmara Técnica para poder nós apanharmos todas as demandas que têm já existentes, e aí em cima disso trabalhar uma proposta. Além disso nós vamos trabalhar... A coordenação vai ter que fazer da Câmara Técnica uma carta para a Delegacia Regional do Trabalho, do Ministério do trabalho para nós buscarmos conhecimento sobre o projeto de Economia Solidária, que eles já têm execução e no MDA também estão pedindo a solicitação que explique como o acesso para povos e comunidades tradicionais entra no CONDRAF, que é o Conselho Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável, não é isso? Nacional. Aqui está estaduais. Mas foi para os estaduais.

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL (MMA)** – Nós vamos pedir para o CONDRAF fazer uma apresentação do CONDRAF e de como os povos e comunidades tradicionais podem participar no CONDRAF. E isso nós pedimos à Secretária-Executiva do Conselho Nacional, que é o MDA. E em cada Estado pedir à secretaria de agricultura, que são geralmente o ponto focal dos conselhos estaduais para que também se faça uma discussão de como incluir povos e comunidades tradicionais nesse conselho, fazendo isso dando como ponto focal o membro da comissão da sociedade civil que estiver próximo daquele Estado. Ou no Estado ou mais próximo, para poder fazer essa ponte e fazer uma mobilização local para poder participar, porque uma boa parte do recurso que passa no CONDRAF é decidido no Estado. Localmente como é que vai. E se os povos não estão lá, eles também não têm acesso, porque não tem ninguém falando por eles. E a mesma coisa com os de Economia Solidária, que funcionam no mesmo molde. É lá no local, no Estado, que se toma decisão de como é que vai se aplicar o recurso. Se os povos e comunidades tradicionais não

estão representados, eles também não têm acesso a esses recursos.

**O SR. ERNANDO (MONAPE)** – Obrigado, Muriel, pela contribuição. Aí nós definimos prazos para ser trabalhada toda essa demanda que nós temos na Câmara Técnica. No dia 22/12/2008 é o prazo final da versão para a apresentação via *e-mail* da proposta. No dia 10 de janeiro de 2008 é o prazo para finalizar as propostas. Todos os membros de Câmara Técnica têm que acessar para poder estar discutindo as propostas e que dia 10 nós a finalizamos. E dia 15 a 16 de janeiro do ano que vem nós vamos fazer uma reunião extraordinária da câmara técnica. Isso em Brasília. Nós vamos fazer em Brasília para poder finalizar esse trabalho para apresentar para o plano as ações que queremos da política. Aí nós queremos colocar... Também lembrar que o Ministério também tem a preocupação de sair já daqui para negociar com o pessoal da Câmara Técnica de Fomento Produção Sustentável pela parte da sociedade civil para ir para essa reunião, por que dado o orçamento. Nós temos problema já no orçamento. Então, que cada um adote um da sociedade civil também para ir para a reunião. Esse foi o nosso trabalho. E eu quero passar para os companheiros colocarem.

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL (MMA)** – Tem um ponto aqui que deve apresentado à plenária para encaminhamento que é pedir à Casa Civil que envie para o estudo da Comissão o Anteprojeto de Lei de Acesso em cumprimento da Resolução 169 da OIT. Então, isso seria a proposta que nós estamos sugerindo que a Plenária faça uma votação aqui.

**A SR.<sup>a</sup> ELIZA (SEAP)** – Só uma coisa, eu acho que é aquela informação... Aquela informação procede de que o Projeto de Lei já está disponível em Consulta Pública?

**A SR. TEREZA MOREIRA (MMA)** – Eu acho importante haver um debate sim dentro da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais sobre o Anteprojeto de Lei. E o que a Eliza está colocando é o seguinte: a Casa Civil da Presidência da República colocou o Anteprojeto de Lei em Consulta Pública via Internet. Só tem duas formas das comunidades se manifestarem sobre esse projeto hoje, que grande... Em que medida essa proposta, como está sendo feita a consulta pública pela Casa Civil, atende a Convenção 169, porque as comunidades não têm acesso à Internet. Só tem como você participar, mandar sugestões pela Internet ou via Correios. Mas o documento só está disponível pela Internet. Eu acho importante trazer o debate para a Comissão, por outro lado só manifestação dos membros da Comissão não reflete uma participação efetiva das comunidades, dos povos de comunidades tradicionais no processo de consulta pública da Casa Civil. Então, além disso, talvez viesse... Se fosse conveniente, uma recomendação imediata além da recomendação da audiência com a Comissão Nacional sobre o Anteprojeto de Lei, uma recomendação à Casa Civil de que houvesse audiências presenciais com comunidades tradicionais de todas as regiões do Brasil sobre o anteprojeto e não apenas a consulta via Internet, que é a grande questão que está sendo colocada.

**A SR.<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** – Seria importante também que a comissão aderisse à carta que o ISA, Terra de Direito, ABONG... Foi posto ontem na Internet. Já foi endereçada. Ser endereçada à Ministra Dilma. Basta aderir a essa carta pedindo essas consultas presenciais.



**A SR<sup>a</sup>. MURIEL (MMA)** – Eu queria colocar duas coisas diferentes. Primeiro uma sugestão de encaminhamento é que nós tiremos duas pessoas aqui para escrever essa recomendação à Casa Civil. Esse seria o ponto 1. O ponto 2, Edna, é que é difícil a Comissão, que é um órgão de governo, por tão estranho que possa parecer para os membros da sociedade civil, aderir a um manifesto de uma organização não-governamental. Agora, cada um dos membros e das instituições, das redes que estão aqui representadas podem. Mas a Comissão em si não pode. A Comissão, formalmente ela manda uma recomendação à Casa Civil que faça isso.

**O SR. PEDRO RAMOS (Conselho Nacional dos Seringueiros )** – Antes do encaminhamento para decidir. Eu não sei como ficou, mas tem uma proposta que eu acho que foi esquecida aí, que é... Nós até discutíamos que um dos nossos grandes problemas é gerenciamento em termos de produção. E nós solicitávamos aqui conjuntamente com a Economia Solidária que as incubadoras que está a serviço da Economia Solidária que também prestasse esse serviço de gerenciamento para nós. E não apareceu aí.

**O SR. ADERVAL** – Seu Pedro, mas isso vai estar nas cartas que nós vamos estar solicitando. Para poder fazer o debate dentro da Câmara, e aí nós afunilarmos a discussão para as ações.

**A SR.<sup>a</sup> ELIZA (SEAP)** – Nós vamos primeiro fazer o negócio do PL, não é? É que eu tenho uma outra coisa para tratar, mas é sobre aquilo... Sobre as câmaras técnicas e a deliberação eu acho que pode ser depois da...

**O SR. ADERVAL** – Então, eu agradeço a apresentação. Obrigado.

**A SR.<sup>a</sup> ELIZA (SEAP)** – É só uma coisa rápida para nós pensarmos. A minha proposta é tentar ver... Eu pude perceber pelas apresentações das câmaras, talvez vocês nem tanto, porque nós passamos meio rápido e não entramos nos detalhes das nossas ações e articulações. Mas existe uma série (eu coloquei uma ali) de ações que são muito próximas de outras. Eu lembro que quando o Aderval estava falando sobre a formação tanto nas escolas quanto de jovens e adultos, alfabetização... Nós também tratamos desse assunto. Também tem reuniões que nós queremos articulações com o MEC, etc. Talvez tenha que ver, não sei em qual momento, porque cada um tem uma data que determinou para terminar isso aí... Para fazer essas articulações, para nós não tentarmos não ficar fazendo várias do mesmo assunto, sendo que é a mesma Comissão, apesar de ser câmara técnica diferente. Talvez nós possamos depois, não sei, coordenadores de Câmaras Técnicas, alguma coisa assim, articular. Eu já vi... Eu vi alguma coisa da nossa Câmara com o que a Tereza apresentou e vi alguma coisa com o que o Aderval apresentou. Então, talvez nós também fazermos esse trabalho, talvez com as coordenações das câmaras, para tentar juntos fazer essas reuniões, porque não dá... O período que nós temos é pouquinho. Todo mundo quase vai fazer tudo em janeiro, fevereiro. Então, para tentar articular.

**O SR. ADERVAL** – Ah, sim. Essas deliberações mais imediatas, do tipo cartas, cartas para o CONDRAF, para o MTE e as outras que foram aqui mencionadas estão aprovadas? Então, se estão aprovadas, vamos dar uma salva de palmas (*Palmas*). Vamos dar mais uma salva par ao Ernando, que apresentou muito bem (*Palmas*). Olha, eu ouvi lindo... Nós já temos aqui conosco a presença do pesquisador da Universidade Federal da Bahia que vai apresentar o estudo sobre as comunidades de terreiro na cidade de Salvador. Vai ser muito oportuna essa apresentação por que... Provavelmente amanhã, porque hoje ele vai apresentar e depois vai abrir debate. Então, talvez nós terminemos a reunião com apresentação. Muito provavelmente amanhã de manhã, quando nós retomarmos a questão da pesquisa, mas já sobre a pesquisa de povos e comunidades tradicionais do Brasil, nós vamos ter aí a experiência de Salvador contabilizada como uma contribuição técnica, teórica, reflexiva para que nós possamos estruturar melhor a nossa pesquisa sobre os segmentos sociais tradicionais no Brasil. A Muriel está me lembrando, e de fato nós ficamos de definir a agenda. Nós ficamos de definir a agenda das reuniões da Comissão Nacional. Isso é estratégico para nós podermos dimensionar o trabalho de construção do plano.

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL (MMA)** – Pessoal, vamos fazer um encaminhamento que é o seguinte: três minutos de pausa para um “pipi”, quem estiver com vontade. Em seguida nós ouvimos a apresentação e verificamos se há tempo ainda hoje à tarde para definir essa questão de estratégia e calendário ou se nós deixamos isso para amanhã de manhã. Isso é dependente do tempo que nós debatemos o assunto específico de Salvador. Está bom? Pode ser? Salva de palmas, todos (*Palmas*).

**O SR. ADERVAL** – Gostaríamos de convidar o professor Jocélio Teles dos Santos. Ele é doutor em antropologia e diretor do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia e também o Subsecretário Antônio Cosme Lima da Silva da Secretaria Municipal de Reparação de Salvador que vão expor para nós uma iniciativa da Secretaria Municipal a Reparação em articulação com a Universidade Federal, de mapeamento dos povos dos terreiros de candomblé em Salvador.

**O SR. JOCÉLIO TELES DOS SANTOS (Universidade Federal da Bahia)** – Boa-tarde. Tínhamos atende esse convite e atenderemos todos os convites pelo País afora para mostrar esse belo trabalho que nós realizamos aqui em Salvador. E inicialmente eu vou falar para vocês como é que surgiu esse trabalho, onde entrou a nossa participação, pelo Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia e da ressonância desse trabalho principalmente para o povo de santo aqui em Salvador, e a essa altura não só em Salvador, mas também em outros lugares do Brasil. Acerca de um ano e meio nós fomos procurados pela Secretário Municipal da Reparação, aqui representada pelo nosso amigo e parceiro, Cosme, que havia uma proposta chamada Regularização Fundiária dos terreiros de candomblé. Era uma proposta que a SEMUR tinha como objetivo. A outra parceria era da Secretaria de Habitação também da prefeitura municipal. E esse projeto contava com apoio institucional, em nível federal não só do CEPUR, mas também da Fundação Palmares. Então, nós respondemos positivamente porque era um grande desafio, afinal de contas naquele momento nós não dispúnhamos de dados objetivos do número de terreiros, como esses terreiros estavam distribuídos na cidade de Salvador; não tínhamos informações sobre a evolução dos terreiros ao longo da história; não tínhamos idéia de algo que fomos descobrir em tempo, que o número significativo desses terreiros não só se constituíam como comunidades, mas tinham trabalhos com a

comunidade, e esses trabalhos dos mais diversos. Então, nós começamos a fazer um mapeamento dos terreiros de candomblé e também era a oportunidade de mapear os terreiros de umbanda da cidade. E nós começamos elaborando uma estratégia que era cadastrar o maior número possível de terreiros a partir da distribuição de doze pesquisadores, na cidade de Salvador, cercando a cidade de Salvador, inicialmente a parte da orla, para quem conhece o Bairro da Barra, saindo da Barra, indo em direção a essa parte, onde vocês estão aqui conosco, ou seja, cercando a cidade da Salvador para adentrar no miolo. Por que o miolo? Porque é a região administrativa da cidade onde não tem só uma grande concentração da população soteropolitana, mas também nessa área onde há condições realmente que nós podemos considerar das mais problemáticas, de saneamento, de pobreza, de um grande problema que o poder público obrigatoriamente tem que concentrar, e que nós tenhamos também a informação prévia de que nessa área haveria um grande número de terreiros. Então, feito todo esse trabalho, e o que vocês vão ver no *site* é o resultado de uma parceria não só com essas instituições, mas também o envolvimento de profissionais como sociólogos, antropólogos e estudantes que aplicaram questionário, arquitetos, porque para a regularização fundiária dos terreiros há a necessidade de localizá-los precisamente em termos de latitude, longitude, para verificar se esses terreiros estão em áreas municipais, também para informar se esses terreiros tinham escritura, se não tinham escrituras. Em resumo, chegamos agora no mês de outubro com o trabalho finalizado, e no mês de novembro, nas comemorações pertinentes ao além do Dia da Consciência Negra, lançamos depois do Dia da Consciência Negra nós colocamos já no ar, num belo evento, onde participou não só o povo de santo, mais de 200 pessoas na praça municipal, mas todos os parceiros. Eu vou passar agora para a apresentação e quem quiser, depois pode navegar. Eu só queria salientar algo que eu estava falando para o Jorge e para o Cosme que no dia seguinte nós começamos a receber uma espécie de espécie de mapa de acesso do *site* No Planeta Terra e acesso de lugares que nós nem imaginávamos, logo depois do lançamento, acesso o Japão, acesso da Noruega, acesso de Ruanda, Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Portugal, Inglaterra, Senegal, esta semana. Então, é importante o mundo dos terreiros estar no mundo virtual. O primeiro é este, a apresentação. Tem as razões do projeto, as parcerias. Esse texto, vocês podem verificar depois com mais calma. Nós passamos para outro *link* onde tem a análise. Estão aí alguns textos que são os textos de apresentação do Secretário de Governo do Município. Tem lá uma ação de religiões de matrizes africanas. E depois vem a regularização fundiária dos terreiros, em Salvador, de Secretaria Municipal de Habitação. Tem um texto meu, que é justamente uma síntese de todos esses dados do questionário aplicado. É quando nós descobrimos que a maioria das lideranças dos terreiros do Salvador continua sob a liderança das mulheres, majoritariamente mulheres que se autodenominam pretas. Isso é muito interessante porque quando nós observamos a população de Salvador, e nós falamos que a população gira em torno de 80% de negros, quando desagregados esses quase 80%, a maior parte se declara parda. Então, os pardos correspondem a mais de 60% e os pretos um pouco mais de 10. O mundo dos terreiros é justamente o inverso: a maioria das lideranças se auto-declaram pretas. Isso é interessante para nós vermos como essa religião tem uma característica bastante singular. Tem vários dados, e quem quiser pode ver com calma depois, em casa, dados sobre educação, quer dizer, há um percentual de pais de santo, inclusive que têm educação superior. Nós encontramos pais de santo médico, mãe de santo historiadora, mães de santo que são vendedoras de acarajé. Há uma variação de profissões que foi importante a gente observar muito. Esses dados estão aí nessa análise. Eu vou passar para os mapas para nós começarmos a visualizar. Onde tem Mapas de Localização. O propósito não só foi cadastrar o terreiro, mas também fazer o mapa de localização de cada terreiro. Nem todo terreiro ainda tem um mapa, mas todos os 1.162 estão aí cadastrados, porque o mapa, a sua elaboração é um pouco mais lenta, mas já

temos mais de 300. Então, se vocês clicarem ali: Mapa de Distribuição por Nação, que é o nós chamamos de geo-processamento, quer dizer, o geo-processamento desses terreiros é traduzido através de mapas.

**A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – O site tem um tipo de calendário de festas?

**O SR. JOSÉLIO TELES DOS SANTOS (Universidade Federal da Bahia)** – O que nós fizemos foi o seguinte: colocar no site informações básicas do terreiro. Então, o nome do terreiro, o nome da liderança, o principal regente ou orixá ou equice ou vundu, o endereço e o telefone, além disso, a foto e a localização por mapa. Quem tiver interesse em saber de cada terreiro qual é o calendário, pode ligar ou pode imprimir mapa em casa. Mapas de localização por bairro. Escolha o Garcia. Exibir. Vão aparecer todos os mapas de localização. Na lista de terreiros, nós criamos um sistema de busca, que é o seguinte: alguém quer saber, digamos, quantos terreiros têm no bairro de Itapuã. Vamos lá: bairro, desça e procure Itapuã. Aí vocês querem saber quais são todos os terreiros. Clique em Consultar. Aí você tem à direita: “Instalados no bairro de Itapuã. Terreiros encontrados: 31. Aí vem o primeiro. Está por ordem alfabética: Terreiro Axé Abassá de Ogum, o nome da liderança: Jaciara Ribeiro dos Santos, nação: Jêje Keto, ano de fundação: 1967. Ogum é o regente principal. Do lado vem o endereço. Do lado tem aquele... Está: “Em breve”, por quê? Ainda não foi fotografado. Vá descendo. Eu acho que esse bairro ainda não foi fotografado. Vamos para outro. Aqui. Esse Guere Betan Gume Sógbóadan já foi fotografado. Então, pode ampliar aquele foto. Aí nós temos uma visão melhor de uma parte do terreiro. Vamos para outro. Tem essa relação de todos os terreiros em Itapuã. Vamos agora ver o seguinte... Alguém tem a curiosidade de saber qual é o regente ou qual orixá mais popular da cidade de Salvador? Essa foi a grande descoberta porque foi quando nós falávamos assim: “A pesquisa científica encontrou a poesia”. Há uma música bastante popular de Jerônimo. Nesta cidade todo de Oxum. E quando nós começamos a pesquisa e no final puxamos a estatística é o Oxum o orixá de maior representatividade do mundo dos terreiros soteropolitano, por isso que a ciência encontrou o que a poesia já tinha dito. Então, se vocês quiserem saber quantos terreiro têm em que o regente é Oxum. Vamos lá. Regente: tem todos os nomes das entidades, mas vamos buscar somente Oxum, porque também pode ter Oxum Apará. Nós registramos que há terreiro que além de Oxum e Iansã, mas só Oxum, vamos lá consultar. Em Itapuã. Você pode buscar por bairro ou você pode buscar todos. Querem todos? Marca todos. Consultado. São mais de cem. São 184 terreiros na cidade de Salvador em que o regente é Oxum. Aí vocês podem ir descendo um pouquinho. A maioria aí já tem fotos, coincidentemente. Nós não escolhemos que iríamos fotografar inicialmente todos os de Oxum. Mas, vocês vão vendo a fachada. Isso é interessante porque há terreiros que são aqueles terreiros tradicionais, onde o espaço físico é maior, onde há um ambiente ecológico mais propício, mas a grande maioria funciona em casas onde moram o pai ou mãe de santo, são residências onde há divisão, digamos, da parte domiciliar da parte do sagrado. Então, se vocês quiserem... Aí vocês vão observando a fachada das casas. Vamos lá em cima fazer outro sistema de busca. Por nação.

**A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – É verdade que é no bairro (...) a maior concentração de terreiros?

**O SR. JOSÉLIO TELES DOS SANTOS (Universidade Federal da Bahia)** – Não, maior localização está no Bairro de Plataforma, no subúrbio ferroviário.

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Que critério foi que você utilizou para definir que é um terreiro, que não seja um terreiro, que seja uma casa que dá consulta, por exemplo?

**O SR. JOSÉLIO TELES DOS SANTOS (Universidade Federal da Bahia)** – A definição da parte metodológica, nós contamos, desde o início, e foram reuniões conjuntas bastantes interessantes, com a participação de duas entidades do mundo afro religioso baiano: a Federação Nacional do Culto Afro-Brasileiro – FENACAB e a AQUIDABAN, que hoje está comemorando sete anos. E essa pergunta veio. Então, o que conseguimos definir foi o seguinte: se naquele espaço, o pai de santo diz que é um terreiro, é o que nós usamos como critério na Antropologia, basta o indivíduo se denominar índio ou negro ou a sua comunidade? Não. Ele também tem que ser reconhecido pelo outro ou outrem. Se aquele espaço, o pai de santo ou mãe de santo define como terreiro, nós também precisamos do reconhecimento do bairro, a vizinhança, o vê como terreiro, mas isso não é suficiente. Primeiro, há um calendário naquele espaço, um calendário anual de realização de festa? Se sim, ok. Mais um critério: qual o tempo de existência desse terreiro? Porque muitas vezes ocorre por aqui ou um laô, enfim, ou não ainda recebeu o Decá, o sujeito, ou mesmo recebeu o Decá, mas começa com sessão de caboclo, ainda não abriu o terreiro. Terceiro critério: tem filhos e filhas de santo? Tem uma hierarquia dentro do terreiro? Então, juntando os critérios de auto-reconhecimento, reconhecimento pela comunidade, hierarquia e calendário, nós assim o definimos. O que você poderiam mais...? Período. Localização. Vamos ver se tem mapa ou foto. Eu quero ver, da Nação Ijexá, qualquer regente, põe aqui todos, veja se estão todos lá; por bairro, estão ali todos; por foto. Olha, nós tivemos o segundo quadro: são dez terreiros encontrados da Nação Ijexá, que possuem fotos, porque nós também só fotografamos a fachada se o pai ou a mãe-de-santo permitir. Nós cadastramos 1.162 terreiros, mas um pouco mais de 30 terreiros se recusaram a serem cadastrados. Os motivos nós sabemos muito bem: motivo secular do preconceito, do racismo e também do desconfiamento dessas lideranças com a ação do poder público. Sabemos que a história assim manteve esse tipo de visão. Mas nós ainda tentamos sensibilizar esses terreiros a serem cadastrados. E um pouco mais de cem não foram cadastrados porque estavam fechados, nas seguintes situações: ou o pai ou a mãe de santo tinha falecido; ou o pai ou a mãe de santo mudou de religião, foi para uma religião evangélica; ou estava viajando ou estava em um período, por exemplo, fechado porque a mãe-de-santo estava falecida, mas tem um período de axexê, de ritos fúnebres. Então, naquele período não poderia receber o pesquisador. Além de Salvador, o cadastro envolveu duas ilhas: a Ilha de Maré e Bom Jesus dos Passos. Em Salvador tem três ilhas. A terceira, que é a Ilha dos Frades, nós não encontramos terreiros. Eu queria mostrar mapas para vocês porque têm coisas bem interessantes. Você quer procurar? Só procurando. Cadê o nome dele? Nós estamos trabalhando com o mapa do Google. Eu não sei se vocês já visitaram as suas residências pelo mapa do Google, no mapa do Google vai aparecer justamente onde estão localizadas as nossas casas ou os nossos condôminos. A mesma coisa nós fazemos com os terreiros. Volte lá em Análise. Mapa de localização. Vamos lá. Vamos ver um bairro que tem poucos. Arenoso. Clique em Arenoso e ponha: exibir. Temos que esperar um pouco porque realmente é lento. O mapa pesa. É interessante para vocês verem a localização... Que é o mapa aéreo, onde está localizado... Vá descendo. Dá para ampliar? Põe a 100. Aí vocês vão vendo... Esse pontinho vermelho é justamente onde está localizado o terreiro. Eu queria mostrar para vocês o que tem a lado do mapa. Não é somente para se aproximar do terreiro, mas porque essa composição de mapa não só tem o mapa, mas também tem fotos. Eu não se vai caber. Não é aproximar do terreiro. Põe aí onde estava, a 50. À direita aqui tem o mapa de Salvador. Então, aquele quadrado, à direita, é onde está o terreiro no mapa de

Salvador Para vocês terem uma idéia, nós começamos a estratégia do mapeamento... Aqui está a pontinha de Salvador. Então, nós começamos nesta direção, cercado a cidade por aqui e por aqui até entrar no miolo. Esse quadrado é onde está o terreiro no mapa geral. Descendo... Não dá para ler. No bairro... Aqui está a cidade. Aqui está o bairro chamado Arenoso, onde estão localizados três oito terreiros, todos vermelhinhos. E o preto é justamente esse terreiro que está localizado... não dá para ler aqui, está horrível. Aqui está a foto do terreiro e aqui está a localização. O vermelho é Queto. Tem também latitude e longitude, a foto. Por que a latitude e a longitude? Porque a prefeitura, para realizar política pública precisa desses dados, e é a forma encontrada de localização exata. Então, nós fomos novamente para campo, pegando o mapa, fazendo o pesquisador andar e medir para ver precisamente onde está cada terreiro. Então, tem a nação, código do logradouro, endereço. Vamos a outro bairro. Vamos lá. Nome. Ordenar por listagem de nome do terreiro. Nome. Qual é o nome do terreiro? Consulta. A ordem alfabética. Se quiser... O Cosme disse que o nome do terreiro é esse. Nós vamos verificar se... Vamos ao terreiro da mãe-de-santo... Ogunjá? Se for assim, só vendo. Desça até o O, porque tem que ser... Aí vai ser um por um, página a página. Na busca, você procura pelo nome do terreiro, o que você precisa, ano... Terreiro de Ogunjá, é este? Vamos ver. A minha dúvida é se está com esse nome. É mais fácil talvez procurar por bairro. Qual é o bairro? Vamos lá. Eu não sei se... Mas vamos lá. Vamos ver se a prefeitura cadastra Ogunjá como bairro. Vamos lá. Vá novamente a terreiros. Clicou em terreiros? Clicou. Vá a bairro e veja se tem O. Suba para ver se tem O. Não tem O. Então, Ogunjá não é bairro. Então, temos que descobrir que bairro... Matatu. Vá a Matatu. O nome do terreiro, você tem que olhar página a página porque é a listagem completa. Ordenar a listagem por nome do... Ordenar a listagem. Lá é Exexá? Não. O regente, você não sabe? Ogum? Então, põe regente e acessa Ogum. Olha, depois de Oxum é a Iansã a orixá mais representativa. Tem um terreiro cujo regente é Ogum, no bairro de Matatu, chamado Ilê Axé Ogum Toloni. Então, o terreiro de Ogunjá não é no Matatu. Pode ser algum bairro assim definido. Veja se aparece em Regente. Não. Põe bairro: todos. Põe Regente. Vamos ver se sai Regente. Regente. Veja se sai o Ogunjá. Aqui é Ogunjá. Clica aqui ver onde temos terreiros. Há cinco terreiros, um localizado em Itapuã, outro em Valéria, Marechal Rondon, San Martin, São Cristóvão. Eu desconfio que o terreiro do Procópio tenha outro nome. Terreiro de Ogunjá, nós conferiremos, inclusive, pelo nome atual... Isso, eu posso daqui a pouco telefonar lá para o CEL, Cosme para tirar a sua curiosidade. O que mais que nós podemos apresentar a vocês? Porque muita coisa aqui podemos pesquisar. Vamos lá. Ordenar a listagem por: bairro, plataforma... Tire regente lá, Ogunjá e ponha algum caboclo. Escolha um caboclo aí. Caboclo Tupinambá. Todos. Pode ser plataforma e pode ser todos. Como são poucos os terreiros que têm caboclo como regente principal, põe logo Consultar. Então, são dois terreiros em Salvador cujo regente é Caboclo Tupinambá, um localizado no bairro de Dom Avelar, liderado por Dona Marina da Silva Meneses. O outro Unzó Nkongo Lucaia, no Bairro do Uruguai, Cidade Baixa. Então, são esses dois. Vamos aqui procurar o segundo o Orixá mais representativo, que é Iansã. Então, vamos à listagem de todos os terreiros de Iansã. Tem 130 terreiros cujo regente principal é Iansã. Então, está lá Ilê Axé Omim Toyá, de dona Regina Souza Santos. E aí nós vamos descendo Terreiro Espada Guerreiro. Tem terreiros que não nos informou o nome. Então, nós pomos: "Sem nome". Alto de Coutos. Alto de Coutos, plataforma região do subúrbio ferroviário, onde existe a maior representação de terreiros da cidade de Salvador. Põe ampliar aquele dali, qualquer um para nós vermos. Para fechar a apresentação desses mapas, olha que bonito: um ambiente ecológico bastante ideal. Quicá todos os terreiros tivessem esse ambiente ecológico. Para fechar essa parte dos terreiros, eu queria que você voltasse para o *link* Terreiros e ponha Ordenar por Listagem: Nome o terreiro. Consultar. Vão aparecer os 1162. Esse é interessante. A Casa dos Caboclos. Não é nada pessoal, é só ordem alfabética. Além de liderança, nação, ano de fundação, regente e endereço, até

Google além da foto. Clique no Google. Nem todos os terreiros ainda têm esses no Google, mas todos terão. Vejam o que vai haver de interessante. Vejam: aqui do lado tem o bairro. O terreiro está localizado em Massaranduba, no mapa de Salvador. Aparece a foto, aqueles dados e esse ícone, que é onde justamente o terreiro está, na Rua Dom Sebastião Lemes. E alguém, a partir de agora, se quiser saber onde está localizado esse terreiro, não mais precisa ligar para a Bahiaturisa, que antes a gente precisava saber da Bahiaturisa qual o terreiro que estava batendo no dia tal, e a Bahiaturisa informava. Aí a Bahiaturisa depois dizia: “O endereço é este”. Agora, nós podemos ir para a Internet e imprimir essa página e vamos com o mapinha localizar a festa de Oxosse, que vai acontecer na casa dos caboclos. Mais alguma pergunta? As outras que têm, vocês podem ver com calma: a equipe, contato, *links*. Vocês podem ampliar esse quadro com estes pontinhos aqui: este mais ou este menos, deslocar, dar mais zoom, pode jogar, puxar o mapa de Salvador para lá, puxar o mapa de Salvador para cá; para a direita, para a esquerda, e vamos ter a visão aérea da cidade, do bairro e onde está localizado o terreiro lá no barro de Massaranduba. Basicamente é isso que nós queríamos falar para vocês. Nós estamos abertos para perguntas, mas também eu acho que é importante o Cosme falar do que foi o outro projeto da SEMUR, que contou com o apoio do Governo Federal e como foi a seleção de alguns terreiros desse universo para a regularização fundiária e para a intervenção física.

**O SR. ANTÔNIO COSME LIMA DA SILVA (Secretaria Municipal de Reparação de Salvador)** – Então, um dos objetivos desse mapeamento, como o professor Jocélio falou, é fazer um diagnóstico da situação desses terreiros para uma futura regularização fundiária. Não só isso, mas também nós termos... A partir desse mapeamento poderemos identificar qual é a situação desses terceiros hoje. E a partir daí, desse resultado, propor políticas públicas no sentido de preservar esse patrimônio da cidade de Salvador. No primeiro momento nós fizemos paralelo ao mapeamento. Com recursos de uma emenda de bancada nós conseguimos recursos no sentido de fazer pequenas intervenções em 40 comunidades de terreiro dessa. Melhorar uma cozinha, um telhado. Enfim, coisas pequenas, mas que pudessem estar solucionando alguns problemas, tendo em vista que esse número de terreiros na sua maioria tem problemas sérios de infra-estrutura, onde o poder público nunca teve uma política pública direcionada, voltada para atender essas comunidades. Na cidade de Salvador, em particular, você tinha ações isoladas de um governo aqui ou outro governo que atendia a uma demanda de uma comunidade, e fazia uma melhoria aqui... Mas Salvador nunca teve uma política pública voltada para esse universo do terreiro. Então, o mapeamento por si, ele não vai resolver os inúmeros problemas que os terreiros têm, mas não só estabelecem e coloca na ordem do dia a valorização desse patrimônio da cidade de Salvador, mas também através da organização, dessas diversas organizações que militam no campo da valorização dessas comunidades, como a Quimbanda, que represento aqui neste fórum, possam exigir políticas públicas do governo municipal com parceria com outros governos. E nesse sentido nós estamos tentando fazer pequenas intervenções em 41 terreiros. Existe uma insatisfação muito grande, porque você mapear mais de mil para selecionar 40, qualquer critério é injusto. Seria injusto qualquer um desses critérios. Então, tem insatisfação. Mas, por outro lado, as pessoas compreendem que é um início de um processo sistematizado, organizado que pode a curto, em médio ou longo prazo estar fazendo com que o poder público esteja dando resposta a essas comunidades. Ocorre que nós fizemos todo o processo de cadastramento desses terreiros, fizemos os projetos arquitetônicos, projeto elétrico, hidráulico; enfim, tudo que o Ministério solicita. Só que nós esbarramos num processo, que para fazer intervenção física, de melhoria física nesse espaço, eles exigem o quê? Escritura pública desses terreiros. Ora, nós que conhecemos um pouco da história

do Brasil sabemos o que foi a Lei de Terra de 1850, que ali define... Como haveria de ser a propriedade privada no nosso país. Ou seja, essas comunidades negras, essas comunidades que nós chamamos de quilombos urbanos, na verdade nunca tiveram acesso à terra neste País. As terras ou eram doadas ou vendidas, compradas. E como a população que foi submetida a um sistema de escravidão poderia ter acesso à terra comprando? Então, isso é um problema. A legislação a partir de 1850 estabelece que as terras deveriam ser compradas. Essa população não tem acesso à terra. Fora os processos de grilagem, etc. Então, nós hoje temos um problema seriíssimo. No primeiro momento selecionamos 41 terreiros, mas existe uma diversidade muito grande dessas comunidades de terreiros. Então, assim como com 30 mil você resolve todos os problemas de uma comunidade de terreiro dessas, com 100 você não resolve de outras comunidades. Então, com esse recurso, nós conseguimos sair de 40 para 55 comunidades. Ocorre que a maioria dessas comunidades, como eu falei anteriormente, não têm escritura pública. E aí o benefício termina não vindo para essa comunidade. Então, isso é um problema que nós temos que resolver... Nós temos que debruçar sobre isso, sobre essa legislação. Eu estava vendo aqui, por exemplo, essa Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, tem que refletir isso. Eu acho que esses fóruns que estão acontecendo também estão refletindo sobre isso. Nós não podemos ficar presos a essa condição. Por exemplo: agora para resolver esse problema, infelizmente, e aí nós vamos ter que dar a resposta, Jocélio. Por exemplo, em 55 terreiros tivemos que reduzir para 41. Por quê? Porque desse universo de 55 apenas seis tinham escrituras públicas. Mas tem uma legislação que diz o seguinte, através do Estatuto... Eu estou tentando me lembrar aqui também... Estatuto das Cidades. Diz o seguinte, que aquelas comunidades que estiverem inseridas em zonas especiais de interesse social... Não, isso é estabelecido através do plano diretor. Então, as comunidades que estão inseridas em zonas especiais de interesse social, elas podem ser beneficiadas com a intervenção pública, mesmo sem ter escritura e mesmo a propriedade da terra não sendo dessa comunidade. Sendo de terceiro, cabe ao município manifestar a intenção de fazer a regularização fundiária através de indenização do proprietário. E sendo área do município ou área do estado, é mais fácil, porque não precisa de desapropriação. Então, é essa situação que nós estamos vivenciando hoje. E paralelo a isso tem outra coisa. Para se fazer intervenção, para se colocar dinheiro público nessas comunidades, para preservar esse patrimônio, aí já entra outra coisa. Essas comunidades têm que assinar uma declaração se comprometendo durante 20 anos não vender, não alugar, não passar essa casa que for receber um benefício público. Então, uma série de exigências que têm, para que essas comunidades que não estão acostumadas com essa burocracia do estado, diferente de outras religiões, por exemplo... Porque se nós pegarmos, por exemplo, as igrejas católicas aqui na cidade de Salvador, recebem benefício público o tempo todo. Consideradas um patrimônio e o estão sempre está preservando, fazendo obras. E que eu acho que deva fazer, e que é um patrimônio da cidade também. Não estou dizendo que não deva fazer. Mas as comunidades de terreiro, principalmente em uma cidade como Salvador, uma sociedade de maioria negra, enfrenta essa dificuldade. Então, eu acho que só através da mobilização, através da organização, através, por exemplo, da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, nós vamos poder ter uma legislação que possa estar resolvendo essas questões. São essas dificuldades que nós estamos enfrentando agora e está sendo uma experiência muito interessante, porque com essas dificuldades também... Também está sendo a possibilidade das comunidades estarem percebendo o quão ainda têm que avançar no nível de organização para exigir políticas públicas que realmente venham a alterar o quadro de abandono que encontram esses terreiros. E para finalizar é bom dizer o seguinte, que na cidade de Salvador a indústria do turismo e do entretenimento, por exemplo, o tempo todo lucra com essas comunidades. Eu sou Ogan de um terreiro, terreiro do cobre, e para nós fazemos uma



festa, um ciclo de festa, tudo sai do nosso bolso. Quando nós abrimos a porta, a casa é invadida por tantos turistas. Param lá na frente as vans e os turistas todos invadem a casa. Chegam lá, assistem a festa, comem, bebem, e depois vão embora e a casa não recebe absolutamente nada de troca. E quando exige do poder público a manutenção desse espaço, que é um espaço sagrado, mas também é um espaço que dá uma identidade à cidade, os governos terminam não olhando para isso. Estão discutindo agora, por exemplo, a questão do turismo étnico. Turismo étnico no sentido de incentivar mais ainda que os turistas se aproximem dessas comunidades, que dizem que o comércio local vai se desenvolver, e eu questiono: sim, eu estou fazendo esse papel. E as empresas de turismo vão destinar que percentual para a manutenção desses espaços sagrados que são utilizados pela indústria do turismo? Então, esse é o quadro que nós estamos vivendo hoje, mas de qualquer forma é um avanço na luta e organização dessas comunidades tradicionais na cidade de Salvador. Como disse o secretário Luiz Alberto de manhã na hora que ele estava aqui, quando o Presidente Lula diz que tudo pela primeira vez, primeira vez. E que nós vamos dizer muito primeira vez. E é realmente, é a primeira vez que Salvador, a cidade de cultura negra mais presente no Brasil... Salvador é uma cidade de cultura negra não apenas... Não pela sua população... Existem outras cidades que tem uma população muito maior de negros do que Salvador, mas porque a cidade respira cultura negra. E, no entanto, essa cultura não é valorizada, ela é simplesmente utilizada. E através da nossa organização que nós vamos tentar reverter isso. Então, é um pouco disso. E a Secretaria Municipal da Reparação juntamente com a Secretaria de Habitação, o CEAU e outras organizações da sociedade civil estão nessa luta e não depende só da ação do poder público, mas sim da pressão e da organização da sociedade civil como um todo. Então, era isso aí mais, um alô que era para dar aqui. Eu agradeço a atenção de vocês e se alguém quiser fazer alguma pergunta também... Eu não sei como é que está o tempo. É isso aí (*Palmas*).

**O SR. ADERVAL** – Eu também tenho uma pergunta. Iáskara, Jorge. Quem mais? Eu já passo, Iáskara, para você. Nós convidamos para fazer a apresentação, porque nós estamos às voltas com uma pesquisa nacional sobre povos e comunidades tradicionais no Brasil. Não só na cidade de Salvador, não só no Estado da Bahia, mas em todas as unidades da federação. Não só com os povos de terreiro, mas com todos os segmentos que nós enumeramos aqui e outros que não estão aí enumerados, mas que já se visibilizaram. Então, sertanejo, seringueiros, extrativistas. Não só da Amazônia, mas de outros biomas também. Os pescadores artesanais. O povo de terreiro, povo de santo, ciganos, os pomeranos no Espírito Santo. Os indígenas nós já temos cadastramentos e levantamento feitos, mas eles também estão no compute geral de povos e comunidades tradicionais. Os pantaneiros, as quebradeiras de coco-babaçu, os caiçaras e os geraizeiros. Esta instância aqui, a Comissão Nacional, reúne representantes de todos esses segmentos. E nós estamos às voltas com a pesquisa para poder dizer para o governo do estado de que: são tantos, se localizam aqui, ali. Inclusive com georeferenciamento. E a dimensão dessas comunidades, quantas famílias, enfim. Quantas comunidades, quantas pessoas. De cada segmento quantas comunidades, de cada comunidade quantas famílias e pessoas. Enfim. E tem uma etapa preliminar, que é uma etapa do cadastramento, que é um pouco parecido com isso que vocês fizeram. Cadastramento dos terreiros. Tem uma outra etapa que é de caráter censitário, que vai entrar em questões ligadas aos quatro eixos estratégicos da política, que é acesso aos territórios, infra-estrutura, inclusão social e fomento em produção. Então, nós temos aí muito trabalho pela frente. E a pesquisa na cidade de Salvador foi colocada como ponto de pauta na Reunião Ordinária da Comissão neste momento para nós termos uma ilustração de um procedimento de pesquisa sensível, cuidadoso, que pode nos inspirar e

mesmo dizer: “Olha, no caso de povo de terreiro é por aqui”. Nós temos que considerar desde... O que nós devemos considerar em termos de levantamento? E como que vocês acham, e aí é a pergunta, que nós podemos redimensionar esse cadastramento dos terreiros de Salvador para o Estado da Bahia e para o Brasil como um todo. Iáskara. Vamos fazer uma rodada de pergunta e depois, então, nós passamos para eles responderem. Pode ser?

**A SR.<sup>a</sup> IÁSKARA** – Eu vou fazer uma pergunta e quase que um tipo de uma sugestão, que na verdade é uma pergunta. A primeira pergunta é aquela mais óbvia... Eu estou encantada com este trabalho. Estou morrendo de inveja (*Riso*). E eu queria saber quantas pessoas vocês... Vocês contaram com quantas pessoas e quanto tempo levou para fazer? Quantos pesquisadores e quanto tempo vocês levaram para fazer esse trabalho, incluindo a feitura do próprio *site*, e tudo. Quanto custou, eu não sei se eles vão dizer. Mas se vocês puderem dizer (*Riso*). Bom, a outra pergunta está ligada à minha etnia. Eu sou cigana. Eu queria fazer um tipo de uma sugestão. Eu sempre tive isso na minha cabeça. Eu não sou de religião de matriz africana, porém eu gosto de ir. Todo mundo gosta. E eu já tive a oportunidade às vezes de ver algum evento onde aparecem entidades ciganas. E elas aparecem de forma totalmente estereotipada. Então, a minha pergunta é a seguinte: não haveria uma possibilidade de vocês aqui na Bahia que detêm essa força dessa religião de começarem a fazer com que nós ciganos pudéssemos fazer palestras para as pessoas que recebem entidades ciganas a fim de que nós possamos dizer realmente como nós nos vestimos, como nós dançamos, quais são os costumes, de onde nós viemos e quais são... E qual é realmente a nossa cultura, o que a nossa cultura pede, para que não apareçam esses estereótipos, que às vezes eu fico meio aflita quando vejo.

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Eu acho que a primeira coisa é parabenizar pelo trabalho, pela parceria que funcionou e lembrar que nós chegamos à conclusão, o resultado que o governo anterior não conseguiu fazer. Nós sabemos do... Quem acompanha isso sabe que o governo passado começou esse trabalho e não concluiu. Ninguém sabe onde é que ficaram as informações. Então, eu acho que o mérito desse trabalho é a apresentação hoje, em vários momentos, do que foi essa parceria e do resultado que ela está proporcionando a nós. Só respondendo rapidamente à Iáskara, na última reunião que eu estive com o Cláudio, da PRECE, ele pautou essa questão dos ciganos, que nós encaminhamos para isso ser pautado no 4º Congresso da umbanda. A umbanda faz 100 anos o ano que vem. E nós vamos pautar, porque é uma manifestação mais da umbanda. A questão dos ciganos. É fato que no Rio de Janeiro e São Paulo, eu nem acho que tanto na Bahia. Tem rituais ciganos, enfim. Então, nós queremos fazer uma discussão politicamente correta no espaço apropriado para isso. Então, nós estamos tratando disso. Bom, eu achei interessante e eu queria levantar algumas questões rapidamente. Primeiro é em relação à questão fundiária. Pelas fotos nós percebemos que os terreiros estão comprimidos. E nós sabemos que para a prática precisa da área verde. Eu queria que vocês falassem um pouco nisso. Até o Cosme vem de uma casa que tinha uma área imensa, hoje está reduzida, perdeu... E vive dificuldades com uma igreja que está do lado, enfim. Uma outra coisa: o que esse mapeamento dialoga com uma agenda social. Nós inventamos dificuldade no governo, na relação com o Estado Brasileiro, porque tinha compreensão de que essa comunidade era uma comunidade exótica, folclórica e que não tinha uma cultura, um saber ancestral de como as experiências, ou não, se esse mapeamento traz essas informações para dialogar com os programas do governo federal, estadual e municipal. Aí eu quero dialogar um pouco, que eu conversei com a Iáskara

também hoje, que nós estamos pensando algumas ações para a comunidade cigana, porque assim, o mapeamento vai no sentido de que o Estado Brasileiro, o governo, tem pouquíssima informação do desenho dos terreiros no Brasil. E nós começamos por Salvador, mas a idéia é fazer um mapeamento nacional agora. Já tem estado se antecipando. O Jocélio esteve em Pernambuco, está tendo um mapeamento estadual dos terreiros. O governo estadual encampou isso. Tem município já trabalhando nessa perspectiva. E eu estou trabalhando vocês como a referência disso. Até para vê a metodologia, se vai precisar rever. Enfim, que o Aderbal colocou aí. Eu acho que vai pintar muitas experiências aí, projetos nesse sentido. E nós temos que dar um formato bem comum a tudo isso. Vocês viveram isso, não é? Pessoas que se recusaram a dar informação. E pela manhã eu conversava com a laskara e ela dizia que os Hom, nós não vamos conseguir ter informação sobre essa etnia cigana por medo, por todo um processo histórico de opressão, de repressão, que eu acho também, e é uma preocupação que eu tenho, onde fica essa base de informações. Então, ela pode ser utilizada para o bem e para o mal. Nós sabemos que os governos se alteram e nós sabemos que o conflito religioso no Brasil. Eu achei um marco interessante o Congresso aprovar que dia 21 de janeiro é o Dia Nacional Contra a Intolerância Religiosa. Eu acho que nós temos que nos debruçar sobre essa agenda e trabalhar muito numa perspectiva de paz e desse diálogo inter-religioso. Enfim, ver como é que nós tratamos das comunidades que não querem passar informação, se constituir dentro de um processo desses. E outra coisa que também eu não sei como é que vocês pensaram, e é uma coisa que o Cosme falou, são os terreiros que são tombados, que a maioria deles está na cidade de Salvador. Se tiver um tratamento diferenciado, se esse *site* pode também dar essa informação. Como o Cosme falou, são terreiros que o Estado Brasileiro tem uma responsabilidade. Só para ilustrar minha fala: um dia eu passei na Esplanada, tinha uma placa do IPHAN, que vai fazer a reforma da Catedral. E o Terreiro da Casa Branca, nós conhecemos, sabemos como é que está a situação dele. É um patrimônio deste país que não tem investimento nenhum. Então, é um tratamento diferenciado. Eu queria também que o Cosme falasse (só mais duas questões rapidamente) dessa emenda, que é um recurso interessante, que já tem parlamentares trabalhando nisso para os seus Estados, por essa experiência de vocês, que você falasse um pouco da questão do Parque São Bartolomeu. E uma outra questão para todos da Comissão, que nós precisamos nos debruçar sobre o Projeto de Lei da Política Nacional de Ordenamento Territorial, que nós, a CEPPIR trabalhou... Num dos grupos de trabalho nós introduzimos a questão dos grupos e comunidades tradicionais. Então, nós temos que saber estar nesse espaço dialogando com essas questões. Obrigado.

**O SR. JOCÉLIO TELES DOS SANTOS (Universidade Federal da Bahia) –** Pedir para quem está manuseando... Para responder... Olha a... Onde tem Nação, à sua esquerda. Puxa umbanda. Tira Nova Esperança e coloque todos. Consultar. 20 terreiros. Mas é bastante representativo, se você olha a chegada da umbanda na cidade de Salvador. São somente 20 terreiros de umbanda e... São nesses terreiros onde nós podemos encontrar entidades como ciganas. Eu não saberia responder como é que se representa entidades ciganas nesses terreiros, porque eu frequento muito mais os candomblés da Bahia. Mas entendo a sua preocupação de se sair dessa estereotipia, justamente para se quebrar essa imagem, esse estigma sobre os ciganos. Então, só para ter uma idéia do universo onde podem estar pombas-gira... O que não quer dizer que não haja terreiro de candomblé que nós encontramos que não tenha pomba-gira. Mas as ciganas estão aí. Quantos pesquisadores, custo e tempo? Temos que responder com relação ao custo, porque se trata de recurso público. E como o George lembrou, e eu acho que é necessário falar isso. No Governo Federal nós sabemos que foram gastos mais de 400

mil reais para cadastro de terreiros em vários Estados do Brasil. Nós não temos nem idéia onde estão os questionários aplicados no Rio de Janeiro, em Salvador, em Cachoeira, em Recife, em São Luís, em São Paulo, em Porto Alegre. Quer dizer, no popular: dinheiro jogado no ralo. E isso não se fala. Eu acho que tem que se falar. Não pode acontecer mais uma coisa dessa neste país. Esse trabalho, houve em torno de 100 mil reais da CEPIR; um pouco mais, em torno de 112, 113 da Fundação Palmares. Esses recursos, portanto oriundos dessas duas instituições, para um tempo de trabalho que durou um ano e meio. O recurso da CEPIR veio da própria CEPIR. O recurso da Palmares veio de uma emenda do Deputado Federal Zezéu Ribeiro. Então, em resumo: o número não está exato da minha mente, mas é menos de 300 mil reais. O tempo, portanto, foi um pouco mais de um ano e meio, já que estamos em dezembro. Inicialmente nós tínhamos 12 pesquisadores. Colocamos 12 pesquisadores em campo, mas nem todos os 12 pesquisadores ficaram porque fomos, confesso, bastante rigorosos. Aqueles pesquisadores tinham semanalmente uma meta a ser cumprida. E nós acompanhávamos o trabalho deles. Quem teve problemas de cumprir meta, de não ter responsabilidade, nós tiramos esses pesquisadores, porque havia um compromisso institucional do Centro de Estudos Afro-Orientais, da Universidade Federal da Bahia, com as secretarias, com a CEPIR, com a Palmares, e se nós não tivéssemos esse controle e essa produção semanal, nós passaríamos muito mais do que dois anos. Então, iniciamos com 12 pesquisadores, depois diminuimos, e para a fase do geo-processamento só mantivemos os mais produtivos, ou seja, aquelas capazes de a cada semana fornecerem vinte mapas. Para a produção, justamente, dessa fase do geo-processamento. Como redimensionar para o Brasil? Essa pergunta é... Eu acho, que a resposta revela muito mais o nosso desejo. Quando o Governo de Pernambuco, através, da Secretaria de Justiça nós convidou para aplicar a pesquisa do mapeamento lá, quer dizer, havia uma expectativa nossa sabendo que esse trabalho ele tem resultado na medida em que sensibiliza os órgãos públicos com essa base a dados. Sensibiliza os órgãos públicos a, por exemplo, tem um dado que é importante, somente 8%, (oito por cento) desse universo de 1,162, 8% (oito por cento) não chega nem a cem, terreiros da cidade da Salvador são constituídos como Associação Civil. E isso é um grande problema, porque esses terreiros eles praticamente, em termos jurídico legal, eles têm impeditivos em relação à política pública. Então, nós temos no diálogo com SEMU com a CEAB trazido esse dado, no sentido dessas Secretárias elabore uma política para ajudar esses terreiros a constituir essa associação civil. Então, esse redimensionamento para o Brasil, provavelmente, o que acontece aqui vai ser notado, observado, em capitais onde esses terreiros têm grande representação como: Recife, como São Luiz e como o Rio de Janeiro. Parece que há também em Porto Alegre. Porto Alegre chegou uma informação, essa semana, que já está sendo feito o levantamento. Lá é mais casas, terreiros chamados batuques do que Candomblé. Os terreiros reduzidos e comprimidos, esse é um problema secular, porque a cidade avança. O poder, não o poder público, quer dizer a inépcia do poder público, a conivência do poder público até então, com essa compressão dos terreiros, com essa redução juntou-se ao empresariado industrial, cada vez, mais voraz com determinadas áreas. E agora, mais ainda, com práticas evangélicas. Nós encontramos, porque levantamos a questão seguinte: no seu terreiro, no último ano, do seu terreiro, perguntando ao Pai ou a mãe de santo. Quantas pessoas saíram para outras religiões?

*(Corte na gravação)*

**O SR. ADERVAL** – Vamos iniciar os nossos trabalhos e como abertura, eu gostaria de passar a palavra para o Carlos Calon que vai nos trazer uma música que diz um pouco da

realidade do povo cigano.

**O SR. CARLOS CALON** – Bom-dia a todos e a todas. Eu venho trazer, um pouco, em nome da PRECE e em nome da CEDR. Eu venho trazer a realidade do nosso povo “ciganinhos” e gostaria que os senhores vissem realmente como o que vive o meu povo. Mas, antes de iniciar, eu gostaria de deixar aqui uma mensagem a vocês e a todos nós. Como Moisés sobre a montanha nós como ciganos e gajos esperamos Deus com os braços abertos. Ao poder, a bondade, a beleza, ou perfeição. Queremos de algum modo alcançar a Vossa misericórdia Senhor. Dai-nos a força de ajudar o progresso, a fim de subirmos até vós. Dai-nos a caridade pura, a fé e a razão. Dê-nos a simplicidade que fará das nossas almas o espelho onde possa refletir a vossa imagem, assim seja.

**MÚSICA** – “Eu sei que Deus é bom, que cuida bem dos pequeninos. Eu sei mamãe falou que cada um tem seu destino. Que o meu é ser feliz, ela me diz que não demora, eu sei, eu sei, eu sei, mas quero agora. Que eu sou assim, um querubim sobre a ponte, porque eu estou aqui, se eu não pedir esse horizonte. Eu sei, eu sei, eu sei é tudo assim, não tem saída, mas eu não quero assim a minha vida. Eu quero olhar e enxergar, eu quero ler e entender, eu quero orar e acreditar, quero viver e conviver, quero ficar ou ir embora, mas quero agora. Eu quero olhar e enxergar, eu quero ler e entender, eu quero orar e acreditar, quero viver e conviver, quero ficar ou ir embora, mas quero agora”. (*Palmas*).

**O SR. CARLOS CALON** – Aquelas meninas escrevendo nós saímos assim, aqueles pacotes que vocês vêem. Eu, normalmente, não trouxe. Eu não vou colocar, mas normalmente quando eu recebo toda a doação e acho que ela sabe disso, ela também faz isso. Quando nós recebemos alguma doação, que nós aceitamos sapatos, calças, camisas, ternos e roupas de modo geral, fraldas e comida. Então, eu normalmente quando eu pego a adoção eu vou buscar com o meu próprio recurso da família e fotografo. E, normalmente, eu faço isso. Eu fotografo de quem eu estou recebendo e a quem eu estou doando, senão vão pensar que eu vou montar brechó por aí. Então, as minhas filhas elas que vão para normalmente para o acampamento, pelo menos, para ensinar a escrever nome. Para não estar escrito na identidade quando nós conseguirmos tirar é analfabeto. Pelo menos as crianças lá, não sabem ler e nem escrever, mas sabe escrever o nome. Está bom. Eu agradeço o rapaz, também, o técnico do som pelo carinho, e pela atenção a todos nós. Valeu.

**O SR. ADERVAL** – Bom, nós agradecemos a manifestação o carinho do Carlos Calon. É com muito prazer que nós temos o Carlos aqui conosco e a laskara também, representando o povo cigano. Dentre os demais segmentos sociais aqui representados. Eu gostaria que a Muriel explicasse um pouco esse movimento de luzes e tudo mais que vai acontecer, pelo menos, na manhã de hoje.

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL(MMA)** – Alguns de vocês já conhecem uma organização que chama Oxfam. A Oxfam trabalha aqui no Brasil bastante, muito aqui no Nordeste, principalmente, mas também em muitas outras regiões. E a Oxfam está fazendo um vídeo sobre os trabalhos de algumas mulheres pelo mundo para lançar, provavelmente, no dia internacional da mulher e para fazer uma, é uma chamada militância e a ligar entre o trabalho das mulheres e a questão das mudanças climáticas. E eu fui escolhida pelos

meninos da Oxfam para representar aqui as mulheres brasileiras nesse vídeo. E eles estão acompanhando o meu trabalho, já foram lá no Ministério, já foram lá na minha casa e, agora, vieram aqui. Que assim eles vão também levar um pouquinho dessa nossa Comissão para o resto do mundo. Então, eu queria pedir autorização para vocês, se não tiver problema, eu não sei se o Marques quer dar mais alguma palavrinha. Obrigada.

**O SR. MARQUES (Jornalista)** – A Jandira que está aqui é a representante da Oxfam é que nos convidou para fazer esse trabalho. A gente veio de São Paulo, eu vim de São Paulo, a Tatiana de São Paulo, fotógrafa e o Marques Vamelat, aquele rapaz lá nos fundos ele veio de Florianópolis para constituir essa equipe. Então, nós ficamos muito agradecidos pela paciência de vocês e o nosso intuito aqui é contribuir para que a militância da Muriel se amplifique através desse material. E que ela possa narrar a sua experiência. E eu acho que ela fala sempre, não em nome dela, mas ela fala em nome de uma causa da qual todos aqui, inclusive, nós estamos empenhados em trabalhar. Então, muito obrigado, e um Bom-dia para vocês todos. (*Palmas*).

**O SR. ADERVAL** – Então, ontem nós tivemos ao final da tarde aquela apresentação da pesquisa que é muito elucidativa, uma vez que nós pretendemos desenvolver uma pesquisa de âmbito nacional abrangendo todos os segmentos sociais tradicionais. E antes disso fizemos apresentação das Câmaras Técnicas, dos resultados das discussões e dos trabalhos e, agora, nós retomariamos. A proposta é retomar as Câmaras Técnicas não, no sentido mais do que trabalharam e das deliberações, mas no sentido da pactuação de agendas. Nós precisamos definir datas das nossas reuniões do ano que vem e, também, data limite para a construção da proposta preliminar do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. E nós temos que acordar algumas estratégias para a construção do Plano. Como é que nós vamos pactuá-lo em nível de Estados e municípios com outras entidades que nós vamos pactuar em nível de Estados e Municípios, com outras entidades que não têm assento na Comissão, mas também são relacionadas a Povos e Comunidades Tradicionais. Então, eu vou passar a palavra para a Muriel para nós começarmos a pactuar a agenda das nossas reuniões porque daí nós vamos definindo e tendo uma idéia mais clara de como nós vamos construir o Plano.

**O SR. PEDRO RAMOS (Conselho Nacional dos Seringueiros)** – Bom-dia a todos e a todas. Antes eu queria fazer também, antes de nós iniciarmos o trabalho eu queria fazer um outro tipo de pacto. Que aqui a comunidade, os companheiros de sociedade civil nós estamos querendo ver se encerramos os trabalhos, pelo menos, três horas e três e meia, e todos nós vamos ter que nos esforçar para nós cumprirmos a nossa missão nesse tempo. E depois das três e meia nós vamos nos encontrar com a sociedade Civil, pelo menos meia hora ou uma hora, para nós trocarmos algumas informações, porque, como as Câmaras Técnicas não terminaram o seu trabalho, não apresentaram e não houve nenhum tipo de proposição, mas nós estamos um pouco assim... Tem uma inquietação de nós conversarmos um pouco com as Câmaras diferentes, colocar um pouco a preocupação para a gente, para que possa ser trabalhado no momento oportuno.

**O SR. ADERVAL** – Então, isso reafirma o compromisso. Nós começamos um pouco atrasados nós temos aí, que apertar o passo para poder chegar lá, as três e meia, em condição do fazer esse intervalo. Não, vamos ver. Vai depender do andamento e da

colaboração de vocês. Inclusive, com relação à pontualidade. Então, uma hora de voltar de almoço para que nós não percamos tempo e possamos otimizar os trabalhos.

**A SRª. JANETE (Coordenação Indígena/Secretaria de Educação)** – Sou funcionária pública, eu não sabia que já tinha começado para mim era hoje e amanhã. Segundo, a minha chefe que é Atuchá, ela é indígena, ela disse Janete tu vais para a reunião e vê lá para poder me passar as informações, porque, eu tinha uma Conferência Estadual de Educação onde e, vamos apresentar um projeto, sobre todas as questões de escolas, entendeu? O que é a necessidade da escola e eu deixei de ir para lá, para poder vir para aqui, porque está o pessoal todo lá, eu disse, mas parece muito interessante, isso aqui, e muito importante. Vamos ver.

**O SR. ADERVAL** – Seja bem-vinda, Janete.

**A SRª. MURIEL (MMA)** – Bom, nós fizemos uma conversa na segunda-feira tentando ponderar alguns elementos do ano que vem. Como todo mundo sabe, ano vem é eleição dos municípios e não é aconselhável nós fazermos as discussões do Plano misturado com momento de eleição, porque, senão qualquer audiência que nós façamos, qualquer consulta que nós façamos, acaba virando palanque. E em vez de estarmos discutindo o Plano vamos estar discutindo os candidatos. Então, a nossa proposta é que nós façamos uma conta do traz para frente que, 30 de junho, nós temos que ter terminado de fazer as consultas do Plano, porque nós gostaríamos mesmo era que ele já estivesse pronto. E para isso nós precisamos de algumas etapas: nós precisamos de um momento de votar aqui, na Comissão, a versão preliminar que vai para ser discutida nas reuniões regionais e depois da nacional e nós precisamos dar o tempo, depois dessa votação, em cima do documento que já foi pactuado aqui. Para mandar esse material para a gráfica e tem volume suficiente para que as pessoas recebam a tempo de ler antes de fazer a discussão, porque se não tive o material na mão fica difícil de discutir, senão nós caímos naquele problema que nós dizemos. Põe na Internet só e as pessoas não têm acesso. Então, nessa conta de traz para frente, a nossa idéia era ter duas reuniões da Comissão: Uma na semana de 15 a 22 de fevereiro, e a segunda de 5 a 10 de maio. O que nos daria tempo suficiente para fazer toda essa pactuação em cima da proposta, ter o material, divulgar, fazer a divisão de tarefas entre nós, porque é importante que nós tenhamos sempre um bom número de pessoas tanto, da Sociedade Civil, quanto do Governo para participar das consultas Regional e da Nacional. E depois nós teríamos uma reunião na semana de 6 a 11 de outubro, que seria o momento em que nós já teríamos pegado todo o material que veio das consultas, consolidado esse material numa versão final, para que a Comissão possa ver essa visão final e aprovar. Nós sabemos que logo antes vai ser a eleição, mas se nós fizemos longo antes da eleição é ruim para quem está concorrendo ou quem está na discussão. E se deixar para depois do segundo turno, nas cidades que têm segundo turno, fica muito tarde, no ano. Então, por isso essa proposta na semana de 6 a 11 de outubro, e a nossa reunião final daqui um ano, mais ou menos, na semana de 8 a 12 de dezembro. Só repetindo: a primeira data é de 15 a 22 de fevereiro, a segunda de 5 a 10 de maio, nós estamos botando a semana, só, para nós termos idéia em qual semana. E de 6 a 11 de outubro, e de 8 a 12 de dezembro. O que nos daria já, se nós aprovarmos essas datas, um calendário para essas reuniões. Assim, as pessoas conseguem se planejar para estar presente, e nós também conseguimos cobrar de todos os Ministérios, para que o pessoal tenha isso no seu calendário. O que nos ajuda a planejar bem. E isso nos permitiria, se nós trabalharmos direito como conjunto, a ter o

Plano de Ação aprovado no mês dez.

**O SR. PEDRO RAMOS (Conselho Nacional dos Seringueiros)** – É só um esclarecimento para mim. Também nesse período, quase toda a Comissão ela deverá estar desempenhando trabalho da Estadualização da Comissão e se isso vai caminhar paralelamente, e se caminhar paralelamente, talvez até ajude a nós alcançarmos, a discutir melhor, a chamar melhor, as pessoas para as reuniões, para os eventos que vão acontecer. Eu só queria saber disso aí.

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL (MMA)** – A idéia é justamente esta, que nós aqui discutamos essa estratégia, tanto de como é que nós vamos mobilizar nos Estados, para discutir as Comissões Estaduais como, mobilizar as pessoas para fazer os encontros e a leitura do Plano de Ação. E o que nós tínhamos pensado, como sugestão, era que nós façamos uma divisão de trabalhos entre todos nós, para ver quem é que pode estar atuando junto a qual Estado. Para discutir tanto, com parlamentares, quanto com os governos estaduais e, aí, nesse processo de mobilização para a criação das Comissões Estaduais, nós também vamos poder estar fazendo a mobilização para discussão do Plano de Ação Nacional. E aí, essas coisas casam bem porque você já está mostrando uma coisa mais concreta.

**O SR. ADERVAL** – Eu só queria chamar atenção para a distância entre a segunda e a terceira reunião, de maio até outubro, aliás, é a segunda e a terceira de maio até outubro. Junho, julho, agosto, setembro e outubro, mas é exatamente o período em que nós vamos estar visitando as cinco regiões, revisitando as cinco regiões e pactuando em nível regional, local as ações complementares e também aquelas que foram definidas no âmbito do Governo Federal. Então, de fato, entre as segunda e terceira nós precisamos de um tempo maior, para fazer todas as oficinas regionais e também consolidar essas contribuições de forma textual. Além, do compromisso político firmado em cada região.

**A SR<sup>a</sup>. TEREZA MOREIRA (MMA)** – Eu queria fazer uma observação que é a seguinte: ontem na apresentação do plano de trabalho das Câmaras Técnicas muitas Câmaras têm atividades em janeiro e fevereiro. E aí a primeira reunião está marcada, a princípio para a última semana, penúltima semana de fevereiro. Talvez, eu pergunto se, seria muito prejuízo tentar marcar a primeira reunião, para a primeira semana de maio, aliás, de março. Para dar tempo das Câmaras avançarem um pouco nas articulações que estão planejadas até a próxima reunião, porque, senão nós vamos podemos, na próxima reunião das Câmaras, não ter conseguido avançar muito nas agendas política necessária para fechar o Plano.

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL (MMA)** – Se não tiver nenhum problema, não tem nenhum prejuízo.

**A SR<sup>a</sup>. TEREZA MOREIRA (Ministério do Meio Ambiente)** – Seria o que? Atrasar em quinze dias a reunião, só.

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL (MMA)** – Pegar um calendário aqui para ver a semana. Seria semana essa 3 a 8 de 3 a 7 de março. Aonde? Eu não sei, diz que sociedade civil está



organizando para nós irmos para Belém. Eu ouvi essa história, aí. Eu não sei o que estão falando os paraenses, aí.

**A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** – Eu não posso me comprometer, em nome da Governadora, mas com certeza, eu vou lutar, vou pedir, mostrar. O meu Secretário é assim, sempre, graças a Deus. Mas eu acho que é possível. Nós já estamos roubando a Tereza para lá. Ela faz.

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL (MMA)** – É o mínimo que vocês podem fazer para nós perdoarmos.

**A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** – Não é, considerando que eu vou anunciar isso depois mais direitinho, mas indo para o Estado do Pará, eu acredito que é a Edna lá, podemos trabalhar dentro do Governo para convencer o Governo a apoiar a realização da próxima reunião lá, sim. Só que nós precisamos fechar o calendário, mesmo. (*Palmas*).

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL (MMA)** – Nós podemos considerar o que aplauso, quer dizer, que está aprovado?

**A SR<sup>a</sup>. EDNA** – Dias 7 e 8 é a Conferência Estadual de Meio Ambiente no Pará, em março. Não, porque se for fazer a reunião, não, mas daí pode ter a reunião da Comissão dia 07. Mas no dia 7 começa a Conferência Estadual de Meio Ambiente, no Estado.

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL (MMA)** – A questão Edna é o que pessoal da Secretaria não vai poder nos apoiar nesse período, porque nessa semana, vai estar todo mundo alucinado. Eu já organizei essas Conferências, eu sei como é. E eu sei que não é possível. Então, na dá para ser nessa semana. Ou então não dá para ser no Pará. Em algum outro Estado, sei lá, em Alagoas está se oferecendo, ali.

**A SR<sup>a</sup>. CÉLIA (Conselho Nacional dos Seringueiros)**: Eu quero dizer a Tereza que bem-vinda ao Estado do Pará, por favor, Tereza. Nós já estamos sabendo disso e nós com, certeza absoluta, vamos contar com uma excelente pessoa e nós estamos abertos, para qualquer diálogo, qualquer apoio, qualquer diálogo político em se tratando de Povos e Comunidades Tradicionais. Quanto à reunião da Comissão no Estado, nós estamos discutindo realmente, na Comissão. E nós temos essa situação mesmo, da Conferência. Então, eu penso que nós temos que discutir bastante e a verificar isso. Para que nada seja atropelado, ou possa ficar deficiente e não ter a visibilidade que merece ter a reunião da Comissão de Povos e Comunidades Tradicionais, no Estado do Pará. Até mesmo, porque eu sempre defendo, veementemente, que o Estado do Pará, ele é um Estado inteiramente extrativista, plenamente extrativista. Economicamente falando, ecologicamente correto, nas suas grandes florestas e rios assentados e, infelizmente, ele também é muito cobiçado pela ganância do poder, da destruição da floresta, todavia, nós lutamos para isso. E nós temos um cenário, no nosso Estado, mais precisamente na capital do Pará, na cidade da Belém, que à grande metrópole da Amazônia. Ver o peso que, no meu entendimento, na minha avaliação é a aprova cabal de que esse Estado realmente é extrativista, é tradicional. Obrigada.

**O SR. ERNANDO (MONAPE )** – Eu só queria fazer um lembrete para a plenária, porque nós debatemos e uma das estratégias que nós estávamos tentando definir, eu não sei se o Arnaldo lembra, mas era tentar uma reunião nos Estados e outra em Brasília. Até porque as agendas da Ministra, da audiência que a Ministra não saiu, em função de não dá, bateu agenda do outro Ministro. E nós temos essa dificuldade. E como o Governo Federal não banca a Sociedade Civil para ir a Brasília, só para ter uma audiência, nesse sentido, a não ser que possa ser negociado! Nós podemos estar casando uma volta a Brasília, para poder estar indo a audiência com o Ministro. E, não só com o Ministro, ir ao Congresso, porque, viu Célia, os Governadores estão fazendo vários projetos para implementar no PAC. E ainda bem, que ainda, que pelo processo ontem, o Governo perdeu a CPMF, vai ter que fazer todo o processo do orçamento da União. Agora, de novo e isso vai dar um pau direto, de novo nesse processo. E isso é importante de. ir para o debate, porque se nós ficarmos distante do poder central, como é o caso do Porto lá do Espadarte vai entrar o PPA do Governo Federal em 2008. Então, é complicado nós ficarmos só nos Estados, enquanto o “Poder Central” nós não estamos demandando e cobrando para a coisa fluir, na ponta.

**O SR. ARNALDO (JURÉIA)** – Você tem razão em relação à questão da nossa proximidade com o “Poder Central”, sem dúvida nenhuma, mas nós também temos o compromisso de estar capilarizando toda a política nacional que também é compromisso nosso. E a estratégia que nós colocamos como comissão civil foi essa. Ir as Assembléias Estaduais e as Assembléias das regiões nos Municípios, inclusive, como estratégia de fortalecimentos das instituições. Agora, está indo a Brasília, para nós estarmos fazendo ações em Brasília, audiência com a Ministra, audiência com os Ministros, ou mesmo ação no Congresso Nacional, que foi a primeira iniciativa nossa e que nós podemos, devemos aprimorar, aquilo bastante. Você tem razão, mas nós temos que bolar uma forma de associar essas duas coisas. Pode ser isso aí que você já levantou, que nós já tínhamos discutido, uma aqui outra lá, uma aqui, outra lá. Só que são quatro no ano. E o nosso tempo não é esse tempo. O nosso tempo é muito mais... Nós precisamos de muito mais agilidade. Nós esquecemos o que nós falamos na última reunião. Nas leituras das atas nós vimos, são coisas que se repetem. Então, nós vamos ter que parar, ou melhor, a sociedade civil parar a discussão nossa aqui. Para estar resolvendo algumas coisas que nós temos que estar resolver aqui. Por Internet, por e-mail não tem legitimidade e nem funciona direito.

**O SR. ADERVAL** – Antes de a Célia falar eu só gostaria de lembrar que vão ter muitas agendas bilaterais. As Câmaras Técnicas estão agendando uma série de compromissos de membros da sociedade civil com membros governamentais junto a órgãos públicos federais. Então, assim, a questão da agenda, seja, com a Ministra, com o Ministro, ou seja, com quem for, pode ser compatibilizada com essas agendas bilaterais que vão recorrer entre uma reunião eu outra. Então, nós não vamos ter problema de ir a Brasília. Isso não é impeditivo para... E, também, eu acho que não deveria pesar tanto. Gente! Vamos tentar otimizar e ser mais objetivo. Objetivar as discussões e deliberações, porque, senão nós vamos ficar o tempo todo na agenda e nós temos mais dez pontos de pauta. Dez horas é o limite.

**A SRª. CÉLIA (Conselho Nacional de Seringueiros )** – Eu só quero, assim, reforçar ali a intervenção do Ernando sobre a questão do Porto do Espadarte o Terminal Portuário do Espadarte, porque na nossa avaliação de reservas extrativista isso é muito grave, porque

vai ocupar 15% onde tem o maior Estuário de várias espécies, mais de 80 espécies, de reprodução marinha, exatamente, naquele ponto, onde se pretende implantar esse projeto. E além de vários ninhos de garça, guarás e taquerês e tantas outras espécies da região. Então, é importante que nós tomemos uma iniciativa de melhor discutir essa situação, porque isso não vai causar um impacto só na reserva extrativista marinha Mãe Grande, mas em todo o litoral paraense e do Maranhão e quiçá, todo o litoral brasileiro. E isso é importante se discutir. Quando nós temos aqui a responsabilidade de legitimar o desenvolvimento sustentável, portanto, é importante que sejamos perspicazes nessa discussão e nesse debate. E ver de que forma nós podemos salvaguardar o nosso ambiente e, especial, as reservas extrativistas criadas. Obrigada

**O SR. VALDIVINO (Fundos de Pastos/Bahia)** – Olha, eu não sei quantas reuniões, porque eu estou vendo quatro reuniões ordinárias da Comissão, em 2008. Numa reunião que nós tivemos este ano. Nós definimos quatro reuniões ou três reuniões anuais, quatro? Pronto. Então, nós vamos ter quatro reuniões este ano Ordinária da Comissão, nós vamos ter as consultas regionais, cinco regiões. Então, vamos passar este ano todinho 2008, em função dessa política nacional, de construção do Plano. Essa vai ser superinteressante, além, das reuniões e das atividades das Câmaras Técnicas. Então, nós vamos ter muito trabalho em 2008, para que o plano seja construído e a política seja tocada com mais veemência. O que eu quero dizer? Nós, e o seu Pedro já anunciávamos, no início, hoje, nós vamos definir três coisas que está pendente nessa Comissão. A questão da audiência aí, eu sugiro que não sendo em Belém, que a primeira reunião seja em Brasília, porque aí nós aproveitaremos para encaminhar essa audiência com a Ministra, com os Ministros, eu acho que essa seria uma oportunidade. E nós vemos ter discutir, hoje, eu não sei qual horário a questão da estruturação dessa Comissão, nós precisamos ter um espaço, para que não seja o Arnaldo lá na Juréia mandando e-mail para todo mundo ou a Célia lá em Belém. Então, nós precisamos fazer com que essa Comissão seja mais orgânica, seja mais... Tenha, eu não sei, espaço para que a coisas possam fluir, porque esses contatos, esse contatos isolados ou Ernando, o Arnaldo a Célia eu acho que as coisas precisam ser melhor encaixadas aí. Eu acho que está faltando alguma coisa nesse sentido. Então, a estruturação da Comissão justamente da participação dos membros da sociedade civil. E eu acho isso, nós vamos ter muito trabalho em 2008 e, além disso, muitos representantes da sociedade civil, dessa Comissão sairão candidatos em 2008 e, aí, a coisa fica mais complicada.

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL (MMA)** – Eu estou sugerindo que depois de fala do Pedro nós tentemos fechar esse assunto. Você também quer falar? Então, depois do Braulino nós encerramos aqui as falas e tentamos objetivar.

**O SR. PEDRO RAMOS (Conselho Nacional dos Seringueiros)** – Eu só queria pedir que nós retomássemos o ponto de pauta e fechasse, pelo menos, a data que nós ainda não fechamos.

**O SR. BRAULINO (Rede Cerrado)** – Eu queria fazer uma colocação, pelo menos, essa questão de você deslocar para os Estados, simplesmente, a questão... para a sociedade civil tem momento que você tem uma dificuldade danada, se você fosse direto à raiz lá, talvez, assim. Se você fizesse essa reunião na base mesmo, você conhecer. Aí era até muito importante, mas eu acho assim, você deslocar, simplesmente, deslocar para o

Estado, talvez, nós pelo menos. O tempo que você gasta, pelo menos, para chegar naquela localidade que você fica rodando muito, talvez, você fazer em Brasília ela é mais. Agora, as reuniões, pelo menos, de consulta você poderia ir lá. Precisa sobrar um tempo, talvez. Assim, para visitar a base dos companheiros isso para fundamental. Mas, para você ir num Estado por, simplesmente, por ir, eu acho que, para mim, se você fizer em Brasília, ela pode render mais. Brasília pra mim, eu chego lá, de ônibus em 8 horas, pelo menos para mim. Aqui eu gastei um dia quase para chegar a Salvador rodando, assim, de aeroporto em aeroporto. Acaba com a gente. Eu gostaria é uma opinião minha, trabalhador pelo menos que eu tenho essa dificuldade, Se não for para ir, para que você conhecer algumas experiências da base, trocar experiência com os amigos, os colegas, lá, é fundamental, mas simplesmente para você ir para conhecer outra capital do Estado, para mim não é muito viável não.

**A SRª. MURIEL (MMA)** – Eu vou fazer algumas sugestões aqui e vamos ver e a nós fechamos. Se nós fizermos de 25 a 29 de fevereiro, eventualmente o povo do Pará pode nos receber, mas nós esperamos essa resposta do Governo do Pará antes da definir se é lá, ou se não é. Depois, soprou aqui um anjo no meu ouvido. Que a Conferência Nacional de Meio Ambiente é de 8 a 11 de maio. Então, a sugestão seria que nós fizéssemos na seqüência, na semana de 12 a 16, inclusive, porque eu imagino que metade de vocês vai ser delegado na Conferência. Pelo menos, nós esperamos que vocês vão fazer uma boa articulação para fazer a relação entre a política de meio ambiente e a política de povos e comunidade tradicionais. Então, nós faríamos na semana de 25 a 29 de fevereiro, e na semana de 12 a 16 de maio. E em local, a confirmar. Eu acho bom, vocês fazerem uma boa conversa, também, entre vocês, para tentar fechar como é que faz essa dinâmica. E nós também estaríamos conversando nós já sabemos o que Pará é candidato a nos receber e nós tentamos a fazer isso em acordo, mesclando a necessidade de vocês estarem em Brasília, com a necessidade de visitar os Estados. Eu sei que no começo do ano que vem nós devemos ter o lançamento do eixo de Povos e Comunidades Tradicionais da agenda social, portanto, vai ser uma oportunidade para você estarem em Brasília, nós podemos aproveitar quando for a data do lançamento fazer um extraordinária, para avançar em alguns trabalhos. As coisas não estão incompatíveis e tentar marcar as outras agendas que não possíveis. Pode ser assim? Então, fica aprovado de 25 a 29 de fevereiro, de 12 a 16 de maio, de 6 a 11 de outubro e de 8 a 12 de dezembro. Está bom? (*Palmas*) Vencido esse ponto de pauta. Nós vamos começar a discussão da estratégia para a mobilização nos Estados, das audiências. Eu acho que nós várias vezes já colocamos o assunto aqui, ontem e hoje. Eu acho o que Pedro já colocou alguma coisa e o Aderval, também. Aderval.

**O SR. ADERVAL** – Então, a sugestão com relação à mobilização nos Estados é de que a visita aos Estados seja conformada com alguns atos. Um seria na Assembléia Legislativa, como vem ocorrendo já, por iniciativa da sociedade civil. Então, nós faríamos uma Audiência Pública, em estando lá os Secretários comprometidos e identificando, também, as Secretarias que têm mais afinidade com a política e com os segmentos da Comissão, daí nós faríamos, no dia consecutivo, visita aos gabinetes dos secretários. Agendaríamos previamente, naturalmente para poder pactuar a execução ou o compromisso do Governo do Estado na implementação do Plano. E, inclusive a possibilidade até mesmo de criação da instância governamentais que cuidem de povos e comunidades tradicionais em cada estrutura de Governo Estadual, como já vem acontecendo. Tem Governo que já tem uma coordenação para Povos e Comunidades Tradicionais muito em decorrência da política, muito em decorrência de toda a mobilização que nós temos consegui promover. Então,

daí nós tivemos uma audiência pública aqui, na Bahia. Tivemos, agora, essa reunião estreitando laços com o Governo Estadual, no sentido de dar consecução à política e ao Plano, que nós estamos construindo. E eu gostaria de saber quais os outros Estados que estão na eminência, na eminência de, via sociedade civil, iniciarem o processo. É lógico, que nós vamos fazer o seguinte: isso é uma atribuição de sociedade civil, a princípio, no nosso entendimento e nós vamos corroborar. Nós queremos que vocês saiam na frente entrando em contato com os gabinetes dos Deputados Estaduais para poder marcar audiência e, aí, nós secundamos a iniciativa de vocês corroborando com o peso Governamental Federal, OK? E aí pactuando as demais agendas. Eu gostaria de saber o seguinte: de vocês que estão aqui, quem é que está se comprometendo em fazer o que e em que Estado? Essa é que é a questão.

**O SR. ERNANDO (MONAPE)** – Nós lá, em Alagoas, já estamos marcando uma reunião com dois Deputados Estaduais para o dia 24 de fevereiro. Nós vamos levantar essa possibilidade da Audiência Pública no Estado. Aí, nós estamos pautando isso, porque está em reta de final de ano e restabelece o processo dos Deputados e, a partir daí nós vamos casar uma agenda, mas eu vou ver a agenda como é que vai funcionar.

**O SR. ADERVAL** – Tudo bem, a reunião com os Deputados é dia 24 ou a Audiência Pública vai acontecer dia 24?

**O SR. ERNANDO (MONAPE)** – Não, vai ser depois. Eu só estou dizendo para você ter a noção do que vai acontecer.

**O SR. ADERVAL** – Então, está registrado que a MONAPE, especificamente, Alagoas vai fazer uma audiência promover uma audiência estadual no Estado da Alagoas e que vai ser depois do dia 24 de fevereiro, porque é a agenda que ele já marcou é do dia 24. Eu gostaria de dizer que o Estado de Minas Gerais, em passando por Belo Horizonte nós mobilizamos dois Deputados Estaduais. Um é o Almir Paraca e o outro é o Bulcão? E nós vamos ter uma audiência pública, agora, terça-feira. Então, nós vamos estar apresentando a política de Povos e Comunidades Tradicionais na Assembléia Legislativa: são duas Comissões que se mobilizaram, o Deputado Paulo Guedes e também tem um outro Bulcão. Os três estão envolvidos. Mas, são duas Comissões. E aí nós, naturalmente, já vamos agendar com o Governo do Estado, reuniões. Viu Braulino? Aí, na verdade, você teria que ir, não só na Audiência Pública, que nós nos antecipamos marcando, mas também cumprir a agenda de trabalho com o Governo Estadual. Que deve acontecer em janeiro.

**O SR. BRAULINO (Rede Cerrado)** Está certo, está certo. Incompatibilidades políticas, eu presumo.

**O SR. ADERVAL** – Não, a Audiência Pública vai ser dia 18, agora, terça-feira. Agora, a agenda com Governo do Estado é que nós temos que marcar. Vamos ver quem comparece a audiência e quais são os aliados, no âmbito do governo Estadual, para nós pautarmos a política nas instâncias específica, de maior sensibilidade, e proximidade com a política.

**A SR<sup>a</sup>. EDNA** – Em nível de Governo do Estado quando eu fui convidada pela Ana Júlia para assessorar o que me interessou mesmo foi essa política. Então, em conversa com Valmir Ortega, eu fui direcionada a Secretaria do Meio Ambiente para, exatamente, a implantação dessa política. Na Conferência Estadual um dos temas associados à mudança climática e o desenvolvimento sustentável, também. E nós indicamos a política, como parâmetro para a política estadual. E, agora como todo mundo já sabe a Tereza está indo para o Estado do Pará e nós acreditamos exatamente na implantação dessa política através da Secretaria de Meio Ambiente. Então, todas as ações da assessoria são na aplicação dessa política e o Deputado Valeiro, do Partido dos Trabalhadores do Pará, também, tem uma consulta pública que, ainda, não está marcada, mas já está conversada com a assembleia e vários outros Secretários estão envolvidos. Nós fizemos o Seminário de Produtos da Sociobiodiversidade, onde tiramos o açaí como principal cadeia produtiva, já dentro dessa política; envolvemos todas as universidades, instituições de pesquisa, ensino e estamos caminhando bem. Bem, movimentado mesmo.

**O SR. ADERVAL** – Eu gostaria de pedir à Célia para acompanhar a articulação com a Assembleia Legislativa do Estado, porque ela é membro da Sociedade civil que está no Estado e para poder fazer esse arranjo: sociedade civil... Exato. É só isso, Célia. É só assim.

**O SR. PEDRO RAMOS (Conselho Nacional dos Seringueiros)** – Lá no Amapá, nós podemos fazer um contrato. Eu vou discutir o dia, o mês, mas nós podemos fazer um contato e, mais ou menos, é garantido para a questão das audiências. Agora, eu gostaria de saber se as reuniões que vão acontecer nos Estados se seriam bancadas nos moldes como foi esta aqui? Porque houve uma divisão de custos aqui, por exemplo, o Governo do Estado bancou o alojamento aqui, essas pessoas, a estadia das pessoas. E eu gostaria de saber como é que vai se dar isso aí? Mas você não responde, ainda. No meu Estado eu poderia fazer isso. Agora, nós temos um problema com o Conselho Nacional dos Seringueiros, nós só temos dois representantes aqui. E nós estamos em todos os Estados da Amazônia e aí. Como nós faríamos uma proposta de como nós faríamos isso para chegar a Manaus? Ou iria a Célia do Pará, ou iria eu de Belém para conversar lá com o presidente do Conselho, do Conselho Nacional dos Seringueiros e nós juntos chegaríamos até a Assembleia e chegar até o Governo do Estado e, assim seria nos outros Estados, também.

**O SR. ADERVAL** – Com relação à audiência, seu Pedro, ela não tem nada a ver com a Reunião Ordinária da Comissão. Uma coisa é a Audiência Pública e as reuniões setoriais no âmbito governamental e estadual. Outra coisa é a reunião Ordinária da Comissão. São duas coisas distintas. Essa é uma outra agenda. Agora, o Conselho Nacional dos Seringueiros tem a sua capilaridade. Têm companheiros e militantes em todos os Estados de abrangência. Então, seria uma articulação e, eventualmente, uma visita para fins de consolidar uma agenda. Não precisa ser, necessariamente, a Célia ou o seu Pedro, mas é lógico se há uma articulação, quando da realização da Audiência, seria conveniente que lá estivessem ou a Célia, ou o Seu Pedro para poder acompanhar a Audiência Pública relacionada à área de abrangência do segmento social específico. Bom, antes de você, tem o Amilton. O Arnaldo depois do Amilton, Diosmar, depois a Célia.

**O SR. AMILTON (Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses do Paraná).** Então, falando dessa questão de envolvimento dos órgãos Estaduais nessa luta pelas Comunidades Tradicionais nos Estados, nós do Paraná já fizemos uma audiência pública no, dia 13 de julho, agora, de 2007 na Assembléia Legislativa com o apoio de quatro Deputados. E participaram bem mais, os outros fugiram da Audiência. Eram todos convidados fizemos uma mobilização bem grande, fomos na sessão convidar todos eles e aí, compareceram oito Deputados. Quatro deu apoio mais direto. Então, nessa Audiência Pública foi lançado o dossiê de denúncia de crimes ambientais dos faxinais, elaborado pela Articulação Puxirão que é um movimento social nosso e, também, lançada a cartografia social com 10 comunidades cartografadas e, também, foi nessa audiência foi proposto um Projeto de Lei de reconhecimento das nossas comunidades faxinalense, pelo Estado. E tramitou por 60 dias e aprovou a lei. Então, e nós estamos, agora, temos a rede Puxirão que é uma coisa maior. Assim, ele sai do âmbito só, dos faxinais, mas é uma rede que articula todas as comunidades tradicionais do Paraná. Os quilombolas, os indígenas, os ribeirinhos de Ilhéus, afetados pelo Parque da Ilha Grande, da Itaipu na região da Cascavel. E, então, existe essa rede que articula que se reúne duas vezes, aliás, cada dois meses, apoiado pelo Pastoral da Terra e nós da articulação Puxirão que fazemos juntos essa articulação e nós estamos propondo que puxados envolvidos com os Deputados e, alguns órgãos do Governo para nós fazermos um grande Seminário, agora em março, reunindo todas as comunidades. Estamos com uma dificuldade enorme porque as organizações, o que está um pouco mais organizado somos nós, os faxinais. Os outros, apesar, de que indígenas e Quilombolas que já são reconhecidos hoje, mas em termos de organização estão, ainda, com dificuldades, mas já está marcado em março, esse seminário na Assembléia Legislativa do Paraná. E, desse seminário a idéia já sendo articulada com os Deputados, com três Deputados da Assembléia Legislativa que se crie um frente parlamentar de apoio para abraçar essa bandeira das comunidades tradicionais, do Paraná. Então, está sendo bem articulado, têm Deputados empenhados para criar após o seminário essa, frente parlamentar de apoio às comunidades tradicionais. E ai, os ciganos do Paraná, também, nós temos que ver, também, como nós vamos envolver, porque a idéia dessa frente, a idéia desse seminário, é envolver todas as comunidades tradicionais que tem, no Paraná. E junto, também, nesse seminário apresentar um mapeamento que está sendo feito dos faxinais. Já temos mais de 150 faxinais mapeados e, ainda, nós sabemos que não vai ser possível até março, mapear todos. É um mapeamento preliminar e depois nós vamos continuar, para frente. Então, é isso que está sendo feito no Paraná. Outra coisa que está bem envolvido conosco e é o IBAMA do Paraná e o Instituto Ambiental do Paraná – IAP. E nós tivemos uma audiência, com o presidente do IAP – Instituto Ambiental do Paraná há três semanas, e ele se comprometeu politicamente conosco em ajudar a defender e reconhecer as comunidades faxinalenses.

**O SR. ADERVAL –** Eu só gostaria antes da passar a palavra o Arnaldo de fazer um esclarecimento com relação às audiências. Ocorrermos audiências sobre seguimentos sociais específico. Ocorreu esse no Paraná sobre faxinais, ocorreu uma em Sapê do Norte, mais especificamente em Vitória, sobre Quilombola, por conta da situação de Aracruz Celulose e outras coisas que vitimam as comunidades quilombolas nos Estados. Mas, assim, essas audiências que nós estamos tratando agora não são exatamente, sobre o seguimento específico. Elas são sobre a política. Então, além da Audiência de faxinais que aconteceu é preciso marcar uma audiência sobre a política de Povos e Comunidades Tradicionais. Então, nós precisaríamos fazer uma articulação no Paraná, para dar seqüência aos trabalhos e, envolvendo os demais seguimentos sociais que

integram a Comissão e que existem no Estado. Então, nós temos que fazer uma distinção. O que é um movimento do segmento só e o que, que é movimento relacionado a política e a Comissão, que a Comissão envolve todo o segmento com representação no Estado. Viu Amilton? Depois nós temos que marcar uma outra audiência para ir lá, e ver apresentar a política, e ver quais são os aliados, provavelmente, os mesmos aliados de faxinais, mas com disposição para estar incorporando os demais segmentos e a política, porque nós queremos o seguinte: nós gostaríamos que os Parlamentares apresentassem Projetos de Lei Estaduais favoráveis ao seguimento sociais tradicionais. Não é só para fazer movimento, para fazer barulho não. A Audiência é para ter resultado prático. Qual ó resultado prático que nós podemos esperar dos parlamentares? A apresentação a Projetos de Lei que é assegurem os direitos no âmbito estadual. Além de toda a gestão política, no âmbito do Governo do Estado. Então, nós queremos ver também os desdobramentos. Arnaldo, você está abdicando da palavra.

**A SR<sup>a</sup>. CÉLIA (Conselho Nacional dos Seringueiros)** – Eu quero informar aqui, eu ia falar isso, mas como está aí dentro do assunto. Eu quero dizer que em maio, dia 23 de maio, deste ano, o Conselho Nacional de Seringueiros sentou com o secretariado do Governo do Pará e discutiu a importância do extrativismo do Estado. A partir daí, através, de portaria a Governadora Ana Júlia criou o Grupo de Trabalho que está construindo a política do extrativista do Estado. Está em início este, grupo, está trabalhando. E nós levamos toda a contribuição que tivemos, as nossas experiências com a Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e nós estamos trabalhando e, esse trabalho, ele foi feito a partir das nossas articulações com o IDEFLOR que é o Instituto Florestal do Pará, a Secretaria de Integração, e já envolvemos, também, toda as outras secretarias. A secretária do Meio Ambiente a SAGRE, etc.. E já estamos trabalhando nesse sentido. Haverá uma reunião agora desse Grupo de Trabalho nesse período agora entre, quando eu vim para cá, ainda não estava definido, mas entre 15 a 20 que é para estar trabalhando num prazo de 60 dias um documento base para ser entregue à Governadora, para análise. Para a partir daí, nós trabalharmos os eixos da política que vão apontar as diretrizes dessa política. E, também, haverá um seminário em fevereiro, de agora de 2008, também, para discutir a política já em nível estadual, mas ela está tendo como princípio a Política Nacional e em nível de Pará nós vemos discutindo fazendo essa parceria junto com os quilombolas, com a FETRAF Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – e outros órgãos da sociedade civil, mas discutindo, divulgando a política é, na verdade, o que está orientando o nosso trabalho é à Política Nacional. E a princípio era isso que eu queria colocar. Era isso, E depois lá no Informe nós vamos ter mais a oportunidade da continuar.

**O SR. ADERVAL** – Vamos tentar dividir um pouco a fala, entre: O que é informe deixa para a hora do informe. E o que é com relação à construção de agenda, nós falamos agora. Se for possível distinguir uma coisa da outra.

**O SR. ARNALDO (JURÉIA)** – Eu abdiquei da minha palavra, pela fala do Amilton, mas ele se esqueceu de falar uma coisa importante, mas eu acho que esse é um informe bacana: os Faxinais encaminharam um Projeto de Lei de reconhecimento da cultura deles dentro de Estado. É um marco legal. E nós digitamos essa minuta de lei e distribuimos para todas as comunidades, pelo menos via de Internet. Não sei se foi para todo mundo, mas nós distribuimos. Então, assim o que eu estou chamando a atenção é se for possível na discussão de Audiência Pública das Assembléias acoplar já um Projeto de Lei de



reconhecimento das várias etnias, das várias comunidades tradicionais que estão aqui e não tem marco legal. Nós já iniciamos isso lá em São Paulo, uma primeira discussão dos alguns Deputados, já com um projeto de lei para os caiçaras. Podemos estar conversando com os ciganos ou outros que não tenham visibilidade lá. Então, a sugestão é Audiência Pública, se possível, já está encaminhando uma minuta de Projeto de Lei para as comunidades que não têm marco legal, pelo menos, no Estado.

**O SR. ADERVAL** – Ok, Arnaldo nós queremos mais do que sugestão, comprometendo. Você está se comprometendo a articular com o Governo do Estado de São Paulo e marcar audiência para quando?

**O SR. ARNALDO (JURÉIA)** – Meu caro, eu acabei de falar que nós já estamos na mão dos Deputados. Agora, eu não posso garantir. O comprometimento já está lá, a ação está feita. Só que em São Paulo nós temos uma divisão política PT e PSDB terrível. O nosso *aprouxe* é com o pessoal do PT – Partido dos Trabalhadores, que já trabalhou conosco, mas nós aqui dos caiçaras da Juréia já estamos articulando, também, com os Deputados do PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira – e de outros partidos, para nós podermos viabilizar junto ao Governo do Estado, porque se o Governo do Estado sentar e a falar não, não rola política, porque a Assembléia tem o seu limite. Então, já está feita a ação. Já está lá na mão deles. Não tem data prevista, estamos discutindo;

**O SR. ADERVAL** – Nós estamos falando exatamente o seguinte: nós tivemos uma Audiência Pública, aqui, na Assembléia Legislativa com relação à política e aos Povos e Comunidades Tradicionais, no Estado da Bahia. Agora, nós vamos ter que marcar uma série de compromissos com as Secretarias afins. Com aquelas Secretarias que podem dar consecução à política, enfim. E nós temos que também retomar a articulação em nível de Assembléia Legislativa para ver a possibilidade da proposição de Leis favoráveis Estaduais a consecução da política no âmbito do Estado.

**A SR<sup>a</sup>. MAÍSA (Secretaria de Relações Institucionais do Governo do Estado da Bahia)** – E eu gostaria de saudar a todos e todas que estão aqui presentes. Eu venho acompanhando mesmo antes de estar nessa gestão de Governo é a condução da discussão dessa política atrás da Akibanto, aqui em Salvador, porque eu também pertencço a Povos Tradicionais de Terreiros de Candomblé. Então, muitas discussões que aconteceram fora daqui da Bahia nós estamos acompanhando através da Akibanto. E em fevereiro foi que eu vim compor o quadro de Governo. Então, é assim importante que nós estejamos aqui com a essa reunião e, ao mesmo tempo, eu gostaria de dar um Informe. Que a Conferência Municipal do Meio Ambiente de Salvador, aconteceu a semana passada. E na conferência, nós fizemos uma articulação para que, como proposta, para todos os Grupo de Trabalho da Conferência fossem apresentadas sugestão da criação da política Municipal do Desenvolvimento Sustentável tradicionais para podermos fazer um alinhamos com o Governo Federal. E, aí, nós estamos levando essa proposta para a Conferência Estadual do Meio Ambiente, porque aí, nós fazemos um alinhamento entre as três entidades federativas. Então, nós conseguimos que todos os grupos que trabalham com meio ambiente apresentassem essa proposta em nível de município de Salvador. E aí, como a Conferência tinha caráter regional também nós estamos levando isso para a estadual. Aí a sociedade civil fez o papel dela, mas em nível de Governo nós da Secretaria de Articulação Social temos acompanhado a condução disso nas

Secretarias. E temos a Secretaria nova a ser... Como, também, a SEPROMI é também uma Secretaria nova. A Secretaria de Promoção da Igualdade e a SEPROMI é que trabalha com a questão de reparação racial. Então, a questão indígena, a questão afro-descendentes. Que aí, vem os quilombolas e o assolho de terreiro. Então, nós temos um grupo intersetorial que foi feito para a SEPROMI que, ontem, o Secretário estava até aqui o Luis Alberto. E também tem o intersetorial feito pelas SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social de Combate a Pobreza, que o Torquato, Secretário estava aqui, ontem. Nós temos a assessoria de RH, na mesma temática, que é o de Osmar. E temos a Coordenação de Política para Povos Indígenas que é o Jerri Mataloê Pataxó que é o coordenador. Então, Jerri também eu consegui avisá-lo, em tempo, e ele também esteve aqui, parece que foi há dois dias atrás, Jerri Mataloê. E nós fizemos três eventos aqui do Estado com a Secretária de Justiça para os povos indígenas. O primeiro foi um fórum dos indígenas foi aqui mesmo em Belmar que entregam para o Governo do Estado as intenções. E depois nós estivemos na semana, há duas semanas atrás, um outro encontro que foi para construir o documento do Conselho dos povos indígenas do Estado da Bahia e na semana passada aconteceu, também, na comemoração dos direitos humanos foi dia 10, mas nós fizemos uma pauta estadual de uma semana inteira com o Secretário de Justiça aconteceu o primeiro Encontro das Organizações Indígenas. Então, nós estamos em nível de Secretaria de Relações Institucionais é que nós fazemos articulações com as Secretarias nos articulando, inclusive, encontrei Raimundo, ontem, da SEPROMI, mas ele não pôde vir para cá, nós convidamos também. Para que nós consigamos juntar também os setoriais do Governo do Estado, da SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social e da SEPROMI com a SRH – Secretaria de Recursos Humanos e a SERIM sendo a articuladora e chamando as Secretarias afins para isso. Acho que Audiência Pública já teve uma aqui no Estado da Bahia, nós precisamos reforçar isso que nós temos uma permanência muito forte aqui. Uma presença de Quilombolas, afro descendentes, terreiros e indígenas nós temos outras comunidades tradicionais que é importante o que você falou. Eu conheço de fotos, dos documentários e das informações das reuniões. Tem algumas pessoas aqui que eu já conheço por causa das fotos, que eu acompanho, mas o povo caíra, mas nós temos, na verdade, é que estar formatando esse momento que tenha uma Audiência Pública e em nível de Estado eu já conversei com o Diosmar nós vamos estar articulando uma reunião entre as Secretarias para que nós possamos construir essa agenda conjunta com que nós já temos que pode construir. Além disso, nós estaremos também como delegado em nível de setor público na Conferência do Meio Ambiente levando isso, também, como proposta para construir uma política estadual na área de Meio Ambiente que a sociedade civil está mobilizada para isso, também. Eu acho que nós juntando tudo conseguimos fazer uma agenda boa.

**O SR. ADERVAL** – A Secretaria Executiva da Comissão a coordenação está à disposição para poder vir sentar com a equipe do Estado ou do Município, enfim, que cedia o Governo Estadual para poder pactuar essas questões. Tudo bem?

**A SR<sup>a</sup>. MAÍSA (Secretaria de Relações Institucionais do Governo do Estado da Bahia)** – Tudo bem. Então, nós vamos estar marcando uma reunião em nível já da Secretaria de estado as que já tenham os grupos de trabalho. Nós vamos estar informando para vocês da Comissão, vamos estar informando a Coordenação e nós podemos também pensar no agendamento de uma Audiência Pública, porque também nós temos outras comunidades que não são só, indígenas, quilombolas e terreiros e que está precisando também dar um marco legal para essas entidades do Estado da Bahia. Obrigada.

**O SR. ADERVAL** – Eu gostaria que manifestassem aqueles que ainda não se manifestaram a Cláudia continua em silêncio, com relação a Mato Grosso, a Iáskara tinha pedido a palavra a Digé, porque, é assim nós queremos ver o que pode ser feito lá, no Estado, com relação ao pantaneiro sabe, Manuela? Vamos ver o que pode ser articulado no âmbito do Governo do Estado do Mato Grosso, também.

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Eu vou falar pela parte a Assembléia, que foi o encaminhamento que eu fiz, inicialmente, que a Marisa já falou da parte da agenda de Governo. Eu estive na construção, participando da construção da Audiência Pública aqui, junto à Comissão de Educação, Cultura de Osmar, da SRH. Nessa construção e o que aconteceu aqui e essa a fala da Marisa de retomar a agenda com a Assembléia eu acho muito importante, porque quem estava aqui motivado, compromissado e levando isso para dentro da Assembléia era o Deputado Estadual Zilton Rocha, do PT – Partido dos Trabalhadores – que era o presidente de Educação, Cultura, serviço público e outras coisas mais lá, que no qual eu fazia a assessoria. E o que aconteceu o Zilton foi eleito para, hoje, ele está tomando no Tribunal de Contas do Estado. Nós pela primeira vez fizemos uma eleição democrática para o Tribunal de Contas do Estado da Bahia. Então, nós perdemos esse parlamentar que tinha esse compromisso. O que nós estamos fazendo agora, inclusive, eu estava conversando um pouco com o Valdivino e que articulação nós faríamos junto às Comissões, porque o interessante não é comprometer um parlamentar, mas comprometer as Comissões para propor que dessas Comissões saíam projetos, porque a construção fica mais sólida ela não se perde, por exemplo, o que foi feito lá agora na Audiência ficou na Comissão de Educação e Cultura está na Comissão. Não é um projeto de um parlamentar e isso você pode recuperar. Então, eu acho que uma proposição, esse cuidado na hora das articulações nos Estado para não ficar preso a um parlamentar nessas articulações na assembléia.

**O SR. ADERVAL** – Esse tem sido o desenho são as Comissões que se comprometem.

**A SR<sup>a</sup>. IÁSKARA** – O meu é mais uma dúvida que eu tenho. Politicamente falando eu tenho várias dúvidas, mas por conta de um projeto, em abril nós começamos a fazer um grande trabalho. Nós já estávamos pretendo marcar algumas audiências na região Sul e Sudeste, porque, o nosso trabalho abrange Sul e Sudeste é de Minas Gerais para baixo. A minha pergunta à seguinte: Eu continuo a marcar essas audiências, normal ou eu passo a ficar com o grupo da nossa Comissão e aguardo?

**O SR. ADERVAL** – Eu acho que são duas agendas simultâneas, elas confluentes. Eu acho que tanto a agenda do povo cigano, especificamente, tem que ter seqüência as audiências que você vinha marcando, mas eu acho que você deve corroborar a articulação do Arnaldo e do Dalmo.

**A SR<sup>a</sup>. IÁSKARA** – Minha dúvida era essa. Se eu fazia só uma ou se eu posso fazer as duas também.

**O SR. ADERVAL** – Pode fazer, mas também é promover uma audiência sobre a política para abranger os outros segmentos Sociais tradicionais.

**A SRª. MARIA DA JESUS** – No momento, eu acho que aqui eu não posso ou não vou deixar uma data definida Porque, como nós somos um movimento e associação, nós precisamos estar nos juntando para estar definindo a data que nós vamos fazer, ou conversar com parlamentares, porque nós sabemos que o movimento interestadual tem mais facilidade para estar marcando as audiências com Deputados, inclusive nós temos dois Deputados que nós temos muito afinidades com eles. Então, como o movimento fica em São Luiz, a sede fica mais fácil da DADA estar marcando essas audiências e, nós que estamos nas regionais nós irmos lá para São Luiz para estar fazendo essa articulação. Então, quando definir aí, eu peço a Dada e lá do movimento, nós ligamos diretamente para você Aderval, e nós confirmamos a data.

**A SRª. CLÁUDIA** – A situação é um pouco grave. Que um dos únicos talvez que se interessou pela causa. Eu tive uma discussão muito ferrenha com ele e eu acho que ele não vai estar mais tão a favor assim, mas a questão maior é que eu vejo assim no Estado. É o Estado que não reconhece a sua diversidade de comunidades e a sua composição através de todo o marco político que se tem fica difícil buscar uma discussão. Então, primeiramente, é desde o Grupo de Trabalho que foi formado para se discutir a lei do Pantanal, onde eles não queriam que os representantes das comunidades tradicionais fossem discutir. Então, a partir você se tem a grande dificuldade no Estado. Eu fico realmente muito preocupada em relação a isso lá no Estado. Mas tem uma pessoa que nós podemos “contar” que eu posso fazer. Ano que vem é ano político. Então, tem toda essa questão e aí, assim, eu não estou me comprometendo em nada, ainda, por enquanto, porque eu preciso realmente fazer umas articulações e eu sou apartidária, eu sou assim, eu acredito nas pessoas, não acredito muito no partido que elas representam. E algumas pessoas que eu tinha muita confiança, realmente, não fizeram muita coisa devido ao partido. Então, para mim é muito complicado. Eles não gostam muito de mim, que sou uma encrenqueira.

**O SR. JOHNE MARTINS (CONAC)** – Assim, no Estado de Mato Grosso do Sul, Aderval até mesmo no próximo ano, a CONERC faz o seu terceiro ano, o seu terceiro aniversário e todo ano nós fazemos um encontro com as comunidades quilombolas do Estado do Mato grosso do Sul. E assim o peso da política. A política nós já discutimos com todas as prefeituras aonde tem comunidade quilombolas,ou seja, nas catorze prefeituras do município. Aonde nós não conseguimos discutir com o Prefeito nós discutimos, ao contrário da minha amada, porque onde nós tínhamos..., mas nós já discutimos ou diretamente com os Prefeitos, ou com os Municípios ou com o secretário. E eu estava até abrindo um parentesco o Governo do Estado, também, isso que eu estava dizendo, um pouquinho contrário, porque o Governo do Estado agora fugiu da nossa noção hoje é PMDB – Partido Do Movimento Democrático Brasileiro, lá. E é meio rígida essa questão, mas nós temos três Deputados Estaduais na Assembléia Legislativa que nós estamos abrindo uma conversa com eles e no encontro da CONERC, agora em fevereiro nós pretendemos convidar os outros povos e populações tradicionais, inclusive, num dia para nós tentarmos abrir uma sessão na Câmara com esses três Deputados.

**A SRª. MURIEL** – Eu até faço a sugestão se você precisar de algum apoio do nosso

Secretário Egon Craque você deve conhecer, o Egon pode dar uma força junto ao Governo de Estado. Se precisar de alguma articulação, você me dá um alô, e nós organizamos isso.

**A SR<sup>a</sup>. LUCELI (PACARI)** – também se eu vou estar levando essa proposta para articulação para nós marcarmos uma audiência com alguns Deputados que já aderem esse caso lá, no nosso estado. E aí nós comunicamos com você a data dessas audiências e tudo.

**O SR. ADERVAL** – Algum outro inscrito?

**O SR ERNANDO (MONAPE)** – Como nós temos uma articulação mais forte no Norte e Nordeste e em alguns estados aí, eu quero me comprometer, aqui, também de mobilizar as coordenações dos movimentos estaduais e aí, casar junto com os companheiros que estão na Comissão de povos e comunidades tradicionais por Estado, para juntar lá a força para poder mobilizar os trabalhos junto com a companheirada. Então, eu estou passando para sede essa recomendação e estou visitando alguns Estados no Pará, municípios no Pará e vou conversar com a coordenação do MOPEPA para também se integrar com a companheirada do Estado, onde tem MONAPE, é isso.

**O SR. ADERVAL** – Compromissos aqui firmados eles são, para uma primeira rodada, suficientes. Nós sabemos que nos encontros regionais, setoriais e, inclusive a Célia trouxe um material para ilustrar o quanto tem sido feito. É lógico que todos vocês têm divulgado a política junto aos movimentos sociais onde atuam, mas nós estamos precisando amarrá-la em nível, onde é mais difícil, e precisa ser mais conseqüente em nível dos Governos Estaduais. Por isso que nós estamos puxando essa agenda para poder firmar esse compromisso, então. Nós consideramos daqui da mesa esse nível de articulação e de comprometimento suficiente para momento. E daí depois nós retomamos para ver os desdobramento e avaliar o quanto nós conseguimos avançar, em termos do comprometimento tanto, de parlamentares, quanto de governos Estaduais. O próximo ponto de pauta é à pesquisa. Então, eu tenho que apresentar para vocês uma proposta preliminar. Deixa, eu ajudar a Cátia a localizar a apresentação e daí nós fazemos na seqüência. Dados muito preliminares em grande medida do professor Alfredo Wagner, mas de outros estudiosos sobre povos e comunidades tradicionais no Brasil e temos uma estimativa de que sejam 25 milhões de pessoas. Em cinco milhões de família. Estimando aí uma média de cinco pessoas por família e na perspectiva de uma família extensa, mas isso aí, é só uma estimativa. Então, nós precisamos mensurar e aí nós vamos ter que fazer isso em todos os segmentos que integram a Comissão e outro que não integram, mas precisam ser incluídos, porque são comunidades tradicionais. Então, vamos lá. O objetivo é realizar esse levantamento nacional sócio demográfico, essa apresentação eu já apresentei essa parte. Nós vamos entrar no detalhamento da primeira fase, portanto, eu não vou parar muito aqui não. Ele seria o segmento estão predominantemente em áreas rurais, precisam ter pesquisa de campo exatamente para subsidiar a implementação de políticas públicas. O marco legal vocês já conhecem: É o decreto 6.040, de 07 de Fevereiro de 2007; e o Decreto Presidencial que cria a Comissão nacional; e os conceitos, também, já são de conhecimento de vocês. O que são povos e comunidades tradicionais, o que é desenvolvimento sustentável e o que são territórios tradicionais, nós já trabalhamos isso no âmbito da Comissão. Para acelerar um pouco, eu

não vou entrar no mérito. Então, a pesquisa, ela tem caráter censitário. Não é uma pesquisa amostral, portanto, não é uma pesquisa demonstrativa, ela é para cobrir mesmo, varrer todo o território nacional. E o objetivo é levantar informações sócio-demográficas e econômicas referentes a unidades familiares, mas, também, referentes a unidades coletivas. É uma pesquisa um pouco diferente daquelas que vêm sendo realizadas pelo IBGE. O IBGE tem, por base, a família (a unidade familiar), e aí, o senso e a própria pesquisa é construída em bases familiares. A nossa pesquisa, ela vai ter uma dimensão um pouco mais ampla. A família é constituída de uma coletividade que se entende como comunidades. As comunidades de pescadores artesanais, a comunidade cigana, mas uma comunidade local. Então, nós vamos trabalhar com essa unidade supra-familiar que é a comunidade. A comunidade pantaneira, a comunidade quilombola, que reúnem, lá, quinhentas, seiscentas, famílias cada comunidade. Ou menos, às vezes, são cem, às vezes, são três, às vezes, são cinco, às vezes são vinte. Isso varia consideravelmente. Mas a unidade com que nós vamos trabalhar é a comunidade, não é estritamente à família. O senso, quando ele for feito, a pesquisa, ele vai ser feito, em base, nas unidades familiares. Mas vai ter um questionário, também, para levantar dados coletivos, informações da coletividade. Bom, os critérios de inclusão de povos e comunidades tradicionais vão ser definidos, de forma consensual, no âmbito da Comissão, que vão integrar o escopo da pesquisa. E é isso que nós temos que tratar hoje. Essa apresentação está sendo feita... Não é só para eu falar e vocês verem o que avançou. Não. É para contribuir. Sabe? É para contribuir para nós aprimorarmos, um pouco mais, o desenho... É sobre isso? Questão de ordem? Microfone, isso aí.

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Com licença a todos, com licença Aderval estar interrompendo a sua apresentação. Mas é que, ontem, nós estivemos na Câmara Municipal de Salvador e, eu tive o prazer de estar vendo a atuação do nosso amigo, colega, o negão aqui, Comanangi. E eu vou dizer uma coisa, assim, Comanangi não gosta muito que branco fale por negro. Negro tem que falar por negro, cada um fala por si, ele falou isso, ontem, lá. Mas eu vou pedir, assim... Botar... Eu quero oferecer um presente, em nome da Comissão, para o meu amigo Comanangi, que é uma vestimenta que eu ganhei de um nigeriano. Eu que me lembrei de fazer isso hoje, em nome da Comissão, se vocês não se incomodarem. Posso dar em nome da Comissão? “– Claro”, “– Deve”. Então, Comanangi. (*Palmas*). Eu tenho certeza que vai servir para ti.

**O SR. ADERVAL** – Akibanto fez sete anos ontem. Foi aniversário do Akibanto, e o Comanangi foi brilhante na exposição e, enfim, o evento também foi um envolvente, muitos de nós estivemos lá, prestigiando, e sendo prestigiados. Todo aquele axé e aquele envolvimento. Muito bem. (*Palmas*).

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – *Zambi Opti Samburá*, que Deus nos abençoe. (*Palmas*).

**O SR. ADERVAL** – Ok. Passando. A indicação das comunidades que comporão o universo da pesquisa que vai ser feita pela comissão, em articulação com as redes sociais e associações comunitárias. E o processo de elaboração da listagem das comunidades a serem pesquisadas tem por base a mobilização e articulação das comunidades. Nós queríamos que, desde a primeira fase, a pesquisa resultasse no fortalecimento das redes, no fortalecimento institucional, por isso, que nós fazemos questão que a primeira fase da pesquisa seja executada pela Comissão e pelos movimentos sociais. Nós vamos

acompanhar, nós vamos dar todo o subsídio e apoio técnico, mas nós queremos que vocês desenvolvam a primeira fase, que é de cadastramento das comunidades que comporão o universo da pesquisa. Pensamos em dois instrumentos, um para comunidade e outro para a família. E, naturalmente, todos os quesitos, os indicadores e tudo mais, que nós vamos... A partir dos quais, nós vamos construir os instrumentos de pesquisas, os formulários, os questionários, são relacionados à política, porque o nosso objetivo não é uma pesquisa censitária convencional, é uma pesquisa censitária que tem uma identificação relativamente convencional, mas cujo conteúdo, na segunda parte do questionário, diga a respeito aos quatro eixos da política: Acesso aos territórios tradicionais, aos recursos naturais, a questão da infra-estrutura, a questão da inclusão social, do fomento e produção sustentável. Bom, os trabalhos preparatórios da pesquisa serão concomitantes ao levantamento prévio das comunidades que comporão o universo da pesquisa. Serão ministrados cursos de GPS, base de dados georeferenciados, bem como, técnicas de pesquisa participativas e de uso de *palmtops*, daquele PDA que os recenseadores utilizam na pesquisa do IBGE. Vai ser feito, também, o georeferenciamento das comunidades que vão compor o universo da pesquisa, e o levantamento preliminar dessas comunidades. Bom, o que é o levantamento preliminar? É preciso que nós identifiquemos, dê um endereço, localize essas comunidades, para quando for realizada a pesquisa, os pesquisadores saberem para onde vão e procurar quem. Então, nós precisamos identificar, no mínimo: nome da comunidade; segmento social em questão; pessoas de referência; vias de acesso; número estimado de famílias, pessoas, daquela comunidade; município onde se encontra, enfim, dados que nos dêem condições de dimensionar custos da pesquisa a ser feita posteriormente. Além disso, vai ter um questionário... Desculpa. Ah! Sim. Esse levantamento preliminar, também, nós queremos que a sociedade civil indique quem vai fazer o curso de capacitação relacionado ao levantamento preliminar, porque é preciso dizer. Nós vamos capacitar 400 pessoas, aproximadamente, com a margem, aí, de segurança. São 350, com mais 50, como margem de segurança para poder fazer o cadastramento das comunidades que comporão o universo da pesquisa em todos os seguimentos. Em todo o Brasil.

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Bom, vão ser construídos indicadores no decorrer desse processo. Isso pode passar, Cátia, porque eu só estou lembrando umas coisas que a gente já tinha. Naturalmente vai ter um pré teste e depois a realização da pesquisa propriamente dita. Toda pesquisa conta com coordenadores regionais, com agentes locais de pesquisa, se é participativa e em nosso caso vai ser. Então, esses que fizeram o levantamento de dados preliminares, naturalmente vão estar envolvidos quando da realização da pesquisa, como pesquisadores, agentes locais de pesquisa, propriamente ditos. Bom, e os recursos financeiros serão disponibilizados pela Petrobrás, inicialmente, mas a gente está corroborando os recursos, a pré disposição da Petrobrás já vai firmada por um termo de cooperação técnica com o Ministro Patrus, com o Ministério do Desenvolvimento social, já foi assinado o termo, em que consta especificamente o apoio para a pesquisa nacional. Essa pesquisa já foi mencionada pelo presidente Lula na abertura do encontro dos povos das florestas. Então, é um compromisso mais do que firmado em termos de estatal e Governo Federal. E nós temos a interveniência do IBGE, por que o IBGE? Porque o IBGE coordena todo o sistema estatístico brasileiro. Estar fora dos dados do IBGE, do censo do IBGE ou do alcance do IBGE é, de certa forma, não estar dentro das informações oficiais em termos estatísticos, em termos censitários. Então, a gente está buscando uma aproximação maior com o IBGE para que o censo agropecuário, o censo populacional e a contagem populacional de certa forma alcance esses segmentos sociais tradicionais do ponto de vista da sua diferença étnica, sócio-cultural porque alcança enquanto brasileiro geral, mas misturado já faz muito tempo

que a gente está considerado como misturado e como amorfo, sem identidade e o movimento que a gente está fazendo é inverso, a gente quer que haja identificação de cada segmento nas bases estatísticas e nas bases censitárias. Então, o IBGE se dispôs, primeiro, a construir conosco os indicadores sóciodemográficos para os municípios com presença de povos e comunidades tradicionais. Depois trabalhar variáveis de aproximação para identificar indícios. Vocês se lembram daquela relação que nós mandamos para vocês, que tem todas as características das comunidades tradicionais? Todas ou nem todas, a gente pediu para completar, inclusive para dizer, além daquelas que são gerais, que dizem respeito a todos, quais as outras que vocês acrescentariam com relação ao segmento específico. Além daquelas, o que o povo cigano tem a acrescentar? Além daquelas, o que os seringueiros têm a acrescentar? Além daquelas, o que os pantaneiros têm a acrescentar? Além daquelas, o que os demais segmentos têm a acrescentar. Vocês se lembram disso? Fazer uma avaliação crítica, mas complementar. Eu só recebi uma observação dos geraizeiros, da parte lá do Braulino e não recebi mais observação nem contribuição de ninguém. (intervenções fora do microfone. Inaudíveis) isso não está descrito lá, dessa forma não. Eu vou passar, de novo, para vocês, porque se vocês não fizerem essa parte, não sou eu que vou fazer não, vai ficar parado esperando a sociedade civil se mobilizar e fazer. A gente pode dar assessoria técnica, pode explicar, mas é preciso que vocês façam, porque faz parte do trabalho de vocês. O que o D E I está se dispondo? , está querendo pegar esses elementos, me empresta um aqui, seu Pedro. Por exemplo , "uso sustentável da terra e princípio de trabalho", " ciclo produtivo em harmonia com ciclos naturais, sem grande utilização de mecanismos artificiais na produção ", essa é característica. Outra característica: " uso de recursos naturais renováveis ". Outra característica: " normalmente tecnologias de baixo impacto ambiental " " produção familiar ", " associativismo ", " uso comunitário de recursos ", " regras e costumes para uso comunitário de recursos naturais ", são características que envolvem os diversos segmentos, relacionados a todos. O que a gente está pedindo? Além dessas e se alguma dessas não se aplica é para poder dizer: " não se aplica ao caso dos faxinais ". Se se aplicar todas, além delas, quais não estão aqui e precisam ser ditas para o IBGE, porque o que o IBGE vai fazer? Ele vai pegar isso aqui, a lista de características, vai pegar o dicionário de dados do IBGE dos censos que eles realizam, agropecuário, contagem populacional e censo demográfico e vão fazer uma tradução dessas características em termos dos termos que eles utilizam e vão fazer uma varredura e vão apresentar para a gente, depois dessa varredura do banco de dados nos computadores deles, eles vão fazer uma varredura e apresentar " nesses lugares aqui, nós encontramos essas características, é provável que aí hajam comunidades tradicionais que ainda não se visibilizaram ". Então, é muito interessante porque nós teríamos um envolvimento do IBGE tentando uma aproximação e um diálogo com a sociedade civil, com os segmentos sociais tradicionais. A outra coisa, eles estão se dispondo a validar tecnicamente cada uma das etapas da pesquisa. Então, o IBGE não vai fazer a pesquisa, mas vão acompanhar e validar. Essa discussão foi longa. Nossa proposta inicial era que o IBGE fizesse a pesquisa, mas eles disseram assim: " vamos que tem uma comunidade ou que se recuse, ou que não tenha sido alcançada pela pesquisa. Depois ela vai nos alcançar, como órgão estatístico brasileiro, de tê-la deixado de fora porque ela não tinha se visibilizado, se organizado e que não estava pronta para poder ser pesquisada ou porque a gente não conseguiu alcançá-la ". Então, o IBGE só trabalha com varreduras nacionais, sem deixar nenhuma pessoa de fora, ele não trabalha com censo comunitário, trabalha com censo de pessoas e de famílias. Então, esse que foi o problema inicial com o IBGE, mas eles disseram assim: " tudo bem, a gente não vai fazer área pesquisa, mas a gente pode acompanhar e analisar cada uma das etapas da pesquisa e cada um dos instrumentos para a realização da pesquisa, bem como os resultados ". Então, eles vão fazer mapas, vão fazer leitura crítica de dados, análise de consistência, eles vão fazer



tudo que fazem numa pesquisa convencional, mas não realizar a pesquisa, quem vai realizar em uma instituição de âmbito nacional a ser contratada para esse fim. Não sei se o IPEA, não sei se a fundação Getúlio Vargas, se a CESGRANRIO, não sei, uma instituição de pesquisa que vai ser contratada. Naturalmente, como envolve um montante de recursos muito grande, vão ser por processo licitatório, por isso que a gente tem que assegurar, antes que a pesquisa seja realizada, que a gente participe ativamente para amarrar o compromisso da sociedade civil em todas as etapas da pesquisa. A outra pré disposição do IBGE foi institucionalizar o diálogo com a Comissão, o IBGE já está preparando o censo 2010, a gente tem que tomar providências nesse sentido, a gente não tomou nenhuma ainda. A única que a gente tomou foi colocar no termo de cooperação com o IBGE esse compromisso, mas a gente tem que tirar uma Comissão para poder sentar com os técnicos do IBGE e discutir as categorias censitárias e discutir a visse balizo ação dos segmentos sociais tradicionais no próximo censo. Isso aqui é um avanço superlativo, quer dizer, a pré disposição do IBGE de sentar com a Comissão Nacional não só é reconhecimento da Comissão, como também é pré disposição de rever categorias do censo. Então, a gente tem que tomar providências com relação a esse terceiro item porque até agora a gente só tomou providências formais, mas concretas a gente ainda não marcou reunião da Comissão com o IBGE, a gente tem que marcar. Bom, vamos passar para a operacionalização da primeira etapa. A primeira etapa refere-se à indicação pela comissão das comunidades que comporão o universo da pesquisa, quer dizer, as pessoas que vão fazer o cadastramento. Antes teve uma dúvida, para você ver, está tudo em construção, isso não é acabado não, mas é preciso colocar em que ponto que a gente chegou para a gente recolher as contribuições e avançar. Bom, essa fase exige que vocês, os representantes da sociedade civil, por segmento, se reúnam com as sociais, associações comunitárias e indiquem algumas comunidades, não todas ainda, que comporão o universo da pesquisa e também que pessoas vão ser capacitadas para fazer o cadastramento das comunidades. Naturalmente isso aqui vai exigir deslocamentos, viagens de aproximadamente 30 pessoas, que são vocês, seu Pedro, Amilton, Braulino, são vocês, 3 deslocamentos e permanência de 5 dias cada um, 15 dias presumíveis, com pagamento de diárias e passagens e serão também custeadas despesas administrativas porque muitas vezes, como a Ana Placidino inclusive disse para mim: " como é que eu vou indicar todos os terreiros ou as lideranças que vão participar da oficina para construção da política? Isso vai demandar muitos contatos telefônicos " e aí tem conta telefônica para pagar. É fato. Então, a gente está prevendo despesas administrativas e uma bolsa pesquisa também para os membros da Comissão para cumprir essa primeira etapa. Essa é a primeira fase da primeira etapa. Segunda fase. A segunda fase inclui cursos de uso do GPS porque o que a gente quer? A gente quer que essas pessoas que fizeram a capacitação cheguem lá bem no miolinho da comunidade, pegue um ponto de GPS, nem que para isso tenha que subir num pé de açaí (intervenções fora do microfone. Inaudíveis) então, esse curso do GPS vai ser junto com uma... vai fazer o curso de como usar o GPS e também de como usar a base de dados georeferenciada. A gente vai ter que adquirir imagens ou cartas das regiões específicas para poder ter uma base georeferenciada para pilotar os pontos tirados no GPS. A idéia é que o curso do GPS e da base de dados georeferenciados fosse feito pelo projeto nova cartografia social dos povos e comunidades tradicionais, sob a coordenação do professor Alfredo Wagner, tem lá uma equipe, um laboratório. A gente se utilizar desse laboratório e dessa equipe para poder capacitar as pessoas. Detalhe, são 400 pessoas em todo o Brasil. A segunda etapa, nesse mesmo curso é no Personal Digital Assistant, que é esse palmtop que o recenseador usa, um aparelhinho para a gente responder as perguntas ali para depois não precisar digitar. Então, o que vai acontecer? As pessoas vão fazer, no primeiro dia, a gente vai explicar o que é a pesquisa, o que é a Comissão, o que é a política. No segundo dia e terceiro, faz o curso de GPS e da base de dados

georeferenciadas, geoprocessamento. No quarto e quinto dias faz o curso do P D A. Como são 70 pessoas por oficina, alterna, foi uma sugestão da Muriel. Pega 35 e bota fazendo o curso do GPS enquanto os outros 35 estão fazendo com o IBGE o curso do palmtop e da pesquisa participativa e depois inverte. Os que estavam aqui vêm para cá e os que estavam aqui vem para cá, de tal forma que a gente vai ter capacitado, ao término de uma semana, 70 pessoas em cada oficina. Vale lembrar que esses cursos são destinados aos responsáveis por realizar o georeferenciamento e levantamento preliminar de dados das comunidades tradicionais e aos integrantes da Comissão. A gente vai estar envolvido também nessa capacitação. Os cursos serão ministrados por região nos mesmos moldes de construção da Política Nacional. Seu Pedro até estava dizendo, se quiser dizer, pode dizer, eu acho bom ficar registrado, é uma contribuição para aprimoramento do nosso desenho da pesquisa.

**O SR. PEDRO RAMOS (CNS)** – Em região à nossa região, Amazônia, das cabeceiras até na boca, na foz (. Interrupção da gravação) uma em Belém e a outra no Acre, mas o meio do Amazonas nunca a gente fez e isso nos trouxe um certo prejuízo. Então, a gente está propondo que seja, na nossa região, três oficinas, uma em Belém, outra ali no Amazonas, talvez em Manaus, não sei onde e a outra no Acre.

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - então, ao invés de 5 oficinas, como a gente vem fazendo, a gente teria que fazer no mínimo seis, por hora porque, como Amazônia é uma região consideravelmente maior e aí esse miolo ficou descoberto nas oficinas para construção da política, seu Pedro está propondo a que gente faça mais uma oficina para cobrir o meio, esse miolo que ficou descoberto. (intervenção fora do microfone. Inaudível) a outra coisa que a gente precisa considerar é que no caso específico de indígenas e quilombolas será empreendida pesquisas junto aos órgãos que têm mandato sobre o tema, no caso aí a FUNAI, a FUNASA para indígenas, a Palmares, SEPIR e INCRA para quilombolas, também no caso de pescadores artesanais, a SEAP, no caso de extrativistas das reservas o MMA, o IBAMA, o instituto Chico Mendes, enfim, e assim sucessivamente. Qual é a sugestão do IBGE? É de que a gente faça uma triangulação entre as informações que a gente coletou, cadastrou no campo, as informações que os órgãos oficiais deram e as informações que o IBGE, varrendo o banco de dados dele, identificou como locais presumíveis de presença de povos e comunidades tradicionais para dar maior segurança, fidedignidade à pesquisa. Então, a gente vai fazer essa triangulação a título de sugestão do IBGE para conferir maior fidedignidade, segurança à pesquisa. Em alguns casos o processo de reconhecimento de comunidades já está bem avançado, já tendo dados quanti-qualitativo, com localização inclusive por município e até georeferenciadas, em alguns casos, mas em outros não, não tem nada, é por isso que a gente quer empreender o cadastramento prévio. Cada curso devem participar no máximo 70 pessoas por 5 dias, desculpem ali está 7, mas 7 inclui a ida e a volta, a viagem de ir para o curso e a viagem de voltar do curso. As oficinas serão ministradas por região envolvendo os diversos segmentos sociais tradicionais. A composição de quantos por segmento vai depender da dimensão que o segmento ocupa, por exemplo, se a gente tem os faxinais e a gente inclusive está usando experiência dos faxinais como parâmetro, embora ela seja na região sul, embora seja o Paraná um Estado relativamente pequeno, a gente está usando como parâmetro porque nós temos apoiado o levantamento. O instituto Equipe está fazendo o georeferenciamento das comunidades faxinais e a gente, então, a título de experiência e para administrar ensinar o quanto a gente teria que fazer e quanto custaria, a gente está apoiando a realização desse levantamento com GPS das comunidades faxinais para servir de parâmetro para poder construir essa primeira etapa.

Olha só, os faxinais, o Amilton já disse, o Asir também, eles antes eram 40, inicialmente, depois, num primeiro encontro, apareceram 60, depois estima ouço em 120 e já está passando dos 150, enfim, já é um caminho andado com relação aos faxinais, a gente já tem os pontos de GPS já plotados, daqui a pouco vão estar plotados no mapa do Estado do Paraná, de tal forma que a gente saiba em que municípios estão os faxinalenses e o mapinha já vai estar prontinho. Eu só fico receoso de não desenhar a proposta como um todo e você perguntar sobre algo que está na próxima...

**A SR<sup>a</sup>. DALVA MOTTA (EMBRAPA)** – Nós gostaríamos de antecipar uma contribuição em relação às catadoras de mangaba. Como nós estamos fazendo essa pesquisa, inicialmente começou em Sergipe e aí nós temos já todas as comunidades de catadoras de mangaba já marcadas com GPS e tudo, nós saímos avançando, estamos finalizando o nordeste. Então, nós poderemos disponibilizar essa contribuição, todas as comunidades de catadoras já marcadas. Só para vocês terem uma idéia, em Sergipe, apesar da mangaba ser uma fruta apreciadíssima, as pessoas praticamente não sabem que as catadoras existem e nos levantamentos que nós fizemos iniciais nós pensávamos que nós tínhamos cerca de 500 mulheres catadoras. Hoje nós temos uma estimativa de 2500 mulheres catadoras de mangaba em Sergipe. Se você pensar que as crianças acompanham, que os adolescentes acompanham, multiplicando isso por 3 ou 4, nós temos mais de 5 mil pessoas envolvidas na atividade. Normalmente populações negras, nas áreas de restinga. Então, nós teremos o maior prazer de fazer essa contribuição inicial, relação das comunidades, os pontos de GPS, os locais e as formas de acesso. *(Palmas!)*

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - olha, assim como essa iniciativa da EMBRAPA, nós vamos descobrir muitas outras quando a gente for fazer uma aproximação maior com os órgãos que têm um mandato, que vêm atuando com esses segmentos, mas é muito bom, a gente só precisa compatibilizar base de dados para poder fazer transitar os dados e alimentar nosso banco de dados. As 5 oficinas, que agora não são 5, a título de sugestão são 6, pelo seu Pedro, envolvem custos com deslocamento de participantes, alimentação, locação de espaço e equipamentos, pagamento de horas/aulas, atividades dos instrutores, que seriam dois especialistas por oficina, pagamento de despesas de escritório e aquisição de GPS. Então, a gente está pensando em adquirir os GPS porque eles não estão disponíveis em nenhum órgão que possa nos ceder para uso, cessão. A gente previu 10 GPS por segmento, vezes 20 segmentos, estimando os 15 da Comissão e dando uma margem de 5 outros que possam ser incluídos. Agora, mas 10? Aí você pensa assim, lá nos faxinais foi preciso 2, que são dois técnicos que estão envolvidos, cada um com um. O que vai fazer com os outros 8? Aí transfere para outro segmento que tem uma dimensão muito maior que os faxinalenses. Tem segmento aí de abrangência nacional. Então, a gente vai ter que fazer a compatibilização. Se precisa só de um, é isso, se precisa de 10, é 10, se precisa de 20, é 20. A gente fez uma média. Imaginem vocês que a gente tem que, em algum momento, dizer para a Petrobrás, custa 5 milhões, custa 5 e 400, custa 5350, então, a gente tem que estimar a quantidade de GPS que a gente precisa comprar.

**O SR. BRAULINO (Rede Cerrado)** – Eu fico um pouco preocupado dessa maneira com a Rede Cerrado. Eu e a Luceli estamos representando a Rede Cerrado. Agora, são detalhes que eu gostaria de tirar uma dúvida, eu estou lá no norte de Minas, no C A A, mas ela está representando 5 estados, Mato Grosso do norte, Mato Grosso do Sul, Minas

Gerais, São Paulo que ela está representando e aí? A questão do esclarecimento pelo menos porque em torno de 92 entidades pelo menos filiadas à Rede Cerrado, populações tradicionais totalmente. E aí, como é que?

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - 92 pessoas para fazer o curso e ser responsável pelo cadastramento.

**O SR. BRAULINO (Rede Cerrado)** - pois é, mas aí, na verdade, depois a gente tem que dar uma conversada para ver como é que vai se organizar.

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - por isso que tem aquela etapa, a primeira lâmina que eu mostrei foi o seguinte, Braulino, é recursos para você ir, a Luceli, ligar para todo mundo que integra a Rede Cerrado e Articulação Pacari identificar que técnicos vão fazer o curso, é lógico, esses técnicos são de regiões específicas para cobrir todos os estados de atuação da rede. Aí são eles que vão fazer o cadastramento, não são vocês não, mas a etapa preliminar de contato telefônico, de viagem para poder sentar, combinar, identificar o nome, RG, CPF de todo mundo para chamar para fazer o curso é você.

**O SR. MANANJÉ (IBAMA)** – Aderval, é o seguinte, essa proposta que você está fazendo aí, uma pergunta, o nosso povo está no Brasil todo, só não vi pouco assim no Amazonas, ainda não vi assim no Amazonas que não tem mesmo, não vejo no Amazonas. É porque ainda não tive... não identifiquei no Amazonas. Agora, no nosso caso que é extensivo no Brasil inteiro?

**O SR. ADERVAL** – No caso de povo de terreiro, no caso de indígena, no caso de quilombola, a gente vai ter que identificar, em cada Estado, que entidade trata com cada um dos segmentos e eles vão ter que identificar quantas pessoas serão capacitadas para fazer o cadastramento das comunidades.

**O SR. MANANJÉ (IBAMA)** – Mas é indicado por a gente? Porque por exemplo, no caso, essa coordenação, deve ter uma coordenação, a gente vai ficar responsável por esse contato, responsável por verificar porque a gente também está contando nosso povo aqui na Bahia. A gente já tem uma tática, apesar do IBGE ser o superior, mas a gente tem uma maneira de chegar para o nosso povo. Porque se você for para o índio, nem todo mundo vai chegar para o índio e perguntar o que o índio quer e o índio também não vai responder. Consequência também nosso povo. Já tivemos entrevistadores em nosso terreiro, ele voltou como chegou e aí também determinou uma coordenação para essas comunidades.

**O SR. ADERVAL** – A Muriel vai falar, mas é preciso considerar o seguinte, por que vocês serão aqueles que vão indicar quem vai ser capacitado para fazer o cadastramento? Porque essas pessoas que vão ser capacitadas devem ter trânsito, deve ser de povo de terreiro ou gente que atua, que tem confiança, que tem trânsito, que tem proximidade.

**A SRª. MURIEL (MMA)** – Só uma coisa, Mananjé, tentar esclarecer um pouquinho mais essa história. Qual é a idéia da pesquisa? É que a pesquisa vai ser uma pesquisa participativa, o que quer dizer que quem entrevista, quem chega é o povo de cada comunidade, não é gente de fora. Então, quem vai fazer o curso do GPS, do palmtop é o pessoal mesmo do segmento, a gente inclusive estava discutindo da possibilidade de fazer um acordo para dar uma documentação de formação das pessoas para que isso possa servir para elas em outros momentos, como uma formação profissionalizante mesmo. Então, nós estamos fazendo uma estimativa de umas 400 pessoas para fazer esse trabalho no Brasil todo. Agora, esse número vai ter que ser adaptado, alguns segmentos vão precisar de mais pessoas, outros segmentos vão precisar de menos pessoas, mas muito mais tempo porque o deslocamento é maior. Então, isso vai ter que ser ajustado, isso aqui é só o perfil geral. Agora, quem vai entrar no terreiro para perguntar vai ser os filhos do povo do terreiro, não vai ser ninguém de fora. E aí vocês vão precisar indicar para a gente quem, nós não vamos adivinhar lá de Brasília.

**O SR. ADERVAL** – Mananjé, tem muitos detalhes.

**O SR. MANANJÉ (IBAMA)** – Deixa eu esclarecer uma coisa, o negócio é o seguinte, não basta só a pessoa do terreiro. Vou lhe dar um por exemplo, é toda aldeia de índio para pesquisar outro índio? Depende da etnia e nós temos mais de 10 etnias só de candomblé, tem etnia que não quer que outro pesquisa o outro.

**O SR. ADERVAL** – Vai ser da própria etnia?

**O SR. MANANJÉ (IBAMA)** – E vocês vão saber?

**O SR. ADERVAL** – Eles sabem.

**O SR. MANANJÉ (IBAMA)** – Porque a gente é complicado, se vocês estão pensando que a gente é, nós somos especiais, não adianta vocês dizerem outra etnia, vocês não vão saber qual é a etnia, você sabe qual é a minha etnia?

**O SR. ADERVAL** – O povo sabe.

**O SR. MANANJÉ (IBAMA)** – Não sabe, você sabe minha etnia?

**O SR. ADERVAL** – O povo não sabe?

**O SR. MANANJÉ (IBAMA)** – Muitas vezes não sabe, meu filho.

**O SR. ADERVAL** – Ele não sabe de que etnia ele é?

**O SR. MANANJÉ (IBAMA)** – Muitas vezes é esse o detalhe, porque não chegou até ele a visibilidade, nem todos os povos sabem. Um exemplo aqui, é porque vocês não entendem porque vocês não sabem, pô, por isso que vocês não podem falar por nós, eu não quero que aqui fale por mim. Isso que eu quero falar aqui com vocês, eu não quero que ninguém fale por a gente porque você sabe minha etnia? Eu sou Banto, aquela dali... nem tudo ela sabe, nem conhece, esse aqui é irubá também, já é outra classificação de tribo, somos diferentes. Então, tem que ser coisas mais específicas nossa, vocês têm que nos ouvir como é que faz. O cigano a mesma coisa, não tem duas etnias? Uma fala com a outra? Não pesquisa a outra. É isso que eu quero falar, que é especial.

**O SR. ADERVAL** – Está certo Mananjé, banto vai pesquisar banto e eurubá vai pesquisar eurubá.

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL (MMA)** – Mas é isso que a gente está dizendo, é vocês que vão dizer quem vai pesquisar onde e quem vai ser formado, nós não vamos escolher, é isso mesmo. Esse que é o negócio, o pessoal da Comissão, se você viu no início, o pessoal da Comissão é que vai fazer os contatos, é que vai fazer a indicação de quem são as pessoas que vão ser formadas para fazer que trabalho e aonde e a partir daí que faz a oficina, não faz a oficina com quem a gente achar que é bom. Aí vocês vão ter a responsabilidade de fazer a escolha exatamente de quem precisa estar aonde, se faltar uma turma e o pessoal vier relacionar com a gente, a gente vai dizer: " reclame com o Mananjé é grande mas não é dois " porque é assim que vai funcionar. (intervenções fora do microfone. Inaudível)

**O SR. ARNALDO (JURÉIA)** – É o seguinte, a gente teve uma experiência recente sobre essa questão. Nós fizemos um levantamento de comunidades caiçaras no norte do Estado de São Paulo e sul do Rio de Janeiro sem GPS, a gente não tinha GPS, daqui para frente seria interessante a gente ter acesso ao GPS. A gente levantou indígenas e quilombolas e caiçaras no mesmo levantamento. Então, Mananjé, eu acho que a gente só vai saber como é que vai acontecer a partir do momento que a gente começar a fazer porque aí sim a gente vai ter uma noção do que e como vai acontecer esse negócio, mas precisa começar a fazer.

**O SR. ADERVAL** – Gente, é preciso lembrar o seguinte, ninguém vai fazer a pesquisa ainda, vai fazer o cadastramento das comunidades que vão ser pesquisadas. Então, você não vai perguntar para o babalorixá nada, só vai perguntar o nome do terreiro, mas você não vai perguntar questões de ordem social, de ordem econômica, de ordem da comunidade, é cadastramento que vão compor o universo da pesquisa. A pesquisa não vai ser feita agora, ela vai ser feita depois que as comunidades forem cadastradas.

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL (MMA)** – Todo mundo falando ao mesmo tempo fica muito ruim, ninguém consegue ouvir o outro. Então, se precisar fazer um cochicho, a gente pára, faz um cochicho e depois volta.

**O SR. ADERVAL** – Eu gostaria que vocês deixassem eu terminar de aproximar porque vocês podem estar questionando sobre aspectos que estão na próxima lâmina, mas tudo bem, se for imprescindível, fale Tereza e quem mais se inscreveu. Bom, o que não está computado nesse custo inicial, aliás, nesse arranjo inicial? Não estão computadas a participação do IBGE porque a participação deles, que tem custo também, vai ser firmada num instrumento específico sobre o MMA, M D S, a Petrobrás e o IBGE. Então, a participação na capacitação, na validação das etapas da pesquisa, na construção dos indicadores e tudo mais que o IBGE vai participar isso vai ser computado no instrumento aparte, a gente só está vendo aqui a parte da sociedade civil. A terceira fase, que é do cadastramento propriamente dito, envolve, é aquela que corresponde que cada um dos responsáveis daqueles que foram capacitados vão a campo para realizar o georeferenciamento e preenchimento de questionário dos dados preliminares. Quais são os dados preliminares? Nome da comunidade, localização, município, vias de acesso, "sobe tantas horas de motorbetea, pega um braço do rio assim" porque tem que ter uma coisa que diga, quando o pesquisador for lá, ele vai por onde? Ele não vai cair de pára-quadras lá, ele pensa e já está lá. Ele tem que saber o endereço, ele vai ter que saber como chega. Então, no quilômetro tal vire à esquerda, no quilômetro tal, em tal e tal estrada. Quer dizer, essa logística que precisa estar explícita nesse levantamento de dados preliminares. Quem ele vai procurar? Quais são as lideranças locais que ele tem que conversar para dizer que está chegando para fazer essa pesquisa? Isso são os cadastradores que vão levantar, pessoas de referência. Também, quem é da comunidade que tem escolaridade suficiente para poder, quando for feita a pesquisa, ser pesquisador local? Nome das pessoas. Também, quantas são as famílias, estimativamente, quantas as pessoas estimativamente, a dimensão, mas é estimativa, não vai contar ainda não porque a pesquisa vai ser feita depois, essa etapa é só cadastramento. E aí houve uma sugestão de que em cada comunidade pudesse se fazer uma oficina para preencher o questionário de dados coletivos, que são dados antropológicos, históricos de conflitos que a comunidade tem no Entorno. Então, esse questionário não vai ser feito individualmente, família por família, vai ser feito numa rodada de conversa com a comunidade. Aí ele vai ser secundado, corroborado, auxiliado por um pesquisador de uma universidade próxima, integrando a rede da nova cartografia social ou outros que a gente possa identificar como de proximidade com esses segmentos. Essa etapa engloba viagens, diárias, sendo 45 dias, mas isso aqui é variável, para uns vai ser menos, para outros vai ser mais. 350 agentes locais, que já não são 350, a gente resolveu colocar uma margem de segurança para 400, locação de veículo, que pode ser automóvel, mas pode ser também barco, pode ser voadeira, pode ser o que for necessário para chegar ao local, eventualmente avião, combustível, aí a gente fez uma estimativa de 300 quilômetros por dia, 6 quilômetros por litro, 45 dias, 90 veículo e bolsa pesquisa por esse período que o pesquisador, no caso o cadastrador vai estar trabalhando. Então, ele vai ter diárias, vai ter condições objetivas de chegar ao local, vai estar com o GPS na mão e vai ter uma bolsa pesquisa pelo período que ele se dedicar à pesquisa. Óleo dois tempos, lubrificantes, o que seja necessário para chegar em segurança ao local. O valor total da primeira etapa, nós estamos estimando que o cadastramento custe aproximadamente 4 milhões e 500 mil reais, dada a dimensão do Brasil e a abrangência dos segmentos sociais tradicionais. Nós temos essa planilha de custo, mas não é o caso de apresentá-la aqui, a gente fez essa estimativa porque senão a gente cria uma expectativa e a gente está desenhando a pesquisa, não importa quanto vai rolar de dinheiro, o que importa são as etapas e de que a gente qualifique o processo e o torne o mais participativo possível. Isso aqui está excluído, os cursos de gerenciamento da pesquisa, da coordenação, dos pesquisadores credenciados das universidades que compõem parte da equipe, está excluído também os coordenadores regionais e locais que naturalmente os cadastradores vão entregar para alguém ali da região o material cadastrado, tanto os pontos de GPS quanto os dados em palmtop e

essas pessoas vão trazer por uma central que vai recolher todos os dados e processá-los. Também não estão incluídos os custos de aquisição do palmtop porque a gente está querendo estabelecer um acordo com o IBGE porque eles vão estar parados no ano de 2008, eles só vão ser utilizados no censo de 2010. Aí a gente está pensando de estabelecer um acordo de cooperação de cessão e usar os palmtops do IBGE para depois devolver e só custear aqueles que forem danificados. Também não está contabilizado nesses custos aí o computador compatível para receber todos esses dados, a vantagem do banco de dados e a compatibilização de redes para poder receber todas as informações e processá-las e gerar os relatórios. Bom, essa primeira etapa, que é de cadastramento, ela vai apresentar resultados já, nós vamos ter, no mapa do Brasil e dos estados, todos os segmentos pontilhados com georeferenciamento, a gente vai saber onde estão todos os ciganos, esse é um dos segmentos mais difíceis, a gente vai ter que ver estratégias, sentar com cada um dos segmentos para ver quais estratégias a gente vai utilizar no caso de cada um deles. Não somos nós que vamos fazer o cadastramento não. Quem vai cadastrar cigano é cigano, quem vai cadastrar povo de santo é povo de santo, quem vai cadastrar seringueiro é seringueiro, quem vai cadastrar pescador é pescador, a gente não vai se envolver, a gente só vai coordenar esse processo. E o que a gente vai ter? A gente vai ter uma lista de todos os municípios brasileiros com todos os segmentos que tem lá e a gente vai ter, por segmento, onde se encontram no território nacional porque aí a gente tem uma dimensão estimativa mais aproximada do que essa que a gente vem trabalhando de 25 milhões de pessoas, pode ser mais, pode ter um pouco menos, pode ser menos, enfim, mas isso é estimativa porque o censo vai ser feito depois de realizado o cadastramento. Essa etapa aqui a gente está prevendo de que ela seja feita em um ano, no ano de 2008, por quê? Porque tem alguns lugares que você não vai conseguir chegar, como o Manuel falou, que alguns lugares lá no Pantanal você consegue chegar mesmo na seca, enquanto tiver muita água não dá para rolar, não chega. Já em outros lugares só consegue chegar nas cheias. Então, essa variabilidade e essa sazonalidade a gente vai ter que contemporizar na pesquisa. Então, falou assim: "atrasou 3 meses", por conta de dificuldade de acesso. "atrasou 6 meses", tudo bem, mas desde a que gente consiga, obedecendo o ciclo anual e todas essas características locais e ambientais, desde que a gente consiga cadastrar os segmentos. Aí a gente vai ter expressividade em termos numéricos, a gente vai saber quantos, vai saber onde e vai saber o que é preciso ser feito de forma mais palpável, qual é o montante de recursos, o que é necessário para poder implementar a política de forma mensurada. E a gente vai saber quanto é que vai custar a pesquisa porque imaginem vocês, eu só posso chutar: "a pesquisa, o censo vai custar 20 milhões de reais" é um chute, mas feito o cadastramento a gente sabe o que vai ser preciso e o que é preciso adequar e quanto a gente de fato vai precisar para realizar a pesquisa, propriamente dita. Lógico, vai ter uma margem de segurança no cadastramento, a gente sempre reserva 30% para eventualidades ou para poder atender aquilo que a gente não previu, quer dizer, tudo isso a gente está contabilizando no desenho preliminar da pesquisa. Então, eu conversei um pouco com Dauro, com seu Pedro e Iáskara ao nem deu tempo, da gente conversar, mas a gente vai estar chamando vocês em Brasília para uma reunião específica sobre esse desenho da pesquisa, porque a gente vai ter que formatar o projeto com valores para poder dizer para a Petrobrás: "olha, em janeiro, em fevereiro, em algum momento a gente precisa de 4 milhões e 500, 4 e 700, de quanto?" a gente tem que formatar isso. A gente vai sentar também com a equipe do Alfredo Wagner e com outros pesquisadores que vêm atuando, com o IBGE, para poder também aprimorar esse projeto da primeira etapa, não é a pesquisa, é o cadastramento das comunidades que compõem o universo da pesquisa. Aí eu acho que agora a gente pode abrir para as discussões e contribuições. Então, quem eu tinha visto que estava já inscrito, a Cláudia, depois você, depois a Edna.



**A SR<sup>a</sup>. CLÁUDIA** – Só algumas coisas assim. Em relação à política, as contribuições, as críticas e as sugestões, todas ao mesmo tempo, eu tenho algumas preocupações. Por exemplo, é um projeto que vai dar visibilidade às comunidades através de número, essa é uma preocupação, mas ao mesmo tempo o questionário que vai ser preenchido poderia passar pela comissão, pelo que eu entendi, vai dar um caráter mais próximo da comunidade, como os aspectos sociais, culturais, econômicos, eu entendi assim.

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL (MMA)** – Só uma coisa, nós vamos ter várias etapas, vai ter o momento de identificar quantas comunidades existem (interrupção na gravação)

**O SR. ADERVAL** – mais uma manifestação de sensibilidade, de compromisso. *(Palmas!)* eu gostaria de passar a palavra para ela, então.

**A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** – Boa tarde a todos e a todas. Na verdade quem pede desculpas sou eu, porque Valdivino, que é lá do nosso território, ele sempre me passa as informações, me convoca e a gente tem realizado também várias ações em conjunto do nosso território semi-árido nordeste 2 mais o território de São Francisco, que é onde ele já faz parte e toda a questão da luta da terra, fundo de pasto, a Reforma Agrária nós trabalhamos em conjunto, mas nesses dias nós estamos, ontem, com a votação do orçamento, que foi até as tantas da madrugada e hoje eu também me esforcei para vir de manhã, não deu e agora à tarde nós vamos ter a posse do nosso Conselheiro Zilton Rocha, que com muito empenho, nós, do PT, e alguns aliados da bancada legitimemos para que seja o novo Conselheiro e a posse é agora às 3 horas, portanto a gente tem que passar para lá para essa nova atividade. Mas fica da nossa parte o compromisso e vocês têm uma ponte com o nosso gabinete, com o companheiro Valdivino. Muito obrigada, bom trabalho e a gente está aí. *(Palmas!)*

**O SR. ADERVAL** – Muito obrigado, é um prazer.

**O SR. ARNALDO (Caiçara)** - Dentro do que a gente combinou como sociedade civil, a gente percebeu que as comunidades não tinham conhecimento da Comissão, ou um conhecimento muito superficial e também não tinham conhecimento da Política Nacional que estava sendo implementada. Então, nós tomamos a iniciativa de estar levando esse conhecimento para algumas comunidades. Nós escolhemos, inicialmente, as comunidades do Estado de São Paulo, norte do Estado de São Paulo, comunidades caiçara do norte do Estado de São Paulo e sul do Rio de Janeiro. Nos primeiros contatos a gente percebeu que tinha os indígenas e os quilombolas lá, que também não tinham conhecimento nem contato com essa política. Então, a gente usou uma apresentação do Aderval, que nós gravamos lá em Brasília, no segundo encontro de povos tradicionais e a gente usou isso para divulgar porque estava pronto, a gente usou essa apresentação. Então, vocês conhecem essa apresentação, a gente foi levando essa questão de como é, das ações, o que aconteceu, todo o histórico, porque aqui tem todo o histórico, isso é importante. Eu achei importante que as comunidades tenham isso para estar divulgando, porque tem o histórico de como começou, como aconteceu, quem estava, porque aconteceu, aí depois entra toda a história da gente, que a gente não lembra mais o que está escrito aí. Aí depois tem os eixos estratégicos, como é que foi dividida, eixo

estratégico 1, 2, 3, como é que foi isso, os objetivos da C NP T, os objetivos específicos, a gente não fez toda a apresentação porque a gente achou que não precisava, mas algumas coisas que estavam no decreto a gente colocou. Os próximos passos que a gente achou importante estar divulgando e enfatizar que a gente, como sociedade civil, tem que fazer o nosso papel que é, na verdade, a gente tem conversado isso entre a sociedade civil, que tem que tomar conta da Comissão porque é um papel muito pesado para as pessoas que estão envolvidas e com uma estrutura mínima que tem. Um dos papéis nossos é estruturar melhor a Comissão, que a gente já conversou e tudo mais. Então, isso também a gente está passando para as bases lá, qual é o nosso papel? Divulgar e fortalecer a Política Nacional, integrar as comunidades, articular e, no nosso caso, nós vamos ter a substituição da Comissão daqui para frente, dos representantes e a substituição não são as pessoas, são as entidades, na representação da Comissão nós vamos ter uma substituição daqui para frente, não sei quanto tempo a gente vai estar, 2 anos de vigência da representação caçara ou todas as outras. A substituição da representação caçara na Comissão de povos e comunidades tradicionais é das pessoas ou é da entidade?

**O SR. ADERVAL** – Das pessoas, para mudar a entidade tem que mudar o decreto.

**O SR. ARNALDO (JURÉIA)** – Em todo caso, essa questão aqui a gente, como a rede caçara de cultura abrange toda essa região, vai poder mudar, a União dos moradores é mais específica dentro da situação ecológica da Juréia, apesar de que o estatuto abrange todo o Lagamar. A metodologia que a gente usou, nós fomos primeiro identificar as lideranças locais. Bom, a gente aproveitou, nesse caminho, para fazer uma pré caracterização das comunidades e aqui tem contatos e telefones das pessoas. Comunidade do campinho, que é um quilombo, quilombo do campinho lá do Rio de Janeiro. A gente colocou por, aqui não está, mas no relatório a que gente apresentou tem por Estado, isso aqui é Rio de Janeiro, comunidade de trindade é caçara, ali estão os contatos e aqui está uma tabelinha, sul do Rio de Janeiro, município de Parati, entrevistado a liderança, número de famílias, 70, a escola que existe lá é até quarta série, principal atividade em ordem de importância para a comunidade pelo entrevistado, que é uma pré caracterização, não é uma pesquisa mais aprofundada, a pesca em primeiro lugar, a roça e serviços e turismo, que é pedreiro ou estar trabalhando para turista. O principal problema é grilagem da terra, isso no caso da praia do sono, Rio de Janeiro, município de Parati, Gibrail é o nome da pessoa ou família que tenta tirar os caçaras de lá, os seus direitos e um principal problema é a falta de organização. A gente fez esse tipo de ação e foi, pelo campinho a mesma coisa, número de família 120, quarta série, atividade tal.

**O SR. ADERVAL** – Vão precisa mostrar tudo, só a estratégia que vocês utilizaram.

**O SR. ARNALDO (JURÉIA)** – Então é isso mais ou menos que nós fizemos. Seria interessante para as próximas ações nossas ou das outras comunidades quando forem fazer esse trabalho estar com esse questionário ou essa tabelinha mais próxima do que se pretende na pesquisa, disponibilizar isso porque já vai ajudando a metodologia que vocês bolaram, que a gente não teve isso antes e a questão do GPS também seria bacana porque já vai lá, já faz isso, já adianta, assim como o pessoal da EMBRAPA já fez. Então, é isso que aconteceu, tem o nome das pessoas.

**O SR. ADERVAL** – Você não falou quantos encontros vocês fizeram em que regiões, que é o mais importante.

**O SR. ARNALDO (JURÉIA)** – Olha, nós fizemos um primeiro contato, fizemos a primeira viagem de contato com as comunidades para avisar como é que foi feita a metodologia? A gente não conhecia as comunidades, então, a gente teve que andar por lá, identificar as lideranças, avisar o que a gente ia fazer, no outro final de semana nós fizemos um seminário. Então, a gente avisou todo mundo: " olha, vai ter um seminário para falar sobre isso ". O local que nós fizemos foi no município de Parati, comunidades indígenas que estão identificadas aqui, isso está no agro extrativismo e do norte de São Paulo e sul do Rio de Janeiro. Nosso próximo passo é fazer Cananéia, segundo passo é fazer Paranaguá, isso se tudo der certo e o terceiro passo é identificar comunidades caiçaras nas zonas estritamente urbanizadas que são Santos, São Vicente, Peruíbe que tem as comunidades lá, só que elas estão no sistema urbano e estão muito mais invisíveis do que essas que a gente entrevistou que estão em seus territórios. A gente tem certeza que tem comunidades de caiçaras em zona de periferia, porque eles foram expulsos de suas áreas. A gente quer identificar esse pessoal, seria o último passo desse projeto nosso nessa região, nesse sentido da gente identificar as pessoas que estão em situação de insegurança. Só isso. *(Palmas!)*

**O SR. ADERVAL** – Celinha.

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL (MMA)** – Propaganda aqui. É um projeto financiado pelo agro extrativismo da diretoria de extrativismo.

**O SR. ARNALDO (JURÉIA)** – Esqueci de falar que a gente pediu um apoio financeiro para o agro extrativismo para poder viabilizar essas atividades, porque senão realmente é impossível a gente exercer essa atividade.

**A SR<sup>a</sup>. CELINHA** - Boa tarde a todos. O almoço foi bom, gostoso, delicioso, mas não é para ninguém dormir não, está bom? A gente colocou mais um recurso interessante, muito importante dentro da bagagem das mulheres da floresta, mais uma ferramenta muito grande, muito importante que foi a política de povos e comunidades tradicionais que a gente vem trabalhando. A bagagem das mulheres da floresta é um projeto da Secretaria da mulher extrativista do Conselho Nacional dos seringueiros e que nós temos uma parceria com o Ministério da Saúde e que, num primeiro momento, nós trabalhamos através de oficinas educativas a prevenção das DST Aids, planejamento familiar, câncer de mama, colo de útero, da próstata, nessa área aí. Nesse momento agora nós estamos trabalhando um outro projeto, esse projeto primeiro da bagagem das mulheres da floresta e as DST, o produto final dele foi um vídeo, que a Muriel teve a felicidade de estar lá conosco no pré lançamento e a gente gostaria de tê-lo trazido para passar aqui, mas como ele está direto, dá mais de 50 minutos e ele foi para o fala comunidade 8, então, em outra oportunidade a gente pode apresentar aqui porque ele tem 11 módulos, dentro deles em tempo menor. Então, fica mais fácil de visualizar e nós estamos iniciando agora, ainda é um projeto piloto, uma experiência que é a bagagem das mulheres da floresta e o

ABC do Sistema Único de Saúde e a gente está levando, dentro dessa nossa bagagem, que é uma bagagem mesmo, é uma mala que a gente tem todos os nossos instrumentos de trabalho, além das nossas experiências e vivências nas comunidades, nossos conhecimentos e saberes de toda essa relação nossa com a natureza. E aí nós incorporamos mais essa ferramenta que nós estamos fazendo esse trabalho, nós atingimos só a região do Salgado, nas reservas extrativistas marinhas no litoral, as 9 que já estão criadas e abrimos uma exceção para os nossos companheiros de Marapani, a terra Natal do meu querido amigo Ernando, que é um movimento que já está lá desde 99 pela conquista em busca de conquistar a reserva marinha, penso que será mestre Luzindo o nome, em homenagem à grande literatura de Carimbó. Então, a gente fez esse trabalho lá e foi divulgando com essa perspectiva também de já ir fazendo a divulgação, sensibilizar a comunidade para essa importante política e fazer com que elas fiquem atentas nessa questão do cadastramento, delas irem se conscientizando nesse sentido. O nosso público alvo num primeiro momento são as mulheres que nós trabalhamos, mas nós também atingimos os homens, porque a gente também tem a temática da política de gênero e a gente aborda toda essa importância desse trabalho. A gente trouxe algumas fotografias aí que eu espero que possam ser visualizadas e a gente aborda também a questão da violência e etc.. Então, hoje já se discute que esse nosso projeto da bagagem das mulheres da floresta, porque segunda-feira nós também lançamos a bagagem das mulheres da floresta e a comunicação, porque a comunicação é muito difícil na Amazônia, uma parceria que a gente está fazendo com o Instituto Oi Futuro, a gente quer, com isso, as pessoas que já conhecem o projeto, que já apóiam o projeto, já pensam que ele pode se transformar, quem sabe, num programa, tem gente que arrisca de dizer que é um programa do Ministério da Saúde, eu defendi, eu disse que ele quiçá pode ser um programa dos povos e comunidades tradicionais dentro dessa política pela transversalidade com que cuida de todas as temáticas que a gente aborda com as companheiras. O principal desse nosso trabalho é abordar a verdadeira linguagem dos povos da floresta, da população da floresta, das mulheres e homens e juventude e experientes da floresta porque isso é fundamental para nós. Em se tratando de uma reserva extrativista marinha, é de fundamental importância porque os dois eixos dessas reservas extrativistas garantem, sem dúvida nenhuma, a segurança na questão do equilíbrio climático porque todas as grandes florestas de manguezais que vão até 30 metros de altura, quanto as lâminas de água sequestram carbono e mais do que isso, a vegetação de manguezal tem um princípio até de inteligente porque quando as águas grandes vêm, elas trazem todo aquele acúmulo de lixo e elas retêm nas suas raízes, retêm os plásticos, os pneus, as garrafas PETs ou garrafas de vidro mesmo e isso nós temos uma grande preocupação dentro das comunidades como a gente vai, depois, por um momento, ver essa questão do lixo ali para fazer uma coleta seletiva e dar um destino para isso. Então, nesse momento a política vem sendo discutida em todos esses sentidos, tanto na questão da violência, vem mostrando para ela, quanto na questão da saúde e abordando aí o lixo e tal, a moradia, o crédito e, principalmente a questão território porque o que nos caracteriza, o que nos fundamenta, o que nos identifica como populações extrativistas é, sem dúvida nenhuma, a floresta em pé porque a partir da floresta em pé é que nós garantimos o nosso território e aí a gente tem todos os meios de produção que é pelos quais a gente se identifica, sem dúvida nenhuma, como comunidades tradicionais nesse modo de produção familiar, manejando os recursos naturais e renováveis. Não sei se ainda esqueci alguma coisa, mas no momento é isso. Obrigada. *(Palmas!)*

**O SR. ADERVAL** – Gente, agora nós estamos com um quorum maior. Então, eu gostaria que as catadoras de mangaba se apresentassem, por favor. *(Palmas!)*

**A SR<sup>a</sup>. ALÍCIA** - Boa tarde, eu estou aqui representando as catadoras de mangaba do Estado de Sergipe.

**A SR<sup>a</sup>. MARIA DOMINGO** - Meu nome é Maria Domingo, sou catadora e com prazer.

**A SR<sup>a</sup>. DILMA** – Boa tarde, meu nome é Dilma, sou catadora de mangaba de Sergipe.

**A SR<sup>a</sup> ALÍCIA** – Eu vou falar um pouco sobre como a gente vive, da mangaba e de outras coisa. A gente vive da mangaba, da pesca, do marisco e também de artesanato do uricuri, não sei se vocês conhecem. Cada coisa tem o seu tempo, tem o tempo da mangaba, tem o tempo de pescar e essas coisas. Só que agora está sendo muito difícil para a gente porque estão cortando as Mangabeiras, estão fazendo Queimadas para construções de viveiros de camarão, onde a construção desses viveiros causa morte aos mariscos, às peças que a gente também pega para sustentar nossa família. Então, nós estamos aqui pedindo que vocês nos ajudem porque sozinha a gente não pode também e nos inclua nesse projeto de vocês. a gente quer também ser ouvida porque nós, até o primeiro encontro que teve em Aracaju e hoje aqui agora nós não tínhamos o direito de falar, ninguém conhecia a gente, nem sabia se existia as catadoras de mangaba. Tem pessoas aí tomando suco da mangaba, que é delicioso, tomando sorvete, mas não sabe nem de onde vem e quem é que pega, que somos nós. A gente acha o seguinte, a mangabeira existem não é de agora, desde o tempo dos nossos avós. Então, é uma plantação deixada por Deus, não foi ninguém que plantou. Então, nós estamos começando a lutar pelo nosso ganha pão e que não haja as derrubadas, é isso que a gente quer evitar. Então, nós estamos começando com a reserva extrativista e nós queremos muito a ajuda de vocês e também nós vamos ler nossa carta feita por todas as catadoras de mangaba de Sergipe, nossa amiga vai ler aqui para a nós. *(Palmas!)*

**A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** – Toda a assinatura das catadoras de mangaba, essa carta não foi só eu e ela, foi de todas. Então, vou ler a carta e vocês vão escutar atentamente. " carta aberta das catadoras de mangaba absolutas de Sergipe. Nos dias 6 e 7 de setembro de 2007 as catadoras e catadores de mangaba presentes no primeiro encontro das catadoras de mangaba do Estado de Sergipe na EMBRAPA, tabuleiros costeiros de Aracaju discutiram suas realidades de vida e de trabalho, buscando ações para a mobilização e defesa dos seus modos de vida e conservação das Mangabeiras. Diante das ameaças, as quais estão submetidas, destinam-se a construção de viveiros de camarão, 2, expansão dos cultivos de côco e cana-de-açúcar, 3, corte das Mangabeiras para impedir que as catadoras entrem nas propriedades particulares; 4, expansão das construções e loteamentos nas áreas de Mangabeiras. Como resultado do profundo debate em relação a esses problemas, as catadoras reivindicam: 1- garantia de livre acesso às áreas de Mangabeiras. 2- compra de áreas nativas pelos governos, é direito das catadoras catarem mangaba onde sempre cataram; 2, proibição do corte e queima de Mangabeiras; 3- participação das catadoras das discussões sobre a comercialização, as catadoras querem ser ouvidas. 4- formação de um grupo de representantes das catadoras; 5- garantia de salário na entre safra da mangaba, entre uma safra e outra porque ela não dá o ano todo, tem o tempo delas. 6- políticas para conservar a natureza, mangaba, Murici, uricuri, cajueiro e manguezais. 7- estimular as catadores que já têm terras a plantarem mais Mangabeiras. Nós, catadoras de mangaba, queremos reforçar no

primeiro encontro das catadoras do Estado de Sergipe, a importância do nosso reconhecimento como responsáveis pela conservação das áreas remanescentes de Mangabeiras, de onde tiramos nosso sustento diário. Carta aprovada na reunião final do primeiro encontro das catadoras de mangaba do Estado de Sergipe, do dia 7 de novembro de 2007 ". (*Palmas!*) eu quero agradecer à Tereza por ter dado esse espaço para a gente, para a gente poder dizer o que nós estamos sentindo na nossa pele porque a mangabeira e nosso artesanato é isso aqui, do uricuri, nós fazemos isso e nós vivemos da mangaba. Então, o que eles estão fazendo não é justo, é o nosso ganha pão, gente. Então, não é justo o que eles estão fazendo. Então, nós viemos aqui lutar e pedir ajuda a vocês, obrigada. (*Palmas!*)

**A SR<sup>a</sup>. ALÍCIA** - Nós 3 fomos escolhidas pelas catadoras de mangaba para representar. Então, nós gostaríamos que vocês, qualquer coisa entrar em contato com a gente e deixar sempre a gente informada, a gente agradece muito. Obrigado pela oportunidade. (*Palmas!*)

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL (MMA)** – É a Célia do CNS.

**A SR<sup>a</sup>. CÉLIA (Conselho Nacional dos Seringueiros)** – Que elas se identificam como apanhadeiras de mangaba também e passam por esse mesmo processo de discriminação e preconceito. (*Palmas!*)

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL (MMA)** – Eu queria fazer um comentário interessante, eu estava ali do lado do Pedrinho e ele estava comentando. Uma coisa que é importante é se reconhecer como população tradicional. Isso é interessante de estar expresso na carta de vocês por uma razão bastante simples. Na hora que o C NP T está fazendo a discussão como reserva extrativista, como população tradicional, vocês, ao se colocar como população tradicional, facilita o processo porque a gente, para demarcar reserva extrativista, sempre tem muita gente contra, principalmente em áreas mais próximas de praia, principalmente em áreas onde o turismo chegou ou onde tem especulação de terra. Então, o instrumento que a gente tem para fazer isso é a criação da reserva extrativista, como população extrativista, é um direito de vocês. Se vocês se reivindicam como população tradicional, isso ajuda a gente a colocar, no próprio processo da criação da reserva, essa condição de auto reconhecimento, o que facilita tramitar mais depressa o processo dentro das instâncias de governo porque não é só no instituto Chico Mendes. Depois que sai do instituto Chico Mendes é que começa a briga. Dentro do instituto as pessoas querem e fazem o mais rápido que podem com o dinheiro que tem, mas fora é que a gente encontra as pessoas que vêm dizer " não, imagina, não pode, como é que vai fazer? " essa reivindicação da identidade é fundamental.

**O SR. ADERVAL** – Eu gostaria só de dizer que a Comissão está sempre aberta à participação e também para socializar todas as discussões e encaminhamentos. As catadoras de mangaba se inserem no rol dos extrativistas representados pelo Conselho Nacional dos seringueiros e pelo G T A por enquanto, essa que é a representação, os assentos que a gente tem na Comissão, mas a gente está sempre aberto e vocês são muito bem-vindas, é mais um segmento, o segmento é extrativista, mas é mais uma realidade que a gente pauta de extrativismo e necessidade de visse balizo ação e de

inclusão social, inclusão produtiva e a gente quer contabilizar isso tanto no âmbito da pesquisa, quanto no âmbito dos programas e ações governamentais. A gente queria estreitar os laços e a proximidade com vocês para que vocês não fiquem de fora desse capítulo novo na história que a gente está inaugurando, sejam muito bem-vindas.

**O SR. BRAULINO (Rede Cerrado)** - Eu só queria uma curiosidade, como é catadeira de mangaba, vocês estão no cerrado ou na caatinga? Qual é o bioma de vocês? Restinga? Mas é Amazônia legal, cerrado da Amazônia legal?

**O SR. JOSUÉ (EMBRAPA)** – Só esclarecendo, a mangaba ocorre em quase todo o Brasil, no cerrado até o litoral. O bioma e os ecossistemas em que as catadoras do nordeste catam é a restinga e os tabuleiros costeiros.

**NÃO IDENTIFICADO** - Também sem contar na moradia, que são casas de palha. Vou passar para vocês derem uma olhadinha nas fotos.

**O SR. PEDRO RAMOS (Conselho Nacional dos Seringueiros)** – É mais uma informação que eu queria ter. Elas fizeram a reivindicação, a gente acata, mas elas têm todo um processo. Eu gostaria de saber como elas poderiam ser ajudadas pelo MMA ou pelo seu Ministro, Aderval, nesse momento que elas estão querendo se organizar, como elas podem ser ajudadas efetivamente?

**O SR. ADERVAL** – Olha, a minha sugestão é de que a gente faça uma visita à comunidade, uma visita técnica porque daí a gente não só marca presença no contexto regional visitando as prefeituras ou a prefeitura ou o governo do Estado onde estão inseridas as comunidades, quanto também a gente sente com a comunidade para ver quais são os programas sociais que estão chegando, quais os que precisam ser implementados daqueles disponíveis porque às vezes a gente, eu disse isso já no curso da reunião ordinária, o problema não é que os programas sejam universais, o problema é, em grande medida, o acesso a eles. O programa é universal na concepção e até na implementação, mas ele não alcança todo o universo dos beneficiários e aí alguns segmentos têm Estado à margem das políticas públicas e a gente tem o maior interesse de ir estreitando o laço e nos aproximando dessa realidade e fazer uma visita para ver o que tem sido feito e o que pode ser feito para a melhoria das condições sócioeconômicas das famílias que vivem sob esse regime de coleta de extrativismo. Então, eu vou deixar meus contatos para que a gente agenda dê uma visita e daí vê quais serão os desdobramentos. Sob o ponto de vista das questões fundiárias, já houve aqui um aceno com relação a reserva extrativista, a gente vai tentar encaminhar a agilização desse processo. *(Palmas!)*

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Bem rapidinho eu vou dizer a vocês, quando eu cheguei em Belo Horizonte pela primeira vez na Comissão, cheguei como vocês. Eu fico ave olhando, não entendia nada. Então, eu quero só falar uma coisa para vocês, de vocês terem chegado aqui nessa Comissão maravilhosa. O carinho que vocês vão receber aqui acredito que vai ser igual comigo, com certeza, porque eu cheguei aqui um ciganinho, que vem da comunidade, ladrão de galinha, não tem muita leitura e nem sabia falar muito

bem, a única coisa que eu sabia fazer era cantar e sei mais ou menos e eu não entendia nada. Uma coisa que vou falar para vocês, vocês têm que se, como fala de Internet, ter computador, telefone, isso vocês têm que dar um jeito, ir na prefeitura, ir na cultura e arrumar um jeito de vocês fazerem um contato com a Comissão Nacional que é para que a Comissão possa ter contato com vocês direto e vocês reivindicar os direitos de vocês e onde nós podemos, na qualidade de membro da Comissão, nós ajudar vocês. Está bom assim? *(Palmas!)*

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL (MMA)** – Eu queria fazer mais uma sugestão que é um contato maior de vocês com as quebradeiras de côco babaçu. A dona Digé foi até o banco para ver se pegava a diária dela, mas eu acho que vale a pena vocês aproveitarem ainda hoje, conversar mais com elas porque a situação de vocês é muito similar. A forma como vocês estão, o trabalho de vocês, a reivindicação realmente tem uma similaridade muito grande, é muito parecido e vocês podem estar aproveitando da experiência das quebradeiras que estão nessa luta pelo babaçu livre e eu já ouvi aqui a história da mangaba livre, eu acho que é uma luta que pode se somar.

**A SR<sup>a</sup>. DALVA MOTTA (EMBRAPA)** - Todos esses desdobramentos, na verdade nós começamos esse projeto querendo ver como as populações conservavam os recursos em si, era uma idéia assim, ele estava muito interessado em populações de plantas e eu muito interessada em populações de gente. Então, juntamos e na verdade esse é um projeto que nós estávamos trabalhando que era para classicamente ver o que é que acontece, os desdobramentos, quando você se junta com gente, os desdobramentos são absolutamente diferenciados e de um projeto de capacitação financiado pelo CNPq nós terminamos realizando todas essas atividades, financiando um pouco da vinda para cá e por aí vai. No encontro das catadoras, no primeiro encontro, a palestra de abertura foi uma quebradeira de boca babaçu, a dona Alaide, que foi maravilhosa, deu informações fantásticas e nós tínhamos previsto um recurso para uma capacitação solidária, que era assim, catadora que sabe muito ensina catadora que sabe pouco. Na verdade tudo isso está mudando e nós vamos ter uma visita dessa Comissão de catadoras aos trabalhos das quebradeiras de côco babaçu no Maranhão em fevereiro e vamos ter ainda 3 encontros sub-regionais em Sergipe em que nesses encontros será realizado todo um planejamento para poder estabelecer uma estratégia de ação. A idéia, acho que a gente pode discutir na Comissão, é que em um desses encontros ou quem sabe nos três, esteja alguém presente do MMA. Aí eu acho que seria, no caso da Comissão e aí seria perfeito para poder a gente começar a ver os desdobramentos, mas eu acho que isso começou e agora não tem mais fim não, está plantado. Era isso. Obrigada. *(Palmas!)*

**O SR. ADERVAL** – A gente tem tido a grata felicidade de iniciar processos irreversíveis, de começar coisas que não tem mais jeito, agora tem que ir para frente mesmo e as conquistas a gente tem que contabilizar. Então, eu acho que vocês vêm somando conquistas e agora podem contar com a Comissão para somar outras tantas. Bom, eu gostaria de chamar Luciana para poder fazer um breve relato sobre a situação de São Francisco de Paraguaçu.

**A SR<sup>a</sup>. LUCIANA (Fundação Cultural Palmares)** – Bom, desde a primeira fatídica reportagem da Rede Globo que relatou supostas irregularidades em São Francisco de Paraguaçu, a fundação cultural Palmares, a partir da primeira reportagem e por



orientação da nossa Procuradoria federal e Advocacia Geral da União, instalou uma sindicância para apurar possíveis irregularidades e suspendeu a emissão de certidão até que se elaborasse e revesse os procedimentos para certificação. Então, concomitantemente aos trabalhos da Comissão de sindicância, criou-se um Grupo de Trabalho que reveu todos os procedimentos, aprimorou todos os procedimentos. Então, a Comissão de sindicância, após meses de estudos, oitivas dos ex-funcionários e servidores que participaram na época do processo de certificação, concluiu que no ato da emissão da certidão não houve nenhuma irregularidade. Então, no âmbito da administração pública não houve irregularidade na emissão da certificação. A superintendência da Polícia Federal aqui da Bahia abriu um inquérito para apurar e o processo também tramita aqui no Ministério Público Federal da Bahia que está com o original do processo de certificação porque está fazendo o exame grafotécnico das assinaturas para ver se houve fraude na relação das assinaturas que pediram a emissão da certidão. Então, a Comissão de sindicância concluiu que não houve fraude no âmbito da administração pública. Agora, se houve crime do ponto de vista privado, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal está apurando. Com relação aos procedimentos, a Palmares referiu que criou-se um Grupo de Trabalho que teve participação da Eliane Cantorin, da Advocacia Geral da União, do Cesão lá do Mato Grosso do Sul, de alguns antropólogos e advogados e publicamos no último dia 26 de novembro os novos procedimentos para emissão de certidão, no sentido de recriamos requisitos mínimos que respalde tanto a comunidade quanto a fundação cultural Palmares porque nós temos tido muitos problemas com as certidões que estão sendo emitidas naquela questão de que 5 membros têm que assinar porque 5 membros assinavam e depois nós recebíamos reclamações, denúncias que demais comunidades desconheciam que eram quilombolas. Então, a partir de agora vão ter que fazer assembleia geral, os procedimentos estão disponíveis na página da Palmares de como essas certidões vão ser emitidas daqui para frente. É só. *(Palmas!)*

**A SRª. MURIEL (MMA)** – Eu até queria fazer uma pergunta para a fundação Palmares, é se conseguiu que a Rede Globo se retratasse da informação feita. Ainda não? Vocês pediram, não é? Porque eu acho que isso é um ato muito importante e eventualmente a própria Comissão poderia fazer um documento, ciente de que foi feita a sindicância, que a Comissão pede à Rede Globo que haja uma retratação apoiando o pedido de retratação que a própria fundação fez. Se as pessoas estivessem de acordo, se manifestassem através de palmas, a gente poderia fazer esse movimento. *(Palmas!)* então, acho que está aprovado e queria agradecer a presença também aqui entre nós da Doutora Rita Clementina que é da Secretaria de cultura do Estado da Bahia que está nos acompanhando e prestigiando, realmente a Bahia está nos mandando pessoas ótimas para estar acompanhando esse trabalho, a gente agradece. *(Palmas!)*

**O SR. ADERVAL** – Gente, eu gostaria de saber se tem alguém que ainda não recebeu a diária? Que tem que ir ao banco?

**A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Pessoal, a gente está falando do pessoal que não tem conta bancária porque a Secretaria vai levar até o banco do Estado porque o que aconteceu? Como a gente tinha informado, uma parte das diárias está sendo depositada pelo Ministério do Meio Ambiente e a outra parte está sendo depositada pelo Governo do Estado da Bahia, só que o depósito do Governo do Estado para Bahia, para quem não tem conta, é no Bradesco aqui da Bahia. Então, a Secretaria está disponibilizando a levar

quem não tem conta bancária até a agência bancária porque esse dinheiro tem que ser sacado na boca do caixa, essa é a questão. Então, só receberam diárias por depósito em caixa a Márcia, o Jorge, que não compareceu, a dona Digé, o Carlos, Mananjé e a Raquel. Então, o motorista está disponível aí para levar o pessoal, para receber tanto o que está depositado em caixa pelo Governo do Estado da Bahia, quanto do Ministério do Meio Ambiente porque o depois do Estado da Bahia foi feito no banco Bradesco e o depósito do Ministério do Meio Ambiente no Banco do Brasil. Em qualquer agência do Banco do Brasil. Quem tem conta no Banco do Brasil vai receber tudo no Banco do Brasil. Só ficou essa divisão para quem não tem conta-corrente.

**O SR. ADERVAL** – Johni, eu gostaria que você explicasse, John i, qual é o Estado em que se encontra a questão da Intrução Normativa e como está a questão da regularização fundiária de quilombos, é um informe.

**O SR. JOHNI MARTINS (CONAC)** - A CONAC, reunida em Brasília, no último dia 9 a 10 deste mês, inclusive por isso que eu cheguei aqui só na terça-feira, já de antemão vou pedir desculpas à Comissão porque só pude chegar na terça, mas na segunda à noite, mas foi porque a gente tinha a questão do decreto, a questão do IN que nós estávamos trabalhando e discutindo em Brasília. Então, foi inviável a gente sair de lá antes. Mas reunido em Brasília agora no último dia 8 e 9 com a reunião do C O N D R A F, até um informativo que eu queria trazer, para os povos e populações tradicionais, que vai acontecer no próximo ano a conferência do C O N D R A F e nós, quilombola e população indígena, conseguimos fazer uma pré conferência nesses dois últimos dias em Brasília, só que infelizmente nós descobrimos que, primeiro, a gente não vai conseguir participar ativamente dessa conferência nacional porque na maioria dos estados já houve as conferências estaduais. Então, vai ser impossível a gente conseguir participar como delegados. As conferências intermunicipais também já começaram. Aí no dia 10, que seria na última segunda-feira, a A G U tinha uma proposta para a gente de apresentar a nova IN, que é substituiria a IN 20 que hoje regulamenta o decreto 4887 dentro do INCRA. A coordenação nacional de quilombo decidiu a não aceitar a consulta, já que todo o procedimento de construção dessa nova IN foi praticamente só do Governo e a gente tem embasamentos legais, marcos legais que se diz que a comunidade tem que participar toda vez que for (...) no seu território. Então, a gente fez uma proposta de participar da construção dessa nova IN, mas infelizmente não foi aceita pela A G U e aí a gente não aceitou, não quis participar dessa consulta. Mandamos uma carta para A G U falando sobre esse processo e que não aceitamos que se mude a IN 20, mas também porque nós temos a ADIN do do PFL no Supremo Tribunal Federal, então a gente estava mais preocupado na questão do decreto ser substituído, no cancelamento do decreto porque como há um pedido para suspender o decreto no Supremo, nós somos sabedores que ele pode ser levado a votação como o deputado disse, hoje secretário disse, ainda este ano, amanhã, mas essa informação não é amanhã, não tem no site do Supremo de amanhã, mas a gente tem certeza que vai ser votado ainda este ano, então, não fazia sentido a gente defender uma Intrução Normativa se o decreto está para ser derrubado. Então, garantir a permanência do decreto 4887 e só depois a gente discutir a IN. Então, primeiro nós temos que garantir o procedimento que regulamenta a IN e aí a gente não decidiu a não participar nessa consulta. Enviamos uma carta falando desses problemas para todos os órgãos do Governo Federal que faz parto doe decreto, inclusive também para alguns deputados aliados dos quilombolas, como o Núcleo de Parlamentares Negros na Câmara, também o grupo de apoio aos quilombolas. Então, a gente enviou essa carta à Câmara, estivemos na Câmara na quinta-feira entregando este documento a todos esses

deputados, pedindo que eles ajudem a gente a segurar o decreto 4887. Não é o bastante, nós temos o Projeto de Lei do Valdir Colatto, o 44 de 2007, na qual pede a suspensão do decreto 4887, que esse sim está sendo votado hoje, hoje é quinta, não é? Hoje na Câmara. Infelizmente a gente sabe que não vai ter jeito, vai ter alguns votinhos contra, mas quem vai votar na Comissão de agricultura que praticamente são todas pessoas ligadas às grandes empresas, Aracruz celulose. Então, sabemos que não vamos conseguir garantir que o decreto seja, garantir um voto favorável nessa sessão. Bom, a conjuntura está dessa natureza. A gente reunido em Brasília com quase todos os estados, os representantes de quase todos os estados brasileiros, a gente decidiu a não participar dessa consulta. Estamos pagando um preço muito caro. Ainda bem que eu vim para Bahia e meu celular não dá sinal aqui, mas algumas pessoas ainda conseguiram me achar com o celular de alguns representantes do Governo, preocupados porque nós não quisemos participar dessa consulta. Não sei se tomamos um caminho certo, mas é um caminho que o movimento decidiu em tomar e aí nós vamos até o final com essa bandeira e tentar segurar o decreto 4887 no Supremo e aí sim, a partir do ano que vem ou sei lá, ainda esse ano, discutir a nova IN. Aí nós vamos poder discutir a nova IN, mas garantir para a A G U que nós fazemos parte dessa discussão também, não seja somente consultado, é um decreto que regulamenta os nossos territórios e umas das questões mais importantes para as comunidades dos quilombos e também para as comunidades tradicionais. Era isso. *(Palmas!)*

**O SR. ARNALDO (Caiçara)** - Eu queria perguntar como é que você vê que a gente podia estar ajudando, apoiando vocês nesse processo? Se você consegue enxergar alguma forma para a gente poder estar...

**O SR. JOHNI MARTINS (CONAC)** - Eu vejo uma forma assim, a questão agora é política. Como nós estamos articulando com alguns deputados federais para que nos ajude a garantir o decreto e faça pressão no Supremo, acho também que até a Comissão poderia sim mandar uma noção para o Supremo, falando da importância do decreto e sendo apoiador dessa iniciativa. Nós temos várias e várias ONGs que são nossas parceiras que já enviaram essa carta ao Supremo e nós estamos aí aguardando. Aí acho que cada comunidade, cada movimento social também poderia fazer uma ação dessa natureza.

**O SR. ARNALDO (JURÉIA)** – Podia escrever isso aqui. Aderval, seria interessante a gente estar escrevendo uma carta da Comissão e aproveitar.

**O SR. ADERVAL** – Eu acho que pode ser da Comissão, a questão é, em termos de infraestrutura, a gente não tem uma impressora para imprimir para todos assinarem.

**O SR. ARNALDO (JURÉIA)** – Tem, lógico que tem, arruma. É só escrever, imprimir, já tem outras moções que vão fazer, escrevo de uma vez.

**O SR. ADERVAL** – É, tem uma que a gente está digitando inclusive relacionada com a questão do Carlos Calon. Quem se dispõe a fazer a moção?

**O SR. ARNALDO (JURÉIA)** – Posso fazer, mas vocês escrevem muito melhor que a

gente.

**O SR. ADERVAL** – Tereza, pode ser o relatório? Você vai projetar? Bom, eu gostaria de pedir à nossa secretária executiva, Tereza Moreira, quase ex-secretária, para poder apresentar o relatório de atividades da Comissão.

**A SRª. TEREZA MOREIRA** - Eu vou passar aqui, vou fazer uma apresentação com a síntese do que a gente está pensando na estrutura do relatório, como a secretária executiva planejou ele e depois eu vou passar o relatório em si, o documento para vocês nas próximas semanas e aí a gente vai dar um prazo para todo mundo dar uma olhada no relatório e ver se gostaria de acrescentar coisas, atividades que a Comissão realizou e que eventualmente a gente não tenha registrado. Então, essa aqui é uma pré proposta do relatório, o texto de relatório que vai para vocês em primeiro lugar vai ser uma minuta. Aí eu vou aguardar a manifestação de vocês para a gente fechar o relatório e encaminhar uma minuta e disponibilizar. Se tudo ajudar e a gente conseguir técnicos de informática para isso, disponibilizar no nosso site. Então, a gente está considerando relatório no período de julho de 2006 até agora, dezembro de 2007. A partir da publicação do decreto que reestruturou a Comissão, em julho a gente teve a reestruturação da Comissão, como todos lembram, entre julho e agosto de 2006 nós realizamos duas reuniões ordinárias e essas duas reuniões ordinárias foram dedicadas ao processo de elaboração do texto base da Política Nacional. Eu acho importante inclusive que a gente veja esse relatório porque não foi pouca coisa que aconteceu, talvez a gente não tenha visto resultados na ponta, mas o tanto que a gente trabalhou esse ano não foi pouco. Então, entre julho e agosto do ano passado a gente teve a realização da primeira e da segunda reuniões ordinárias da Comissão que resultaram na elaboração do texto base para a Política Nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. No mês de setembro de 2006 nós realizamos 5 oficinas regionais, em Belém, Rio Branco, Cuiabá, Curitiba e Paulo Afonso e tivemos aproximadamente participação de 350 participantes de povos de comunidades tradicionais. Com o resultado dessas oficinas, em novembro de 2006 nós realizamos a terceira reunião ordinária e, com isso, aprovamos o texto base, o projeto do decreto da Política Nacional que foi encaminhada no mesmo mês à Casa Civil da Presidência da República. Em 7 de fevereiro de 2007, já no começo do ano... então, o decreto ficou 3 meses tramitando na Casa Civil e uma parte dessa demora que na verdade não é uma demora propriamente dita, a gente conhece aqui, o pessoal do instituto Chico Mendes acho que já saiu, está aí, mas vocês sabem quanto tempo pode demorar a publico dá um decreto presidencial para criação de qualquer coisa, tem decreto de RESEX que estão há anos embargados. Foi bastante rápido, embora a Casa Civil tenha solicitado para a gente que além dos órgãos que compõem a Comissão, na época o projeto do decreto foi submetido a 4 instituições que não compõem a Comissão, a Secretaria de direitos humanos da Presidência da República, o Ministério da Previdência, o Ministério da Saúde e o Ministério da Justiça. Então, esse tempo de três meses, na verdade, foi o tempo que demorou as consultorias jurídicas desses órgãos responderem. Vocês lembram que uma das nossas preocupações era que o texto do decreto tivesse sido bem acordado entre os órgãos governamentais membros da Comissão justamente para que não precisasse passar pela consultoria jurídica dos 15. Então, só 4 demorou 3 meses, mas graças a Deus foi até um tempo bastante exíguo, não mudou nada. Embora o texto tenha sido submetido a esses quatro órgãos, não houve solicitações de mudança do texto, embora após a publicação da Política Nacional nós tenhamos recebido um parecer do Ministério da Previdência, encaminhado pelo próprio Ministro, dizendo que não considerava pertinente se falar em previdência adequada para os demais segmentos de

povos e comunidades tradicionais porque o sistema previdenciário era universal e já contemplava todo mundo por conta da possibilidade da previdência de autônomos. Esse parecer está lá com a gente, esse encaminhamento feito pelo Ministro. Certamente derivou, foi uma manifestação tardia sobre o Projeto de Lei e que a gente pretende agora, com maior parte de recursos destinados à questão das comunidades tradicionais, dentro daqueles 35 milhões que a Muriel já disse que estavam confirmados, a gente pretende contratar uma consultoria jurídica especializada na área de previdência, aí a gente vai ver entre os órgãos, acho que isso poderia ser encaminhado dentro de uma das câmaras, talvez dentro da Câmara de inclusão social, que é onde está a questão previdenciária, para que houvesse uma análise profunda da legislação em vigor para fazer um contra parecer desse parecer do Ministério da Previdência para que a gente possa iniciar um diálogo com eles porque a manifestação prévia do Ministério da Previdência é de que não é pertinente falar de sistema previdenciário diferenciado. Então, a gente quer fazer um estudo mais detalhado da legislação para apresentar já uma contra proposta com justificativa para que a gente chegue a um debate de convencimento para o Ministério da Previdência. Seu Pedro, quer um aparte?

**O SR. PEDRO RAMOS (Conselho Nacional dos Seringueiros)** – eu acho que não adianta só receber assessoria de advogados. Eu acho que essa assessoria tem que ser complementada com antropólogos porque ainda que a Previdência Social seja universal, nós não somos, nós somos segmentos sociais diferenciados e isso tem que ser considerado. Era só isso.

**A SR<sup>a</sup>. TEREZA MOREIRA** - acho que o senhor tem razão, seu Pedro. Em abril desse ano nós tivemos a quarta reunião ordinária da Comissão, com a aprovação e instituição das diretrizes da Política Nacional e na mesma reunião com a apresentação dos programas e ações do Governo Federal a respeito dos programas e ações que dialogam com a Política Nacional. Essa apresentação foi feita com base no levantamento que a Secretaria Executiva já vinha fazendo desde que o projeto de decreto tinha sido encaminhado para a Casa Civil e o objetivo era justamente não começar do zero, tentando inventar a roda e sim pensar, fazer uma avaliação dos programas em curso para sua reestruturação. Na mesma reunião nós tivemos uma coisa inédita na forma de condução, embora a gente tenha prezado, venha tentando prezar sempre pela maior participação da sociedade civil possível na Comissão, pela primeira vez foi demandada pela sociedade civil a apresentação do seu próprio painel, das suas próprias questões. Então, o primeiro painel da sociedade civil foi apresentado também durante a quarta reunião ordinária da Comissão nacional e no dia 27 de abril de 2007, logo no primeiro dia após o término da reunião, a gente teve o lançamento da Política Nacional lá no auditório da Procuradoria-Geral da república em Brasília. Em agosto de 2007, após a quarta reunião ordinária, o lançamento da política, a aprovação das diretrizes da Política Nacional, a primeira demanda colocada para a Comissão Nacional foi a elaboração do plano que nós discutimos nessa reunião e que vem sendo objeto do trabalho das câmaras técnicas e nós percebemos que um dos nossos grandes desafios para elaboração desse plano seria ter uma maior pactuação política em torno da proposta que estava sendo construída. Por essa razão a presidência da Comissão, em cooperação com a Secretaria Executiva, ou seja, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério do Desenvolvimento agendaram duas reuniões, uma reunião com todos os secretários executivos e presidentes das autarquias membros da Comissão nacional de povos e comunidades tradicionais, que aconteceu em agosto e uma reunião com todos os secretários nacionais de programas do Governo Federal relacionados com a Política Nacional. Depois, uma das

conseqüências dessas reuniões foi a demanda do cruzamento de dados entre as obras do PAC, territórios tradicionais, que está em andamento, conforme a gente passou no informe da Câmara Técnica de infra-estrutura e a reestruturação da Comissão com a reindicação de alguns membros. Em setembro desse ano a gente teve a quinta reunião ordinária da Comissão nacional que foi a reunião com a maior participação da sociedade civil que a gente teve até o momento justamente porque foi realizada durante o III Encontro nacional dos povos das florestas. Nós fizemos as contas de quantas pessoas, fora os membros da própria Comissão, haviam participado e quase 200 pessoas circularam pela sala da Comissão nos 3 dias de reunião. Eu acho que isso é muito importante. Se a gente considerar que a consulta pública foi feita no Brasil inteiro com 350, e que em 3 dias a gente conseguiu levar essa informação para mais 200 pessoas, fora as informações que essas pessoas levaram para os demais participantes do encontro, eu acho que foi bastante importante e significativo para a Comissão a gente ter feito essa reunião por lá, durante essa reunião acho que os principais pontos a serem destacados foram os debates sobre o plano de aceleração do crescimento e agenda social, a instalação das Câmaras Técnicas da Comissão nacional, que aconteceu logo na seqüência da reunião da Comissão e o início das negociações para a inclusão dos povos e comunidades tradicionais na agenda social. Como a própria Raquel Benedete e a Muriel tinham dito, a agenda social começou a ser discutida apenas, agenda social é direcionada para toda a população brasileira e dos povos e comunidades tradicionais, dois segmentos tinham sido destacados dentro da agenda social, indígenas e quilombolas. Em reunião com o Presidente da República a ministra Marina solicitou que houvesse a ampliação da agenda para os outros segmentos dos povos e comunidades tradicionais, que foi justamente nesse período que antecedeu a reunião. Então, logo na seqüência da quinta reunião ordinária, o Ministério do Meio Ambiente começou a trabalhar junto à Casa Civil da Presidência da República para ampliação da agenda social e inclusão de ações específicas para povos e comunidades tradicionais. Agora em outubro, em decorrência disso, diversos órgãos membros da Comissão e alguns não membros da Comissão se reuniram intensamente, têm se reunido para construção dessa agenda social para povos e comunidades tradicionais que ainda não foi aprovada, a gente não chegou ao término da negociação para poder ter trazido essas informações agora para essa reunião, mas acho que uma coisa bastante relevante e agora em dezembro a realização da sexta reunião aqui em Salvador que também é um ganho, com a relevância de que essa reunião, ao contrário das demais, boa parte da sua execução se deu em virtude do apoio da sociedade civil e do Governo do Estado da Bahia. Eu acho que foi realmente uma conquista para a Comissão. Eu acho que é um sinal de amadurecimento dos trabalhos da Comissão, da sociedade civil e aí eu coloquei uma síntese das questões que eu acho que nesse processo que começou com a publicação do decreto em julho de 2006 até agora, coisas que a gente não pode deixar de esquecer que aconteceram nesse caminho. Acho que um dos principais pontos no que diz respeito à ampliação da participação da sociedade civil foi justamente a criação de comissões e fóruns regionais, a gente, em 2005, já tinha a criação do Fórum dos povos e comunidades tradicionais do vale do São Francisco e aí tivemos, no Rio de Janeiro, reuniões nesse sentido também. No Pará a Edna e outras lideranças do Pará nos informaram que está um curso lá, a criação de um Fórum de povos e comunidades tradicionais do Estado do Pará. Também tem a questão do Grupo de Trabalho (...) além disso, além do surgimento de iniciativas estaduais para organização dos movimentos sociais a partir da Política Nacional nos estados, a gente também teve a questão da votação de representantes da Comissão nacional dos povos e das comunidades tradicionais no Programa Nacional de áreas protegidas, no comitê gestor do Programa Nacional de áreas protegidas. Se não me engano os representantes que foram tirados na época foram Mananjé e a Patrícia e o Dauro. Depois a gente pode conversar sobre isso, na verdade aquele comitê não se reuniu mais e eu acho que é uma

coisa que talvez os representantes da sociedade civil pudessem cobrar junto à diretoria de áreas protegidas do Ministério. Também eu acho que a questão da participação da sociedade civil na construção da agenda da Comissão nacional, a gente passou a ser uma prática comum a gente elabora a pauta, mas a pauta que chega na reunião é uma pauta que passou por vocês antes, sempre aberta a inclusão de questões da sociedade civil na pauta, tanto que na pauta dessa reunião entrou a questão da carta das Mangabeiras e na reunião anterior tinha entrado a carta dos geraizeiros lá do encontro de riacho dos manchados. Entre as outras iniciativas da sociedade civil, teve a criação do blog comunidades tradicionais, aliás, eu queria que a gente não esquecesse que esse blog está criado e tentasse realmente aportar informações para o blog o máximo possível, cada segmento possa estar levando informações, disponibilizando informações para que a gente possa estar colocando com o apoio da Iáskara, que se dispôs a estar fazendo o blog. Eu acho que hoje é um instrumento importante de disponibilização de informações.

**O SR. MANANJÉ (IBAMA)** – uma informação aqui. O e-mail, aquele comunidades e povos tradicionais não funciona. Já passei umas duas vezes, bate e volta, bate e volta. Da Secretaria Executiva.

**A SR<sup>a</sup>. TEREZA MOREIRA** - Eu posso tentar ver o que é que está acontecendo porque a gente sempre está recebendo informações ou demandas pelo e-mail da Comissão, da Secretaria Executiva. Agora, você está falando, deixa eu te perguntar uma coisa, você está falando do site da Comissão no Ministério do Meio Ambiente ou do site da Comissão no M D S, porque tem dois? M D S. Então, acho que talvez seja o seu. Acho que também foi um ganho que a gente teve com relação à ampliação dos debates sobre povos e comunidades tradicionais no âmbito federal, além da questão da instalação da própria Comissão e a construção da Política Nacional, a gente teve a instalação da Comissão nacional de política indigenista, que de certa forma é um Fórum que eu acho que pode auxiliar e reforçar as questões debatidas aqui na Comissão Nacional, a criação do Fórum de combate à violência contra as mulheres do campo e das florestas, que foi uma demanda que saiu do último encontro das margaridas em Brasília, esse ano e eu acho que realmente foi importante a inclusão da questão de gênero das mulheres do campo, não só das mulheres agricultoras, mas a questão das mulheres das florestas mesmo, a Célia também está acompanhando esse Fórum, não é Célia? A questão da inclusão dos povos e comunidades tradicionais na agenda social, como eu já tinha falado, o envolvimento de órgãos que não são membros da Comissão nacional na discussão dessas agendas. Então, Ministérios que estavam mais distantes começaram a se participar mais e se aproximar, como a Secretaria de direitos humanos, o Ministério da Saúde, a Casa Civil. Eu acho que é sempre importante (dois áudios) no Paraná, na Bahia e em Sergipe estava agendada e a gente não teve notícia, na verdade, se aconteceu ou não, eles nos contataram, depois ficaram de entrar em contato novamente, mas não ocorreu. O interesse pelo debate de políticas estaduais voltadas para povos e comunidades tradicionais no Paraná, em Sergipe, na Bahia, no Pará e em Rondônia, Aderval falou agora no Amazonas e em Minas Gerais e o apoio à realização de atividades da Comissão nos estados. Eu acho que essa é a primeira iniciativa, mas a gente já tinha informação do interesse do Estado do Pará em estar apoiando a realização de uma reunião da Comissão lá e eu tenho certeza que essas iniciativas que estão começando agora não vão ser as últimas nem as únicas. com relação à questão da visibilidade sobre as comunidades tradicionais e sensibilização, a gente teve, esse ano, a edição de 10 fascículos da nova cartografia social dos povos e comunidades tradicionais, com uma previsão de ampliação do número de fascículos para o período 2008/2011. O Aderval

está informando que para 2008 estão previstas a realização de mais 58 fascículos que já é 500 por cento a mais do que o que foi produzido ano passado. Enfim, existe a previsão com expectativa de confirmação orçamentária. A elaboração do termo de referência para pesquisa nacional sobre povos e comunidades tradicionais, que está em andamento e em discussão aqui na Comissão, o envio da Política Nacional para todos os estados e municípios e participantes das oficinas, para os estados e para os municípios esse envio do texto da política, informações sobre a política foi feito via presidência da Comissão e a primeira coisa que a Secretaria Executiva fez quando da publicação da política foi dar o retorno para todos aqueles participantes. Então, para todo mundo a gente telefonou, confirmou o endereço, confirmou e-mail, confirmou os dados e encaminhou a política (dois áudios paralelos) os programas de rádio e televisão não foram tantos quanto a gente (dois áudios) pela Radiobrás, em todas as reuniões aconteceram entrevistas, além disso, durante o próprio processo de construção da Política Nacional a gente teve, por exemplo, no caso da consulta o Paraná, que aconteceu em Curitiba, da região sul e sudeste, a gente teve a gravação de um programa de entrevistas de quase uma hora com membros da Comissão a respeito do processo de construção. Eu não me lembro mais quem teve a oportunidade de participar daquela entrevista. Seu Braulino, Amilton, Iáskara. Por fim, a construção de um mapa nacional de povos e comunidades tradicionais. Como eu disse, esse processo está em andamento, a gente está tentando aperfeiçoar esse mapa o quanto mais para o cruzamento dele com as obras do plano de aceleração do crescimento para a que gente possa iniciar um diálogo com o comitê gestor do PAC. Por fim, eu acho que era importante a gente colocar a questão das necessidades que foram pontuadas pela própria Comissão no andamento desse trabalho que, em primeiro lugar, a conclusão da elaboração do Plano Nacional (dois áudios) e realmente é importante que a gente leve isso à frente. A questão da integração entre políticas públicas, ou seja, o plano em si, desconectado de outras políticas públicas que estão sendo negociadas aí, a gente já constatou e várias das pessoas da Comissão em todas as reuniões têm colocado essa necessidade, especialmente de haver uma integração entre a Política Nacional de povos e comunidades tradicionais, a agenda social que está sendo elaborada pelo Governo Federal e o plano de aceleração do crescimento no que ele tem de positivo para oferecer para as comunidades e uma discussão muito séria sobre os impactos negativos que a implementação do programa pode ter sobre as comunidades. Outro ponto é a construção de uma agenda estratégica entre os entes federativos que foi colocada diversas vezes, não foi a toa que foi ponto de pauta da (dois áudios) a estruturação do sistema de avaliação (dois áudios) na verdade de implementação da Política Nacional com controle social e transparência. Eu acho que a Comissão deve se debruçar agora no processo de elaboração do Plano Nacional, não só com proposição das ações, mas já ir pensando nos indicadores para avaliação da implementação dessas ações, o fortalecimento da estrutura política e administrativa da Comissão, todas essas questões, olha, todas essas questões aqui, necessidades, são coisas que vêm sendo colocadas desde a primeira reunião e que a gente não pode deixar de colocar explicitamente no relatório. E a ampliação da escala dos debates e sensibilização sobre a Política Nacional no âmbito governamental e na sociedade civil que também foi colocada por diversas pessoas hoje. Bom, na síntese é isso, o relatório vai estar no formato de texto, discorrendo sobre essas questões, como essas questões foram abordadas e como foram acontecendo no decorrer desse um ano e meio, a gente vai encaminhar a todos vocês, por isso a gente não vai abrir um debate sobre os pontos do relatório aqui, a gente vai encaminhar para todos e todos que tiverem acréscimos a fazer no relatório, a gente solicita que encaminhem para a gente dentro do prazo que a gente vai estar informando no e-mail, para que na primeira reunião ordinária do ano que vem a gente possa entregar o texto do relatório já impresso para todos. (Palmas!)



**A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Desculpa, mas eu gostaria de me despedir, agradecer, dizer que é um prazer estar chegando a essa Comissão com vocês, dizer também que aquele livro que eu distribuí sobre medicina tradicional indígena em contextos, uma primeira publicação dos resultados do projeto que a área da medicina tradicional e indígena da Fundação Nacional de Saúde vem financiando e que, em contato com Tereza, que participou de um evento nosso em Brasília, a gente também se disponibiliza, inclusive a apresentar esse trabalho aqui, se for do interesse da Comissão, de conhecer o que a gente vem fazendo, a gente tem disponibilidade de apresentar a vocês também. Então, meu muito obrigada e até a próxima Câmara Técnica. *(Palmas!)*

**O SR. ADERVAL** – como eu disse, esse Conselho é de peso no âmbito do Governo Federal, a gente precisa de dois representantes em condições de dialogar com os ministros e com o presidente, que é quem preside o Conselho. Nos foi assegurado duas vagas da sociedade civil e duas vagas de governo para a Comissão. Nós entendemos, inclusive porque tínhamos que dar uma resposta imediata, que os Ministérios presidente e Secretaria Executiva fossem os dois indicados por parte do Governo representando a Comissão, agora, da sociedade civil é vocês que têm que dizer quem é que vai estar representando a Comissão. Da sociedade civil a gente tem que levar a decisão. 10 minutos para vocês conversarem e decidirem, pode ser? Quais são os nomes?

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - de cinco candidatos, João Brandão, Arnaldo, Mananjé, Cláudia Regina e Pedro Ramos, a sociedade civil organizada, em reunião, elegeram, com 10 votos, Pedro Ramos e com 10 votos Cláudia Regina, sendo que Mananjé teve um voto e Arnaldo 8 votos. *(Palmas!)*

**O SR. ADERVAL** – então, para participar do Conselho fica deliberado senhor Pedro Ramos e Cláudia Regina. Nós só temos um informe ou solicitação do Ernando para poder, depois, encerrar a reunião.

**NÃO IDENTIFICADO** - Eu só queria chamar a companheira Célia, para a gente ver de que forma a gente pode levar agora o problema que vai ser enfrentado pela RESEX de Curuçá, porque ontem, na minha observação, antes de ontem, da ata, eu entrei em contato com o Paulo Oliveira e a informação que ele me passa é que a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, reuniu a bancada dos deputados, tanto senadores quanto deputados federais para antecipar a obra do porto do Spardat, lá na costa paraense que impacta todo o lícito paraense. A emenda da bancada já foi feita para o PPA de 2008 e o companheiro Paulo Oliveira, que é do instituto Chico Mendes, já recebeu um documento do gabinete do deputado Beto Faro, ex-presidente da FETAGRI Pará e ele passou essa informação para mim ontem. Eu queria colocar aqui de que forma nós, lá, especificamente mais os pescadores, de que forma a contribuição pode estar contribuindo nesse debate para ver de que forma a gente pode discutir com a governadora, ou ver o meio que a gente pode trabalhar daqui para frente. Mas que o orçamento já foi antecipado para que saia em 2008, a não ser que seja cortado depois da CPMF que não foi aprovada.

**A SRª. CÉLIA (Conselho Nacional dos Seringueiros)** – Eu sou Célia, do Conselho Nacional de seringueiros, da RESEX mãe grande lá do município de Curuçá. É crucial

essa situação. Então, eu vejo com muita tristeza, com muita angústia essa decisão dos parlamentares da bancada paraense porque a implementação de uma infra-estrutura dessa envergadura, que é um porto internacional, cujos fins é o transporte de grãos e mineiros dentro de uma reserva extrativista, cujo espaço onde eles ocuparam essa construção vai ser de 15% da reserva, é gritante isso porque na região vai pegar todas as ilhas do, a ilha da romana, a ilha Santa Rosa, são espaços que ainda tem aquele aspecto selvagem e aonde está o maior Estuário, com mais de 80 espécies marinhas que se reproduzem nesse Estuário, além de vários ninhais de garças, guarás, tacarés e outras espécies que por ali habitam. Para mim isso é doloroso, eu conclamo aqui o apoio da Comissão na elaboração de um documento, de uma moção ou de articular uma audiência para discutir essa situação, essa temática problemática grave para os extrativistas do Pará, digo do Pará porque vai atingir toda a costa do litoral paraense, vai atingir acho até que Maranhão, Amapá, aquela área ali. A gente vê que o projeto de aceleração do crescimento está aí avançando, enquanto a gente vê tomando uma decisão nesse rumo, isso vai confrontar a própria sustentabilidade daquelas comunidades que ali vivem. A gente fica preocupado porque o município é pobre, não tem um projeto de desenvolvimento para o município, não se discute como vai se dar o remanejamento, pelo menos isso que se discuta como vai se dar o remanejamento dessas pessoas de lá das ilhas de fora, que são 5 ilhas, ainda tem uma ponta lá. Então, para onde vai se remanejar essas famílias? Como vai ficar a situação do município com o crescimento inteiramente desordenado? O que vai sobrar, qual é a mão-de-obra que eles oferecem, eles vendem essa imaginação para o povo, que a gente sabe que é uma realidade falsa, que ela não existe porque para trabalhar numa estrutura dessas tem que ser mão-de-obra especializada e os munícipes não têm qualificação para isso, vai sobrar sim a tarefa de catadores de lixo, no mínimo para eles, a prostituição, o narcotráfico, a exclusão social como um todo, além da gente estar sabendo que a migração vai se tornar muito mais intensa pela expectativa de que vai estar correndo muito dinheiro e a gente sabe muito bem que isso é muito grave, é crucial mesmo. Portanto, foi muito feliz a intervenção do companheiro Ernando sobre isso e a gente endossa aqui o levantamento que ele faz e buscando o apoio da própria Comissão para a gente estar discutindo essa demanda. Muito obrigada.

**O SR. ADERVAL** – OK, uma salva de palmas em apoio. *(Palmas!)*

**O SR. PEDRO RAMOS** - Companheira Célia, eu acho que agora a gente tem que estar atento para as duas coisas, o estudo da impacto ambiental e para o relatório de impacto ambiental e negociar no licenciamento as compensações porque se não houver jeito de reverter, eu me coloco à disposição, até se vocês precisarem, para ir discutir lá com Ana Júlia, me coloco à disposição. Agora, é o poder político e o poder econômico do Estado que está junto nessa empreitada aí.

**O SR. ADERVAL** – Nós temos, por fim, duas moções apresentadas, uma moção relacionada à questão da regularização fundiária de quilombos e outra moção relacionada à Comunidade Calon, cigana que está sendo, de certa forma, desalojada da cidade de Poços de Caldas. Ela vai ser aprovada com adendo ou não. Se você tiver outra, aí tem que sair em separado para escrever a moção e poder apresentar.

**O SR. MANANJÉ (IBAMA)** – eu quero sugerir a nossos irmãos, até aos irmãos do

Governo que, é pouca coisa, de um lado é uma besteira, mas de outro lado é muito significativo que nós façamos uma carta, uma moção de agradecimento para o governo porque isso já serve de estímulo para que a gente consiga fazer outras ações nesses estados e assim também faça em outros estados que porventura espero que na próxima seja em outro Estado, ele nos dê guarida. *(Palmas!)*

**O SR. ADERVAL** – muito bem. Aprovada a sugestão. Nós já havíamos pensado nisso, a secretária executiva já estava se articulando para poder agradecer os préstimos, inclusive uma atenção especial do Estado. Nós tivemos aqui a visita de quase todos os secretários estaduais e de alguns parlamentares. A gente nunca foi tão bem acolhido e assistido como a gente foi em Salvador e no Estado da Bahia. Isso é verdade.

**O SR. ARNALDO (JURÉIA)** - Só consignar que todo esse sucesso dessa empreitada da sociedade civil, da Comissão que é entrar no processo de capilarização da política, o sucesso da empreitada aqui na Bahia a gente deve muito a Valdivino, Eduardo, Mananjé, Raquel e espero que não tenha esquecido mais ninguém. Então, foi todo o trabalho de mobilização deles que fez a mobilização na Secretaria, nos parlamentares e no Governo. Uma salva de palmas. *(Palmas!)*

**O SR. ADERVAL** – Tereza, podemos ler a moção do Carlos? Bom, então vamos aproveitar, enquanto termina ali a moção, para de fato agradecer a atenção, a presença, o envolvimento de todos, tanto de governo quanto os convidados, quer do Governo do Estado, de outros órgãos federais e locais que atuam junto aos segmentos sociais tradicionais, as catadoras de mangaba, a EMBRAPA que estiveram aqui até recentemente, tiveram que seguir porque voltavam para suas terras e de fato nós nos sentimos orgulhosos de estar à frente do trabalho da Comissão, é muito gratificante. A Tereza vai para o Pará, mas continua nossa, a gente conquistou o coração dela e ela o nosso. *(Palmas!)* e a Cátia é uma graça, ela é muito bem-vinda e vai estar conosco doravante. Muito obrigado. Vamos à leitura das moções. Valdivino tem uma coisa para falar.

**O SR. VALDIVINO (Fundos de Pastos/Bahia)** – Bom, eu acho que como disse seu amigo, tudo isso que Arnaldo falou foi puxação de saco *(Palmas!)*, mas a gente agradece.

**NÃO IDENTIFICADO** - Não é puxação de saco porque tem prova via e-mail dos e-mails que foram trocados e tudo mais, foi uma construção, não foi puxação de saco.

**O SR. VALDIVINO (Fundos de Pastos/Bahia)** – Vocês também contribuíram muito, não foi só a gente aqui da Bahia também, acho que todos vocês contribuíram para que essa reunião se realizasse aqui em Salvador e o que nós fizemos foi junto com a Secretaria Executiva da Comissão, chamar a atenção das secretarias do Estado, das S E D, das secretarias de meio ambiente, dos órgãos de Estado envolvidos na organização desse evento e o que nós ganhamos com isso, com a realização dessa reunião aqui? É que a partir de agora o Estado da Bahia se compromete com a implementação dessa política aqui. A partir de agora e outras atividades já vinham sendo desenvolvidas através da Secretaria de Meio Ambiente, da superintendência de recursos hídricos, da Comissão de

educação da Assembléia Legislativa, teve aquela audiência pública. Então, o que nós ganhamos com isso? Já deixamos acertado com a S E R IN para assumir esse projeto aqui na Bahia. Dia 8 de janeiro nós já vamos ter uma reunião onde a S E R IN vai articular, com todas as secretarias do Governo do Estado essa reunião para, a partir daí, nós já começar a instituir a Comissão estadual de desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais nos moldes da Comissão nacional. Então, esse é um passo importante que nós estamos dando para que a Bahia, o Estado da Bahia também passe a assumir e aí, com todos os segmentos da sociedade, não só com os fundos pasto e as comunidades de terreiro, mas chamando todos os outros segmentos, os indígenas, os quilombolas, os pescadores, os caiçaras. Se tiver, terão espaço também nessa discussão, os extrativistas, geraizeiros, enfim, os ribeirinhos, todos os segmentos estarão envolvidos nessa discussão e com certeza o Estado da Bahia, nós vamos cobrar, o nosso papel, além de contribuir com as idéias, é também cobrar que o Estado faça a sua parte. Da nossa parte, agradecer a todos vocês que contribuíram para que isso acontecesse. *(Palmas!)*

**O SR. ADERVAL** – Só queria dizer, antes da Celinha falar, assim como a Muriel abriu mão da Tereza para o Estado do Pará, eu estou pré disposto a abrir mão da Eliza para o Estado da Bahia. Se for do gosto dela e se for do destino dela, com muito pesar.

**A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** – Gente, a gente já está no final da reunião e eu deixei para falar só no final esta data hoje, 13 de dezembro é uma data de muita importância para mim, por quê? Em 13 de dezembro de 85 eu pari pela quarta vez mais uma filha e hoje ela está de aniversário, se não me engano parece que é o quinto, quarto aniversário que nunca mais eu passei perto dela e também hoje são 5 anos de criação da reserva extrativista marinha mãe grande, juntamente com a reserva extrativista marinha de Maracanã, Chocoara é Mato Grosso de Santarém novo que inclusive enviou uma camiseta para a Comissão, eu entreguei para ele, acho que ele não mostrou para aqui. Quando eu estava fazendo a divulgação da política e eles já têm um trabalho lá sobre Natal sem fome, e tal e quando eu falei do Ministério do Desenvolvimento social e combate à fome, eles apresentaram a camiseta e doaram para a Comissão. E também a reserva extrativista de Mocajim São João da Ponta. Então, isso são conquistas e infelizmente a gente recebe uma notícia tão angustiante quanto a que o Ernando levantou aqui. Eu penso que até para honrar a luta dessas comunidades, dessas famílias tradicionais dentro dessa reserva, a gente tem que ter carinho e tentar mesmo fazer um enfrentamento sobre essa situação e buscar junto com o Ministério Público e no instituto Chico Mendes de que forma a gente pelo menos ir retardando essa situação e discutindo um projeto de sustentabilidade para aquelas famílias, de garantia de sobrevivência do ambiente deles, do espaço que eles ocupam. Obrigado. *(Palmas!)*

**O SR. ADERVAL** – Bom, passamos à leitura das moções. (leitura da moção endereçada à ministra Helen Grace, do Supremo Tribunal Federal) submetendo à apreciação e aprovação. Alguma objeção? Aprovado? *(Palmas!)* bom, eu vou me fazer porta-voz do Carlos Calon ele disse para mim e tem tido para outros de vocês que a situação dele na cidade de Poços de Caldas, em Minas Gerais, é um pouco delicada, que os acapamentos têm sido mudados de lugar, como estratégia para tentar expulsar os ciganos da cidade e que aí a cada vez a prefeitura os coloca mais distantes do centro, com impossibilidade de estar demonstrando sua cultura, apresentando seus shows artísticos e naturalmente adquirindo condições para sobreviver, porque eles vivem disso. Então, ele pediu para que

a gente escrevesse o texto e contribuiu com a redação que ficou mais ou menos nesses termos (leitura da moção sobre os ciganos de Poços de Caldas). É preciso que você fale ao microfone e se identifique, inclusive.

**O SR. ARNALDO (JURÉIA)** – Posso estar enganado, mas vincula a comunidade cigana à questão dos direitos garantidos pelo decreto? Está mencionado isso assim, só para fortalecer? Outra questão, essa carta vai ser encaminhada pela comissão à prefeitura e a Câmara municipal?

**O SR. ADERVAL** – Quem vai levar a carta é o Carlos Calon, ele vai utilizá-la como recurso político...

**O SR. ARNALDO (JURÉIA)** – Tenho certeza que se a gente encaminhar formalmente, além dele levar, mas encaminhar formalmente pela comissão para a prefeitura como uma correspondência formal e para a Câmara municipal, provavelmente isso vai ser lido na Câmara e o prefeito vai ter uma ciência muito mais formalizada do que ele levar lá, talvez nem seja recebido.

**O SR. ADERVAL** – OK. Então a Comissão se compromete, pela Secretaria Executiva, a encaminhar formalmente a moção, a carta de apoio à Câmara municipal de Poços de Caldas e a prefeitura.

**O SR. ARNALDO (JURÉIA)** – A outra questão é se ficou claro, deixar bem explícito que o decreto defende as populações tradicionais e os ciganos são considerados população tradicional. Vai o folder, mas veja só, ninguém vai ler, numa Câmara ele vai ler esse documento. Fazendo essa vinculação, com certeza alguém vai se interessar em ler o decreto. É uma sugestão que estou fazendo, não sei se está explícito isso.

**O SR. ADERVAL** – Está explícito que a organização, cedro, é suplente e representa o povo cigano na Comissão. Agora, você está sugerindo a inclusão de um parágrafo que coloque que a política abrange questões de acesso ao território e aos recursos naturais, questões de infra-estrutura, questões de inclusão social relacionadas à inclusão social e questões relacionadas ao fomento e produção sustentável em defesa de vários segmentos sociais tradicionais, dentre os quais os povos ciganos, é isso?

**O SR. ARNALDO (JURÉIA)** – Está bom, eu acho importante isso daí.

**O SR. ADERVAL** – O texto é assim, antes de "assinam os membros da Comissão" cabe ressaltar que a referida política envolve a promoção do acesso aos territórios tradicionais e aos recursos naturais, a promoção de infra-estrutura adequada às realidades dos povos e comunidades tradicionais, inclusão social e inclusão produtiva com fomento e implementação de projetos de desenvolvimento sustentável. A P NP C T está voltada para os segmentos sociais tradicionais ", é bom discriminá-los, não é? Como indígenas, quilombolas, seringueiros, quebradeiras de côco babaçu, sertanejos, caiçaras,

geraizeiros, pantaneiros, faxinais, fundos pasto, povos de terreiro, pescadores artesanais e povos ciganos, dentre outros segmentos sociais tradicionais ", coloca lá por favor, decreto 6040 de 7 de fevereiro de 2007 em parênteses lá. Submetendo à apreciação, alguma objeção, alguma observação? Aprovado? *(Palmas!)* nós vamos providenciar a impressão para que ele leve mais imediatamente, para que a gente possa, depois, encaminhar formalmente. A gente vai imprimir e pedir que vocês todos assinem, inclusive os convidados, os presentes porque eles foram colocados, não só os membros da Comissão, mas também os participantes, quer sejam eventuais, quer sejam convidados para corroborar a moção. Em nome da Comissão nacional, tanto da presidência quanto da Secretaria Executiva, dou por encerrada a nossa sexta reunião ordinária, agradecendo a atenção, o empenho, o esforço. Ficamos por aqui. Um feliz Natal. *(Palmas!)* e um ano novo repleto de trabalho, de câmaras temáticas. Nós já agradecemos ao Mananjé, ao Valdivino mais diretamente, mas também ao Governo do Estado, as S E D e às outras secretarias que estiveram envolvidas diretamente, foi realmente um evento muito exitoso, muito obrigado.

***(Mudança de áudio)***

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL (MMA)** – Porque o Brasil só vê a pessoa indivíduo, você não tem idéia da composição de família, você não tem idéia principalmente das dinâmicas de comunidade. Esse primeiro momento vai ser um momento de entender quais comunidades têm, aonde elas estão e como elas estão vivendo. Então, todo o questionário vai ser feito coletivamente, do coletivo e vão estar discutindo as pessoas, entendendo como funciona. Então, nós vamos saber quantas comunidades existem. A segunda etapa é exatamente quantas pessoas tem em cada comunidade e aí todas as informações econômicas, sociais, culturais e etc. de lá.

**A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** – Então não me expressei direito, vamos por etapa. Antes da execução da primeira etapa, será uma discussão a nível da Comissão, certo? Todo o projeto ainda aqui é uma apresentação, mas eu entendi que na Comissão a gente vai ter um profundamente dessas discussões e segmento por segmento. O questionário vai atender segmento por segmento?

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL (MMA)** – Tem uma etapa bem geral do questionário, porque a gente precisa de informações mais ou menos iguais para todo mundo, só que além disso você pode ter as especificidades de cada um, o que vai ser interessante é que você vai ter um corpo comum, que nesse documento que o Aderval circulou aí, que são as características gerais, mas você, na lista das características, você precisa ter as características de cada um também.

**A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** – Entendi. A outra questão, são 400 pessoas em todo o Brasil. Os critérios ainda serão estabelecidos?

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL (MMA)** – Por vocês.

**A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** – Isso a nível de Comissão. Então, a minha preocupação para o ano 2008 é a seguinte, nós vamos ficar basicamente nessa pesquisa. Mas a questão é, nós vamos participar também das outras etapas como forma de, não sei se a questão seria fiscalização, mas quando for na terceira etapa, que será executada por universidades ou por órgãos, qual vai ser a nossa participação?

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL (MMA)** – Na verdade não é a universidade ou os órgãos que vão executar. Quem vai executar são as pessoas das comunidades que vocês indicaram para fazer a formação, a segunda etapa, quando o pessoal vai no campo. No primeiro questionário, que é o cadastramento das comunidades, o pessoal das universidades vai uma pessoa da universidade que vai acompanhar o pessoal na oficina, ele não vai acompanhar no campo, inclusive o Brasil não tem tanto pesquisador professor universitário assim.

**A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** – Entendi. Eu fiquei preocupada em relação ao critério dessas 400 pessoas.

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL (MMA)** – Vocês mandam e por isso a que gente precisa sentar segmento por segmento para poder olhar bem direitinho como é que você vai conseguir chegar em todos os cantos aonde a gente sabe que tem gente desse segmento e aí formar o número de pessoas necessárias para fazer isso. São as pessoas da própria comunidade que vão ser formadas para poder fazer esse trabalho todo. Então, as pessoas vão fazer o curso, vão aprender o GPS, vão aprender o palmtop e o trabalho da Comissão vai ser, primeiro, identificar quem são essas pessoas, fazer o planejamento junto, acompanhar essa discussão nas oficinas. Depois, fazer o acompanhamento, monitoramento, como é que está andando, fulano está fazendo, essa comunidade ouvi dizer que tinha e não estava cadastrada, como é que a gente faz para chegar lá. Então, o papel da Comissão é o planejamento, monitoramento, acompanhamento e a indicação de quem vai ser formado para fazer o trabalho de campo.

**A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** – Já que estou aqui, vou aproveitar, tem uma previsão para esse planejamento da Comissão?

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL (MMA)** – Dezembro, janeiro.

**A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** – Eu falo de sentar a sociedade civil para a gente ver essas questões do tipo questionário, essas questões que eu considero essenciais.

**O SR. ADERVAL** – Vamos considerar o seguinte, a Comissão tirou uma subcomissão específica para poder acompanhar a pesquisa. Essa subcomissão é que vai fazer o trabalho por vocês, por todos. A gente vai apresentar os resultados em cada etapa e em cada fase, em cada passo só para socializar e recolher contribuições, mas a gente não tem, inclusive você faz parte da Comissão. Você não faz parte? Me confundi então.

**A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** – Primeiro uma questão que eu sugiro para que a gente otimize, já que tem vários inscritos, que as pessoas possam falar e que depois possa ter

as respostas, porque senão fica um bate e volta. Meu nome é Luciane Ferreira, sou antropóloga da Fundação Nacional de Saúde. Eu acho que o Mananjé falou uma coisa central que, tudo bem, a gente diz assim: "vão ser vocês", mas ele está falando de uma coisa que é ética. Eu sugiro que ética em pesquisa é uma questão que precisa estar pautada desde o início nessa reflexão na questão indígena isso implica passar pela CONEP, resolução 169, resolução 301 para autorizar as pessoas a fazer a pesquisa. Nessa contribuição, em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar vocês, porque para um desenho preliminar está muito bacana e também é claro que isso é uma coisa que no futuro vai ter que ser pensado, mas por exemplo, povos indígenas são 180 línguas diferentes. Então, não é apenas capacitar para fazer a pesquisa, mas é traduzir um questionário em 180 línguas diferentes e definir questões por questões, aí não é só com a Comissão, a Comissão articular, mas definir questões por questões qual é a questão que pode ser feita, que tipo de pergunta que pode ser feita porque tem pergunta que tu ofende o outro. Então, uma série de questões essas oficinas, do ponto de vista da ética e não apenas de uma ética ontológica, mas uma ética do diálogo, precisam ser pensadas. Então, é só para chamar a questão à Comissão que a questão ética esteja pautada desde o início na formulação do questionário, considerando que muitas vezes existem conflitos dentro das comunidades e que um pesquisador que vai chegar e vai aplicar vai acirrar mais conflitos dentro da comunidade. Então, a formação desse povo que vai aplicar reclamo a, mesmo no cadastramento, que é uma coisa mais simples, também já pode estar considerando questões de ética na pesquisa.

**O SR. ADERVAL** – A formação, sob o ponto de vista de técnico e da ética em pesquisa vai ser feita pelo IBGE e a gente vai fazer a mediação, os segmentos específicos... o IBGE é o responsável pelas pesquisas nacionais e a gente nem sabe se indígena vai ser pesquisado porque a gente ainda está em diálogo com a FUNAI porque o IBGE vai fazer um censo indígena em 2010. No censo 2010 tem um suplemento só para indígena, vai ser o primeiro etnicamente diferenciado que vai receber um recenseamento diferenciado.

**A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** – Uma questão meramente institucional, é uma questão da ordem da relação das pessoas que vão fazer os cadastros com as comunidades. Então, tudo bem que o IBGE tenha essa preocupação, não estou sabendo, mas eu acredito que como nós vamos estar lidando com comunidades que nós não sabemos, na verdade não conhecemos quais são suas regras de etiqueta, quais são seus segredos, quais são as coisas que precisam ser... posso terminar? Que essa questão seja pautada como uma das questões que as universidades estejam trazendo, não apenas "o IBGE vai cuidar disso", mas que a gente possa estar envolvendo outros centros que pensam a ética na pesquisa nessa questão, considerando que o participativo já é um princípio ético.

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL (MMA)** – Luciene, só esclarecer uma coisa, quem vai na comunidade fazer pesquisa, é alguém da própria comunidade. então, tem algumas coisas sobre o que se pergunta e o que não se pergunta que a pessoa já sabe, a priori, porque ela é da comunidade. Então, eu entendo tua preocupação até um pouco acadêmica dessa questão, mas que a gente vai ter que fazer essa questão de como chegar nas comunidades com os próprios representantes das comunidades e dos povos que estão aqui, eles vão nos dizer: "isso dá, isso não dá". Não é a gente, como membro do Governo, que vai definir essas coisas. A gente entende e acata a tua preocupação. A questão indígena é uma coisa, mas aqui a gente tem outros povos, os ciganos são um povo, eles também têm essas questões que devem ser discutidas, esmiuçadas, os negros



do Brasil, tanto quilombola quanto de terreiro, todos os afro descendentes também têm dentro essas questões e nós vamos fazer essa discussão específica para cada segmento, para poder manter essas questões de ética muito claras e muito bem estabelecidas com os representantes que estão aqui. Eu acho que isso é fundamental e é básico, não está nem em discussão se vai fazer. Isso é base, isso vai fazer.

**O SR. ADERVAL** – Interessante considerar que não só essa dimensão ética, mas também as estratégias de aproximação, de como chega, como entra porque isso varia. Os ciganos são muito esquivos, é difícil você captá-los, mesmo sendo da própria etnia há faccionalismos internos, há problemas, a gente vai ter que mapear um pouco isso e fazer uma aproximação mais sensível possível, mas a gente tem que fazer. Então, a gente vai ter que sentar para colocar isso na pauta das discussões. E os pesquisadores que vão ser envolvidos são pesquisadores que já atuam com os segmentos e vão nos dar alguns toques para além das lideranças locais de que cuidados a gente deve ter e de que estratégias a gente deve usar em cada um dos casos. OK, terminamos?

**A SRª EDNA** – Eu também queria saber uma pergunta sobre essa pesquisa, por exemplo, sobre as mulheres andirobeiras. As mulheres andirobeiras do Marajó, a cooperativa inclui 7 municípios. Só no município de Ponta de Pedras tem 56 comunidades, são mil famílias, só em um município. Se a própria pessoa da comunidade que vai fazer a pesquisa na sua comunidade, o exemplo de ponta de pedra, 56 comunidades, seriam 56 pesquisadores porque a própria pessoa da comunidade que fará?

**O SR. ADERVAL** – Não, ela tem 45 dias para trabalhar, 60 dias, 90, a depender da dimensão do segmento, é impossível que ela não consiga fazer as 60 comunidades em três meses. Um só município, dois, a gente tem que estimar.

**A SRª EDNA** - E agora está em parceria com a Janet de capa biriba para juntar as mulheres andirobeiras...

**O SR. ADERVAL** – Edna, não é um por comunidade, não é um de cada comunidade, são pessoas, não sei se um ou dois, ou dez, ou cem de cada segmento, porque aí, se a gente for pegar um de cada comunidade, isso é inadministrável.

**A SRª EDNA** - É porque eu tinha entendido que eram as pessoas da própria comunidade que fariam isso.

**O SR. ADERVAL** – Seguramente lá do Marajó, não vai ser ninguém de fora que vai fazer a pesquisa lá, mas não um de cada porque a gente não tem nem recurso nem tempo para poder operacionalizar assim.

**O SR. PEDRO RAMOS (Conselho Nacional dos Seringueiros)** – Eu acho que a gente vai ter que acertar os ponteiros sobre algumas coisas porque entendimento e conceitos

diferentes. Quando falar da comunidade extrativista, logicamente são todos os extrativistas em qualquer região que eles estejam situados, em qualquer lugar. Quando se falar em comunidade no sentido daquela de base, é aquilo que você está dizendo,

**A SR<sup>a</sup> EDNA** -. Então, o que eu vejo é o seguinte, tem lugares que queira ou não que o pesquisador vai ter muita dificuldade, por mais que ele seja da comunidade social, mas ele vai ter dificuldade de chegar porque aqui eu vou usar uns termos da minha mãe; às vezes as próprias pessoas já ficam ariscos só de ver uma pessoa que não é do seu meio, da sua convivência e quando ela fica meio arrisca, a resposta que ela dá são meio S T O R D. Então, ela não se abre por inteiro, ela começa a ironizar a resposta, a pessoa pergunta uma coisa e ela diz outra. Nesse sentido seria bom que as pessoas, que a gente aproveitasse as pessoas que têm acesso a todas essas comunidades que acompanhassem isso, isso é uma recomendação. A outra recomendação que eu gostaria de fazer, proposição, como é que foi que você chamou aí? A pesquisa em determinadas regiões não pode demorar muito porque isso depende de água, senão vai ficar comunidades de fora e o IBGE deixou muitas comunidades da Amazônia de fora porque não conseguiu chegar e isso está dando problema até para algumas prefeituras. A outra questão, já tinha conversado com o Aderval, que para Amazônia às vezes dois pesquisadores não vão poder usar o mesmo GPS porque vão estar em lugares distantes, as dificuldades são muito grandes. Então, tem que alterar um pouco mais esse número de GPS.

**A SR<sup>a</sup>. AMÁSIA** - Não é uma preocupação enquanto Governo do Estado, como eu sou de comunidade tradicional também, a gente precisa apontar algumas coisas. Essa Política Nacional não é conhecida. Então, nós das comunidades conhecemos porque somos muito ligados a ACBANTU de Salvador, mas tem comunidades que não conhecem ainda. Na conferência municipal de meio ambiente (...) porque eu sou da agenda 21 de cajazeiras e tem um assento na agenda 21 de cajazeiras. Acho que nós somos a única agenda 21 daqui do município, talvez do Brasil, que terreiro de candomblé tem assento para que passe a experiência da nossa forma de ver o meio ambiente. Então, é preciso que a partir do momento todas as comunidades que estão aqui e as que fazem parte, são contempladas com a política, a gente posso fazer uma força tarefa de comunicação, mas é nível nacional, de informar as pessoas que existe essa política porque a maior parte das pessoas não conhecem essa política, acham que esse material tem que ser reproduzidos e distribuído. Eu falo porque a gente tem um monte de comunidades de terreiro e as pessoas não conhecem isso e tenho acompanhado no Governo das comunidades indígenas, são 84 povoados no Estado da Bahia, 14 etnias e a coordenação (...) Bahia nova. Então, a gente precisa também comunicar a existência dessa política, da existência dessa pesquisa porque facilita quando for identificar as comunidades, as comunidades já estarem conhecendo a existência dessa política. E aí a nível municipal a gente passou isso na conferência, está levando a nível estadual, como a nível de Estado a gente já está trabalhando nessa temática, a gente pode fazer um esforço entre Governo, sociedade civil da questão da formação anterior à pesquisa, para as comunidades entenderem. Por exemplo, tem comunidades quilombolas aqui no Estado que não estão querendo ser cadastradas como quilombolas. Eu vim para o norte semana passada e lá uma comunidade de mata São João está numa área nobre do litoral norte. Então, elas estão sendo convencidas pelo pessoal da especulação imobiliária e não se constituem como comunidade quilombola e não se constituindo, não vai ser abrigada por fundação Palmares e nem pelas políticas. Então, a gente precisa chegar em termos de informação da política, da pesquisa porque eu acho que a gente chega muito mais fácil e a questão

da diferença interna entre todas as comunidades, é uma coisa comum, nós somos uma diversidade muito grande, a gente tem que ir para lá considerando isso, tanto como Governo, quanto sociedade civil. Essa minha fala, nesse momento, é uma fala mesmo institucional porque não daria para não fazer essa intervenção sendo comunidade tradicional, mesmo sendo do Governo. Obrigada.

**A SRª. MURIEL (MMA)** – Obrigada. Um cuidado que a gente colocou no início até do que o Aderval falou é que quando a gente vai fazer a formação do pessoal que vai fazer a pesquisa, o primeiro dia é justamente o dia de entendimento da política, por quê? Porque a gente quer que essas pessoas que vão estar sendo formadas sejam capazes entre o momento da formação e o momento que vão iniciar os cadastramentos, de estar repassando em volta deles o que é a política. Então, nós estamos formando formadores nesse processo. Eu acho que todas as atividades da Comissão têm que se pautar por essa preocupação que você está colocando, divulgar a política, criar uma base social mais sólida, formar lideranças e ter gente na ponta capaz de estar sempre ligado no que está acontecendo em termos da política. Então, é uma preocupação realmente compartilhada.

**O SR. ADERVAL** – Nós inclusive confeccionamos, a princípio, 20 mil folders da política, para fazer essa divulgação, mas eu sei que a gente vai ter que imprimir muito mais para poder distribuir. Quando o agente local de pesquisa for fazer o cadastramento já leva o folder, já explica, já pede para a comunidade ler.

**A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Que leve essa informação às comunidades que a gente pode ajudar muito mais quando chegar. A partir de hoje a gente assumir um compromisso de estar levando essa informação para as comunidades.

**O SR. ADERVAL** - Isso já vem acontecendo. Todos os membros aqui...

**A SRª. CÉLIA (Conselho Nacional dos Seringueiros)** – É importante dizer aqui que a gente já iniciou esse trabalho lá na ponta. Nós, do Conselho Nacional do seringueiro, iniciamos pelo Pará, o Estado da Amazônia onde tem maior número de reservas extrativistas, 2 modalidades, marinhas e florestais, além de termos mais ou menos 122 projetos de assentamentos extrativistas, mais os R D S e PDS que nós trabalhamos nessas categorias do estrativismo e aí se porque tem não só os seringueiros, mas ajuntadeiras de castanha de andiroba, como elas se identificam nas reservas extrativistas marinhas e catadores, caranguejeiras, camaroeiras, pescadores, marisqueiras e etc.. Então, com o objetivo de já estar despertando a questão da importância desse cadastro e deles mesmo terem esse entendimento, a gente já está levando a política, já está entregando para as lideranças das associações filhas, nas associações mães dessas RESEX, estamos já preparando para enviar aos gabinetes tanto das 3 esferas no Estado, da União, do Estado e do município, não fizemos isso ainda porque quando chegou a remessa que foi enviada para a gente dos folders da política a gente já estava com a agenda pronta lá nas reservas mesmo, mas a gente já estava fazendo isso. O objetivo é estar informando, é está orientando, é estar divertendo nas comunidades tradicionais a importância desse cadastro e sem dúvida nenhuma legitimar essa política, fazer com que ela se torne realmente popular e que eles possam buscar com que as ações, as políticas

públicas cheguem até eles, aconteçam lá na ponta, onde as famílias estão. Então, a gente tem esse entendimento e está fazendo isso. Também a gente solicita à coordenação da nossa Comissão aqui que remetam para a gente mais, porque nós do C N S, em cada Estado, nos 9 estados da Amazônia, a gente tem uma coordenação regional e a gente está enviando o C N S Belém com Manaus e Amapá, ele se articula com todos os outros estados e a gente está mandando essas coordenações estarem fazendo igual divulgação no Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, Mato Grosso e etc..

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Aderval, nós aqui na Bahia vamos ser parteiras para fazer um senso de índio e quilombo e aí o que a gente vai fazer? Acho que vocês deveriam reservar um dinheiro para prioritário programas de televisão anunciar porque tem lugar que por exemplo, para sair daqui para Juazeiro são 6 horas de viagem. Aí, quando eu vou me para ir para os quilombos, eu não chego lá. Está certo que nem todo mundo tem televisão, mas a maioria tem televisão. Tem que ser reservado, porque se for a pé é mais difícil de chegar. Internet quase ninguém tem, é o luxo de Brasília.

**O SR. ADERVAL** – A laskara havia sugerido com relação ao segmento cigano... veicular em horário nobre, a notícia sobre o cadastramento. Gente, a gente pode ir encerrando, eu gostaria de anunciar a presença de um representante do Governo de Lauro de Freitas da Bahia, do departamento da promoção da igualdade, o senhor Ariovaldo Menezes que veio aqui nos prestigiar, muito obrigado pela presença. Você queria dizer alguma coisa? Então tá. Olha, é o seguinte, nós estamos encerrando meio dia e trinta. A deliberação de representação da Comissão do Conselho Nacional de desenvolvimento econômico e social, que é para tirar duas pessoas e o John i vai explico raro para a gente como é que está a questão quilombola sob o ponto de vista da revisão da IN e do decreto, está OK?  
**(Interrupção na gravação)**

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL (MMA)** – Mas a gente não fez apresentação ainda.

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Degravado com este musical. Eu vou trabalhar esta música em cima da minha gravação, mas tem muito a ver com aquilo que você fez por nós e a perda que nós vamos ter aqui na nossa Comissão. Não vai chorar, não pode senão eu choro também e não canto. (apresentação da música) obrigado por tudo aquilo que você fez por nós. *(Palmas!)* vocês não sabem, eu não sei quem eu vou procurar porque da outra vez, por duas vezes nós, expulsos da cidade, a Tereza interferiu, entrou e dessa vez nós estamos sendo expulsos de novo, inclusive eu estou... então, nós estamos sendo expulsos, a laskara sabe disso, o senhor Pedro, o Dauro, o querido companheiro aqui também sabe das coisas que andam acontecendo, Arnaldo. Eu quero falar para vocês, eu sou um ciganinho, ladrão de galinha, como vocês sabem, agora aprendeu a não roubar mais galinha, agora estou aqui na Comissão, estou aprendendo muitas coisas. Queira de uma forma ou outra eu agradeço a laskara, que é minha companheira, a gente tem umas brigonas assim, mas uma coisa eu quero deixar bem claro à minha querida irmã laskara, eu quero brigar com você, quero ter raiva de você, mas não consigo (Risos!), estou falando aqui em público. Eu agradeço você, estou aqui graças a você, depois a minha permanência não está aqui, mas eu quero dizer ao povo dela que aqui está, muita coisa a Jô Brandão me ajudou e nessa aprendizagem e quando eu me perdia no meio do caminho eu ligava: " Tereza, socorro pelo amor de Deus, o que eu vou fazer " e ela interferia e me ajudou muito. Então, eu espero que você seja a mesma, não só para

ajudar o ciganinho, mas para ajudar a toda comunidade. Que Deus abençoe a todos, obrigado pela oportunidade. *(Palmas!)*

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Isso aqui é um presente da Comissão nacional de povos e comunidades tradicionais, pela sua dedicação e o trabalho aqui para essa comunidade. *(Palmas!)*

**A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** – Eu que tenho que agradecer a vocês, na verdade, porque cada um de vocês merecia muito mais até do que um buquê de flores ou um agradecimento. Eu aprendi muito, muito mesmo com vocês e é por ter aprendido com vocês que eu estou indo para o Pará e para continuar esse trabalho numa outra frente que eu estou saindo, de maneira alguma é porque eu não gostaria de continuar trabalhando com vocês. Então, é uma grande sacanagem isso que vocês estão fazendo comigo agora. Eu gostaria realmente muito de agradecer todos vocês por tudo que eu aprendi com vocês, se as coisas aconteceram não foi porque eu fiz, foi porque todos se mobilizaram e fizeram e eu não acreditem nada que dependa de uma pessoa só para acontecer, as coisas não acontecem assim, tudo que depende de uma pessoa só não vai para frente. Então, as coisas não aconteceram e não vão deixar de acontecer pela minha chegada ou pela minha saída, mas sim pela força de todos vocês e pela perseverança que todos vocês demonstraram desde que esse trabalho começou e eu nem estou aqui desde o começo, acho que a pessoa que está aqui desde o começo é o Aderval mesmo que acompanhou todo o trabalho desde o primeiro encontro. Então, snh cionalts (embora eu diga isso, não agora) poder continuar contando com a amizade de vocês em todos os lugares de onde vocês vêm e eu espero que vocês continuem contando comigo no lugar onde eu estarei. Eu falava para Muriel que eu acho realmente importante e por isso que é importante que a gente vá dividindo experiências, dividindo responsabilidades. A Cátia não está chegando de pára-quebras nessa Comissão, a Cátia tem experiência, ela acompanhou todo o processo de construção das oficinas para a Política Nacional, já tinha uma experiência na fundação cultural Palmares, a Cátia não está vindo de alienígena, a Luciana conhece mais, pode falar. Então, a Cátia não está vindo para a Comissão à toa, a gente precisou brigar muito pela vinda da Cátia para a Comissão e a gente teve que falar para muita gente dentro da Comissão que a Cátia era a pessoa que a gente achava que tinha mais perfil e mais experiência para poder estar vindo ficar no lugar de onde eu estou saindo. Então, como é que eu enxergo isso? É divisão de responsabilidades e compartilhamento de experiências mesmo. Então, eu não estou saindo para deixar a Secretaria sozinha do mesmo jeito que a Cátia, se algum dia sair da Secretaria, eu acredito que não vai ser assim e a gente vai multiplicando pessoas em lugar e levando a informação sobre essa política mais para longe. Então, eu queria dar as boas-vindas para a Cátia, espero que todos vocês recebam a Cátia com tanto carinho quanto vocês me receberam e com o qual vocês sempre me trataram e com o mesmo respeito *(Palmas!)* é isso mesmo, que ela merece, muito boas-vindas. Boas-vindas para a Cátia que está chegando e chegando com gás, curtindo muito. Eu vou passar a palavra para ela.

**A SR<sup>a</sup>. CÁTIA** – Bom, primeiro a grande dificuldade que eu terei vai ser com isto, com este microfone, eu morro de vergonha, mas eu vou aprender com vocês a usar, eu sou Cátia do Ministério do Meio Ambiente. Eu queria, primeiro, agradecer muito a recepção que eu já tive aqui de vocês, alguns já me conhecem porque eu sempre fui curiando as reuniões da Comissão, eu comecei a trabalhar com a Comissão, na realidade, com a construção do decreto em 2004 e depois, por algumas situações dentro do Ministério, eu

fui cuidar de outras agendas que aliás eu estou deixando, mas que eu espero que de alguma maneira a gente trate dessas agendas aqui, como a questão de gênero, que era uma questão que eu trabalhava dentro do Ministério do Meio Ambiente e Alcântara, que é uma questão extremamente complicada, com as comunidades quilombolas de Alcântara, que eu também espero que de alguma maneira elas estejam refletidas aqui nessa Comissão e a que gente possa ajudar não só as comunidades de Alcântara, mas várias outras que estão precisando. É uma tarefa árdua substituir Tereza Moreira, não é fácil, eu espero realmente contar com todos vocês para esse início talvez seja um pouco mais complicado, mas eu espero que com a ajuda de todos vocês eu consiga vencer mais essa. Obrigada. *(Palmas!)*

**O SR. ADERVAL** – Bom, eu gostaria de agradecer formalmente à Tereza pelo carinho, pelo devotamento. Conviver com Tereza foi realmente muito gratificante e foi uma grande força para a Comissão e a Cátia seguramente vai honrar o compromisso e vai engrandecer ainda mais o nosso trabalho. Seja bem-vinda, Cátia, a gente tem muita proximidade, eu e a Tê e a gente vai ter que ter também (Risos!) se a Muriel deixar, a gente tem Muriel entre a gente, mas a gente vai poder, em alguns momentos, contornar essa situação. Bom, Tê, obrigado. *(Palmas!)*

**A SR<sup>a</sup>. MURIEL (MMA)** – Eu não vou nem falar muito porque eu nem estou me despedindo da Tereza, eu sei que eu não estou me despedindo da Tereza, eu consegui convencer a Tereza a ir para Amazônia, pronto, a gente passa a vida toda tentando levar mais gente para lá que vá ajudar nessa luta nossa. Eu sei que a gente só está aumentando o nosso Exército de Branca Leoni, nosso Exército que luta contra moinhos de ventos, eu vou repetir aqui o que a Marina diz: " a gente enfrenta gigantes pensando que eles são moinhos de ventos. Vamos enfrentar os nossos gigantes ", ela vai enfrentar um ali no Pará, mas é logo ali e a gente vai fazer com a Cátia por aqui e vai continuar fazendo. Obrigada Tereza. *(Palmas!)*

**O SR. ADERVAL** – Olha, o acordo de horário continua mantido *(Risos!)*